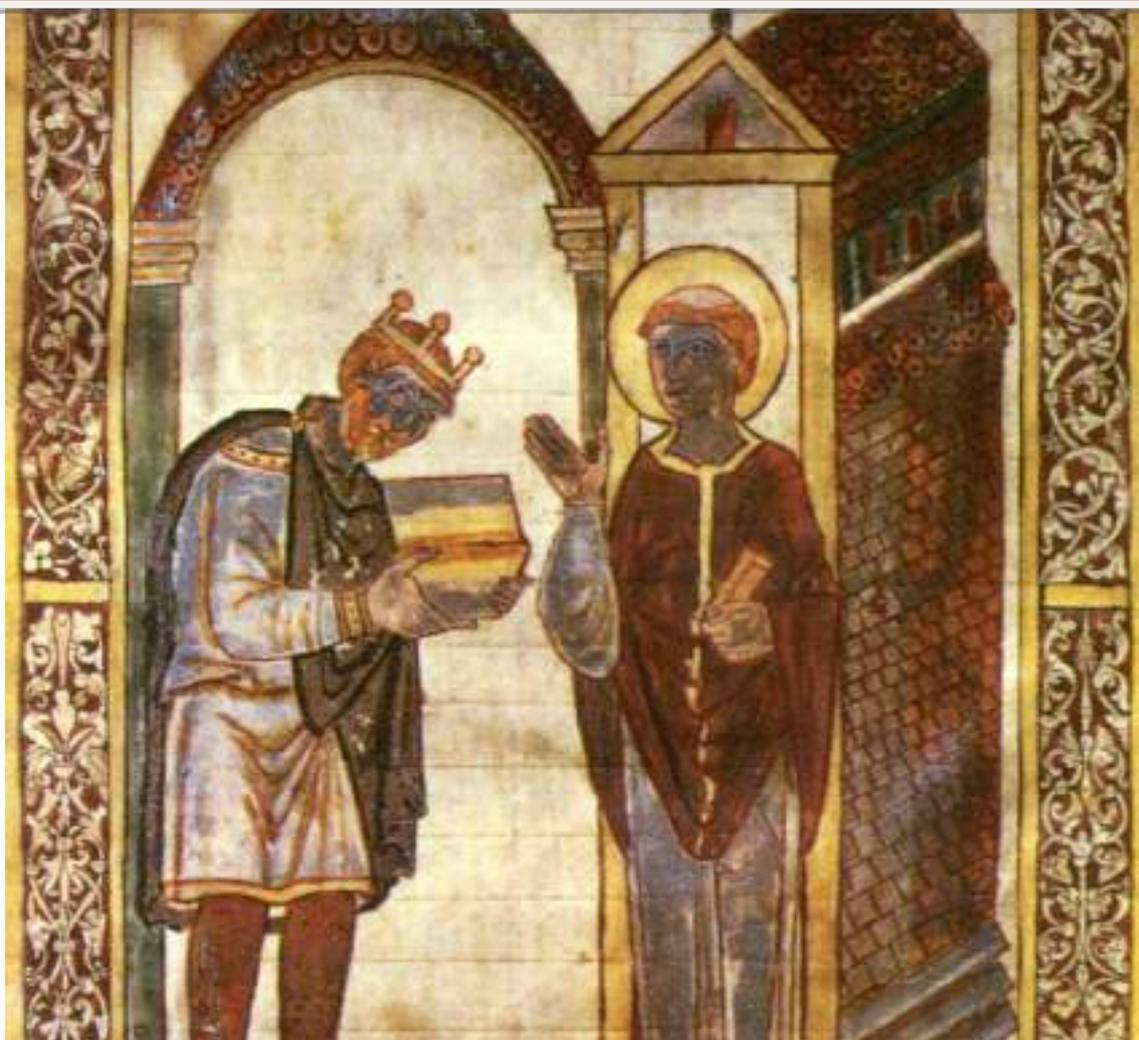


# REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 14  
VOLUME 14  
NÚMERO 1

2020

Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2020

**Ano 14**

**Volume 14**

**Número 1**



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ.  
Ano 14, v. 14, n. 1.  
Rio de Janeiro: PPGHC, 2020.  
Semestral  
ISSN: 1981-383X  
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em História Comparada.

### **Programa de Pós-Graduação em História Comparada**

**Endereço:** Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

**Tel.:** 0 XX 21 2221-4049

**Tel e Fax :** 0 XX 21 2221-4049

**Fax:** 0 XX 21 2221-1470

**Email:** [hcomparada@gmail.com](mailto:hcomparada@gmail.com)

**Site:** <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

*Coordenação e Revisão:*

Paulo Pachá

*Assistência Editorial e Revisão:*

André Rocha de Oliveira

Nathália Serenado da Silva

Stéphanie Barros Madureira

*Montagem e projeto gráfico da capa:*

Stéphanie Barros Madureira

*Imagem da capa:*

Imagem decorativa do frontispício do livro *Life of St Cuthbert*, de Bede. A imagem representa o Rei Æthelstan (924–39 d.C.) mostrando o livro para o santo. Fonte: *The National Portrait Gallery History of the Kings and Queens of England* de David Williamson (1998). Disponível em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bf/Athelstan.jpg> . Acesso em 24/06/2020.

**REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA**  
Ano 14 – Volume 14 – Número 1 – Jul/2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
Reitora: Denise Pires de Carvalho

**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
Diretora: Norma Côrtes Gouveia de Melo

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA**  
Coordenador: Fábio de Souza Lessa

**EDITOR RESPONSÁVEL**

Paulo Pachá (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)

**COMITÊ EDITORIAL**

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)  
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Paulo Pachá (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

**COMITÊ DE APOIO TÉCNICO**

André Rocha de Oliveira (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Nathalia Serenado da Silva (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Stéphanie Barros Madureira (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

**CONSELHO EDITORIAL NACIONAL**

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)  
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)  
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)  
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)  
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)  
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)  
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)  
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)  
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)  
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)  
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)  
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)  
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)  
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)  
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

**CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL**

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)  
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)  
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)  
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)  
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)  
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)  
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)  
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)  
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)  
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)  
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha)

## Sumário

**MOBILIDADE SOCIAL COMPARADA NA INGLATERRA ANGLO-SAXÃ: OS CASOS DE IMMA E CAEDMON ..... 07**

A COMPARISON OF SOCIAL MOBILITY IN ANGLO-SAXON ENGLAND: THE CASES OF IMMA AND CAEDMON

*Renato Rodrigues da Silva*

**A CRISE EM PERSPECTIVA COMPARADA: TEORIA POLÍTICA A PARTIR DOS CASOS DE GOZLIN RORGONIDA (834-886) E WILLIAM MELTON (1275-1340)..... 26**

CRISIS FROM A COMPARED PERSPECTIVE: POLITICAL THEORY FROM THE CASES OF GOZLIN RORGONIDA (834-886) AND WILLIAM MELTON (1275-1340)

*Leandro Duarte Rust ; Janaina Bruning Azevedo*

**WHIGS, TORIES E O DEBATE BRITÂNICO PARA SUPRESSÃO DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS 1839-1845..... 63**

WHIGS, TORIES AND THE BRITISH DEBATE TO SUPPRESS ATLANTIC SLAVE TRADES 1839-1845

*Gustavo Pinto de Sousa*

**A “ESPOSA MODELO” E O “PAI PROVIDOR”: A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NA RETÓRICA DOS MEMBROS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO..... 94**

THE “MODEL WIFE” AND THE “PROVIDER FATHER”: THE REPRESENTATION OF GENDER IN THE RHETORIC OF THE INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Raphael Silva Fagundes*

**AS “FAVELAS”, UMA INVENÇÃO CULTURAL E POLÍTICA: UMA ANÁLISE COMPARADA DA REPRESENTAÇÃO DA POBREZA URBANA NO RIO DE JANEIRO E EM BELO HORIZONTE (1897-1920).....123**

THE “FAVELAS”, A CULTURAL AND POLITICAL INVENTION: A COMPARED ANALYSIS OF THE REPRESENTATION OF URBAN POVERTY IN RIO DE JANEIRO AND BELO HORIZONTE (1897-1920)

*Samuel Silva Rodrigues de Oliveira*

**A ATMOSFERA DE UMA ÉPOCA: UM DIÁLOGO ENTRE OS PENSAMENTOS DE LUDWIK FLECK E MARC BLOCH.....153**

THE ATMOSPHERE OF AN EPOCH: A DIALOGUE BETWEEN THE THOUGHTS OF LUDWIK FLECK AND MARC BLOCH

*Claudia Smuk da Rocha ; Iône Inês Pinsson Slongo*

**FAXINAL E ZADRUGA: USOS DA TERRA, NARRATIVAS E HISTÓRIA COMPARADA.....188**

FAXINAL AND ZADRUGA: LAND USES, NARRATIVE AND HISTORY COMPARED

*José Adilçon Campigoto ; Ancelo Schörner*

**LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO BRASIL E NO PARAGUAI: A CONSTRUÇÃO DE SABERES ESCOLARES DA HISTÓRIA..... 220**

HISTORY TEXT BOOKS IN BRAZIL AND IN PARAGUAY: THE SCHOOL KNOWLEDGE CONSTRUCTION IN HISTORY

*André Mendes Salles*

**CUBA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: A REAPROXIMAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA GLOBAL E SISTÊMICA .....258**

CUBA AND UNITED STATES OF AMERICA: RAPPROCHEMENT IN A GLOBAL AND SYSTEMIC HISTORICAL PERSPECTIVE

*Roberto Moll Neto*

## MOBILIDADE SOCIAL COMPARADA NA INGLATERRA ANGLO-SAXÃ: OS CASOS DE IMMA E CAEDMON

Renato Rodrigues da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** A mudança de estatuto social não é um fenômeno amplamente registrado na Idade Média. Durante o longo século VIII, na Nortúmbria, dois casos podem iluminar esta discussão. Estes casos também são exemplares no que diz respeito à consciência histórica de sua posição social. Estes casos são: a) Cadmon, um estabulário que se tornou santo através de um milagre; b) Imma, um aristocrata que, ao ser derrotado em uma batalha, fingiu ser uma pessoa de baixa extração social para evitar ser morto, mas cujos captores não conseguiam mantê-lo amarrado e acorrentado como outros escravos. O objetivo deste artigo é demonstrar como os casos de mobilidade social são vistos como virtualmente impossíveis, tornando a diferenciação social naturalizada entre a aristocracia.

**Palavras-Chave:** História Medieval; Mobilidade Social; Inglaterra Anglo-Saxã.

### A COMPARISON OF SOCIAL MOBILITY IN ANGLO-SAXON ENGLAND: THE CASES OF IMMA AND CAEDMON

**Abstract:** Social mobility is not widely recorded throughout the Middle Ages. For the long eighth century in Northumbria, two cases illuminate this discussion, as well as the awareness of the aristocracy about their own social positions. These case studies are: a) Cædmon, a herdsman who became a saint through a miracle; b) Imma, an aristocrat who pretended to be a person of low-rank to avoid being killed, but who could not remain bound and shackled as other slaves. The objective of this article is to present the cases of social mobility as virtually impossible. Social differentiation is therefore perceived as natural among aristocracy.

**Keywords:** Medieval History; Social Mobility; Anglo-Saxon England.

### Introdução

A Idade Média é um período costumeiramente representado nos livros didáticos como um período de grande rigidez social.<sup>2</sup> Parte significativa do material didático ainda reproduz a lógica das assim chamadas “Três Ordens”, definindo a sociedade medieval como caracterizada pela divisão entre servos, nobres e clérigos.<sup>3</sup> Esta configuração social costuma ser caracterizada da mesma forma pelos professores; e a construção da imagem de Idade Média dos alunos costuma, conseqüentemente, reproduzir esta lógica.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo. Email: [silvarrenato@gmail.com](mailto:silvarrenato@gmail.com)

<sup>2</sup> SILVA, Edilene. Livros Didáticos e Ensino de História: A Idade Média nos manuais escolares do Ensino Fundamental. *História & Ensino*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 07-31, 2011.

<sup>3</sup> *Ibidem*. p. 16.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. O estudo da Idade Média em livros didáticos e suas implicações no Ensino de História. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 101-125, 2010. p. 118-119; 121.

A Idade Média, contudo, foi atravessada por transformações e mudanças ao longo de toda a sua duração.<sup>5</sup> Mas a imagem de imobilidade não se construiu por acaso. Ela está presente em algumas fontes medievais, dentre as quais destacam-se duas: 1) a introdução da tradução de “A consolação da filosofia” de Boécio, sendo esta tradução atribuída em um manuscrito a Alfredo o Grande (r. 870-899); 2) o poema de Aldaberon (bispo) de Laón (947-1030), em que identifica a tripartição da sociedade medieval (entre *oratores*, *belatores* e *laboratores*).<sup>6</sup> Esta percepção da Idade Média é portanto derivada de uma abordagem acrítica das fontes, transposta pelos livros didáticos e verificável na aprendizagem de estudantes. Reproduzir esta imagem é reproduzir parte da ideologia do grupo social dominante do período. Neste sentido, torna-se necessária uma análise sobre o fenômeno da percepção do grupo social dominante acerca das estruturas e grupos sociais, seu pertencimento e a capacidade ou incapacidade de atravessar de um grupo a outro.

Este trabalho tenta iniciar esta análise. Ela se dará sobre dois estudos de caso no longo século oitavo. O primeiro caso é o de Caedmon, um estabulário que vivencia uma transformação no sentido ascendente. Ele passa de estabulário que não apenas trabalhava, mas dormia em um estábulo e chega à posição de santo. O segundo caso é o de Imma, um nobre e guerreiro. Ao participar de uma batalha, Imma fica do lado perdedor. Para evitar que fosse morto, ele finge ser camponês. Ao invés de ser passado a fio de espada (o que ocorreu com outros nobres), Imma é reduzido à escravidão. Seu caso representa, portanto, uma mobilidade social na direção descendente. Ambas as narrativas estão presentes na obra de Beda conhecida como História Eclesiástica.<sup>7</sup> Esta grande narrativa é composta a partir da inserção de outros tipos de narrativa comuns do período, dentre as quais hagiografias, crônicas, tábuas pascais etc. Beda dominava todas estas narrativas, e justamente por isto foi capaz de costurar ferramentas e técnicas destas em sua

---

<sup>5</sup> Por exemplo, CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **História Medieval**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

<sup>6</sup> SEDGFIELD, W. J. (ed.). **King Alfred's Old English Version of Boethius' De consolatione philosophiae**. Oxford: Clarendon Press, 1899. Tradução em KEYNES, Simon. & LAPIDGE, Michael. **Alfred the Great**. Londres: Penguin, 1983. p. 132. Também em PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média** – Textos e Testemunhas. São Paulo: Editora da Unesp, 2000. p. 91.

<sup>7</sup> BEDE. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. In: COLGRAVE, Bertram & MYNORS, Roger Aubrey Baskerville (trad. e ed.). **Bede's Ecclesiastical History**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

História Eclesiástica.<sup>8</sup> Por isto, a narrativa envolvendo Caedmon se assemelha em estrutura a de uma hagiografia; já a narrativa de Imma ressalta as virtudes e os laços do seu irmão, bispo, com a divindade. Neste sentido, a abordagem da fonte irá investir na construção da narrativa a respeito da mobilidade social, fazendo o foco recair sobre este aspecto. Contudo, não será negado aos relatos de Beda os aspectos específicos destas histórias (hagiografia e valorização do episcopado) dentro de sua narrativa mais ampla.

A partir do estudo de ambos os casos e investindo em sua comparação, analisaremos como estes casos são percebidos como limites. A principal hipótese deste artigo é que, por estes casos se tratarem de exemplos limítrofes, as histórias de Imma e Caedmon acabam por demarcar a impossibilidade de transição de grupo social ou de mobilidade social, dentro da ideologia aristocrática. Considerando a natureza de ambos os casos, o artigo também propõe que a visão da imobilidade social pode ser um elemento fundamental para a identidade da aristocracia, tanto em nível específico como em nível supralocal.

### **Historiografia sobre a Mobilidade Social na Idade Média e na Inglaterra Anglo-Saxã**

A imagem de uma Idade Média estática (tanto em termos de ausência de acontecimentos quanto de posições sociais extremamente rígidas) é alvo de questionamentos pela medievalística há um tempo considerável. Em seu famoso manual de introdução aos estudos medievais, Jacques Le Goff atenta para a mobilidade camponesa. Para Le Goff, a necessidade de constante rotação dos cultivos e terrenos na terra implica em um deslocamento camponês constante. Este campesinato também poderia se desligar da dominação senhorial pela via da fuga ou pela simples emancipação jurídica. A visão de Le Goff sobre a emigração campesina chega a caracterizá-la como “um dos grandes fenômenos da demografia e da sociedade medievais.”<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> CAMPBELL, James. Bede. **Oxford Dictionary of National Biography**, 2008. Disponível em: <https://www.oxforddnb.com/view/10.1093/ref:odnb/9780198614128.001.0001/odnb-9780198614128-e-1922>. Acesso em 25/05/2020.

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 172-173.

O campesinato aparece como um ator social com grande mobilidade espacial na leitura de Le Goff. Contudo, duas outras leituras jogam luz sobre este ator social, destacando sua agência histórica e sua capacidade de (auto)transformação histórica. A primeira destas leituras foi proposta pelo historiador português João Bernardo. Em sua obra de amplo espectro sobre a sociedade medieval (tratam-se de três longos volumes), o campesinato possui destaque.<sup>10</sup> No que diz respeito à Alta Idade Média, de particular interesse para este artigo, destaca-se a atenção para as divisões internas do campesinato (particularmente o chamado “campesinato independente” ou “livre”, contraposto ao “campesinato dependente”) e como alguns setores do campesinato poderiam ascender à aristocracia. Esta ascensão se daria sobretudo entre o campesinato livre, tendencialmente mais rico e poderoso, e que poderia ascender por alianças com as aristocracias e/ou com a submissão de outras famílias camponesas às suas posses.<sup>11</sup>

A segunda leitura responsável por destacar a agência histórica do campesinato e, mais que isso, o protagonismo histórico do campesinato no período medieval é aquela proposta por Chris Wickham. Em sua obra magna, Wickham propõe que o fim do Império Romano representou uma perda considerável da capacidade da aristocracia de exercer poder sobre o campesinato.<sup>12</sup> Esta perda se deve ao desaparecimento do aparato estatal romano, em especial capacidades administrativas, coercitivas (exército), etc.<sup>13</sup> Com a redução da capacidade da aristocracia de exercer poder, o campesinato (em especial o ocidental) teria vivido uma espécie de “era de ouro”, reduzindo em alguns casos o contato com a aristocracia a um encontro anual no qual as rendas devidas eram entregues.<sup>14</sup> A importância destacada do campesinato é a responsável por caracterizar este período como “Modo de Produção Camponês”.<sup>15</sup> Neste sentido, Wickham desloca o

---

<sup>10</sup> BERNARDO, João. **Poder e Dinheiro** - Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V - XV.. Lisboa: Edições Afrontamento, 1996. V. 3.

<sup>11</sup> BERNARDO, João. **Poder e Dinheiro** - Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V - XV. Lisboa: Edições Afrontamento, 1996. p. 75-81. V. 1.

<sup>12</sup> WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 270.

<sup>13</sup> *Ibidem*. p. 153-258.

<sup>14</sup> *Ibidem*. p. 430.

<sup>15</sup> *Ibidem*. p. 261.

protagonismo da nascente sociedade medieval para o campesinato, tornando este ator social o responsável por edificar a aurora do período medieval.

A visão da outra camada social fundamental da sociedade medieval (a aristocracia) também tem se notabiliza por destacar seu dinamismo, complexidade, eventual conflitividade e suas convergências. Um excelente exemplo é o desenvolvimento do campo conforme proposto por Régine Le Jan. Baseando-se sobretudo no aporte da antropologia, Le Jan complexificou nosso entendimento da aristocracia alto-medieval, ressaltando como os laços de parentesco (reais ou artificiais) são fundamentais para a compreensão da dinâmica deste setor da sociedade.<sup>16</sup> Com a proposição de Le Jan, o parentesco surge como uma dimensão social tão importante quanto a economia ou a política para um entendimento do fenômeno da aristocracia. A contribuição de Le Jan não isola o parentesco de outras esferas da vida social, mas destaca, por exemplo, como o papel social das mulheres foi fundamental nas relações de poder medievais.<sup>17</sup>

Outra contribuição essencial para o entendimento da aristocracia alto-medieval vem das reflexões de Christopher Loveluck. Loveluck parte de uma perspectiva mais informada pela arqueologia e por aspectos mais específicos da História Social, destacando que elementos como as relações sociais de produção (e a reorganização das hierarquias sociais) impactam na paisagem (*landscape*), arquitetura, nos estilos de vida e redes de sociabilidade e na divisão espacial do trabalho (majoritariamente entre campo e cidade).<sup>18</sup> As reflexões de Loveluck sobre a aristocracia são algumas das poucas que incorporam a discussão sobre mobilidade social. As principais possibilidades de mobilidade social aventadas por Loveluck são duas: 1) a cristalização de elites locais de proprietários livres em lordes locais; 2) a transformação imposta por uma conquista externa que criava novas organizações espaciais de poder, modificando as hierarquias vigentes anteriormente. O autor centra sua pesquisa sobre este assunto, contudo, no recorte

---

<sup>16</sup> LE JAN, Régine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (viie – xe siècle)**: essai d'anthropologie sociale. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995.

<sup>17</sup> LE JAN, Régine. **Femmes, pouvoir et société dans le haut Moyen Âge**. Paris: Éditions Picard 2001.

<sup>18</sup> LOVELUCK, Christopher. **Northwest Europe in the Early Middle Ages, c. AD 600–1150 - A Comparative Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

temporal entre 950-1150.<sup>19</sup> Além disso, pouca atenção é concedida à possibilidade de mobilidade social em um período de uma vida (ou com aspecto “biográfico”), e por isso a abordagem de Loveluck difere daquela proposta neste artigo.

A historiografia dedicada à Inglaterra anglo-saxã tem uma tradição consolidada de análise da estrutura social.<sup>20</sup> Nesta, os principais grupos sociais são os camponeses livres (*ceorls*), os camponeses dependentes, a aristocracia e a realeza. Com o passar dos séculos, há um processo de redução do campesinato independente e cristalização da aristocracia; a capacidade de exercício de poder por parte da realeza também varia no tempo. A cristalização deste tipo de visão se deve ao longo impacto da obra de Franks Stenton, “Anglo-Saxon England”.<sup>21</sup> Segundo Stenton, a sociedade anglo-saxã teria mantido esta dinâmica estrutural até o seu fim; a transformação do campesinato livre em servo se daria a partir da conquista normanda em 1066.<sup>22</sup> Embora a obra de Stenton não seja exclusivamente sobre a estrutura social anglo-saxã, esta visão se demonstrou poderosa e persistente. A discussão a respeito do campesinato ganhou um pouco de profundidade a partir de um longo estudo de Rosamond Faith. Segundo Faith, o senhorio (*manor*) feudal e as relações que são identificadas em fontes do período anglo-normando (século XI- XV) já existiam na sociedade anglo-saxã.<sup>23</sup> O estudo de Faith aprofunda a distinção entre os camponeses que seriam dependentes daqueles que ainda participariam da guerra e que gozariam de maior autonomia, riqueza, *status* e poder. Da mesma forma, o estudo de Faith atenta para como esta relação é dinâmica e possui movimentos e evoluções diferentes para cada região da Inglaterra.

No que diz respeito à outra ponta da sociedade (a aristocracia), poucos trabalhos de fôlego foram produzidos, e mesmo estes pouco avançam sobre a questão da mobilidade social. Costumam se concentrar em escalas de longa duração, geralmente nos dois primeiros séculos da infiltração e conquista anglo-

---

<sup>19</sup> *Ibidem.* p. 274-301.

<sup>20</sup> JOHN, Eric. English feudalism and the structure of Anglo-Saxon Society. **Bulletin of the John Rylands Library**, v. 46, n. 1, 1963, p. 14-41; BROWN R. Allen. *Origins of English Feudalism*. New York: Barnes and Noble Books, 1973.

<sup>21</sup> STENTON, Frank. **Anglo-Saxon England**. Oxford: Oxford University Press, 1971.

<sup>22</sup> *Ibidem.* p. 644.

<sup>23</sup> FAITH, Rosamond. **The English Peasantry and the Growth of Lordship**. Leicester: Leicester University Press, 1999.

saxã na Inglaterra, em uma narrativa de progressiva cristalização da aristocracia.<sup>24</sup> Outros estudos que se concentraram na aristocracia focam no período final do período anglo-saxão, com atenção às dinâmicas internas dos reinos, e tratam apenas de dinâmicas internas à aristocracia, sem considerar formas de mobilidade social de forma mais ampla.<sup>25</sup> Da mesma forma, os estudos que abordam o impacto da presença escandinava entre os séculos IX e XI também focam na relação interaristocrática, com ênfase no xadrez da aristocracia e a realeza.<sup>26</sup>

Um dos poucos estudos que abordam a mobilidade social entre diferentes estratos da sociedade anglo-saxã foi realizado por Walter Runciman. Neste artigo, Runciman defende que entre os séculos VIII e XI a Inglaterra passou por um processo em que os estatutos sociais eram mais fluidos; ou seja, em que a mobilidade social estava mais presente.<sup>27</sup> Contudo, este artigo identifica este fenômeno a partir de fontes espalhadas pelos diferentes reinos e em temporalidades distintas para traçar um quadro geral.<sup>28</sup> Por conta disto, a abordagem de Runciman trata fontes primárias de distintas naturezas como equivalentes, além de acabar elidindo as diferenças locais e as respectivas e diferentes processualidades do fenômeno que estuda.

No âmbito nacional, é possível destacar que o campo dedicado à Inglaterra anglo-saxã vem ganhando raízes e fôlego. Dentre dissertações, teses e artigos, o campo vêm se desenvolvendo, ainda que de forma inicial.<sup>29</sup> Os estudos, contudo, se

---

<sup>24</sup> Por exemplo, HÄRKE, Heinrich. Early Anglo-Saxon military organisation: an archaeological perspective. In: JØRGENSEN, A. N; CLAYSEN, B.L. (eds.). **Military aspects of Scandinavian society in a European perspective**, AD 1-1300. Copenhagen: National Museum 1997. p. 93-101; HÄRKE, Heinrich. Cemeteries as places of power. In: DE JONG, M. ; THEUWS, F. ; VAN RHIJN, C. van Rhijn (eds.). **Topographies of power in the Early Middle Ages**. Leiden, Boston e Cologne: Brill 2001. p. 9-30; HÄRKE, Heinrich. The Anglo-Saxon weapon burial rite: an interdisciplinary analysis. **Opus**, Moscow, n. 3, 2004. p. 197-207.

<sup>25</sup> BAXTER, Stephen. **The Earls of Mercia - Lordship and Power in Late Anglo-Saxon England**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

<sup>26</sup> HADLEY, Dawn H. **The Vikings in England: Settlement, Society and Culture**. Manchester: Manchester University Press, 2007; MCLEOD, Shane. **The Beginning of Scandinavian Settlement in England**. The Viking 'Great Army' and Early Settlers, c. 865-900. Turnhout: Brepols, 2014. Sobre um exemplo em que mesmo abordando outras temáticas o corte da aristocracia pode se manter, ver VOHRA, Pragya. One of Us? Negotiating Multiple Legal Identities across the Viking Diaspora. **Ethnic and Racial Studies**. v. 39, n. 2, 2015. p. 204-222.

<sup>27</sup> RUNCIMAN, Walter Garrison. Accelerating Social Mobility: The Case of Anglo-Saxon England. **Past & Present**, n. 104, p. 3-30, 1984.

<sup>28</sup> *Ibidem*. principalmente p. 9-15.

<sup>29</sup> ALBUQUERQUE, Isabela. **As relações identitárias entre anglo-saxões e escandinavos: uma comparação do Reino de Wessex com a região da Danelaw (séculos IX-X)**. Tese (Doutorado em

concentram mormente na fatia aristocrática da sociedade, com pouca atenção às relações entre aristocracia e campesinato. Este foco também é explicável pela pouca atenção a estas dinâmicas e estruturas mesmo pela historiografia internacional, tornando significativamente mais difícil a realização de pesquisas deste tipo no Brasil.

Considerando a forma pela qual a historiografia dedicada à Idade Média costuma trabalhar a questão da mobilidade social, fica claro o ineditismo da proposta deste artigo. É necessário, portanto, passar aos estudos de caso propostos. Considerando que um representa a ascensão de um estabulário (palavra aqui usada no sentido de quem trabalha em um estábulo) até a santidade (Caedmon) e o outro a redução de um aristocrata à condição de escravo (Imma), começaremos pelo estudo do caso de Caedmon. Ainda cabe salientar que os casos aqui propostos são complementares para o entendimento do significado social de mobilidade social no contexto analisado justamente por serem vetores de mobilidade social de sentido inverso (um ascendendo, o outro sendo escravizado). É necessário passar a eles agora.

## Caedmon

Caedmon foi uma pessoa elevada de um estatuto social muito inferior até o de um santo. Sua vida, conforme contada por Beda, representa a mobilidade social de pessoas de baixa extração. O capítulo da *Historia Ecclesiastica* que aborda sua vida e milagres é construída na forma de uma mini-hagiografia.<sup>30</sup> A história é bem conhecida entre os anglo-saxonistas. Caedmon era um homem velho (*proiectioris*

---

História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017; ALBUQUERQUE, Isabela. Culturas em contato: anglo-saxões e escandinavos na Inglaterra durante a Era Viking (793-1016). **BRATHAIR (ONLINE)**, v. 17, p. 3-21, 2017; DUQUE, Fábio de Souza. **Os diplomas e a governança nos reinos Anglo-Saxões: Mércia e o Wessex entre os séculos VIII e IX.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018; DA SILVA, Renato Rodrigues. As relações entre as esferas laicas e eclesiásticas na aristocracia da Nortúmbria no século VIII. **História Revista (UFG)**, v. 24, p. 169-185, 2019; DA SILVA, Renato Rodrigues. Propriedade fundiária na Nortúmbria anglo-saxônica: jurisdição, conflito e confluências (século VIII). **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 26, p. 164-187, 2020.

<sup>30</sup> BEDE. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. In: COLGRAVE, Bertram; MYNORS, Roger Aubrey Baskerville (trad. e ed.). **Bede's Ecclesiastical History**. Oxford: Oxford University Press, 1969. Livro IV, Cap. 24, p. 414 - 421. Doravante será utilizada a forma tradicional da historiografia para se referir a esta obra, sendo esta HE para se referir à *Historia Ecclesiastica*, seguida por um número utilizando numerais romanos que indicam o livro, seguida por numerais arábicos que indicam o capítulo do livro em questão. Assim, HE, II, 4 significa que se trata o segundo livro, capítulo 4.

*aetatis*) que nunca aprendeu nenhuma canção religiosa ou louvor (*carmina*).<sup>31</sup> Além disso, Caedmon não possuía a capacidade de cantar, chegando a temer fazê-lo em público. A comunidade a que ele pertencia era a Abadia de Whitby. Nela, havia festas e banquetes, nos quais as pessoas concordavam que deveriam cantar, cada pessoa por vez, passando uma harpa (*cithara*) de mão em mão. Deveria cantar quem tivesse a harpa em mãos, e Caedmon tinha por hábito se levantar e deixar a festa quando a harpa se aproximava dele.<sup>32</sup> Sabemos que o trabalho de Caedmon estava ligado ao cuidado de animais porque Beda nos conta que, após sair de um destes festejos, Caedmon “foi ao estábulo das mulas, porque era sua vez de cuidar delas naquela noite.”<sup>33</sup> Ou seja, apesar do canto ser algo costumeiro em Whitby, Caedmon não conseguia fazê-lo.

A capacidade de cantar e compor poesia religiosa na língua vernácula (*Old English*) veio até ele a partir de um sonho. Depois de Caedmon se aproximar do tal estábulo, ele dormiu e sonhou com uma figura masculina, que pediu para que Caedmon cantasse para ele. Caedmon diz que não é capaz de cantar. A figura masculina insiste, e quando Caedmon abre a boca ele entoava uma canção nunca ouvida, nem por ele nem por ninguém. Quando Caedmon acorda, foi capaz de lembrar tudo o que ele cantou durante seu sonho e ainda adicionou alguns versos. Os versos adicionados foram feitos “da mesma maneira, louvando a Deus no estilo adequado”.<sup>34</sup> Quando a aurora irrompeu, Caedmon foi até seu “*uilicus*, que era responsável por ele”.<sup>35</sup> O *uilicus* levou Caedmon até a abadessa. Para que a abadessa identificasse a origem do seu novo dom, Caedmon teve que descrever seu sonho e recitar sua nova canção na presença de muitos homens instruídos.<sup>36</sup> Apesar de ser membro de uma comunidade regida por uma abadessa, Beda conta que seu dom e seu sonho foram primeiro analisados por homens.<sup>37</sup> Como estudiosos da poesia na Inglaterra Anglo-Saxã ressaltam, para que uma pessoa se tornasse poeta neste contexto, ela precisava de uma comunidade que fosse capaz

---

<sup>31</sup> HE, IV, 24, p. 414.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> “*esse ad stabula iumentorum, quorum ei custodia nocte ille erat delegatus.*” HE, IV, 24, p. 416.

<sup>34</sup> “*eundem modum uerba Deo digni caminis adiunxit.*” HE, IV, 24, p. 416.

<sup>35</sup> “*uilicum, qui sibi praeerat.*” HE, IV, 24, p. 416.

<sup>36</sup> *multis doctoribus uiris praesentibus.* HE, IV, 24, p. 416.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

de separar poesia boa da poesia ruim.<sup>38</sup> Como a poesia foi considerada boa, o sonho e o dom foram considerados de natureza divina.

Depois de ser considerado de origem divina, o conselho de homens leu para ele uma passagem da história sagrada e de doutrina, e pediram a ele para fazer uma canção a partir dela; se possível, com métrica. Caedmon foi bem-sucedido. A abadessa então o aconselha a entrar na vida monástica, e ordena que Caedmon fosse instruído em toda a história sagrada.<sup>39</sup> Como parte de seu dom, Caedmon podia transformar o que fosse ensinado a ele em “verso dulcíssimo.”<sup>40</sup> O som era tão agradável (*suavius*) que seus professores (*doctores*) logo se tornaram sua plateia (*auditores*).<sup>41</sup> No final de sua vida, Caedmon tinha seu próprio assistente (*minister*), que preparou o leito de morte de Caedmon quando este previu sua própria morte.<sup>42</sup> A morte de Caedmon não difere de outros homens santos da Inglaterra Anglo-Saxã: cercado por seus pares, monges.

A vida de Caedmon representa um caso raro de mobilidade social ascendente na Inglaterra Anglo-Saxã. Da posição de estabulário ele se torna professor dos professores (*doctores*) de uma comunidade monástica. Contudo, é um caso marcante para o período, e esta transformação só foi possível pela intervenção de Deus. O milagre, contudo, não foi aceito imediatamente ou tomado como certo. Através dos passos pelos quais Caedmon foi aceito é possível observar as estruturas de poder que foram transpostas no processo. Primeiro, ele teve que contar ao seu *uilicus* sobre seu dom. Um estabulário não poderia ir direto à abadessa, mas precisava se reportar ao seu superior imediato. Acesso à abadessa só foi possível através do *uilicus*, e Caedmon teve que atravessar uma série de testes para que seus pares acordassem que sua habilidade havia sido concedida por Deus e não por outra força (maligna). Em outras palavras, o caso de mobilidade social ascendente representa um caso de subida passo a passo, degrau a degrau, na hierarquia. Assim, ele permite observar como cada nível deveria se comportar. Como Caedmon sobe, ele não pula direto ao topo, mas vai

---

<sup>38</sup> THORNBURY, Emily. **Becoming a poet in Anglo-Saxon England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 91.

<sup>39</sup> HE, IV, 23-24.

<sup>40</sup> “*carmen dulcissimum*.” HE, IV, 24, p. 416.

<sup>41</sup> HE, IV, 24, p. 418.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

pacientemente progredindo através de todos os degraus, esperando a aprovação em cada um destes níveis. Caedmon não encontra nenhuma oposição; contudo, ele só sobe na hierarquia porque foi permitido pela própria hierarquia, e aos poucos vai sendo reconhecido como o beneficiário de um milagre. O *uilicus*, a abadessa, os *doctores*, todos tiveram que concordar em suas avaliações e chancelar a posição de Caedmon antes que ele conseguisse alcançar a sua posição definitiva naquela sociedade.

Um ponto fundamental a ser feito é que as pessoas na comunidade concordaram em aceitar Caedmon em suas fileiras por conta de sua habilidade poética. Como O'Donnell ressalta, o centro da história não é o milagre em si, o sonho e o contato com Deus. O ponto principal é o quão bem Caedmon conseguia cantar e compor “da maneira certa”.<sup>43</sup> Para os poetas contemporâneos a Caedmon e da mesma região, a característica mais marcante dele era a qualidade do seu verso.<sup>44</sup> A qualidade do verso é algo vital para Beda, que também era um poeta e um professor de composição e métrica.<sup>45</sup> O conhecimento da métrica era outro elemento considerado importante para fazer a exegese interpretativa da Bíblia.<sup>46</sup> Em uma de suas obras, Beda discute a importância da compreensão da retórica para decifrar e interpretar a literatura cristã.<sup>47</sup> Poesia era uma forma de distinção social. A capacidade de produzir poesia requeria um treinamento longo, às vezes uma vida inteira dedicada a ela. É uma vida, portanto, apartada da atividade produtiva. A poesia como distinção social estava conectada tanto ao *status* no cristianismo (a posição na hierarquia social) quanto ao exercício do próprio cristianismo (enquanto entendimento das escrituras). O milagre permitiu a Caedmon contornar o treinamento vitalício, mas a mobilidade social que a habilidade de poeta permitiu não foi conseguida automaticamente. Pelo contrário,

---

<sup>43</sup> O'DONNELL, D. *Cædmon's Hymn* - A Multimedia Study, Edition and Archive. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 5.

<sup>44</sup> *Ibidem*. p. 8.

<sup>45</sup> BEDE, De arte metrica, In: KENDALL, C. B. (ed.), *Bedae Venerabilis Opera, Pars I*. Turnhout: Brepols, 1975.

<sup>46</sup> WRIGHT, Neil. The Metrical Art(s) of Bede'. In: O'KEEFEE, Katherine O'Brien; ORCHARD, Andy (eds.), *Latin Learning and English Lore*. Studies in Anglo-Saxon Literature for Michael Lapidge, Toronto: University of Toronto Press, 2005. p. 150 - 151. V. 1.

<sup>47</sup> Bede, De schematibus et tropis. In: KENDALL, C. B. (ed.), *Bedae Venerabilis Opera, Pars I*. Turnhout: Brepols, 1975; ver também CAMPBELL, James. Bede (673/4-735), ODNB, 2008. Disponível em: <http://www.oxforddnb.com/view/article/1922?docPos=1>. Acesso em 25/05/2020.

ela precisou satisfazer a análise dos *doctores*. Em outras palavras, seguindo a lógica proposta por Hornbury, a comunidade é essencial para transformar quem escreve poesia em um poeta reconhecido como tal, e que ocupe a função de poeta naquela sociedade.<sup>48</sup>

Infelizmente, não é possível saber muito sobre a posição social do *uilicus*. Este personagem podia ser da mesma posição social que Caedmon ou de um nível diferente de poder. Não sabemos, portanto, se se trata de um caso de subordinação, em uma relação intra-classe; ou se se trata de um caso de dominação, inter-classe. Se fosse possível saber isso, o mapa das relações de classe estaria mais claro. A história de vida de Caedmon expressa consciência da sua própria posição na sociedade e de como esta posição está relacionada com outras posições de poder. Apesar de se tratar de uma exceção à regra social, o milagre por trás de Caedmon não quebra a hierarquia social. Ele a reforça.

### **Imma**

Em 679, uma batalha aconteceu no rio Trent, e Elfino, rei de Deira, foi assassinado. De acordo com Beda, um de seus soldados (*militia eius*), Imma, foi ferido durante a batalha.<sup>49</sup> Imma foi capturado por soldados do exército inimigo, que o levaram para o seu senhor (*comes*).<sup>50</sup> Quando perguntado quem era, Imma teve medo de confessar que era um soldado de condição social elevada (*miles*), então disse que era um camponês pobre (*rusticum pauperem*) e casado.<sup>51</sup> De acordo com Beda, Imma também teria dito ao seu captor que ele veio até o exército com outros camponeses para trazer comida aos soldados.<sup>52</sup> Seu captor então cuidou de seus ferimentos e, quando Imma se sentiu melhor, ordenou que fosse acorrentado à noite para que não escapasse. Contudo, conforme Imma era

---

<sup>48</sup> THORNBURY, Emily. **Becoming a poet in Anglo-Saxon England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 94.

<sup>49</sup> HE, IV, 22, p. 402.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> “[...] *usticum se potius et pauperem atque uxoreo uinculo conligatum fuisse respondit.*” HE, IV, 22, p. 402.

<sup>52</sup> “[...] *propter uictum militibus adferendum in expeditionem se cum sui similibus uenisse estatus est.*” *Ibidem*.

acorrentado, seus grilhões se soltavam sozinhos.<sup>53</sup> Seu captor achou que Imma não poderia ser preso porque este possuía magias de libertação lançadas em seu corpo, o que era negado por Imma.<sup>54</sup> Imma explicou que seu irmão (Tunna) era um sacerdote e abade, e que pensou que Imma estivesse morto. Então, Tunna rezava para que a alma de Imma fosse absolvida por Deus para que pudesse subir livremente aos céus.

A posição social de Imma permitiu a ele não apenas conhecer como os aristocratas devem parecer, comportar-se e agir, mas ele também tentou emular as características das classes dominadas, o pobre camponês (*rusticus pauper*). Como Imma foi servido no campo de batalha por pessoas como estas (camponeses), ele estava acostumado com seus papéis sociais, incluindo a provisão de comida, feita juntamente com outros camponeses, que ocupavam a mesma posição (*similibus*). Imma achou ser possível para ele ser visto como alguém de outra classe, e foi bem-sucedido por algum tempo. Contudo, sua aparência, conduta e fala (*uultu, et habitu et sermonibus*) não eram aquelas das pessoas pobres (*pauper uulgo*). Na verdade, estas eram de origem nobre (*sed de nobilibus*). As pessoas que o observavam com atenção (*diligentius considerabant*) podiam perceber que ele estava mentindo sobre sua origem social. A observação das marcas de identidade e reconhecimento de cada grupo social o entregava. A posição de classe de Imma havia moldado-o de forma que ele não conseguia se passar por um homem de *status* social baixo. Após interrogar Imma sobre as magias de libertação, seu captor (também nobre, um *comes*) percebeu sua mentira e prometeu não lhe fazer mal, desde que ele contasse a verdade. Quando Imma contou que era um dos nobres diretamente ligados ao rei Egfrido (*thegn*), seu captor disse que deveria matá-lo. Afinal, todos os irmãos e parentes (*frater et cognati*) de Imma haviam sido mortos durante a batalha. Contudo, o captor disse que não o mataria para não quebrar sua promessa.<sup>55</sup>

Um ponto importante de sublinhar nesta passagem da narrativa sobre Imma é que o reconhecimento da classe é um fenômeno orgânico, vivo. Este reconhecimento se origina diretamente da experiência dentro do seu grupo social.

---

<sup>53</sup> “*Nec tamen uinciri potuit; nam mox, ut abiere qui uincierant, eadem eius sunt uincula soluta.*” Ibidem.

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> “[...] *ne fidem mei promissi praeuaricer.*” HE, IV, 22, p. 404.

Neste sentido é importante ressaltar que demorou algum tempo (*aliquanto tempore*) para que o captor tivesse certeza da mentira de Imma. A narrativa é preciosa ao revelar como pessoas podem identificar um par, e, portanto, a si mesmas, pelo comportamento. Porém, tão importante quanto é a aparência. Em um exercício de imaginação, poderíamos considerar que Imma não possui os calos nas mãos típicos do serviço agrário; sua pele não deve ter sido tão transformada pela ação do sol quanto a dos camponeses, etc. Em outras palavras, a história de Imma nos revela como o processo de formação de classe é impressa no corpo. Um segundo ponto sobre a narrativa até este ponto são as expectativas que são nutridas sobre alguém desta extração social. Imma é um mentiroso e um exemplo negativo de aristocrata, que é descoberto e exposto, e um guerreiro que sobrevive ao campo de batalha enquanto seus colegas pereceram.

A narrativa de Imma também é importante para destacar que o corpo, fala e conduta característicos de alguém de alta extração social podem ser percebidos por outra pessoa com a mesma qualidade social, oriunda de um reino diferente. No caso, seu captor. Em outras palavras, a aparência associada à classe dominante não é apenas local. A continuação da história também é importante para a aprofundamento deste ponto.

O captor havia prometido não fazer mal a Imma. Então, o vendeu para um frísio em Londres. Como não era possível amarrá-lo no deslocamento até Londres, ou pelo seu novo mestre, foi permitido a Imma buscar alguém para pagar seu resgate (*sese redimendi*), caso conseguisse.<sup>56</sup> Imma jurou ao seu mestre que ele iria buscar o valor (*pecunia*) do resgate ou que voltaria.<sup>57</sup> Desta vez, Imma manteve sua palavra, e foi até o rei (Hlothhere) do Kent. Este rei deu a Imma o dinheiro, que foi enviado para o mestre (*dominus*) de Imma. A decisão do rei do Kent também foi motivada por convenções sociais, porque Imma serviu como nobre subordinado à (Æthelthryth), tia do rei do Kent.<sup>58</sup> Imma recebeu o dinheiro do seu resgate/redenção (*pretium suae redemptionis*) porque ele possuía laços familiares com a família regente de onde ele foi vendido. A distância entre o Kent e a

---

<sup>56</sup> HE, IV, 22, p. 404.

<sup>57</sup> “At ille iureiurando ut redirect, uel pecuniam illi pro se mitteret [...]” HE, IV, 22, p. 404.

<sup>58</sup> “[...] uenit Cantiam ad regem Hlotheri, qui erat filius sororis Aedilthrydae reginae, de qua supra dictum est, quia et ipse quondam eiusdem reginae minister fuerat [...]” HE, IV, 22, p. 404.

Nortúmbria não foi um obstáculo para o casamento intra-classe e para a reprodução da classe. Da mesma forma, a narrativa não traz quaisquer questionamentos do rei do Kent para Imma: parece ser seu dever libertar um dos seus. Como Imma e o rei do Kent estavam entrelaçados por uma rede de serviços, laços familiares e contra-dons, o resgate pode ser entendido como parte das obrigações de classe.

Também muito importante nesta seção da narrativa é a rede de informações que é parte do que constitui a aristocracia. Imma sabia que o rei do Kent estava ligado a ele, e que iria pagar seu resgate. Mesmo durante o cativeiro, Imma conta a seu captor que ele sabia que seu irmão achava que ele estava morto, e que ofertava missas em sua memória.<sup>59</sup> A narrativa não revela se isso significa que Imma estava de alguma forma recebendo notícias ou se ele estava apenas tentando adivinhar. Seja como for, esta informação é vital para a narrativa, e também foi vital para restaurar Imma à sua posição social, já que ele só pode agir por não conseguir ser amarrado.

A narrativa de Imma termina com ele de volta à sua terra (*patria*), contando o que aconteceu ao seu irmão. Confirmaram então a sincronicidade entre as missas e os grilhões se soltando, e como seu conforto e bênçãos no seu coração durante seu período do cativeiro eram originárias do céu a partir da interseção do irmão abade.<sup>60</sup> A história de Imma também tem como uma dos temas centrais o milagre, e a capacidade das orações do abade ser o meio que conecta a agência humana e a ação divina. E esta visão da intervenção divina reforça a questão classista do milagre e da história de Imma. O irmão de Imma se chamava Tunna, e era um abade poderoso a ponto de ter uma cidade nomeada em sua homenagem (*Tunnacaestir*).<sup>61</sup> Em outras palavras, o milagre só foi possível a partir da prece de uma pessoa poderosa. Imma poderia apenas ter livre acesso a este tipo de pessoa (e ao poder da prece desta pessoa) por conta de sua posição na sociedade, que o

---

<sup>59</sup> “[...] *et scio quia ille me interfectum putans pro me per intercessions eius solueretur a poenis*”. *Ibidem*.

<sup>60</sup> “[...] *quase periclitanti ei / commode contigissent et prospera, per intercessionem fraternam et oblationem hostiae salutaris caelitus sibi fuisse donate intellexit*.” *Ibidem*.

<sup>61</sup> “[...] *eius nomine Tunnacaestir cognominatur*”. *Ibidem*.

cerca de relações entre os ricos e poderosos. E o fato de serem irmãos ressalta como as posições de poder estavam concentradas nas famílias aristocráticas.

No conto sobre Imma é possível observar um microcosmo do que significa ser um aristocrata. Na narrativa, sua proximidade com a realeza é notável: seu *status* militar e sua função como guerreiro; a conexão com outros aristocratas, mesmo de outros reinos; a posição de prestígio derivada do seu antecedente familiar (tanto dele como de seu irmão); a natureza confiável de seu juramento (no caso, o juramento para pedir seu resgate pessoalmente); o reconhecimento por seus pares de origem social em sua conduta, fala, aparência e corpo. Também é, portanto, um microcosmo de uma posição social que é consciente de si, dos seus privilégios (juramentos como verdade) e acesso a recursos (o resgate, a oração do irmão, o milagre).

## **Conclusão**

Os estudos de caso apresentados são cheios de significado sobre posições de classe e sua aparência. A mobilidade ascendente só é possível através de intervenção divina; mesmo quando ela acontece, Caedmon é obrigado a subir um a um os degraus da hierarquia. Também é exigido dele ser aceito e reconhecido por cada colegiado de pessoas em cada nível, para que o declarassem um par em cada degrau. A aprovação colegiada de Caedmon exigiu um exercício de identificação pelos *doctores*. Mesmo com intervenção divina, a mobilidade social ascendente precisa da aprovação de classe para acontecer.

A mobilidade descendente aparece como artificial e muito mais difícil, quase impossível de acontecer ou sequer de ser falsificada. As determinações de classe da experiência humana são o molde no qual o comportamento é cunhado. O reconhecimento por um par que estava tentando se disfarçar como alguém de um grupo diferente é um grande exemplo de como uma classe social é consciente de seus membros e de como o processo de formação de classe está impresso nos corpos. A aparência de classe é fundamental, e inescapável.

Posições de poder estão claramente cristalizadas na mente da aristocracia. Enquanto o movimento ascendente requer sua autorização, o movimento descendente não é visto como possível, sequer imitável. Em ambos os casos, há

intervenção divina. Não apenas a aristocracia é consciente de si enquanto um grupo, mas sua posição estava ideologicamente cristalizada ao ponto da imobilidade. Por isto, existe a necessidade de se pensar consciência de classe articulada com mobilidade social: a consciência de classe na Inglaterra Anglo-Saxã toma forma ao pensar a transição de classe como impossível, impossibilidade esta sancionada inclusive por ordem divina.

## Referências Bibliográficas

### Documentação

BEDE. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. In: COLGRAVE, Bertram & MYNORS, Roger Aubrey Baskerville (trad. e ed.). **Bede's Ecclesiastical History**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

BEDE. *De arte metrica*. In: KENDALL, C. B. (ed.), **Bedae Venerabilis Opera, Pars I**. Turnhout: Brepols, 1975, p. 60-141.

BEDE. *De schematibus et tropis*. In: KENDALL, C. B. (ed.), **Bedae Venerabilis Opera, Pars I**. Turnhout: Brepols, 1975, p. 142-171.

KEYNES, Simon.; LAPIDGE, Michael. **Alfred the Great**. Londres: Penguin, 1983.

O'DONNELL, Daniel P. **Cædmon's Hymn - A Multimedia Study, Edition and Archive**. Cambridge: D.S. Brewer, 2009.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média – Textos e Testemunhas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

### Bibliografia

ALBUQUERQUE, Isabela. **As relações identitárias entre anglo-saxões e escandinavos: uma comparação do Reino de Wessex com a região da Danelaw (séculos IX-X)**. 2017. 209f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ALBUQUERQUE, Isabela. *Culturas em contato: anglo-saxões e escandinavos na Inglaterra durante a Era Viking (793-1016)*. **BRATHAIR (ONLINE)**, v. 17, 2017. p. 3-21.

BAXTER, Stephen. **The Earls of Mercia – Lordship and Power in Late Anglo-Saxon England**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BERNARDO, João. **Poder e Dinheiro - Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V - XV**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1996. V. 3.

BROWN R. Allen. **Origins of English Feudalism**. New York: Barnes and Noble Books, 1973.

CAMPBELL, James. Bede. **Oxford Dictionary of National Biography**, 2008.

Disponível em:

<https://www.oxforddnb.com/view/10.1093/ref:odnb/9780198614128.001.0001/odnb-9780198614128-e-1922>. Acesso em 25 mai. 2020.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **História Medieval**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

DA SILVA, Renato Rodrigues. Propriedade fundiária na Nortúmbria anglo-saxônica: jurisdição, conflito e confluências (século VIII). **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 26, p. 164-187, 2020.

DA SILVA, Renato Rodrigues. As relações entre as esferas laicas e eclesiásticas na aristocracia da Nortúmbria no século VIII. **História Revista (UFG)**, v. 24, p. 169-185, 2019.

DUQUE, Fábio de Souza. **Os diplomas e a governança nos reinos Anglo-Saxões: Mércia e o Wessex entre os séculos VIII e IX**. 245f. – Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

FAITH, Rosamond. **The English Peasantry and the Growth of Lordship**. Leicester: Leicester University Press, 1999.

HADLEY, Dawn H. **The Vikings in England: Settlement, Society and Culture**. Manchester: Manchester University Press, 2007.

HÄRKE, Heinrich. Early Anglo-Saxon military organisation: an archaeological perspective. In: JØRGENSEN, A. N.; CLAUSEN, B. L (eds.). **Military aspects of Scandinavian society in a European perspective, AD 1-1300**. Copenhagen: National Museum, 1997. p. 93-101.

HÄRKE, Heinrich. Cemeteries as places of power. In: DE JONG, M.; F. THEUWS, F.; VAN RHIJN, C. (eds.). **Topographies of power in the Early Middle Ages**. Leiden; Boston; Cologne: Brill, 2001. p. 9-30.

HÄRKE, Heinrich, The Anglo-Saxon weapon burial rite: an interdisciplinary analysis. **Opus**, Moscow, n. 3, p. 197-207, 2004.

JOHN, Eric. English feudalism and the structure of Anglo-Saxon Society. **Bulletin of the John Rylands Library**, v. 46, n. 1, p. 14-41, 1963.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. V. 1.

LE JAN, Régine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (viie – xe siècle):** essai d'anthropologie sociale. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995.

LE JAN, Régine. **Femmes, pouvoir et société dans le haut Moyen Âge.** Paris: Éditions Picard, 2001.

LOVELUCK, Christopher. **Northwest Europe in the Early Middle Ages, c. AD 600–1150** - A Comparative Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MCLEOD, Shane. **The Beginning of Scandinavian Settlement in England.** The Viking 'Great Army' and Early Settlers, c. 865-900. Turnhout: Brepols, 2014.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. O estudo da Idade Média em livros didáticos e suas implicações no Ensino de História. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 23, p. 101-125, 2010.

RUNCIMAN, Walter Garrison. Accelerating Social Mobility: The Case of Anglo-Saxon England. **Past & Present**, n. 104, p. 3-30, 1984.

SILVA, Edilene. Livros Didáticos e Ensino de História: A Idade Média nos manuais escolares do Ensino Fundamental. **História & Ensino**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 7-31, 2011.

STENTON, Frank. **Anglo-Saxon England.** Oxford: Oxford University Press, 1971.

THORNBURY, Emily. **Becoming a poet in Anglo-Saxon England.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

VOHRA, Pragma. One of Us?: Negotiating Multiple Legal Identities across the Viking Diaspora. **Ethnic and Racial Studies**, v. 39, n. 2, p. 204-222, 2015.

WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

WRIGHT, Neil. The Metrical Art(s) of Bede. *In*: O'BRIEN O'KEEFFE, Katherine; ORCHARD, Andy (eds.). **Latin Learning and English Lore.** Studies in Anglo-Saxon Literature for Michael Lapidge. Toronto, ON: Toronto University Press, 2005, p. 150-170. V. 1.

Recebido: 03/04/2020  
Aprovado: 02/06/2020

## **A CRISE EM PERSPECTIVA COMPARADA: TEORIA POLÍTICA A PARTIR DOS CASOS DE GOZLIN RORGONIDA (834-886) E WILLIAM MELTON (1275-1340)**

Leandro Duarte Rust<sup>1</sup>  
Janaina Bruning Azevedo<sup>2</sup>

**Resumo:** “Crise” é um vocábulo historiográfico elementar. Nos estudos sobre a Idade Média, seu emprego é corrente, alcançando diversos contextos. A aplicação, no entanto, não é um procedimento neutro ou exclusivamente objetivo. “Crise” é um vocábulo classificatório, cuja eficácia descritiva na leitura documental depende de certas premissas normativas partilhadas pelos historiadores. Examinar essa fundamentação é o objetivo deste artigo. Para isso, compararemos as caracterizações de duas épocas como tempos de crise, as décadas de 880 e 1320, aqui estudadas através de dois eclesiásticos envolvidos em atividades militares. Adotar a comparação como técnica para análise da operação historiográfica permite debater a incidência de dois modelos narrativos sobre as premissas adotadas pelos estudiosos, o modelo da crise como lógica feudal e o modelo da crise como pluralismo jurídico. A hipótese defendida consiste em argumentar a favor dos ganhos científicos com a adoção do segundo modelo.

**Palavras-chave:** Crise; Historiografia; Bispos Guerreiros.

### *CRISIS FROM A COMPARED PERSPECTIVE: POLITICAL THEORY FROM THE CASES OF GOZLIN RORGONIDA (834-886) AND WILLIAM MELTON (1275-1340)*

**Abstract:** “Crisis” is an elementary historiographic word. In studies on the Middle Ages, its use is common, reaching different contexts. However, the application is not a neutral procedure neither an exclusively objective one. “Crisis” is a classificatory word, whose descriptive effectiveness in documentary reading depends on certain normative premises shared by historians. The purpose of this article is to exam his theoretical foundation. For this, we will compare the characterizations of two eras as times of crisis, the decades of 880 and 1320, studied here through two ecclesiastics involved in military activities. Adopting comparison as a technique for analyzing the historiographic operation allows us to debate the incidence of two narrative models on the premises adopted by scholars, the model of crisis as a feudal logic and the model of crisis as a legal pluralism. The hypothesis defended is to argue in favor of scientific gains with the adoption of the second model.

**Keywords:** Crisis; Historiography; Warrior Bishops.

### **Por que comparar?**

Quatro séculos separam as vidas de Gozlin Rorgonida e William Melton. Ambos trilharam carreira eclesiástica, mas em tempos e lugares diversos. Gozlin nasceu em 834 e já era monge antes de completar vinte invernos. Não se sabe se a vida religiosa lhe foi designada para conter as pressões sobre o patrimônio paterno – a existência de dois irmãos mais velhos era suficiente para transformar a sucessão do conde de Maine em uma fonte de conflitos, ainda mais por se tratar de

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília. Email: [leandroduarterust@gmail.com](mailto:leandroduarterust@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Mato Grosso. Email: [bruningnina@gmail.com](mailto:bruningnina@gmail.com)

uma posição social tão elevada quanto a de genro de Carlos Magno. Mas, se tal foi o caso, a decisão foi uma estratégia social bem-sucedida. Gozlin ocupou algumas das posições de poder mais influentes na rica região da Nêustria: foi abade Saint-Maur de Glanfeuil, de Jumièges, de Saint-Amand, de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Denis, sendo a última objeto de especial patronato régio. Arquichanceler de Carlos II, rei entre 840 e 877, foi eleito bispo de Paris entre 883 e 884. Quando morreu, vitimado pela peste em 886, Gozlin figurava no mais alto escalão da aristocracia franca.<sup>3</sup> Já William Melton nasceu em 1275 e não há muito sobre sua vida antes da consagração a arcebispo. Melton aparentemente foi próximo ao rei Eduardo I. Em 1315, no reinado do sucessor, Eduardo II, foi escolhido para assumir a Sé de York, mas a consagração ocorreu apenas em 1317 por razões difíceis de precisar. Melton era um clérigo em elevada posição de poder. As breves menções historiográficas que costuma receber o descrevem como um partidário leal da coroa. Conduzir a igreja de York significava estar à frente do segundo maior arcebispado da Inglaterra, cujo patrimônio ele aumentou e consolidou como uma das maiores reservas de poder senhorial a norte do reino. Melton morreu no ano de 1340, aos 65 anos, sob o governo de Eduardo III, bispo ao longo de três conturbados reinados.<sup>4</sup>

Dois personagens das elites agrárias medievais, pinçados entre tantos outros casos igualmente possíveis. Mas se não estamos diante de figuras únicas, excepcionais, por que escolhê-los? Por que compará-los? A resposta não está nos fatos vinculados a essas vidas, mas no “como se” frequentemente deduzido a partir desses fatos. Compará-los é relevante porque esses dois personagens propiciam uma oportunidade valiosa, talvez única. Quando confrontamos os registros documentais sobre suas ações somos capazes de explicitar uma característica intrigante dos *modos de pensar a história medieval*. Trata-se de um aspecto reiteradamente implícito quando circunscrito a um contexto, algo que molda a

---

<sup>3</sup> TESSIER, Georges. **Recueil des Actes de Charles II le Chauve**. Paris: Imprimerie Nationale, 1943, v. 1, p. 39-45; LE JAN, Regine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle)**. Essai d'anthropologie sociale. Paris: Publication de la Sorbonne, 1995. p. 445.

<sup>4</sup> TAUBMAN, Andrew. **Clergy and Commoners: Interactions between medieval clergy and laity in a regional context**. 2009. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2009. p. 103-179; EDWARDS, Kathleen. The Political Importance of the English Bishops during the Reign of Edward II. **The English Historical Review**, Oxford, v. 59, n. 235, p. 311-347, 1944.

explicação de modo sutil, uma presença invisível: um pressuposto não-dito, cuja incidência passa a fazer ruído e se torna tangível sob a comparação. A escolha é justificada por aquilo que ela pode revelar acerca dos historiadores, não da história em si. Expliquemos melhor.

Não há estudo que aborde as épocas de Gozlin e William como um mesmo tema. A constatação é menos previsível do que se pode supor. Quando colocadas frente a frente, as interpretações sobre os dois momentos guardam similitudes tão significativas que seria possível cogitar que suas histórias foram escritas pela mesma mente. Um mesmo conceito predomina sobre suas caracterizações: *crise*. Formadas por vias interpretativas diversas, percorrendo itinerários intelectuais independentes, os estudos sobre cada época chegaram a desfechos análogos. Os dois períodos redizem uma trama de *esgotamento* político, do fim de um modelo governamental longo. Os dois eclesiásticos são personagens de um mesmo arco narrativo, um roteiro de desatualização que, regido pela ideia de um desajuste da comunidade política, põe em cena o relato sobre a tragédia de seu funcionamento. No caso de Gozlin, isso se traduz na valorização dos anos 870 e 880, quando ele desponta no primeiro plano de uma escalada de tensões que teria atingido seu clímax em dezembro de 887, momento da deposição de Carlos III, último descendente de Carlos Magno. Quanto a William, o arco narrativo também preenche duas décadas, as de 1310 e 1320, conferindo relevância ao seu envolvimento nos conflitos que teriam atingido o ponto de culminância com a deposição e abdicação de Eduardo II, em janeiro de 1327.

De 887 para 1327. Duas deposições, dois prelados direta e ativamente implicados, dois vértices da história política separados por exatamente quatrocentos e quarenta anos. Uma correspondência desconcertante o suficiente para sussurrar a suspeita de que já não se trata de coincidência, mas de repetição. Mas o que, precisamente, se repete? A resposta, seja ela qual for, deve considerar uma constatação elementar: tal maneira de organizar os fatos não é uma reprodução dos registros documentais. Por mais objetiva que pareça, ela resulta de uma seleção, um rearranjo de informações. Não só há outros fatos textualmente indicados, como esses que aí estão contam com características que tornariam igualmente plausível a imagem de períodos díspares, drasticamente divergentes.

Mas as semelhanças prevaleceram. E não só prevaleceram: se multiplicaram. A trama resumida no parágrafo anterior é o fio condutor para muitas conclusões. Ambos os períodos são narrados como a história da inadequação de um rei, de sua impotência para lidar com uma aristocracia progressivamente independente e belicosa. Em 880 e em 1320, a inépcia da coroa teria amplificado os conflitos internos, atirando o Estado em um vendaval de ameaças à coesão territorial, à centralização dos poderes, à estabilidade econômica. A oposição sociológica domina a compreensão das relações entre rei e aristocracia. A descrição de uma ascensão disruptiva da aristocracia condiciona a leitura dos dois períodos. Logo, a suspeita quanto à repetição deve seguir o rastro dos historiadores. É o modelo narrativo o que se repete, enquadrando épocas distantes sob a *forma* de uma história achatada, na qual a passagem do tempo é vista como o processo de um achatamento contínuo do repertório de criações e soluções coletivas. Repertório que teria sido definitivamente esmagado em 887 e 1327.

De tão arraigada, a repetição fixou a medida do possível. A ideia de “fim” mantém seu efeito balizador. Observe-se como o período em questão do século IX é destacado em “Beyond War and Contracts: The medieval and religious roots of the European State”, um recente estudo de Ciência Política: “a condição crítica inicial para esse desenvolvimento primevo e gradual do Estado foi a fragmentação da autoridade territorial na Europa depois do colapso da dinastia carolíngia em 888.” A “queda dos carolíngios” surge como origem de uma realidade histórica duradoura e continental, assim caracterizada: “a governança medieval subjacente era um sistema desconexo de autoridade feudal e controle territorial incompleto.”<sup>5</sup> Com a morte de Carlos III, em janeiro de 888, uma política deficitária teria definido toda a Europa.<sup>6</sup> Resultado similar reaparece em iniciativas para repensar o século XIV inglês, como se pode ler nas páginas de “The Deposition and Abdication of Edward II”, de Claire Valente. Segundo ela, a deposição-abdicação de Eduardo II foi

---

<sup>5</sup> GRZYMALA-BUSSE, Anna. Beyond War and Contracts: The Medieval and Religious Roots of the European State. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, v. 23, p. 19-36, 2020. p. 22.

<sup>6</sup> Um exemplo de alternativa a esse juízo de valor: “Formalmente, 888 foi o fim da dinastia: nas regiões e localidades, no entanto, não foi o fim das instituições e da prática carolíngia”. Cf. NELSON, Janet. Carolingian Empire. In: MACKENZIE, John M. (ed.). *The Encyclopedia of Empire*. Nova York: Wiley & Sons, 2016. p. 10. Um importante balanço sobre o emprego geral do conceito “crise” nos estudos medievais pode ser encontrado em: SILVA, Marcelo Cândido da. Crise e fome na Alta Idade Média: o exemplo dos capitulários carolíngios. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 185-207, 2017.

um “evento sem precedentes na Inglaterra pós-Conquista”. Ou seja, tudo o que havia ocorrido na ilha desde a invasão normanda em 1066 teria sido convertido em passado por força de uma manifesta insuficiência para os desafios que surgiam. Nada do que fora vivido nos últimos duzentos e cinquenta anos proporcionava o necessário para lidar com os desafios trazidos por “um dos grandes momentos políticos do século XIV”.<sup>7</sup> A deposição pode não ter colocado um fim às instabilidades, mas ela teria posto a nu o esgotamento de um acervo de experiências políticas e legais acumuladas no decorrer de mais de dois séculos.

Aí está a característica intrigante que a comparação explicita: a eficácia com que um modelo interpretativo condiciona o uso de evidências documentais. Uma eficácia que deve suscitar reflexão crítica. De modo aparentemente imprevisto, dois contextos díspares são encaixados em uma mesma forma interpretativa. Uma das razões para isso reside no forte apelo intelectual exercido pelo modelo. Ele tomou forma no século XVI e foi, desde então, uma engrenagem vital no funcionamento de ideologias colonialistas, imperialistas e nacionalistas. Trata-se do *modelo da crise feudal*, que projeta a narrativa de um passado de desestruturação do poder estatal como critério que permite conceber, por contraste, um atual progresso governamental. Em termos gerais, o argumento se desdobra assim: a crise seria a etapa formadora de aparatos governamentais superiores, a sociogênese de estados mais eficientes e duradouros. Por conseguinte, localizá-la no curso do tempo, encontrá-la como antecedente é uma questão política, já que tal precedente é capaz de embasar uma hierarquização entre reinos, nações ou impérios no presente de quem narra, distinguindo regimes como “jovens” e “maduros”, “incompletos” e “completos”. O que, por seu turno, permitiria legitimar certas relações de força transnacionais, como invasões, conquistas, anexações, dominações.<sup>8</sup> Portanto, as muitas “crises” desse tipo supostamente provariam que os estados europeus são mais bem acabados, mais “maduros”. Aqui, a história serve de índice de legitimidade para projetos de dominação regionais ou mesmo globais.

---

<sup>7</sup> VALENTE, Claire. The Deposition and the Abdication of Edward II. *The English Historical Review*, Oxford, v. 113, n. 453, p. 852-881, 1998. p. 876.

<sup>8</sup> DAVIS, Kathleen. **Periodization & Sovereignty**: how ideas of Feudalism & Secularization govern the politics of time. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

E então, o que fazer? Qual o próximo passo para pensar criticamente? Propor uma história que não dependa de um modelo? Certamente, não.

### **Há modelos... e modelos**

Escrever a história é modelar uma versão de passado. O estudo mais persuasivo e exato não traz o mundo de outrora para perto de seus leitores. A distância entre o presente e o passado, entre vivos e mortos, é intransponível. O que os historiadores fazem, do mais célebre ao menos reconhecido, é compor uma versão objetivamente plausível de como as coisas se passaram. O essencial, aqui, é o verbo “compor”. Historiadores e historiadoras agem ativamente na existência da história, suas palavras a recombina, reviram, refazem, recriam – não a reencarnam. A coerência narrativa deve ser plausível à luz de referências objetivas, as fontes históricas; mas essa coerência é, em si mesma, acontecimento, uma experiência singular e diferente do que foi vivido e é narrado. “A escrita da história não é formada pelo tempo, mas molda o próprio tempo”,<sup>9</sup> como arrematou Frank Ankersmit.

Compreender o passado é propor uma forma para a transitoriedade, um molde que assegure significado à finitude das experiências humanas. Tentar escapar ao emprego de um modelo interpretativo extrapola – quando não deturpa – a operação historiográfica. O que não implica que todos os modelos sejam equivalentes. A história pode assumir muitas formas, umas *cientificamente* mais plausíveis que outras. E é nesse juízo que encontramos uma solução para o impasse sobre a ideia de crise e sua instrumentalização ideológica.

O modelo interpretativo da crise-como-lógica-feudal opera uma estrutura binária. Nele, a distância temporal se torna tangível como o intervalo de uma alternância, como o decurso de tempo que separa dois momentos distintos, sendo um deles caracterizado pela concentração dos poderes considerados governamentais em um centro, e o outro, quando se constata a existência de diversos pontos de acionamento desses poderes. Centralidade e multiplicidade. Tais fases se sucederiam no tempo, expostas à reversibilidade. Ou seja, não se trata, teoricamente, de um modelo para fixar a história, já que nenhuma das fases

---

<sup>9</sup> ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A Escrita da História**. Londrina: EDUEL, 2012. p. 317.

implica a aquisição de uma característica definitiva, como se, uma vez alcançada, a etapa se tornasse inerente à existência em sociedade. Centralidade e multiplicidade são finitas, intrinsecamente transitórias. Sua ontologia é temporal, elas contêm em si o ser e o deixar-de-ser. Em outras palavras, essas etapas podem ser feitas e desfeitas incontáveis vezes ao longo dos séculos. Na senda do tempo, as sociedades realizam a passagem da centralidade à multiplicidade, e *vice-versa*, continuamente e jamais de uma vez por todas.

Um modelo teoricamente coeso e funcional. Mas também reducionista. Acontece que os dois momentos que se alternam no tempo não são considerados apenas relevantes, mas *suficientes*. No interior dessa coerência narrativa, não há outras configurações sociais capazes conferir significado aos incontáveis registros históricos. Essa bidimensionalidade seria suficiente para atribuir sentido aos vestígios do passado. Mas seria, de fato? Pois há um desdobramento conceitual que surte o efeito oposto. Na feitura das ideias, ao construir a argumentação, historiadores costumam caracterizar centralidade e multiplicidade como momentos não apenas distintos, mas opostos. “A remoção de Carlos, o Gordo, no inverno de 887/888, pode ser vista como tendo provocado uma instabilidade política no mundo franco em geral [...] que se provou difícil de controlar a médio prazo”,<sup>10</sup> assim consta em uma publicação que integra um recente dossiê, intitulado “The collapse [sic!] of the Early medieval European kingdoms (8th-9th centuries)”. Disposta dessa maneira, a instabilidade política não resulta de um somatório de fenômenos e relações, mas de uma falta, do vazio criado pela remoção do imperador. Outro exemplo: “a abdicação de Carlos, o Gordo, em dezembro de 887, levou a um colapso dos acordos políticos carolíngios tardios. A Francia Ocidental se desintegrou em um labirinto de territórios feudais”,<sup>11</sup> concluiu Paul Collins há pouco mais de sete anos. A respeito da Inglaterra de Eduardo II, a compreensão ganha novos temas, mas não necessariamente novo enredo. “Novo”, neste caso, diz respeito ao peso incomum das relações de corte. Michael Prestwich, por exemplo, enxergou a morte de um cortesão de Eduardo II,

---

<sup>10</sup> WEST, Charles. “Fratres, omni die videtis cum vadit istud regnum in perdicionem”: Abbo of Saint-Germain and the Crisis of 888. *Reti Medievali Rivista*, Firenze, v. 17, n. 2, p. 301-317, 2016. p. 303.

<sup>11</sup> COLLINS, Paul. *The Birth of the West: Rome, Germany, France and the creation of Europe in the Tenth Century*. Nova York: Public Affaris, 2013. p. 139.

Piers Gaveston, como o fator que “transformou a situação política”.<sup>12</sup> A execução de Gaveston surge como o golpe fatal para a estabilidade do reino, que passou a marchar em compasso acelerado para a guerra civil. Mas essa leitura sobre o politicamente decisivo é formulada através de um argumento pouco político. Seria de se esperar que a identificação de uma consequência dessa envergadura significasse que a execução privou o regime do homem forte, certo? Ledo engano, assegura Prestwich: “não há sinais de que Gaveston tenha influenciado a política real em extensão significativa”.<sup>13</sup> Ora, e então? A resposta: o reino transbordara em lutas destrutivas porque um rei emotivo perdeu seu favorito. A passionalidade teria incapacitado a corte institucionalmente. Com o centro de poder desestruturado pelos caprichos de um rei “preguiçoso e incompetente, dado a explosões de temperamento sobre questões desimportantes e, além disso, indeciso quando se trata de questões maiores”,<sup>14</sup> o antagonismo entre realeza e barões ingleses fez com que os “anos seguintes testemunhassem crise após crise, [...] [até que] por volta de 1327 a monarquia atingisse seu aparente nadir”.<sup>15</sup>

A multiplicidade figura como desmonte da centralidade. Na aplicação do modelo, ela não é um fenômeno dotado de positividade sociológica: não possui singularidade nem complexidade; sua vigência é, sob essa perspectiva, incongruente com a possibilidade de que os sujeitos históricos tenham sido culturalmente criativos e versáteis, que os conflitos sociais possam ter sido reposicionados e reorientados por novas estratégias de dominação e resistência, que a vida coletiva tenha, enfim, incorporado outra dinâmica. *Ao invés de atribuir sentido, o modelo subtrai.* No efetivo processo de narrar o passado, a alternância é a sucessão de duas categorias rígidas, uma em que “o poder é”, outra em que “o poder não mais é”. Precisamente aqui, o modelo perde plausibilidade científica.

O critério de cientificidade, neste caso, é antropológico. O massivo conhecimento etnográfico acumulado ao longo de décadas demonstra que o poder conta com numerosos estados sociais. Não só. A centralidade não é o horizonte do

---

<sup>12</sup> PRESTWICH, Michael. **The Three Edwards: War and State in England, 1272-1377.** New York: Routledge, 2003. p. 76.

<sup>13</sup> *Ibidem.*

<sup>14</sup> *Ibidem.* p. 73.

<sup>15</sup> PRESTWICH, Michael. **Plantagenet England, 1225-1360.** Oxford: Clarendon Press, 2005. p. 188.

possível para historiadores, mas uma paisagem entre muitas: uma tipologia entre tantas que comportam significados para a ação social. Na literatura científica, a realidade do poder implica *convertibilidade*, isto é, que a autoridade, a influência, a estratégia, a adesão ou a distinção pode ser operada com diferentes recursos materiais e simbólicos. Os processos que permitem a um agente realizar-se politicamente podem ser deslocados para níveis menos evidentes ou explícitos, assim como sua dinâmica pode ser permutada por outra.<sup>16</sup> Com a constatação, podemos, enfim, passar ao próximo passo. Então, o que fazer? Propor uma história que não dependa de um modelo? Certamente, não. Uma alternativa promissora está em buscar *um modelo que maximize o campo de significados possíveis* sobre o exercício do poder, ao invés de reduzi-lo. Um modelo para pensar o corolário científico da convertibilidade do poder.

Uma tal forma para a história consiste no *modelo do pluralismo jurídico*.

### **Pensando o direito em contextos de crise**

A vigência social do direito é uma questão de poder. Afinal, “o direito é sempre uma força autorizada, uma força que se justifica ou que tem aplicação justificada”,<sup>17</sup> como enfatizou Jacques Derrida. Mais de meio século antes, Walter Benjamin havia formulado o argumento em termos ainda mais incisivos ao assegurar que a força operada pelo direito é, *de facto*, violência; que o direito é instaurado e mantido por uma violência socialmente sancionada como um meio para conformar os fins que movem a realização individual aos fins que asseguram a manutenção de certa ordem jurídica. A vigência do direito depende da presença latente dessa “violência coroada”,<sup>18</sup> dizia ele no início dos anos 1920. Pensar o direito como violência instauradora é ir ao extremo da ideia que realmente importa para estas páginas, a saber: que a matéria jurídica é um dos estados sociais do poder. A lei e a justiça são domínios onde ocorre uma conversão do poder.

---

<sup>16</sup> CHABRY, Annie & Laurent. **Le Pouvoir dans tous ses États**: pour une nouvelle science politique. Paris: Imago, 2003. p. 99-102.

<sup>17</sup> DERRIDA, Jacques. **Força de Lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 7.

<sup>18</sup> BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre Mito e Linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 134.

Um modelo de pluralismo jurídico é, portanto, um modelo de pluralismo político. Ao se afirmar que o direito medieval é caracterizado por uma “complexidade [...] que, no plano sociocultural, significa pluralidade de valores e, no plano jurídico, pluralidade de tradições e de fontes de produção no interior de um mesmo *ordenamento político*”,<sup>19</sup> tal como fez Paolo Grossi, vincula-se a vivência política à ontologia da experiência jurídica. Nesse modelo interpretativo, a política não é indiferente ao direito.<sup>20</sup> Ao contrário, ambas são atreladas à possibilidade de a multiplicidade ser uma categoria plausível para explicar o que, séculos atrás, pode ter sido uma ação reguladora, autêntica, inventiva, estratégica, legítima e/ou centralizadora. Sim, centralizadora. “Mas não estamos, agora, explorando um modelo alternativo ao que valorizava a centralidade?”, talvez indagasse um leitor. Ao que diríamos: alternativo, sim; rival, não. Um dos sinais da maior plausibilidade científica do pluralismo jurídico consiste no fato dele comportar a ideia da centralização como parte da dinâmica narrada. Um centro pode coexistir com múltiplos focos de acionamento do poder. Este modelo evidencia que a centralidade não implica uniformidade ou unitarismo.

Precisamente porque considera a centralidade como parte, e não síntese, da ordem política, o pluralismo provoca uma pergunta transformadora: tal ordem poderia se manter dinâmica e criadora mesmo com o centro enfraquecido por instabilidades? Experiências de estabilização social poderiam ocorrer durante uma eventual paralisação da capacidade normativa centralizada? Em resumo, a crise do poder central é, em si, uma crise sistêmica das relações de poder? Uma resposta satisfatória precisa considerar as relações sociais em que o poder assume uma *operacionalidade convertida*, onde ele incorpora novas margens de eficácia por meio de recursos sociais outros.

As questões levantadas indicam que não se trata de desconstruir o conceito *crise*. Os autores que apontam as décadas de 880 e 1320 como contextos de crise não cometeram um equívoco, seus estudos não devem ser descartados, como se

---

<sup>19</sup> GROSSI, Paolo. **A Ordem Jurídica Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 65, grifo nosso.

<sup>20</sup> Aqui, adotamos posicionamento contrário ao de Grossi, que atrelou a pluralidade jurídica à indiferença do poder político pelo direito. Posicionamento que tem por base: COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII). In: TORRES FAUAZ, Armando (ed.). **La Edad Media en Perspectiva Latinoamericana**. Heredia: Euna, 2018. p. 133-150.

infundados ou enganosos. Pensar assim seria uma precipitação. Há razões de sobra para se considerar as deposições de Carlos III e Eduardo II como momentos de uma aguda crise, quer isso signifique uma volatilização do consenso e da tradição como mecanismos legitimadores;<sup>21</sup> uma retração da difusão de autoridade através da circulação e redistribuição de bens;<sup>22</sup> um acirramento da concorrência pelo controle das cadeias de exploração econômica (sobretudo, fiscal)<sup>23</sup> ou a aceleração dos efeitos deletérios de ações militares sobre a estabilidade social.<sup>24</sup> Em todos esses casos, amplia-se o saber histórico. O que está em jogo aqui, o que é contestado é a premissa de que, em contextos desse tipo, viveu-se um *esgotamento* das possibilidades de interação social e de resolução de conflitos. A crítica mira a associação, aparentemente automática, entre “crise e desorientação”,<sup>25</sup> “crise e impossibilidade de recuperação”,<sup>26</sup> entre “crise e espectro da desordem”,<sup>27</sup> o que impede que se explore como a “palavra crise recobre diversas situações muito complexas”.<sup>28</sup>

Tão complexas quanto a fabricação do direito. No âmbito do modelo interpretativo que temos criticado, um contexto de crise emerge como um período de precarização das relações jurídicas, as quais, sem um centro de onde obter força, já não poderiam inspirar obediência ou mesmo temor. É a continuação da narrativa da subtração política por outros meios. Na crise, não haveria um fator social capaz de levar os atores históricos a respeitar limites alheios à sua vontade

---

<sup>21</sup> FAVRÉ, Édouardo. **Eudes, Comte de Paris et Roi de France**. Paris: Émile Bouillon, 1893.

<sup>22</sup> LÖBLEIN, Horst. Les ressources en compétition: les conflits concernant Saint-Vaast et Saint-Servais de Maastricht entre les grands et Charles III “le Simple”. In: LORÉ, Vito; BÜHRER-THIERRY, Geneviève; LE JAN, Régine (dir.). **Acquérir, Prélever, Contrôler: les ressources en compétition (400-1100)**. Turnhout: Brepols, 2017. p. 207-226.

<sup>23</sup> PRESTWICH, Michael. **Plantagenet England... Op. Cit.**, p. 165-265; MCNAMEE, Colm. **The Wars of the Bruces: England, Ireland and Scotland, 1306-1328**. Edinburgh: Tuckewell Press, 1997.

<sup>24</sup> VALENTE, Claire. **The Theory and the Practice of Revolt in Medieval England**. Farnham: Ashgate, 2003.

<sup>25</sup> LÖBLEIN, Horst. **Royal Power in the Late Carolingian Age: Charles III the Simple and His Predecessors**. Colônia: Modern Academic Publishing, 2019. p. 8.

<sup>26</sup> SMITH, Julia. *Aedificatio Sancti Loci: the making of a Ninth-Century holy place*. In: DE JONG, Mayke; THEUWS, Frans; VAN RHIJN (ed.). **Topographies of Power in the Early Middle Ages**. Leiden: Brill, 2001. p. 370.

<sup>27</sup> BISSON, Thomas N. **Las Crisis del siglo XII: el poder, la nobleza y las origenes de la gobernación europea**. Crítica: Barcelona, 2009. p. 30.

<sup>28</sup> FELLER, Laurent. *Introducion: Crises et renouvellements des Élités au haut Moyen Âge: mutations ou ajustements des structures?* In: BOUGARD, François; FELLER, Laurent; LE JAN, Régine (dir.). **Les Élités au Haut Moyen Âge: crises et renouvellements**. Turnhout: Brepols, 2006. p. 5.

ou seu interesse. Nossa hipótese consiste *em pensar de outro modo*. Certos fatos teriam, sim, desempenhado o papel de *fonte do direito* em plena crise nas décadas de 880 e 1320. Fatos que implicaram nas condutas de Gozlin e William.

### **Bispos que derramavam sangue**

Encarregados por Deus de lavar os pecados da alma, bispo e arcebispo deixaram esta vida como homens acostumados a afundar no lamaçal de sofrimento e iniquidade do corpo. Quando faleceram, ambos eram pastores espirituais e veteranos de guerra. Gozlin, aliás, entregou o último suspiro durante um cerco, após cair doente no interior da muralha romana de Paris. Ele viveu mais tempo como guerreiro do que como bispo. Antes de ser escolhido para dirigir a igreja parisiense, Gozlin despontou como líder militar destacado. Em 880, o rei Luís III confiou-lhe a missão de unir forças a outros senhores para “proteger o reino contra os normandos”.<sup>29</sup> Os deveres da vida contemplativa – ele era abade, à época – não o mantiveram longe das batalhas. Ele não se limitou a rezar pelos combatentes ou a direcionar suprimentos e rendimentos monásticos para o teatro de operações: “Gozlin e o exército que permanecia com ele fizeram guerra aos normandos”,<sup>30</sup> assegura um registro em termos literais. Ele vivenciou o combate. Entre suas experiências pessoais havia mais do que relatos de terceiros. Gozlin foi um homem talhado por perdas, um sobrevivente de campanhas fracassadas. Em 857, quando contava vinte e poucos anos de idade, foi feito refém por piratas vikings.<sup>31</sup> Dezenove anos depois, quando reis cristãos mediram forças em Andernach, o abade estava entre os que se renderam sobre o campo de batalha.<sup>32</sup> Mas, por alguma razão, as derrotas não esvaziavam sua liderança. Segundo um rival do clero, era ele ereto sobre a cela, à frente dos bandos que, em 879, saquearam a rota para o Leste como demonstração para intimidar o monarca. Aparentemente, a mensagem foi recebida: o abade era um opositor que poderia ser cooptado, não

---

<sup>29</sup> ANNALES Vedastini. MGH SS Rer. Germ. 12, p. 47.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> ANNALES Bertinianni. MGH SS Rer. Germ. 5, p. 49-50. Ver ainda: ANNALES Fuldenses. MGH SS Rer. Germ. 7, p. 52; FRAGMENTUM Chronici Fontanellensis. MGH SS. 2, p. 304; EMENTAR. *De translationibus et miraculis sancti Filiberti*. In: POUPARDIN, René (ed.). **Monuments de l'histoire des abbayes de Saint-Philibert**. Paris: Alphonse Picard, 1905. p. 62

<sup>32</sup> ANNALES Bertinianni. MGH SS Rer. Germ. 5, p. 131-134.

suprimido. Atraí-lo para um pacto era possível; eliminá-lo, impensável. Com efeito, meses depois, lá estava ele “fazendo guerra” contra os vikings em nome de Luís, comandando uma campanha descoordenada, da qual ele escapou com vida graças a uma “fuga vergonhosa”.<sup>33</sup>

A reputação de guerreiro experiente – embora não muito vitorioso – pode ter sido determinante para a escolha como bispo. Não que ele carecesse de credenciais espirituais. Ao contrário, poucas candidaturas seriam páreo para o prestígio de um religioso educado entre os clérigos de Reims, o guardião de numerosos estabelecimentos religiosos, o abade de um mosteiro diretamente protegido pela coroa. Porém, se a redação dos *Anais de São Vaast* for minimamente representativa do que se pensava a seu respeito, pode-se afirmar que os contemporâneos associavam o novo pastor à urgência de resistir aos invasores que desembarcavam nas margens do Sena: “nessa época, o bispo Engelwin de Paris morreu e o abade Gozlin foi escolhido para aquela sé. Em verdade, os normandos não cessaram de capturar e matar o povo cristão, de arruinar igrejas, destruir muralhas e incendiar vilas.”<sup>34</sup> Talvez o bispado necessitasse de um prelado capaz de combater aço com aço.

Por outro lado, a sugestão de que Paris foi deliberadamente confiada a um bispo guerreiro pode ser o efeito de leitura retrospectiva, uma invenção da memória. Os indícios relevantes sobre a sucessão eclesiástica foram escritos após a morte de Gozlin. Há grande chance de que, ao registrar as lembranças, os redatores projetassem sobre o passado uma teleologia. É provável que tenham acalentado a certeza de que os acontecimentos estavam encadeados por um propósito oculto, direcionados para uma finalidade conhecida depois: dotar Paris da liderança que a preservaria dos vikings no dramático ano de 885. Pois assim ele era lembrado, como um dos generalíssimos responsáveis pela preservação da cidade. O guerreiro que acumulara derrotas e afrontara um rei ressurgiu na documentação como o comandante honrado e invencível. Sobretudo, em razão do aparecimento do poema *Bella Parisiacae Urbis*, atribuído a um monge de Saint-Germain-des-Prés que teria sobrevivido ao cerco. Emulando certa tradição épica carolíngia, os versos

---

<sup>33</sup> ANNALES Vedastini. MGH SS Rer. Germ. 12, p. 47-49.

<sup>34</sup> ANNALES Vedastini. MGH SS Rer. Germ. 12, p. 54.

fixaram em muitas mentes – não somente nas medievais<sup>35</sup> – a imagem de Gozlin como uma costura de personagens ideais. Ele aparece em cena como o vassalo exemplar que recusa passagem ao líder viking dizendo-se homem de confiança do rei e guardião incorruptível da paz do reino; como o comandante abnegado que, da noite para o dia, dirige pessoalmente os trabalhos de reparo e fortificação das torres; como o guerreiro inigualável, que se destaca entre os aristocratas por ser capaz de, “agilmente, [...] do alto da torre, descarreg[ar] um arco sobre um inimigo que estava abaixo, enviando aquele maldito [...] para os enlaces sombrios da morte”.<sup>36</sup>

É mais difícil fisgar a silhueta de William Melton durante um combate. O histórico militar do arcebispo tem início no ano de 1319. Um início lúgubre. Melton aparece como o líder do exército inglês esmagado por tropas escocesas, numericamente inferiores, nos arredores alagadiços da cidade de Myton, na tarde de 20 de setembro. E embora os relatos medievais o posicionem no coração da batalha, nenhum deles o descreve avançando entre os combatentes ou desferindo golpes. A memória, aqui, nada tem de épica. Na realidade, ela se moveu em sentido oposto, pincelando um comandante com cores de inépcia e tons de covardia. A crônica *The Brut*, por exemplo, lamenta que “lavradores ingleses que nada sabiam sobre a guerra” tivessem sido enviados para a matança por um líder que, em face do desastre, deu meia-volta “com seu corcel e fugiu, [para] entrar em York”.<sup>37</sup> Os relatos mais generosos apresentam-no como comandante corajoso, mas inconsequente, alguém que tentou resistir a escoceses bem treinados e liderados por um veterano de Bannockburn com “homens sem habilidade na guerra, [que] marchavam todos espalhados pelos campos e sem qualquer tipo de formação”.<sup>38</sup> De registro em registro, a mesma cena: um arcebispo em fuga, batendo em retirada enquanto seus homens “eram mortos, [...] muitos afogados no rio Swale, [...] [por]

---

<sup>35</sup> O heroísmo de Gozlin fez sucesso no século XIX, ver: DUVAL, Amaury. **L'Evêque Gozlin, ou Le siège de Paris par les Normands**: chronique du neuvième siècle. Paris: Duféy et Vezard, 1832. 2v.

<sup>36</sup> ABBO DE SAINT-GERMANI-DES-PRÈS. **Bella Parisiaca Urbis**. MGH Poetae 4/1, p. 89.

<sup>37</sup> BRIE, Friedrich. **The Brut or The Chronicles of England**. Londres: K. Paul & Co., 1906. p. 211-212.

<sup>38</sup> LANERCOST Chronicle. Aqui acessada em duas edições: MAXWELL, Herbert. **The Chronicle of Lanercost, 1272-1346**: Translated, with notes. Glasgow: James MacClehose and Sons, 1913. p. 226; ROTHWELL, Harry (ed.). **English historical documents, 1189-1327**. Londres: Routledge, 1996. p. 264.

inimigos melhor liderados e equipados para a guerra”.<sup>39</sup> Separados por séculos, Melton e Gozlin parecem unidos pelo sacerdócio e pela derrota.

Maior senhor de terras do norte do reino, o arcebispo de York era peça-chave nos planos defensivos de Sua Majestade. Os sumários administrativos da Chancelaria inglesa, conhecidos como “Calendar of Close Rolls, Calendar of Fine Rolls e Calendar of Patent Rolls”,<sup>40</sup> contêm diversos despachos dirigidos a Melton em razão da longa guerra contra os escoceses. São petições, ordens e convocações que o incumbiam de mobilizar forças no céu e na terra. Afinal, a coroa contava com “orações em favor do rei e de seus homens que partiram”<sup>41</sup> para lutar contra o inimigo, mas necessitava igualmente de “tanto dinheiro quanto ele pudesse enviar”.<sup>42</sup> Com o “Exchequer [tesouro régio] esgotado”, a intercessão celestial não seria suficiente para “levar adiante a guerra contra os rebeldes escoceses nesse verão”.<sup>43</sup> Entre 1317 e 1327, a arquidiocese e o clero de York estiveram diretamente envolvidos nas ações militares da coroa.

Além do suporte financeiro, um metropolitano como Melton assegurava a eficiência da comunicação militar. Igrejas e capelas eram elos imprescindíveis na cadeia de difusão de ordens e decretos, que, muitas vezes, alcançavam as populações locais depois de lidos publicamente à entrada de templos e catedrais. O ano de 1322 é um bom exemplo. Após se inteirar dos relatos de que, nas terras próximas a Gales, homens do rei eram alvos de ataques fatais, que seus serviços eram espancados, seus castelos, incendiados, e seus bens roubados, a coroa reagiu determinando uma espécie de estado de prontidão armada: “que todos os homens [...] entre as idades de dezesseis e sessenta anos providenciem para si armas adequadas [...], para que estejam preparados [...] para a defesa própria e das partes [onde residem] contra os citados malfeitores”.<sup>44</sup> Não era tudo. A ordem ainda

---

<sup>39</sup> THE ANONIMALLE Chronicle. In: CHILDS, Wendy; TAYLOR, John (ed.). **The Anonimalle Chronicle, 1307 to 1334**: from Brotherton Collection MS 29. Cambridge: CUPress, 1991. p. 98-99.

<sup>40</sup> CALENDAR of Close Rolls, Edward II. A. D. 1318-1323. Londres: H.M.S.O., 1895; CALENDAR of Close Rolls, Edward III. A. D. 1327-1330. Nendeln: Kraus, 1972; CALENDAR of Fine Rolls, Edward II. A. D. 1319-1327. Londres: H.M.S.O., 1912; CALENDAR of Patent Rolls, Edward II. A. D. 1317-1321. Londres: H.M.S.O., 1908; CALENDAR of Patent Rolls, Edward II. A. D. 1321-1324. Londres: H.M.S.O., 1904; CALENDAR of Patent Rolls, Edward II. A. D. 1324-1327. Nendeln: Kraus, 1971.

<sup>41</sup> CALENDAR of Close Rolls, 1318-1323... *Op. Cit.*, p. 203.

<sup>42</sup> *Ibidem.* p. 203.

<sup>43</sup> *Ibidem.* p. 203.

<sup>44</sup> *Ibidem.* p. 513-514.

esclarecia que, ao fazê-lo, eles estariam se preparando para “vir a serviço do rei [...] na repressão dos escoceses”.<sup>45</sup> O anúncio seguiu acompanhado por instrução direta aos arcebispos de Canterbury e York, aos quais cabia zelar para que a ordem fosse “publicada solenemente, em momentos adequados, [...] nas igrejas e em outros locais públicos de sua diocese, para que apareça mais claramente aos súditos do rei”.<sup>46</sup> Entretanto, o envolvimento de Melton na guerra foi além. Ele desempenhou papéis militares. Esteve pessoalmente encarregado do recrutamento, de “proporcionar homens bem armados prontos para serem enviados ao rei em certo dia e lugar”.<sup>47</sup> Ele se acostumara ao “serviço do rei”, expressão que significa marchar para a batalha. O fez em 1323<sup>48</sup> e em 1327,<sup>49</sup> como fizera em 1319.

Gozlin e Melton foram bispos guerreiros. Ambos empregaram a autoridade militar para fins assumidos como líderes espirituais de uma religião que tem a paz como um pilar doutrinário. Como tal, se tornaram figuras ambivalentes, aos olhos de hoje não menos do que para as mentes medievais, que frequentemente se perguntavam: quem foi consagrado para a salvação dos homens pode servir à morte? A mão que reparte o pão da vida pode desferir golpes famintos de sangue e dor? Afinal, um bispo pode fazer a guerra? A história comportou diferentes respostas. Antes de mais nada, tudo depende do tempo. Neste caso, a fronteira entre o lícito e o ilícito foi constantemente deslocada no decorrer dos séculos. Respostas diversas, incluindo as mutuamente excludentes, figuraram como “verdade”. À medida que as gerações se revezavam, calibraram à sua maneira a proporção entre o ideal e o vital, formando imenso acervo de fundamentos e exceções, proibições e justificativas, agravantes e atenuantes. De tal modo que o “sim”, tanto quanto o “não”, já foi santo.<sup>50</sup>

---

<sup>45</sup> *Ibidem.*

<sup>46</sup> CALENDAR of Close Rolls, 1318-1323... *Op. Cit.*, p. 513-514.

<sup>47</sup> *Ibidem.* p. 514.

<sup>48</sup> *Ibidem.* p. 699.

<sup>49</sup> CALENDAR of Close Rolls, 1327-1330... *Op. Cit.*, p. 207-208.

<sup>50</sup> Ver: DUGGAN, Lawrence. **Armsbearing and the Clergy in the History and Canon Law of Western Christianity**. Woodbridge: The Boydell Press, 2013; BUC, Philippe. **Holy War, Martyrdom, and Terror: Christianity, Violence, and the West**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

Todavia, essas perguntas nos devolvem ao problema do “modelo narrativo que se repete”, mencionado páginas atrás. Quando se trata de compreender se a figura do bispo guerreiro era socialmente autorizada, a historiografia tende a repetir uma fórmula, como se aplicasse um mesmo teorema sobre numerosos contextos. Não que seja o caso de uma indiferença à diversidade da história. Nada disso! Os estudos publicados nos últimos anos são qualificados, sobretudo, por reabrir debates quanto ao lugar da violência na trajetória do poder clerical. Pode-se dizer que o estado atual do conhecimento é de redescoberta: da ampliação de possibilidades temáticas, da contestação de consensos e, principalmente, da multiplicação dos critérios de relevância histórica.<sup>51</sup> Mas essa valorização da diversidade e da singularidade está baseada em *uma* premissa. A historiografia tem enriquecido nosso conhecimento reforçando a certeza de que seja qual for a resposta proporcionada por um contexto, ela terá sido a criação de um centro de poder político. Não se sabe, de antemão, que respostas a história pode fornecer para aquelas perguntas, mas se conhece, de partida, onde procurá-las – essa é a premissa que se repete. A singularidade jurídica seria o efeito da criatividade do centralismo político. A ideia vale um confronto documental.

### **Onde está a reputação ditada pela lei?**

Quando se trata das décadas de 870 e 880, o centro de poder da vida clerical era a corte carolíngia. Os eclesiásticos atuantes nesse período haviam sido formados sob a forte autoridade de um discurso relativamente coeso e duradouro sobre pertencer ao *Imperium*. Traço ideológico que se convertia em um espírito de corpo tangível no dia-a-dia, em uma identidade coletiva vivida sob a regência de um fundamento: ser clérigo era pertencer ao Império. Na Gália do século IX, a igreja era parte da ordem dirigida pela realeza – essa é a imagem que predomina

---

<sup>51</sup> TAYLOR, Louisa. Bishops, War, and Canon Law: The military activities of prelates in high medieval Norway. *Scandinavian Journal of History*, Londres, p. 1-23, 2019; LINCOLN, Kyle C. Beating swords into croziers: warrior bishops in the kingdom of Castile, c.1158–1214. *Journal of Medieval History*, Amsterdã v. 44, n. 1, p. 83-103, 2018; KOTECKI, Radosław; MACIEJEWSKI, Jacek (ed.). *Ecclesia et Violentia: violence against the Church and violence within the Church in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2014.

em nossos conhecimentos.<sup>52</sup> Por conseguinte, para saber se era lícito um bispo se lançar à batalha, o caminho a seguir seria esse. Bastaria averiguar o que pensavam as figuras mais influentes junto aos reis. Há muitos nomes dos quais se poderia partir. Os estudos atuais apresentam uma intrincada rede de intelectuais carolíngios e suas conexões políticas, o que permite vislumbrar vários pontos de partida. Mais difícil é traçar um itinerário de estudos que não conduza até os escritos de Hincmar de Reims.

Esse arcebispo que faleceu septuagenário em 882 é tido como “uma das principais figuras políticas [do século IX carolíngio], intimamente envolvido com as questões mais urgentes da época”.<sup>53</sup> E o que pensava esse influente conselheiro real a respeito de bispos guerrearem? Uma resposta pode ser encontrada nos *Annales Bertinianni*, cuja redação ele assumiu durante os anos 860. Um dos últimos registros compostos por Hincmar relata os ataques normandos a uma série de cidades francas, entre elas, Metz, cujo bispo foi morto durante a invasão. E a alusão a tal fato expressa um juízo de valor nada sutil. Observe-se: “eles [os normandos] mataram o bispo Wala de Metz e colocaram seus companheiros em fuga, Wala havia portado armas e combatido, contrariando a sagrada autoridade do ofício episcopal.”<sup>54</sup> O bispo morreu porque contrariou a sagrada autoridade do episcopado? Ele foi, portanto, responsável pela própria morte? Ou o texto implica somente que o desfecho foi merecido, ainda que não provocado? Difícil dizer. Algo, entretanto, foi objetivamente expressado: um bispo que recorre a armas infringe o ministério episcopal, atenta contra a integridade de sua posição, viola regras sagradas.

Ao agir como guerreiro, um eclesiástico comete uma infração grave. Escândalo e reparação é o que tal caso deve suscitar. Assim determinava o centro do poder. Outra voz que serve de prova a essa afirmação é do bispo de Roma. Do papa? Sim. Mas ele não é o centro soberano da Igreja? – eis uma pergunta útil. Não

---

<sup>52</sup> AIRLIE, Stuart. **Power and its Problems in Carolingian Europe**. Londres: Routledge, 2012. p. 2-23; DE JONG, Mayke. The Empire that was always Decaying: The Carolingians (800-888). **Medieval Worlds: Comparative and Interdisciplinary Studies**, Viena, v. 1, n. 2, p. 6-25, 2015; MOORE, Michael E. **A Sacred Kingdom: bishops and the rise of Frankish Kingship, 300-850**. Washington: CUA Press, 2011. p. 286-327; NELSON, Janet. **Charles the Bald**. Nova York: Longman, 1992. p. 28-31, 57-65.

<sup>53</sup> STONE, Rachel; WEST, Charles (ed.). **Hincmar of Rheims: Life and Work**. Manchester: Manchester University Press, 2015. p. 1. Ver ainda: NELSON, Janet. *Op. Cit.*, p. 144-147.

<sup>54</sup> ANNALES BERTINIANNI. MGH SS Rer. Germ. 5, p. 153.

no século IX. O papado não era uma instituição concorrente, mas outro integrante do ideal imperial. Frequentemente, ele concorria com outros eclesiásticos pela influência sobre as decisões da coroa, tendo a seu dispor um cabedal diferenciado de ancestralidade, competências e prestígio. A disputa envolvia tensões, protestos, repreensões e excomunhões, mas não um questionamento das prerrogativas do monarca de impor medidas ao povo cristão e ao clero, incluído o romano. Na realidade, a figura pontifícia estava tão incrustada na política imperial que princípios teológicos hoje considerados especificamente papais – como a ideia do chamado Primado Petrino sobre a Igreja – operavam como estratégias ideológicas carolíngias, formuladas a partir da Gália.<sup>55</sup> Caracterização que se reforça quando consideramos o lugar do clero na guerra. Os sucessores de Pedro prescreviam repreensões austeras. Como fez Nicolau I em 861, em carta ao dignitário de Théroutanne, Humfrid.

Naquele ano, após sua diocese ter sido atacada por uma multidão derramada por cerca de duzentas embarcações vikings, o pastor, provavelmente traumatizado, alegou ter sido “desalojado” e solicitou a aprovação papal para que renunciasse e pudesse retornar à vida monástica. Temeroso de que o episódio se alastrasse como justificativa para outras abdições, Nicolau se apressou a enviar uma epístola que fizesse saber ao clero da região – através de Humfrid – que permanecer nas igrejas durante as atribulações era um dever episcopal. Um guia de almas é um protetor, nunca desertor. Contudo, ele protege através de exemplos de fé, com orações, caridade, amparo, não da espada e da flecha. Permanecer sob a tormenta não é justificativa para tomar parte da guerra. Pois ele não pode atuar como um guerreiro e não verter sangue. E embora o papa tenha elencado outras razões, isso era suficiente para cravar a afirmação: “é um absurdo para um clérigo vestir armadura e partir para batalha”.<sup>56</sup> Proibição que foi mantida pelos sucessores de Nicolau. Papa entre 872 e 882, João VIII manteve a medida da ilegalidade. Ao se envolver em um exército secular, dizia ele, um bispo, “por certo, teme por completo e se horroriza por contrariar as leis de sua ordem [clerical]”. O

---

<sup>55</sup> CONSTAMBEYS, Marios; INNES, Matthew; MACLEAN, Simon. **Carolingian World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 40-59.

<sup>56</sup> NICOLAU I. Epístola 104. MGH Epp. 6, p. 613.

“deleite da batalha e a defesa da terra” competem exclusivamente aos exércitos terrenos, não a eclesiásticos.<sup>57</sup> Em outras cartas, João dirige palavras severas aos bispos da Gália por considerá-los negligentes quanto a manter a paz, isto é, evitar que cristãos derramassem sangue cristão por ambição. O fiel que o fazia atava sua vida a um destino de dor e morte; aquele que, na juventude, levava suas disputas até o sangue estava sentenciado a envelhecer respirando massacres, o que contrariava o sacrifício de Cristo pelos homens.<sup>58</sup> Guerreando, um bispo despreza o Salvador – assegurava o poder central.

No século XIV era diferente. Muito ocorrera desde a época em que Gozlin matou normandos do alto das ameias de Paris. Guerra e sagrado eram vividos em outros termos. William Melton era parte de um episcopado latino que resultava, em muitos aspectos, das guerras episcopais travadas sob os imperadores otônidas e sális,<sup>59</sup> de lideranças clericais nas sucessivas cruzadas que ocorriam do Báltico à Palestina,<sup>60</sup> do surgimento das ordens militares,<sup>61</sup> das interseções entre cultura eclesiástica e modelos da cavalaria.<sup>62</sup> No entanto, a mudança decisiva era política. Quando Melton foi escolhido para a Sé de York, o papado havia centralizado a autoridade sobre toda e qualquer faceta da vida eclesiástica. Qualquer resposta quanto à presença clerical em batalha deveria reforçar a “centralização papal” ou correr o risco de ser reduzida a um preceito marginal e, talvez, em letra-morta – essa tem sido a ênfase historiográfica.<sup>63</sup> Séculos de reformas eclesiásticas haviam transformado os pontífices em vozes de um ordenamento jurídico próprio, singular ao ponto de se sobrepor às leis dos reinos. E no topo da agenda jurídica

---

<sup>57</sup> JOÃO VIII. Epístola 9. MGH Epp. 60, p. 311.

<sup>58</sup> JOÃO VIII. Epístola 6, 7. MGH Epp. 7, p. 318-323.

<sup>59</sup> RUST, Leandro Duarte. **Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

<sup>60</sup> CALLAHAN, Daniel F. **Jerusalem and the Cross in the Life and Writings of Ademar of Chabannes**. Leiden: Brill, 2016.

<sup>61</sup> BRONSTEIN, Judith. Hattin and Alarcos: a comparative analysis of the institutional response of the military orders to major Crises in the Latin East and the Iberian Peninsula. **Hispania**, Madrid, v. 79, n. 261, p. 41-68, 2019.

<sup>62</sup> FLORI, Jean. **Guerra Santa: formação da ideia de cruzada no ocidente cristão**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>63</sup> NAKASHIAN, Craig. **Warrior Churchmen of Medieval England, 1000-1250: theory and reality**. Woodbridge: The Boydell Press, 2016; GERRARD, Daniel. **The military activities of bishops, abbots and other clergy in England c.900-1200**. 2010. Tese (Doutorado) – University of Glasgow, Glasgow, 2010.

papal estava a busca por desarmar o clero. No século XIV era diferente, até certo ponto.

Quando se consideram as compilações legais empregadas pela chancelaria papal é possível afirmar que, por volta de 1300, havia uma expressiva margem de acomodação entre, por um lado, a proibição do porte clerical de armas e, por outro, a tolerância a certas circunstâncias para a atuação militar do clero. Era um quadro ambivalente, como se pode constatar pelas referências reunidas no *Decretum* de Graciano, cujo texto influenciava a chancelaria papal.<sup>64</sup> Não obstante a variedade de cenários considerados legítimos, a regra geral, indicada como medida ordinária, era a proibição do engajamento militar a clérigos. O *Decretum* prescrevia, inclusive, que nenhuma oblação fosse realizada em memória de um eclesiástico morto em combate ou sobre o campo de batalha.<sup>65</sup> Inflamar os espíritos, encorajar os fiéis a oferecer a vida para lutar contra um “inimigo de Deus”, era uma coisa. Outra, completamente diferente, era liderá-los em combate. A primeira era permitida e, em muitos casos, desejável. A segunda era ilícita e reiteradamente condenável.<sup>66</sup> A distinção não perdeu clareza desde 1150, ano cogitado como a data mais tardia para o aparecimento da obra de Graciano. Desde então, o papado contou com gerações de canonistas, entre os quais, muitos cardeais e alguns pontífices. As obras escritas por essas mentes versadas na autoridade dos “predecessores de bem-aventurada memória” expandiram a argumentação do *Decretum*, incorporaram enunciados versáteis e sistematizaram soluções sofisticadas para ambivalências de longa data. Porém, o princípio permaneceu. Exceções e atenuantes bem pesados, na passagem para 1300, o centro da vida eclesiástica prescrevia: um bispo guerreiro era uma figura desviante, uma versão corrompida do apostolado cristão.

Por certo que a atuação militar dos clérigos não pode ser considerada uma matéria prioritária para os legisladores vinculados ao papado. O assunto não os mobilizava como a simonia, os conflitos de jurisdições, a integridade do dízimo; não provocava polêmicas incendiárias como as imunidades fiscais ou a natureza da

---

<sup>64</sup> Ca 23. In: FRIEDBERG, Emil (ed.). *Corpus Iuris Canonici*. Leipzig: B. Tauchnitz, 1879. p. 889-965.

<sup>65</sup> Ca 23 q. 8, d.p.c. 4. In: *Ibidem*. p. 954.

<sup>66</sup> Ca 23 q. 8, c. 28. In: *Ibidem*. p. 963.

heresia. Por não figurar entre as urgências do dia, entre as grandes causas da época, tal atuação contava com uma margem de manobra jurídica. Um exemplo. Recorrendo a estatutos promulgados em Londres nas décadas de 1260 e 1280 com a participação de legados papais, era possível embasar uma manifestação em favor da legalidade do engajamento defensivo ou de restringir a ilicitude aos casos que envolviam “armas de agressão” – expressão algo enigmática –, pilhagens, assassinato ou roubo.<sup>67</sup> Mas, ainda que não figurasse no catálogo de grandes questões da “centralização papal”, um bispo guerreiro tinha lugar cativo na galeria de abusos clericais. Nos concílios ocorridos entre os pontificados de Bonifácio VIII e João XXII, portanto, de 1294 a 1334, o eclesiástico armado é alvo da mesma preocupação que recai sobre aquele que exerce funções em tribunais seculares, que pratica a usura, que mantém concubinas e que participa de banquetes e bebedeiras, sendo merecedor de punições que variavam da suspensão dos rendimentos, multas e até mesmo a excomunhão.<sup>68</sup> Quando o arcebispo de York partiu à frente de quase vinte mil guerreiros dispostos a morrer em Myton, não havia passado dois anos desde que João XXII confirmara ser obrigação de todo cristão obedecer as “Constituições de Clemente V”, uma coleção de leis contestada, embora solenemente promulgada em consistório. Logo na abertura do livro III, em uma seção intitulada “Sobre a vida e a integridade dos clérigos”, a coleção cravava: lançar-se às armas desfigurava o sacerdócio. A espada era uma fonte de impurezas tão nefastas quanto o sexo ou o dinheiro. As repreensões que caíam sobre um

---

<sup>67</sup> POWICKE, Frederick Maurice; CHENEY, Christopher Robert (ed.). **Councils and Synods, with other Documents relating to the English Church A.D. 1205–1313**. Oxford: The Clarendon Press, 1964. V. 2, p. 657, 805. POWICKE, Frederick Maurice. **King Henry III and the Lord Edward: The Community of the Realm in the Thirteenth Century**. Oxford: Clarendon Press, 1947. V. 2, p. 563-564; DUGGAN, Lawrence. *Op. Cit.*, p. 189-190.

<sup>68</sup> Foram considerados os seguintes concílios e sínodos: Grado (1296), Rouen (1299 e, uma vez mais, em 1313), Bérghamo (1311), Bolonha (1317) e Avignon (1326). Ver: UGHELLI, Ferdinando. **Italia Sacra**. Veneza: Sebastian Nicoletti, 1717. V. 5, col. 1139; MANSI, Johannes Dominicus (ed.). **Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio**. Graz: Akademische Druck, 1961. V. 14, p. 1203. V. 15, p. 475-514, 526, 599-627, 739-774; HEFELE, Charles-Joseph; LECLERCQ, Henry. **Histoire des Conciles après les Documents Originaux**. Paris: Letouzey et Ané, 1912-1915. 6v. V. 1, p. 456, 456, 647; V. 2, p. 731-732, 784-788, 801-807.

clérigo flagrado como usurário ou descoberto como fornicador eram aplicáveis àquele que portava armas.<sup>69</sup>

À luz dos ordenamentos jurídicos propagados pelos centros de poder das décadas de 880 e 1320, Gozlin e Melton agiram fora da lei. Sob essa perspectiva, ambos violaram os padrões de conduta considerados aceitáveis. Não apenas aceitáveis, mas culturalmente representativos, efetivamente vividos pelas comunidades medievais – é o que asseguram os medievalistas há décadas.<sup>70</sup> Assim dispostas, as evidências permitem supor que ambos passaram à posterioridade como exemplos de antibispos: personagens que exerceram o episcopado às avessas, encarnações do oposto do que os cristãos consideravam um bom pastor. Contudo, *não foi o que ocorreu*. Por quê?

### **A Guerra como *Vinculum Juris***

A crise dos anos 880 foi, em larga medida, resultado do aumento das modalidades de *agenciamento* do poder monárquico. O passar dos anos multiplicou as circunstâncias em que as competências da realeza entravam concretamente em ação. A dimensão política das relações sociais foi ampliada em ritmo acelerado, vertiginoso – se poderia dizer. Uma das causas parecia estar no sangue carolíngio. Sem qualquer reverência pela memória de Carlos Magno, doenças e acidentes reduziam os descendentes do grande imperador a reis por estações. Entre 877 e 884, a Nêustria – cujos limites incluía Paris – esteve em poder de Carlos II, Luís II, Luís III, Carlomano II e Carlos III. Cinco governantes em sete anos. Interceptada pela morte, a autoridade ressurgia em muitas vozes, com rostos diversos. A realeza era plural, como se designada a perpetuar-se na multiplicidade humana. Desígnio no qual os homens eram capazes de cooperar com a natureza.

Essa proliferação dos reis foi dramática para a casa reinante. Cada nova coroação escancarava ao mundo franco “o reduzido estoque de adultos masculinos

---

<sup>69</sup> CLEMENTINIARUM. Lib. III, título I, cap. I, p. 151-153 (no arquivo online, p. 517-518). Disponível em: <http://digital.library.ucla.edu/canonlaw/librarian?ITEMPAGE=CJC3&NEXT>. Acesso em 07/04/2020.

<sup>70</sup> BRUNDAGE, James. The Limits of the War-Making Power: the contribution of the Medieval Canonists. In: REID JR., Charles J. (ed.). **Peace in a Nuclear Age: The Bishops' Pastoral Letter in Perspective**. Washington: The Catholic University of America Press, 1986. p. 71.

da linhagem”.<sup>71</sup> Os carolíngios não eram suficientes para transmitir a realeza ao futuro. As elites, contudo, reagiram a essa escassez dilatando o campo de possibilidades: parentes colaterais e atores sem parentesco régio foram admitidos como alternativas sucessórias. A dissociação entre realeza e monopólio dinástico ganhou respaldo social. Com efeito, outras vozes passaram a reivindicar a legítima capacidade de dispor do poder monárquico. Foi o que fez o conde Boso, em julho de 879, ao declarar-se rei com sólido apoio das aristocracias eclesiástica e laica da Provença e da Burgúndia. A mesma lógica é aplicável à deposição de Carlos, “o Gordo”, em 887: a deserção aristocrática do então imperador foi liderada por Arnulfo, um sobrinho ressentido por ter sido excluído da sucessão monárquica. O próprio Gozlin pode ser incluído como exemplo, dado seu protagonismo para assegurar a coroa de Carlos II a um candidato que já reinava além do Reno, embora houvesse um herdeiro legítimo e em idade adulta. Esses casos ilustram o argumento. Na década de 880, as circunstâncias em que o poder monárquico era agenciado se tornavam mais numerosas, o que, por sua vez, tornava as relações sociais mais conflituosas, imprevisíveis e inquietantes. Assim pode ser explicada a retórica da crise mobilizada por cronistas da época.<sup>72</sup> A crise, portanto, existiu. Mas ela resultava dos efeitos de ações *pela* realeza – não *contra* a realeza.<sup>73</sup>

Uma das circunstâncias em que acontecimentos eram vividos dessa maneira eram as guerras contra os vikings. No último terço do século IX, elas surgem como uma ocasião que conferia tangibilidade à presença da realeza. Enfrentar os invasores trazidos pelo mar era uma demonstração suficiente de qualidades superiores, de ser o portador de uma razão ordenadora, capaz de bloquear o caos, conter o mal, desfazer o erro. A guerra, ou melhor, *essa* guerra era um vetor político, pois revelava a fonte de uma autonomia já constituída e capaz de retificar o curso dos assuntos humanos. Negligenciar esse combate, evitá-lo de alguma maneira não era compatível com a realeza. Era, antes, uma marca de sua ausência, prova de vazio. Nos anos 880, aquele que não fazia guerra contra os

---

<sup>71</sup> MACLEAN, Simon. **Kingship and Politics in the Late Ninth Century**: Charles the Fat and the end of the Carolingian Empire. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 21.

<sup>72</sup> AIRLIE, Stuart. *Op. Cit.* Neste caso, ver toda a parte III da obra.

<sup>73</sup> Essa abordagem, desenvolvida nos dois parágrafos anteriores e que embasa os seguintes, é tributária dos estudos de Simon Maclean, Stuart Airlie, Mayke de Jong, Richard Corradini. Ver referências bibliográficas.

vikings não possuía a singular autonomia, não era feito da matéria que formava os reis. Assim foi com Carlos III. Em 886, ele livrou Paris de um cerco que durava onze longos meses. Embora estivesse acampado com um grande exército a poucos quilômetros da cidade, ele optou por obter o recuo viking como seus ancestrais, pagando tributo e garantindo livre passagem para fora do reino. Não se lançar contra os invasores minou sua legitimidade; esquivar-se de usar a força militar o tornou menos rei. Embora tivesse libertado Paris, “ele nada obteve digno de sua majestade imperial”,<sup>74</sup> declarou um cronista; uma postura “traíçoeira”,<sup>75</sup> disparou outro. Uma batalha (vencida) contra vikings funcionava como uma passagem para o poder legítimo. Travessia completada por Gozlin.

O bispo havia sido um dos líderes do combate por Paris. Essa liderança dotou suas ações de uma autoridade singular, diferenciada porque capaz de separar o certo do errado. A atuação como líder guerreiro era, em si, *juridicamente vinculante*. Isso quer dizer que a conduta não era um fato em estado bruto à espera de uma lei que o avaliasse como legal ou ilegal. A guerra converteu seu comportamento em uma fonte normativa, uma medida socialmente reconhecida para definir lícito e ilícito. Dito de outro modo: o enfrentamento contra os vikings transformou a vida de bispo guerreiro em garantia jurídica de si mesma. O direito do centro – da corte carolíngia, com seus bispos e papas – simplesmente não se aplicava a ele. A celebração épica do bispo de Paris não era um caso de descumprimento, omissão ou impunidade jurídica. Quando faleceu, Gozlin não era um ponto cego das leis ou violações de preceitos eclesiásticos. Ele era um fundamento de leis e preceitos outros, que, fabricados durante a crise, estavam investidos de força social. A guerra fez dele um vínculo jurídico autêntico, capaz de fundir apostolado cristão e vida militar em uma forma de vida coerente e socialmente valorizada. Essa pode ser uma explicação para o contínuo aparecimento de bispos guerreiros ao longo das fronteiras ao norte da Cristandade Latina. Nas décadas seguintes, e até o século XI, a extensa faixa territorial que vai da Normandia à Saxônia tornou-se pródiga no registro de façanhas bélicas de

---

<sup>74</sup> REGINO DE PRÜM. *Chronicon*. MGH SS Rer. Germ. 50, p. 127.

<sup>75</sup> ANNALES Vesdatini. MGH SS Rer. Germ. 12, p. 62.

bispos e abades.<sup>76</sup> O mais conhecido, talvez, seja Bernward, bispo de Hildesheim, falecido em 1022 como venerável defensor dos cristãos contra vikings e eslavos.<sup>77</sup> Nos anos seguintes, enquanto a reputação de santo se cristalizava em torno da figura do bispo saxônico, a proibição do porte clerical de armas era confirmada pelo papado.<sup>78</sup> Os preceitos pontifícios, no entanto, não eram a única fonte do direito a reger a conduta dos bispos.<sup>79</sup>

Já a crise da década de 1320 não foi caracterizada pela dissociação entre realidade e casa reinante. Sua realidade foi oposta. Ela consistiu na manutenção de um vasto campo de realinhamentos senhoriais em torno de duas forças dinásticas em conflito: de um lado, o rei, Eduardo II, de outro, a rainha Isabela e o príncipe herdeiro, Eduardo. A conduta dos aristocratas tornava a mobilidade dos laços políticos uma constante, convertia em regra o incessante ir e vir de adesões a uma das forças dinásticas. O período entre 1312 e 1327 é marcado por alianças provisórias, antagonismos reversíveis; pela oscilação das lealdades e das oposições. Magnatas que despontam em certos registros dedicando o patrimônio à causa do rei ressurgem noutro documento engrossando a fileira de combatentes dispostos a morrer pela rainha; outros, antes citados como partidários da rebelião contra o monarca, reapareciam como elos de confiança na cadeia dos incumbidos de cumprir ordens régias.<sup>80</sup> A mobilidade das relações políticas impunha a curta duração como horizonte das artes de governar. O reino era dependente de decisões imediatistas e personalistas, o planejamento foi eclipsado pela reatividade.

---

<sup>76</sup> MARTIN, Timothy Robert. **Miter and Sword: Fighting Norman Bishops and Clergy**. 2018. Dissertação (Mestrado) – St. Cloud State University, Minnesota, 2018.

<sup>77</sup> THANGMAR DE HILDESHEIM. **Vita Bernwardi**. MGH SS 4, p. 754-782.

<sup>78</sup> Concílio de Reims, em 1049. MANSI, Johannes Dominicus. **Sacrorum Conciliorum...** v. 19, p. 742.

<sup>79</sup> Essa argumentação alinha-se às conclusões de Néri de Barros Almeida a respeito do entrelaçamento entre as conceituações sobre violência e ordem pública nos estudos medievais. O horizonte do possível quanto ao que terá sido a realidade do “Estado” e da “Ordem Pública” na Idade Média é indissociável do sentido social da guerra como coerção, da historicidade das lógicas governamentais – como argumentou Néri – e de seu lugar como processo de construção social do direito, como fonte (não meramente caso de aplicação) de normatividade - como aqui temos argumentado. Ver: ALMEIDA, Néri de Barros. A Idade Média entre o “poder público” e a “centralização política”: itinerários de uma construção historiográfica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 49-70, 2010.

<sup>80</sup> BRIE, Friedrich W. **The Brut...** *Op.Cit.*, p. 205-341; CALENDAR of Fine Rolls, 1319-1327... *Op.Cit.* p. 300, 331, 403; CALENDAR of Patent Rolls, 1324-1327... *Op.Cit.*, p. 60, 182, 235, 250, 267, 275, 291, 293, 294, 332; PHILLIPS, J. R. S. The Place of the Reign of Edward II. *In*: DODD, Gwylim; MUSSON, Anthony. **The Reign of Edward II: New Perspectives**. York: York Medieval Press, 2006. p. 220-233.

Governar era reagir às circunstâncias. Isso fundamentou a legalidade da conduta militar de Melton.

Iniciada em 1296, a guerra entre ingleses e escoceses não proporcionou a Melton um *status* jurídico semelhante ao que o cerco a Paris conferiu às lembranças sobre Gozlin. Diferentemente do antecessor franco, o arcebispo de York não defendia uma fronteira da Cristandade. Ele não combatia pagãos, não liderava guerreiros contra multidões saídas de um mundo sem salvação, alheio a Deus e Sua Igreja. O prelado inglês se embrenhava em uma guerra entre cristãos e recrutava homens para matar outras ovelhas de Cristo. E havia uma diferença ainda mais elementar: Melton pertencia aos derrotados. Nos anos seguintes ao fracasso em Myton, os escoceses colecionaram novas vitórias. Encurralada pelos fatos, restou à coroa inglesa reconhecer que não dispunha dos recursos e braços necessários para liquidar “as incursões nas marcas”<sup>81</sup> do Norte. Foi preciso negociar a paz. E quando se trata da batalha, o poder juridicamente vinculante depende, por completo, da verdade crua que se revela ao final do combate. No caso de uma derrota, a figura de um bispo guerreiro tornava-se repreensível: “entre guerreiros profissionais, pode-se notar uma compreensão de que clérigos não deveriam estar no campo de batalha, não, necessariamente, porque violava princípios canônicos, mas porque, provavelmente, terminava em desastre”.<sup>82</sup> Mas a guerra não se resumia à batalha. E mesmo na derrota havia fatores que proporcionavam legitimidade a um comportamento que contrariava o direito canônico.

Em 1324, Eduardo, uma vez mais, reagiu às circunstâncias. Após anos ordenando recrutamentos e taxações extraordinárias para reverter a maré de fracassos, o rei passou a negociar a paz com Robert de Brus, rei dos escoceses. Doze aristocratas, laicos e clérigos, foram encarregados da missão. O primeiro nome da lista era William Melton. O arcebispo era personagem proeminente entre os missionários da paz do rei. Esse é um papel que não deve ser subestimado. A expressão “paz do rei” era repleta de força jurídica, contendo numerosas

---

<sup>81</sup> CALENDAR of Patent Rolls, 1317-1321... *Op. Cit.*, p. 159, 286; CALENDAR of Patent Rolls, 1324-1327... *Op. Cit.* p. 159; CALENDAR of Close Rolls, 1318-1323... *Op. Cit.*, p. 30, 94, 203, 283, 329, 523, 525, 679, 686.

<sup>82</sup> NAKASHIAN, Craig. **Warrior Churchmen**... *Op. Cit.*, p. 257.

implicações para a sociedade da época. Desde o século XII, com a ascensão da *Common Law*,<sup>83</sup> os usos da expressão acarretavam efeitos decisivos, sobretudo como agravante penal. Quando uma infração era caracterizada como “violação da paz do rei”, o réu passava a responder por uma das mais graves acusações concebíveis no reino, por um crime cujo julgamento costumava levar à castração, à cegueira ou ao enforcamento.<sup>84</sup> Pacificar era um dos pilares ideológicos da monarquia, uma das formas mais eficazes para garantir respaldo social às decisões e aos comportamentos associados à realeza.

Quando Eduardo deu início às tratativas pela paz, ele pôs em movimento um fator capaz de restaurar uma parcela da legitimidade corroída pelos fracassos militares. Efeito que repercutia sobre todos os “missionários da paz” designados pelo contestado monarca. A vinculação à coroa, através da prerrogativa de fazer a paz, incorporava o bispo guerreiro ao terreno da legalidade. Isso se dava porque a investidura como pacificador era uma ação de transferência de poder. Essa é uma constatação objetiva. Não se tratava de uma relação implícita ou socialmente mascarada, possível de ser trazida à tona graças a um profundo trabalho de prospecção analítica. Ao contrário. Suas marcas são evidentes, sua realidade foi gravada de modo explícito, aparente. Basta redobrar a atenção aos detalhes. Observe-se a redação adotada pelos “Patent Rolls”: “*poder a William, arcebispo de York, [...] para estabelecer a paz definitiva com Robert de Brus*”.<sup>85</sup> O poder obtido com essa vinculação irrigava o campo do direito e causava impactos na economia social das normas, incluindo as canônicas. Tratava-se de uma força capaz de autorizar, retrospectivamente, a conduta como bispo guerreiro. Ainda que contrariasse os preceitos fixados por papas, canonistas e concílios, a vida eclesiástica de Melton estava sob o abrigo da lei e da justiça. O enlace com a autoridade régia conferia à sua atuação militar uma natureza jurídica *publicamente*

---

<sup>83</sup> Um “direito de experiência” anglo-normando, no qual atos de magistrados e decisões de tribunais eram princípios normativos suficientes. Cf. HUDSON, John. **The Formation of the English Common Law: law and society in England from King Alfred to Magna Carta**. Nova York: Routledge, 2018; HARDING, Alan. **Medieval Law and the Foundations of the State**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

<sup>84</sup> VAN EICKELS, Klaus. Gendered Violence: castration and blinding as punishment for treason in Normandy and Anglo-Norman England. **Gender & History**, Oxford, v. 16, n. 3, p. 588-602, 2004; JOHNSON, Tom. **Law in Common: legal cultures in Late-Medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

<sup>85</sup> CALENDAR of Patent Rolls, 1317-1321... *Op. Cit.*, p. 554.

diversa daquela que o papado identificava nos abusos clericais. Se a coroa dependia do arcebispo porque ele controlava uma reserva imprescindível de poder senhorial, a maior em todo norte do reino, o arcebispo, por sua vez, dependia da coroa porque ela controlava uma reserva imprescindível de poder legal, a maior para um bispo habituado a lutar pelo reino. Isso pode explicar porque Melton era lembrado nos anos de 1380 como um clérigo que soube ser exemplarmente fiel a adversários: ao pai, Eduardo II, tanto quanto ao filho, Eduardo III.<sup>86</sup> Ser fiel à coroa conservava a legalidade do próprio ministério episcopal.

## Conclusão

Não há explicação consistente sem a circunscrição de um contexto. Essa frase diz algo que um estudo de história comparada não deve ignorar, sob risco de desconectar-se da realidade de seus leitores. Tal frase nos lembra como os historiadores efetivamente trabalham. Apesar dos muitos giros intelectuais e revisionismos das recentes décadas, a escrita da história persiste, de maneira geral, governada por essa premissa monográfica. Não obstante o impacto da crise de paradigmas, teorias pós-modernas e decolonialização epistemológica, a historiografia permanece regida pela regra de ouro ancestral: valorizar a singularidade do contexto, aquilo que ele tem de único e irrepetível, é pré-condição para produzir um estudo consistente, relevante. É cláusula pétrea: o contexto faz o tema.

É assim que temos feitos há gerações. Nosso ofício, no entanto, carrega elementos contraditórios. Como campo científico, partilhamos premissas que acabam por dificultar o cumprimento da regra. Uma dessas premissas é a *forma atribuída ao poder*. Trata-se de nossas certezas sobre as formas possíveis para as relações de poder. A depender da forma adotada, descumprimos a cláusula: reduzimos o papel epistemológico da construção de contextos. Pois tais formas têm eficácia científica diferenciada, umas proporcionam mais do que outras. Algumas reduzem as possibilidades de significação dos dados compilados, outras,

---

<sup>86</sup> STUBBS, Thomas. *Continuatio Chronicæ de vitis Archiepiscoporum Eboracensium*. In: RAINE, James (ed.). **The historians of the church of York and its archbishops**. Londres: Longman, 1886. p. 389-421. Ver ainda: BUTLER, L. H. Archbishop Melton, his Neighbours, and his Kinsmen, 1317–1340. **Journal of Ecclesiastical History**, Cambridge, v. 2, n. 1, p. 54-68, 1951.

ampliam; algumas levam o realismo histórico até o dualismo processual, outras, o estendem à multiplicidade fatorial. Tal efeito pôde ser constatado com a comparação entre as trajetórias de Gozlin Rorgonida e William Melton. Ela permitiu demonstrar como o modelo do pluralismo jurídico amplia o campo de possibilidades para compreensão e individualização dos contextos históricos em relação ao modelo da crise feudal. Os anos 880 e 1320 foram narrados como épocas singulares, nas quais tensões, instabilidades e conflitos ganham sentido como parte de um dinamismo próprio, não como esgotamentos, desorientações, insuficiências. A comparação confere plausibilidade a uma forma para a história, que pode ser enunciada desta maneira: *contextos de crise fazem sentido como períodos de um aumento de complexidade social*; não só como fases de anomia social ou de desequilíbrio.

Essa forma histórica afeta a visibilidade das similitudes e diferenças entre objetos históricos. Este artigo, em suas limitadas dimensões, realçou diferenças. Gozlin foi bispo de um Império formado pela coexistência de *regna*, de “reinos”; já William, de um reino definido pela correspondência entre a ordem pública e uma coroa. Ao redor do bispo de Paris se cristalizou uma imagem que seria sobreposta aos registros de campanhas contra reis e magnatas cristãos, a de combatente que manteve a fronteira social e ideológica da Cristandade; já o arcebispo de York foi personagem de uma memória continuamente em disputa, sendo lembrado como combatente de lutas sectárias e fratricidas, não só entre os escoceses e os ingleses, mas entre esses últimos. Outros distanciamentos embasam as páginas anteriores: Gozlin modelou a conduta como bispo a partir da trajetória monástica; William alinhou sua atuação episcopal à hegemonia da elite secular; a carreira eclesiástica deste último se confunde com o pertencimento à cidade de York, ao passo que Paris não abrange a trajetória do primeiro no clero.

Mas este artigo enfatizou principalmente uma *similitude teórica*. A argumentação converge para uma aproximação paradigmática entre os bispos guerreiros de Paris e York. A partir de ambos pode-se defender, como historicamente plausível, que cenários de crise sejam caracterizados por um aspecto, por um traço tão decisivo para os historiadores que estudam tais épocas quanto perturbador para os sujeitos que as vivenciaram: a vida social não depende

de regras escritas e autorizadas para repartir condutas e atribuir predicados normativos a comportamentos. Estes casos embasam a hipótese de que a força normativa capaz de fundamentar o direito e a política derivava também de experiências sociais como a guerra, e não apenas – quiçá, nem mesmo primordialmente – de textos sancionados por uma autoridade. O horizonte de possibilidades explicativas para um historiador ou uma historiadora é vasto e imprevisível. Incluindo os contextos de crise. Tensões, acirramentos e instabilidades podem decorrer de intensificações e acelerações na construção social de normatividades, no plural, não de ocaso ou esgotamento. Isto dificilmente é plausível na forma histórica que é proposta pelo modelo da crise-como-lógica-feudal.

Pensar assim não é propor uma ruptura com a elaboração de formas históricas – é o oposto, é tomar partido de sua valorização. Mas implica, sim, romper com o *formalismo*. Ou seja, pensar assim acarreta como consequência o empenho para evitar que tais formas sejam naturalizadas, para não perdermos de vista que elas são convenções conceituais, *constructos* elaborados para realização de um propósito: ampliar o rendimento dos modos de controlar a evidência. Essa constatação metodológica é a conclusão mais importante presente neste artigo. Afinal, se historiadores e historiadoras não são juízes do passado,<sup>87</sup> tampouco são seus apóstolos. Se, por um lado, devem evitar o ato de julgar a evidência histórica, por outro, não podem escapar à tarefa de controlá-la. E há diferentes maneiras de controlá-las; escolhas são não apenas possíveis, mas cientificamente determinantes.

Pois, escrever a história é modelar o passado.

## Referências Bibliográficas

### Documentação

ABBO DE SAINT-GERMANI-DES-PRÈS. **Bella Parisiacae Urbis**. MGH Poetae Latini Aevi Carolini IV. 4v. V. 1, p. 72-122.

ANNALES Bertinianni. MGH SS Rer. Germ. 5.

---

<sup>87</sup> GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. *In*: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério (org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosa & Naify, 2011. p. 342-358.

ANNALES Fuldenses. MGH SS Rer. Germ. 7.

ANNALES Vedastini. MGH SS Rer. Germ. 12: 40-82.

BRIE, Friedrich. **The Brut or The Chronicles of England**. Londres: Kegan Paul & Co., 1906.

CALENDAR of Close Rolls, Edward II. A. D. 1318-1323. Londres: H.M.S.O., 1895.

CALENDAR of Close Rolls, Edward III. A. D. 1327-1330. Nendeln: Kraus, 1972.

CALENDAR of Fine Rolls, Edward II. A. D. 1319-1327. Londres: H.M.S.O., 1912.

CALENDAR of Patent Rolls, Edward II. A. D. 1317-1321. Londres: H.M.S.O., 1908.

CALENDAR of Patent Rolls, Edward II. A. D. 1321-1324. Londres: H.M.S.O., 1904.

CALENDAR of Patent Rolls, Edward II. A. D. 1324-1327. Nendeln: Kraus, 1971.

CHILDS, Wendy; TAYLOR, John (Ed.). **The Anonimale Chronicle, 1307 to 1334**: from Brotherton Collection MS 29. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CLEMENTINIARUM. Lib. III. Disponível em:

<http://digital.library.ucla.edu/canonlaw/librarian?ITEMPAGE=CJC3&NEXT>.

Acesso em 07 abr. 2020.

EMENTAR. *De translationibus et miraculis sancti Filiberti*. In: POUPARDIN, René (ed.). **Monuments de l'histoire des abbayes de Saint-Philibert**. Paris: Alphonse Picard, 1905. p. 19-70.

FRAGMENTUM Chronici Fontanellensis. MGH SS. 2, p. 304.

FRIEDBERG, Emil (ed.). **Corpus Iuris Canonici. Pars Prior: Decretum Magistri Gratiani**. Leipzig: Bernhardi Tauchnitz, 1879.

HEFELE, Charles-Joseph; LECLERCQ, Henry. **Histoire des Conciles après les Documents Originaux**. Paris: Letouzey et Ané, 1912-1915. 6v.

JOÃO VIII. Epístolas 6, 7, 9. MGH Epp. 60, p. 311, 318-323.

MANSI, Johannes Dominicus (ed.). **Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio**. Graz: Akademische Druck, 1961. V. 14, 15, 19.

MAXWELL, Herbert. **The Chronicle of Lanercost, 1272-1346**: Translated, with notes. Glasgow: James MacClehose and Sons, 1913.

NICOLAU I. Epístola 104. MGH Epp. 6, p. 613.

POWICKE, Frederick Maurice; CHENEY, Christopher Robert (ed.). **Councils and Synods, with other Documents relating to the English Church A.D. 1205-1313**. Oxford: The Clarendon Press, 1964. V. 2.

REGINO DE PRÜM. **Chronicon**. MGH SS Rer. Germ. 50.

ROTHWELL, Harry (ed.). **English historical documents, 1189-1327**. Londres: Routledge, 1996.

STUBBS, Thomas. *Continuatio Chronicæ de vitis Archiepiscoporum Eboracensium*. In: RAINE, James (ed.). **The historians of the church of York and its archbishops**. Londres: Longman, 1886. p. 389-421.

THANGMAR DE HILDESHEIM. **Vita Bernwardi**. MGH SS 4, p. 754-782.

UGHELLI, Ferdinando. **Italia Sacra**. Veneza: Sebastian Nicoleti, 1717. v. 5.

## **Bibliografia**

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: EDUEL, 2012.

AIRLIE, Stuart. **Power and its Problems in Carolingian Europe**. Londres: Routledge, 2012.

ALMEIDA, Néri de Barros. A Idade Média entre o “poder público” e a “centralização política” itinerários de uma construção historiográfica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 49-70, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre Mito e Linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BISSON, Thomas N. **Las Crisis del siglo XII: el poder, la nobleza y las origenes de la gobernación europea**. Barcelona: Crítica, 2009.

BRONSTEIN, Judith. Hattin and Alarcos: a comparative analysis of the institutional response of the military orders to major Crises in the Latin East and the Iberian Peninsula. **Hispania**, Madrid, v. 79, n. 261, p. 41-68, 2019.

BRUNDAGE, James. “The Limits of the War-Making Power: The Contribution of the Medieval Canonists”. In: REID JR., Charles J. (ed.). **Peace in a Nuclear Age: The Bishops’ Pastoral Letter in Perspective**. Washington: The Catholic University of America Press, 1986. p. 69-85.

BUC, Philippe. **Holy War, Martyrdom, and Terror**: Christianity, Violence, and the West. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

BUTLER, L. H. Archbishop Melton, his Neighbours, and his Kinsmen, 1317–1340. **Journal of Ecclesiastical History**, Cambridge, v. 2, n. 1, p. 54-68, 1951.

CALLAHAN, Daniel F. **Jerusalem and the Cross in the Life and Writings of Ademar of Chabannes**. Leiden: Brill, 2016.

CHABRY, Annie & Laurent. **Le Pouvoir dans tous ses États**: pour une nouvelle science politique. Paris: Imago, 2003.

COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII). In: TORRES FAUAZ, Armando (ed.). **La Edad Media en Perspectiva Latinoamericana**. Heredia: Euna, 2018. p. 133-150.

COLLINS, Paul. **The Birth of the West**: Rome, Germany, France and the creation of Europe in the Tenth Century. Nova York: Public Affaris, 2013.

CONSTAMBEYS, Marios; INNES, Matthew; MACLEAN, Simon. **Carolingian World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CORRADINI, Richard. The Rhetoric of Crisis. *Computus* and *Liber Annalis* on Early Ninth Century Fulda. In: CORRADINI, Richard; DIESENBERGER, Maximilian; REIMITZ, Helmut (ed.). **The Construction of Communities in the Early Middle Ages**: Texts, Resource and Artefacts. Leiden: Brill, 2003. p. 269-322.

DAVIS, Kathleen. **Periodization & Sovereignty**: how ideas of Feudalism & Secularization govern the politics of time. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

DE JONG, Mayke. **Epitaph for an Era**: Politics and Rhetoric in the Carolingian World. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DE JONG, Mayke. The Empire that was always Decaying: The Carolingians (800-888). **Medieval Worlds**: Comparative and Interdisciplinary Studies, Viena, v. 1, n. 2, p. 6-25, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUGGAN, Lawrence. **Armsbearing and the Clergy in the History and Canon Law of Western Christianity**. Woodbridge: The Boydell Press, 2013.

DUVAL, Amaury. **L'Evêque Gozlin, ou Le siège de Paris par les Normands**: chronique du neuvième siècle. Paris: Duféy et Vezard, 1832. 2v.

EDWARDS, Kathleen. The Political Importance of the English Bishops during the Reign of Edward II. **The English Historical Review**, Oxford, v. 59, n. 235, p. 311-347, 1944.

FAVRÉ, Édouardo. **Eudes, Comte de Paris et Roi de France**. Paris: É. Bouillon, 1893.

FELLER, Laurent. Introduction: Crises et renouvellements des Élités au haut Moyen Âge: mutations ou ajustements des structures? *In*: BOUGARD, François; FELLER, Laurent; LE JAN, Regine (dir.). **Les Élités au Haut Moyen Âge**: crises et renouvellements. Turnhout: Brepols, 2006. p. 5-30.

FLORI, Jean. **Guerra Santa**: Formação da ideia de Cruzada no Ocidente Cristão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GERRARD, Daniel. **The military activities of bishops, abbots and other clergy in England c.900-1200**. 2010. Tese (Doutorado) – University of Glasgow, Glasgow, 2010.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. *In*: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério (org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosa & Naify, 2011. p. 342-358.

GROSSI, Paolo. **A Ordem Jurídica Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GRZYMALA-BUSSE, Anna. Beyond War and Contracts: The Medieval and Religious Roots of the European State. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, v. 23, p. 19-36, 2020.

HARDING, Alan. **Medieval Law and the Foundations of the State**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HUDSON, John. **The Formation of the English Common Law**: Law and Society in England from King Alfred to Magna Carta. New York: Routledge, 2018.

JOHNSON, Tom. **Law in Common**: Legal Cultures in Late-Medieval England. Oxford: Oxford University Press, 2020.

KOTECKI, Radosław; MACIEJEWSKI, Jacek (ed.). **Ecclesia et Violentia**: violence against the Church and violence within the Church in the Middle Ages. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2014.

LE JAN, Regine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle)**. **Essai d'anthropologie sociale**. Paris: Publication de la Sorbonne, 1995.

LINCOLN, Kyle C. Beating swords into croziers: warrior bishops in the kingdom of Castile, c.1158–1214. **Journal of Medieval History**, Amsterdã, v. 44, n. 1, p. 83-103, 2018.

LÖßLEIN, Horst. Les ressources en compétition: les conflits concernant Saint-Vaast et Saint-Servais de Maastricht entre les grands et Charles III “le Simple”. *In*: LORÉ, Vito; BÜHRER-THIERRY, Geneviève; LE JAN, Régine (dir.). **Acquérir, Prélever, Contrôler**: les ressources en compétition (400-1100). Turnhout: Brepols, 2017.

LÖßLEIN, Horst. **Royal Power in the Late Carolingian Age**: Charles III the Simple and His Predecessors. Colônia: Modern Academic Publishing, 2019.

MACLEAN, Simon. **Kingship and Politics in the Late Ninth Century**: Charles the Fat and the end of the Carolingian Empire. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MACLEAN, Simon. The Carolingian response to the revolt of Boso, 879–887. **Early Medieval Europe**, Nova York, v. 10, n. 1, p. 21-48, 2003.

MARTIN, Timothy Robert. **Miter and Sword**: Fighting Norman Bishops and Clergy. 2018. Dissertação (Mestrado) – St. Cloud State University, Minnesota, 2018.

MCNAMEE, Colm. **The Wars of the Bruces**: England, Ireland and Scotland, 1306-1328. Edinburgh: Tuckewell Press, 1997.

MOORE, Michael Edward. **A Sacred Kingdom**: bishops and the rise of Frankish Kingship, 300-850. Washington: The Catholic University of America Press, 2011.

NAKASHIAN, Craig. **Warrior Churchmen of Medieval England, 1000-1250**: theory and reality. Woodbridge: The Boydell Press, 2016.

NELSON, Janet. Carolingian Empire. *In*: MACKENZIE, John M. (ed.). **The Encyclopedia of Empire**. Nova York: Wiley & Sons, 2016. p. 1-11.

NELSON, Janet. **Charles the Bald**. Nova York: Longman, 1992.

PHILLIPS, J. R. S. The Place of the Reign of Edward II. *In*: DODD, Gwylim; MUSSON, Anthony. **The Reign of Edward II**: new perspectives. York: York Medieval Press, 2006.

POWICKE, Frederick Maurice. **King Henry III and the Lord Edward**: The Community of the Realm in the Thirteenth Century. Oxford: Clarendon Press, 1947.

PRESTWICH, Michael. **Plantagenet England, 1225-1360**. Oxford: Clarendon Press, 2005.

PRESTWICH, Michael. **The Three Edwards: War and State in England, 1272-1377**. New York: Routledge, 2003.

RUST, Leandro Duarte. **Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

SILVA, Marcelo Cândido da. Crise e fome na Alta Idade Média: o exemplo dos capitulários carolíngios. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 185-207, 2017.

SMITH, Julia. Aedificatio Sancti Loci: the making of a Ninth-Century holy place. In: DE JONG, Mayke; THEUWS, Frans; VAN RHIJN (ed.). **Topographies of Power in the Early Middle Ages**. Leiden: Brill, 2001. p. 361-396

STONE, Rachel; WEST, Charles (ed.). **Hincmar of Rheims: Life and Work**. Manchester: Manchester University Press, 2015.

TAUBMAN, Andrew. **Clergy and Commoners: Interactions between medieval clergy and laity in a regional context**. 2009. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2009.

TAYLOR, Louisa. Bishops, War, and Canon Law: The military activities of prelates in high medieval Norway. **Scandinavian Journal of History**, Londres, p. 1-23, 2019.

TESSIER, Georges. **Recueil des Actes de Charles II le Chauve**. Paris: Imprimerie Nationale, 1943. v. 1.

VALENTE, Claire. The Deposition and the Abdication of Edward II. **The English Historical Review**, Oxford, v. 113, n. 453, p. 852-881, 1998.

VALENTE, Claire. **The Theory and the Practice of Revolt in Medieval England**. Aldershot: Ashgate, 2003.

VAN EICKELS, Klaus. Gendered Violence: Castration and Blinding as Punishment for Treason in Normandy and Anglo-Norman England. **Gender & History**, Oxford, v. 16, n. 3, p. 588-602, 2004.

WEST, Charles. “Fratres, omni die videtis cum vadit istud regnum in perdicionem”: Abbo of Saint-Germain and the Crisis of 888. **Reti Medievali Rivista**, Firenze, v. 17, n. 2, p. 301-317, 2016.

Recebido: 19/04/2020  
Aprovado: 30/05/2020

## WHIGS, TORIES E O DEBATE BRITÂNICO PARA SUPRESSÃO DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS 1839-1845.

Gustavo Pinto de Sousa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo discutirá a apresentação da discussão política no Parlamento Britânico a respeito da aprovação dos bills *Palmerston (whig)* e *Aberdeen (tory)*. Nesse sentido, os projetos de leis são compreendidos a partir da noção de governamentalidade de Foucault. Nesse sentido, os bills – *Palmerston e Aberdeen* – são práticas de governamentalidade, pois operaram como racionalidades políticas que visavam à soberania das nações (o uso do direito das gentes), a disciplinarização do espaço atlântico e a gestão administrativa dos governos como forma de lidar com a nova realidade proposta: um Atlântico sem tumbeiros. Em termos metodológicos, o artigo parte das contribuições da História Cruzada sob orientação de Werner e Zimmermann. Por fim, a noção de interseção/entrecruzamento contribui para tornar comparáveis os produtos de uma empiria e reflexividade, em que se entrecruzam a materialidade dos *corpus* documentais e as possibilidades/os problemas que emergem a partir da documentação.

**Palavras-chave:** Bill Palmerston; Bill Aberdeen; Tráfico Internacional de Escravos.

### WHIGS, TORIES AND THE BRITISH DEBATE TO SUPPRESS ATLANTIC SLAVE TRADES 1839-1845.

**Abstract:** This article will discuss the presentation of the political discussion in the British Parliament regarding the approval of the Palmerston (whig) and Aberdeen (tory) bills. In this sense, the draft laws are understood based on Foucault's notion of governmentality. In this sense, the bills - Palmerston and Aberdeen - are practices of governmentality, as they operated as political rationalities aimed at the sovereignty of nations (the use of people's rights), the disciplining of the Atlantic space and the administrative management of governments as a way of dealing with the new reality proposed: an Atlantic without tumbeiros. In methodological terms, the article starts from the contributions of Crossed History under the guidance of Werner and Zimmermann. Finally, the notion of intersection/intersection contributes to making the products of an empiric and reflexivity comparable, in which the materiality of the documentary corpus and the possibilities/problems that emerge from the documentation are intertwined.

**Keywords:** Bill Palmerston; Bill Aberdeen; International Slave Trade.

### Introdução

Eles poderão em breve resistir ou retaliar, e havia o perigo de “guerra universal”. O projeto de Palmerston só poderia agravar a situação.  
Duque Wellington<sup>2</sup>

No fim, Wellington, como outros membros do gabinete, deixou-se persuadir [de] que o projeto de lei proposto era perfeitamente legítimo, de que os próprios brasileiros o tinham provocado e de que o governo britânico não dispunha de outro meio de ação.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Educação de Surdos e ProfHistória/UFRJ. Email: [gsousari@gmail.com](mailto:gsousari@gmail.com)

<sup>2</sup> Tradução nossa “they might soon resist or retaliate, and there was a danger of ‘universal war’.” *Palmerston’s bill could only aggravate the situation.* BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p. 761-784, 1965. p. 779.

Personagem integrante do partido *Tory* (conservador), o duque Wellington posicionou-se de formas distintas nas iminentes aprovações dos *bills* Palmerston (1839) e Aberdeen (1845). Segundo Kwane Appiah,<sup>4</sup> o duque ganhou força política na Inglaterra ao vencer a batalha contra Napoleão em Waterloo, abrindo caminho para que chegasse ao posto de primeiro-ministro em 1829, durante o governo do rei Jorge IV. Como primeiro-ministro, conseguiu a aprovação de uma lei de emancipação dos cultos católicos, beneficiando o território da Irlanda, onde havia nascido. Além disso, era defensor da abolição do tráfico de escravos da África, como lembrou José da Silva Lisboa, visconde de Cairu.<sup>5</sup>

Na condição de político pertencente à Câmara dos Lordes, o “ilustre nobre”, quando recebeu os projetos de lei sobre a repressão marítima acerca do tráfico de escravos, dizia que o *Bill* Palmerston (1839), elaborado pelo primeiro-ministro *whig* (liberal), era uma incitação à guerra contra uma nação amiga igual a Portugal. Em sua oposição ao texto-lei, Wellington defendia que a quebra da “política de paz” era uma operação criada pelo Executivo e que não poderia contar com a aprovação no Legislativo.

Para o duque, a ação de Palmerston era uma ofensa à Lei das Nações (*law of nation*), sendo sua aprovação uma violação às leis internas de Portugal. Como crítico ao projeto, alertava seus pares de que a ausência de um tratado específico com o governo português tornava inviável a aprovação da política de extraterritorialidade de Palmerston e que os *tories*, em conjunto, batalhariam por sua rejeição durante sua leitura na casa. Em linhas gerais, “resistir” ou “retaliar” era uma questão de tempo, porque o projeto de lei legitimava que “os oficiais britânicos estavam autorizados a adotar medidas de hostilidade contra Portugal e outras operações de guerra”.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1976. p. 247.

<sup>4</sup> APPIAH, Kwame Anthony. **O código de honra: como ocorrem as revoluções morais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>5</sup> LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairú). **Memória da vida pública de Lord Wellington, príncipe de Waterloo**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

<sup>6</sup> Tradução nossa. “*In reality British officers were beign authorized to adopt 'measures of hospility against Portugal and other operations of war'*”. BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English**

Seis anos após os debates do *Bill* Palmerston e sendo essa questão superada, em 1842, a política britânica, agora comandada por lorde Aberdeen, resolveu (re)editar essa medida, de caráter internacional, contra o Império do Brasil. Colocada em pauta no ano 1845, na Câmara dos Lordes, as reações contra o projeto se deram de forma diferenciada. Se antes o projeto foi dirigido e aprovado pela força dos *whigs*, o *Bill* Aberdeen era feito sob a bandeira dos *tories* (conservadores).<sup>7</sup>

Crítico de medidas que afetavam o direito interno dos países, o grupo *tory* adotou a mesma deliberação. Segundo Leslie Bethell, o argumento empregado pelos conservadores era de que o projeto de lei proposto por Aberdeen foi aprovado com base na vigência dos tratados celebrados pelas duas nações. E, que nesse caso, não havia atentado contra o direito das gentes. O duque Wellington, por sua vez, acatava o parecer de sua facção política e garantia que a legitimidade do *Bill* Aberdeen tinha jurisprudência principalmente com base no tratado anglo-brasileiro de 1826, que dava fim ao comércio de escravos da costa da África.

Na análise da documentação sobre os papéis de Aberdeen, Leslie Bethell identificou em um dos memorandos dos conselheiros jurídicos que, entre 1839 e 1845, existia uma diferença: “em 1839, fora um caso de ‘ou *casus belli* ou nada’, ao passo que, em 1845, não é um *casus belli*, mas um *casus federis* [foederis][...] a lei [de 1845] seria um aditamento do tratado de 1826”.<sup>8</sup> Em linhas gerais, o *Bill* Palmerston inscrevia-se em *casus belli*, porque o governo português, ofendido, poderia considerar a lei britânica uma ofensa grave à segurança de sua nação (soberania) e, posteriormente, declarar guerra ao governo ofensor, como previa o duque Wellington.

Por outro lado, a *causa federis* amparava-se na aliança entre as coroas brasileira e britânica no combate ao tráfico de escravos. Nesse sentido, a Inglaterra, aliada, apenas estava cobrando o cumprimento das obrigações assumidas pela outra nação aliada, o Brasil, no tratado de combater o “ilícito

---

**Historical Review**, England, v. 80, p. 761-784, 1965. p. 779.

<sup>7</sup> Segundo Lynn Hunt o “bill implicava um pedido ou apelo a um poder superior (um bill era originalmente “uma petição ao soberano” HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 114.

<sup>8</sup> BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1976. p. 247.

comércio” de escravos. Como se discorreu na historiografia brasileira sobre o tráfico, a Inglaterra estaria cobrando as contas com o Brasil por meio de pressões diplomáticas.<sup>9</sup>

Segundo Jaime Rodrigues dois paradigmas marcam o estado da arte a respeito do tráfico intercontinental na escrita da história no Brasil. São eles: a *gradualidade da abolição* da historiadora Paula Beiguelman e a *pressão inglesa* no qual se incluem Richard Graham, Leslie Bethell e Robert Conrad. Particularmente, entendo essa cena histórica numa interrelação destas duas forças: a gradualidade com a pressão diplomática britânica, assim como, os brasileiros não foram passivos aos desejos da Inglaterra ao aceitar a supressão do tráfico internacional de escravos de imediato.

Apesar das posições distintas do duque Wellington e de seu grupo para os *bills* — com semelhante conteúdo político —, como os *bills* Palmerston e Aberdeen podem ser discutidos como ações de governamentalidade? Como se desenrolaram os fatos para uma Inglaterra tão engajada na luta de supressão ao tráfico de escravos? Ademais, quais eram as defesas dos *bills* no Parlamento britânico?

Como ponto de partida, os projetos para a supressão do tráfico intercontinental de escravos aprovados sob a égide de Palmerston e Aberdeen serão considerados como práticas de governamentalidade.

A segurança consistia na capacidade dos *bills* no que tange à soberania das três nações. Soberania, governos e leis se entrecruzavam como forma de atingir o denominador comum, que era a supressão do tráfico intercontinental de escravos. O princípio dessa segurança foi ditado pelos *bills* quando eles determinavam que as bandeiras e os navios das nações suspeitas — Portugal e Brasil — de praticar o “ilícito comércio” eram uma ameaça ao bem-estar das demais nações pelos mares. Os *bills* criminalizaram, ou melhor, institucionalizaram os transgressores, os piratas. Nesse sentido, os governos foram orientados a produzir leis ou “novas racionalidades” para resolver o contencioso estabelecido a partir dos problemas da escravidão.

---

<sup>9</sup> RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. V. 2, p. 299.

Em termos quantitativos, os projetos de leis antiescravistas impediram que um volume de africanos e africanas introduzidos nas Américas declinasse.<sup>10</sup> De certa maneira, esses projetos repensaram a questão da diáspora africana para os países escravistas no Novo Mundo, reorientando as populações nas duas margens do Atlântico. Para Foucault:

A população aparecerá como objetivo final do governo. Sobre ela [a população] e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população.<sup>11</sup>

Ao desejar impedir a entrada de novos escravos, o governo britânico também apostou na permanência dos africanos na África, motivado por seus interesses, e forçou, conseqüentemente, novas ações para Brasil e Portugal. Os brasileiros, que viam a entrada internacional de escravos afunilar, fortaleceram o tráfico interprovincial ou interno como uma forma de manter a escravidão. Já os portugueses buscaram (re)inventar novas atividades nas colônias africanas para dar sentido à dinâmica política que interligava o Império português. E por que todas essas ações?

Quando se pensa nas ações do governo em direção às populações, o produto final desejado são as riquezas que essa política gerará ao longo do tempo. Afinal, os governos têm como finalidade organizar a “economia política” de suas nações. Governar seria antes de tudo manter as riquezas do Estado. Por isso, os *bills* — *Palmerston e Aberdeen* — são práticas de governamentalidade, pois operaram como racionalidades políticas que visavam à soberania das nações (o uso do

---

<sup>10</sup> Segundo os historiadores dos domínios da História Demográfica, Social e Social do Trabalho os *bills* provocaram uma diminuição de escravos que entravam de forma ilegal nas Américas. Segundo Alain El Youssef “No início, o *bill* mostrou-se bastante eficaz, atingindo boa parte de seus objetivos: somente no último trimestre do ano de sua aprovação, foram 27 embarcações brasileiras apreendidas, número que quase dobrou em 1846, quando ocorreram 49 apreensões. Tais ações tiveram reflexo direto no volume dos africanos que aportaram em terras brasileiras: em 1845, foram quase 21 mil (16 mil no Centro-Sul). Esse volume, contudo, não seguiu tendência de queda nos anos seguintes. Ao contrário, voltou a crescer a ponto de atingir recordes históricos: pouco mais de 52 mil, em 1846, e quase 62 mil nos dois anos subsequentes — respectivamente, 42.500, 49 e 52 mil no coração da economia imperial”. YOUSSEF, Alain El. **Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil** (Rio de Janeiro, 1822-1850). 2010. 300f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 238.

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 289.

direito das gentes), a disciplinarização do espaço atlântico e a gestão administrativa dos governos como forma de lidar com a nova realidade proposta: um Atlântico sem navios negreiros.

Em termos metodológicos, a documentação será compreendida a partir de Michael Werner e Bénédicte Zimmermann e as precauções da história cruzada. Para eles, “dispor duas coisas uma sobre a outra em forma de cruz. Daí resulta um ponto de interseção onde podem produzir acontecimentos. [...] Essa ideia de interseção está no princípio da história cruzada”.<sup>12</sup> Os autores sintetizam que a noção de interseção contribui para tornar comparáveis os produtos de uma empiria e reflexividade, em que se entrecruzam a materialidade dos *corpus* documentais e as possibilidades/os problemas que emergem a partir da documentação.

Nesse sentido, a comparação entre os dois bills pode ser entendida como um exercício de História Cruzada a partir da interseção em que eles propõem a supressão do tráfico internacional de escravos. Seus conteúdos convergem ao estipularem medidas além das suas fronteiras para desarticular a rede de tumbeiros que se constituíam no espaço Atlântico. Por fim, a história cruzada proporciona uma interseção do bills e seus conteúdos contra Portugal e o Brasil. Portanto, as condições metodológicas para a história cruzada se estabelecem pelo viés relacional, interativo e processual a partir da equivalência das atas do Parlamento Britânico.

### **O bill Palmerston e o debate britânico de supressão do tráfico internacional de escravos.**

Com a alvorada da Revolução Industrial, no final do século XVIII, a Inglaterra vivenciou “grandes transformações”<sup>13</sup> ao longo do século XIX. Da invenção de uma sociedade burguesa e liberal aos conflitos oriundos da formação

---

<sup>12</sup> ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexibilidade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1-2, p. 89-128, 2003. p. 95-96.

<sup>13</sup> POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

de uma classe operária,<sup>14</sup> o país enveredou também, durante o Oitocentos, por uma campanha pela supressão e, conseqüentemente, abolição da escravidão. À primeira vista, o sentimento abolicionista britânico encontrou dificuldade de convencimento em outros regimes que se mantinham na lógica de uma “sociedade de corte”,<sup>15</sup> que privilegiava o *ethos* aristocrático, as hierarquias e os privilégios dos grupos.

O desejo britânico de estrangular as saídas das “almas de cor” da África para as diversas partes do mundo foi antes de tudo um exercício de poder. Segundo Mariana Kalil, do ponto de vista das relações internacionais, a política contra o tráfico de escravos dirigida pelos britânicos conferiu um protagonismo internacional para a ilha. De acordo com Kalil:

[...] o regime internacional contra a escravidão africana, nos 1800, de acordo com a noção de Hurrell, a respeito da formação de uma sociedade internacional, contou com a mobilização de valores, de interesses e do poder da potência global da época. O afastamento britânico de questões europeias destoava de um inquestionável ativismo global — estando a bandeira antiescravista no cerne da atuação de Londres.<sup>16</sup>

Para a autora, a Inglaterra não se envolvia com as questões internas aos problemas europeus, como os resultados dos desdobramentos da Revolução Francesa, pós-1789. A partir dos interesses de campanha contra o tráfico de escravos e a abolição da escravidão, a política britânica esteve presente nas diversas mesas de negociação como uma forma de convencimento das outras nações em aderir ao projeto de libertação dos africanos do jugo dos vis comerciantes. Seu envolvimento na maioria das vezes ocorria pelos interesses na África e pela corrente política do abolicionismo britânico.

Nesse quadro de constituição de uma “Sociedade Internacional”, o Congresso de Viena, em 1815, foi uma experiência política, na qual a Inglaterra fez presença não apenas nas discussões do rearranjo de forças internas ao continente

---

<sup>14</sup> HOBBSAWM, E. **Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>15</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

<sup>16</sup> KALIL, Mariana Alves da Cunha. O moralismo whig, o Poder Negro e o Exército Brasileiro. **Boletim Meridiano** 47. Brasília/UNB, v. 15, n. 142, 2014. p. 4.

européu, como submeteu seus interesses contra o tráfico de escravos na busca de aliança contra o “ilícito comércio”.<sup>17</sup> Como destaca Adela Garabito, entre as 10 comissões estabelecidas no “concerto europeu”, uma delas dedicou-se a criar formas de suprimir o comércio de escravos — *Comité para o Comércio de Escravos* — respeitando, portanto, por meio de tratados, as regras do direito das gentes.

Internamente, o Parlamento britânico colocou em pauta, em 1807, a discussão da extinção do tráfico de escravos para suas colônias. Esse projeto, comandado pela corrente *quaker*, que tinha quadros na facção dos *whigs*, questionava a prática da escravidão do ponto de vista da moral e da religião, na maioria dos casos pela perspectiva protestante. Os *quakers*, segundo descreve José Murilo de Carvalho,<sup>18</sup> orientavam ações públicas contra a escravidão desde a segunda metade do século XVIII, principalmente com a publicação da obra *O grande despertar*<sup>19</sup>.

As orientações desse grupo era de que todos os homens eram iguais e de que deveriam existir entre eles uma fraternidade em Cristo. Assim, os abolicionistas evangélicos e *quakers*, como define David Eltis, entendiam que usurpar a liberdade de outrem seria um ato de pecado. Conforme esse autor, o grupo religioso defendia que o fim da escravidão era uma forma de redenção. Para ele, “a preocupação dos evangélicos com a liberdade — definida como libertação do pecado — foi a percepção mais meticulosa da concepção para o sentido de libertar os homens de cor”.<sup>20</sup>

Para os evangélicos abolicionistas, a escravidão era uma forma de corrupção, e a libertação, além de política, ocorria no plano espiritual. Para eles, antes do direito das nações, o direito individual — universalidade do direito

---

<sup>17</sup> Segundo Adela Garabito a postura britânica no “concerto europeu” era que deveria existir uma “balança de poderes no continente”, assim como, a “*preservação das rotas marítimas como forma de assegurar o comércio e as colônias*”. GABARITO, Adela. *El Congreso de Viena y El “Concierto Europeo”, 1814-1830*. In: CARLOS PEREIRA, Juan (coord.). **Historia de las relaciones internacionales contemporáneas**. Barcelona: Ed. Ariel, 2003. p. 74.

<sup>18</sup> CARVALHO, José Murilo. *Escravidão e Razão Nacional*. In: \_\_\_. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 35-81. p. 48.

<sup>19</sup> BUSHMAN, Richard (ed.). **The Great awakening: documents on the revival of religion, 1740-1745**. North Caroline: University of North Caroline Press, 1989.

<sup>20</sup> Tradução nossa. “*Moreover, the Evangelicals preoccupation with liberty — defined as freedom from sin — was likely to mean a less than fastidious concern wiht more secular perception of the conception.*” ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic Slave Trade**. New York: Oxford, 1987. p. 103.

natural — deveria prevalecer. A “supressão e o respeito aos direitos pessoais e internacionais eram incompatíveis”,<sup>21</sup> assim, seriam necessários sacrifícios de todos os lados, conforme declarava o *tory* Robert Peel, para o sucesso de suprimir o tráfico de escravos.

Com a aprovação da extinção do tráfico para as colônias inglesas em 1807, diferentes forças políticas se posicionaram em prol ou contrárias à medida. Do ponto de vista da legalidade, a medida contra a escravidão ratificada pelos políticos britânicos abriu caminho para a criação de instituições de combate à escravidão, como o Instituto Africano, em 1807, e a Anti-slavery Society, em 1823.

O Instituto Africano, inserido na lógica abolicionista britânica, tinha por escopo traçar mecanismos para o desenvolvimento social da África. Segundo Eltis, o “Instituto Africano tentava fomentar o desenvolvimento comercial e educacional na África”.<sup>22</sup> Seus integrantes passaram a cobrar junto ao Ministério das Relações Exteriores — *Foreign Office* — a aplicação da legislação antitráfico e o endurecimento contra o transporte de africanos. Nesse sentido, o Instituto auxiliou, no plano internacional, na redação de projetos para atingir a meta de desenvolver suas atividades econômicas e educacionais a partir da extinção do tráfico. Outro campo de atuação era que seus integrantes passaram a organizar comissões que visitavam os vice-almirantados para coletar e checar as informações a respeito do “ilícito comércio” como forma de traçar as possíveis rotas criadas e inventadas pelos tumbeiros.<sup>23</sup>

A Anti-slavery Society, segundo Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, “projetou-se sob a plataforma dos *quakers*, que entendiam a redução de outros homens à escravidão como uma prática não cristã”.<sup>24</sup> A Anti-slavery Society<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> Tradução nossa. “*Suppression and a rigorous regard for personal and international rights were incompatible.*” In: ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic Slave Trade.** New York: Oxford, 1987. p. 111.

<sup>22</sup> Tradução nossa. “*the African Institution was the abolitionist’s attempt to foster the comercial and educational development of Africa and to act as watchdog over the suppression of the slave trade, but from an early datem it became almost a de facto slave trade department of Foreign Office.*” ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic Slave Trade.** New York: Oxford, 1987. p. 105.

<sup>23</sup> Designação para navio negreiro.

<sup>24</sup> BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. **Estud. Av.** [on-line], v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009.

<sup>25</sup> Denominada também “*Society for the Mitigation and Gradual Abolition of Slavery*”.

nascia com o objetivo de promover uma abolição gradual e de ampliar os debates para a extinção da escravidão.<sup>26</sup> Sob a direção de William Wiberforce, sua campanha era de pressionar o Parlamento por uma abolição gradual da escravidão nas colônias do Império.

Havia também no Parlamento britânico um intenso debate acerca do sentido de liberdade. Além disso, a postura dos políticos britânicos era de discutir a liberdade como peça-chave para a modernidade, isto é, para eles, a liberdade era condição fundamental para a modernidade. Nas palavras de David Eltis:

[...] a experiência britânica do trabalho assalariado no decurso do século XVIII significava que a liberdade, o trabalho assalariado e o desejo de substituir produtos para lazer, é talvez o significado essencial do termo modernização, foram considerados como se coisas mútuas. No início do século XIX, os ingleses enfrentaram a questão de como estender esses conceitos para o resto do mundo.<sup>27</sup>

Entre liberdade e modernização, os grupos abolicionistas britânicos teriam nas nações praticantes da escravidão o obstáculo para estender a lógica da experiência inglesa, materializada por liberalismo, trabalho assalariado, filantropia e humanitarismo. Além disso, essa ideia de liberdade ativava a noção de “ser livre” como um atributo do direito natural, conforme destacada pelos filósofos do Iluminismo francês. E, como regra do direito natural, a definição de liberdade passava por uma prerrogativa universal, ampla e irrestrita. Segundo Beatriz Gallotti Mamigonian, a política britânica de supressão do tráfico de escravos estava inserida em uma das reformas liberais do século XIX.<sup>28</sup>

O liberalismo, como prática de governamentalidade, também esteve presente na discussão dos grupos abolicionistas em combate ao tráfico e à

---

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo. Escravidão e Razão Nacional. In: \_\_. **Pontos e Bordados: escritos de história e política.** Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 35-81.

<sup>27</sup> Tradução nossa. “*But the British experience of wage labor in the course of the eighteenth century meant that freedom, wage labor and the desire to substitute goods for leisure, wick perhaps is the essential meaning of the term modernization, were regarded as mutually reinforcing. In the early nineteenth century the British faced question of how to extend these concepts to the rest of the world.*” ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic Slave Trade.** New York: Oxford, 1987. p. 102-103.

<sup>28</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Une modernité imposée et ambiguë: la Grande-Bretagne, Le Brésil et le projet d’abolition de la traite 1848-1851. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (coord.). **Modernités Nationales, modernités importées.** Paris: L’Harmattan, 2012. p. 15.

escravidão. Nesse universo, o liberalismo também era integrante da teia de modernidade defendida pelos grupos políticos. Quando Eltis lembrou que a missão britânica seria levar a experiência inglesa ao resto do mundo, referia-se também a como exportar a sociedade liberal para as diferentes nações. Assim, a tensão instaurada deu-se entre “as sociedades ‘progressistas’ e ‘atrasadas’, num conflito interessante entre as relações do pensamento antiescravista e da matriz do *laissez-faire*”.<sup>29</sup>

Nesse cenário, o visconde Palmerston, ocupante de um assento na Câmara dos Lordes, recomendava aos ministros do governo *tory* que eles deveriam encontrar “tempo livre para estudar as obras de Adam Smith, de Ricardo, de Macculloch, de Mill e de Senior”.<sup>30</sup> Esses autores, no sentido de um “agrupamento do discurso”,<sup>31</sup> ou seja, de matrizes discursivas, davam a tônica da proposta de significação do liberalismo, desde então encabeçada por ele na direção da política britânica, quando operacionalizou o liberalismo como uma arte de fazer política, do “bem governar o Estado”. Portanto, os *bills* emergiram dentro desse enredo: “os bills são novas racionalidades políticas na roupagem do liberalismo inglês” (grifos nossos).

Em linhas gerais, a plataforma do abolicionismo britânico estava assentada em três pontos: a religião, a liberdade como um direito natural e o liberalismo em detrimento dos quadros de um mercantilismo persistente.

Entretanto, esse arranjo de forças em prol da condenação da escravidão do ponto de vista da moral e da economia não encontraram consonância dentro do Império britânico. Os principais opositores do movimento *quaker* e das reformas políticas comandadas a partir do Parlamento foram os fazendeiros nas colônias, principalmente na região das Índias ocidentais.

---

<sup>29</sup> Tradução nossa. “*Not only were such activities probably inevitable, given the nature of the conflict between ‘progressive’ and ‘backward’ societies, but they provide an interesting window onto the links between antislavery thought and laissez-faire ideology.*” ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic Slave Trade**. New York: Oxford, 1987. p. 103.

<sup>30</sup> Tradução nossa. “*her Majesty’s Ministers could have found leisure to study the works of Adam Smith, of Ricardo, of Macculloch, of Mill, and of Senior*” **Hansard (UK/ Parliament)**, p. 6. 10/08/1842. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1842/aug/10/public-bills-late-and-present-ministers#S3V0065P0\\_18420810\\_HOC\\_5](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1842/aug/10/public-bills-late-and-present-ministers#S3V0065P0_18420810_HOC_5). Acesso em 22/01/2020.

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1998. p. 26.

Nessa trama de supressão do tráfico de escravos, os interesses de humanistas e capitalistas chocaram-se com os de escravistas e fazendeiros. Considerando o arquétipo “metrópole e colônias”, o movimento civil foi aquecido na “cabeça do Império” e sofreu críticas pelo “corpo” dessa união.<sup>32</sup> Temerosos das medidas iniciadas a partir de 1807, no Parlamento, os fazendeiros das Índias ocidentais buscaram agir para frear as pautas progressistas que colavam a ideia de progresso e modernização ao fim do tráfico de escravos.

Segundo Eric Williams, o ataque aos fazendeiros dependentes do tráfico de escravos e dos “braços africanos” só foi possível por causa da aliança dos capitalistas com os humanistas. Nas palavras de Williams:

O ataque aos fazendeiros das Índias Ocidentais era mais do que um ataque à escravidão. Era um ataque ao monopólio. Seus adversários não eram somente os humanistas, mas também os capitalistas. A razão do ataque não era apenas que o sistema econômico das Índias Ocidentais era cruel, mas também tão pouco rentável que, por essa simples razão, era inevitável a destruição.<sup>33</sup>

Com a crítica à persistência do mercantilismo, que reinava em boa parte do Velho Mundo, os capitalistas defensores do liberalismo desejavam derrubar o protecionismo que o governo mantinha no favorecimento aos fazendeiros das colônias. Quando Williams indaga “proteção ou *laissez-faire*?”,<sup>34</sup> os capitalistas denunciavam que, “em cada libra de açúcar consumido na Inglaterra, dois quintos do preço correspondiam ao custo da produção, dois quintos seguiam como impostos para o governo e um quinto ia em tributo ao fazendeiro”.<sup>35</sup>

Dessa maneira, não há dúvida de que em Londres a campanha pelo *laissez-faire*, *laissez-passer* tornava-se bandeira entre os capitalistas e os humanistas. Os primeiros defendiam um Estado rentável e contrário às tarifas protecionistas que consumiam o Tesouro Real. Como destacou Williams, o próprio Palmerston fazia coro ao desejo dos capitalistas ao acreditar que o protecionismo prejudicava a

---

<sup>32</sup> SOUZA, Iara Lis C. **Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

<sup>33</sup> WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 193.

<sup>34</sup> *Ibidem*. p. 194.

<sup>35</sup> *Ibidem*. p. 197.

economia do país e era danoso ao princípio de prosperidade nos negócios das nações.<sup>36</sup>

Por outro lado, os fazendeiros apresentavam como justificativa para a manutenção das tarifas protecionistas que a defesa do livre-cambismo levaria à ruína de seus produtos em detrimento do açúcar produzido com mão de obra escrava em países como Brasil e Cuba.

Em relação à produção açucareira, os fazendeiros foram os mais prejudicados com a defesa do liberalismo. Segundo dados de Williams, entre 1799 e 1807 os fazendeiros das Índias ocidentais operavam em prejuízo em suas fazendas, principalmente com a baixa do preço do açúcar no mercado internacional. Isso ocasionou que muitos proprietários abandonassem suas terras ou vendessem seus hectares por dívida.

No meio dessa crise, o autor acredita que a baixa tarifa do açúcar no mercado internacional favoreceu os argumentos dos capitalistas em defesa do liberalismo. Nas palavras de Eric Williams:

Em 1806, os excedentes de açúcar na Inglaterra chegavam a 6 mil toneladas. Era preciso reduzir a escravidão. Para isso, o tráfico de escravos devia ser abolido. [...] a situação das Índias Ocidentais era agravada pelo fato de que a produção excedia a demanda de consumo da Inglaterra. Esse excedente, calculado na faixa de 25%, tinha que ser vendido nos mercados europeus, concorrendo com o açúcar mais barato do Brasil ou Cuba. [...] de fato, os fazendeiros das Índias Ocidentais estavam recebendo para concorrer com produtos que eram alguns dos melhores clientes da Inglaterra.<sup>37</sup>

Foi nesse contexto que os fazendeiros saíram prejudicados diante da extinção do tráfico de escravos para as colônias inglesas em 1806. Nesse sentido, o liberalismo, no viés da economia, alterou os quadros coloniais com o rompimento do *ethos* do mercantilismo e a introdução de novos personagens do cenário liberal, como os africanos livres. Posteriormente, a substituição dos escravos pelos

---

<sup>36</sup> *Ibidem*. p. 198.

<sup>37</sup> WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 210-213.

africanos livres implantou o sistema de “pedagogia da utilidade”<sup>38</sup> nas colônias britânicas. Seu cotidiano nas colônias britânicas, como descreve Mamigonian, era que os africanos recuperados do tráfico e empregados nas Antilhas britânicas passavam por um estágio de aprendizagem como uma forma de aprender um ofício para a aquisição futura de sua emancipação.<sup>39</sup>

Em discussão em 10 de agosto de 1842, na Câmara dos Lordes, Robert Peel fazia críticas à comparação dos usos da mão de obra. Em sua exposição:

Você não pode fazer nenhuma distinção [Palmerston] entre o açúcar, o produto do trabalho escravo, e o açúcar, o produto do trabalho livre, e que não estavam dispostos a inundar o mercado britânico com o açúcar do trabalho escravo. Agora eu lhe pergunto, [...] quando foi que você se tornou proficiente das doutrinas de Adam Smith e Ricardo.<sup>40</sup>

Se, antes, Palmerston recomendava que os *tories* tivessem tempo para ler as bases teóricas do liberalismo, Peel suspeitava da leitura que eles haviam feito, quando no governo. Todavia, durante sua crítica a Palmerston, no Parlamento, ele condenava o *whig* de que o açúcar produzido nos mercados escravistas chegaria a Londres em detrimento do açúcar produzido na cartilha do liberalismo. Peel estava, em suma, alertando que o liberalismo estava mais empenhado em baratear os produtos com a busca dos melhores preços do que se preocupava com quem o estava produzindo.

Durante a primeira metade do século XIX, a redação de um projeto que extinguisse a escravidão era perseguida pelos grupos até então criados: o Instituto Africano e a Anti-slavery Society, ambos com presença de *quakers*. Para mostrar às demais nações seu esforço em libertar os escravos e promover os ideais de

---

<sup>38</sup> Por uma pedagogia do trabalho, ou “arte de ensinar para utilizar”, que investia na promoção de uma mão de obra que devia tornar-se útil, ao contrário de ociosa. SOUSA, Gustavo Pinto. **Africanos livres**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. p. 136.

<sup>39</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Une modernité imposée et ambiguë: la Grande-Bretagne, Le Brésil et le projet d’abolition de la traite 1848-1851. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (coord.). **Modernités Nationales, modernités importées**. Paris: L’Harmattan, 2012. p. 20.

<sup>40</sup> Tradução nossa. “Now I ask you, in return for the question of the noble Lord, when did you become proficient in the doctrines of Adam Smith and Ricardo?”. **Hansard (UK/ Parliament)**, p. 84. 22/10/1842, 10/08/1842. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1842/aug/10/public-bills-late-and-present-ministers#column\\_1272](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1842/aug/10/public-bills-late-and-present-ministers#column_1272). Acesso em 22/01/2020.

“civilização” na África, em 1833, o Parlamento britânico aprovou a abolição da escravidão em todo o Império. O *caput* do Ato da Abolição prescrevia:

Um Ato para a Abolição da Escravatura em todas as colônias britânicas; para promover a indústria dos escravos alforriados; e para compensar as pessoas que até então tinham direitos aos serviços de tais escravos.<sup>41</sup>

De acordo com o documento, a abolição aprovada começava a funcionar, de fato, em 1834, e estancava possíveis conflitos com os proprietários. Afinal, o texto, além de promover a “indústria dos escravos alforriados” por meio do aprendizado, também estendia pagamentos aos ex-proprietários que teriam de renunciar seus antigos bens, colocados agora no sistema de “aprendizado”. No Brasil, essa lei ocorreu de maneira oposta; em 1888, libertavam-se os escravos e não se indenizavam seus proprietários, o que gerou um levante político entre os cafeicultores e os representantes de D. Pedro II.<sup>42</sup>

A abolição, por parte da Inglaterra, não significou necessariamente um “efeito cascata” entre as demais nações. Na América, por exemplo, Brasil, Cuba e Estados Unidos recebiam contingentes numerosos de africanos. Os abolicionistas britânicos defensores do fim do tráfico perceberam que a aprovação do Ato da Abolição precisava ser exportada para as outras nações. Nesse ínterim, os abolicionistas resolvem internacionalizar o combate contra a escravidão, sobretudo hasteando as bandeiras da moral, da religião, do humanitarismo e da filantropia. Ou, como avaliou o *whig* Mr. William Hutt, tais ações contra o tráfico tornariam a Inglaterra “os censores morais do mundo”,<sup>43</sup> principalmente ao reduzirem portugueses e brasileiros a piratas por uma lei municipal da Inglaterra.

---

<sup>41</sup> Tradução nossa. “*An Act for the Abolition of Slavery throughout the British Colonies; for promoting the Industry of the manumitted Slaves; and for compensating the Persons hitherto entitled to the Services of such Slaves.*” **Hansard (UK/ Parliament)**. Disponível em: <http://www.saylor.org/site/wp-content/uploads/2011/05/Slavery-Abolition-Act-1833.pdf>. Acesso em 20/01/2020.

<sup>42</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República. Momentos Decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>43</sup> Tradução nossa. “*that the people of England—setting up as the moral censors of the world—who passed Acts of Parliament making slavetrading in Portuguese and Brazilian subjects piracy by the municipal law of England.*” **Hansard (UK/ Parliament)**, p. 5, 22/02/1848. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#column\\_1096](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#column_1096). Acesso em 22/01/2020.

Criada em 17 de abril de 1839, a *British and Foreign Anti-slavery Society* tinha como principal ação a organização de convenções e reuniões com o objetivo de disseminar o sentimento abolicionista. Sua base não reunia apenas os *quakers*, mas aglutinavam-se batistas, metodistas e outras religiões. Segundo Carvalho e Bethell, os principais países que se somariam à proposta da *British and Foreign Anti-slavery Society* foram os abolicionistas norte-americanos e franceses.

No mesmo ano, o desejo de espargir as fronteiras de combate à escravidão da *British and Foreign Anti-slavery Society* materializou-se no Parlamento por meio do *Bill* Palmerston. Pelo texto:

Oficiais navais britânicos foram instruídos a enviar navios portugueses capturados [...] ao tribunal o vice-almirantado mais próxima britânico para julgamento; para desembarcar os escravos nas terras britânicas mais próximas; e para entregar mestres e as tripulações para suas próprias autoridades para julgamento.<sup>44</sup>

A saga do *Bill* Palmerston pelo Legislativo britânico iniciou-se em 10 de julho de 1839, quando o texto inicial chegou à Câmara dos Comuns. Seu rascunho preliminar “autorizava a Marinha britânica a avançar além de tratados e a suprimir o comércio ilegal de escravos, praticado por portugueses, sem o consentimento de Portugal”.<sup>45</sup> Na Câmara dos Comuns, como lembra Leslie Bethell, o projeto de lei passou sem grandes leituras. No entanto, ao ser recebido na Câmara dos Lordes, em 1º de agosto do mesmo ano, o debate acalorou-se entre *tories* e *whigs*.

Entre os *tories*, a condenação ao projeto traduzia-se como um atentado à soberania de Portugal. Por outro lado, os *whigs* defendiam-no como uma forma de pôr fim ao ilícito comércio. A começar por lorde Palmerston, que defendia que o envio do projeto foi uma espécie de “gota d’água” nas negociações entre Inglaterra e Portugal. Antes do envio do *bill* ao Parlamento, o ministro dos Negócios

---

<sup>44</sup> Tradução nossa. “*British naval officers were instructed to send captured Portuguese ships, [...] to the nearest British vice-almiralty court for adjudication; to land any slaves at the nearest British settlemen; and to hand over masters and crews to their own authorities for trial.*”. BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p.761-784, 1965. p. 781.

<sup>45</sup> Tradução nossa. “*authorized the British navy to go beyond its treaty rights and to supress the illegal Portuguese slave trade without the consent of Portugal.*”. BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p.761-784, 1965. p. 778.

Exteriores destacava que, durante a década de 1830, tentou negociar um tratado com Portugal para que estendesse as áreas de proibição do tráfico de escravos para o sul do Equador, uma vez que, ao norte deste, já havia sido garantido desde 1815.

Nas negociações entre Palmerston e o grupo setembrista, facção dirigente da nação portuguesa, os britânicos desejavam que os portugueses criassem uma legislação contra o tráfico que punisse os negreiros que estivessem envolvidos nessa atividade nos territórios portugueses na África. Assim como, buscavam junto às autoridades portuguesas a celebração de um tratado antiescravista, no qual seria permitido o amplo direito de visita às embarcações consideradas suspeitas.

O enviado de Londres a Lisboa, Howard de Walden, foi o encarregado de negociar um acordo luso-britânico que endurecesse as atividades do tráfico de escravos. Em Portugal, foi recebido pelo marquês de Sá Bandeira, que via com preocupação as exigências da Inglaterra acerca das atividades negreiras. Os portugueses que só liam as imposições britânicas almejavam que na mesa de negociação a Inglaterra salvaguardasse algumas garantias a Portugal, principalmente sobre a continuidade de seus territórios na África.

Para frear a pressão britânica, em 10 de dezembro de 1836 o governo português declarou o tráfico de escravos ilegal e estabeleceu penas a seus praticantes.<sup>46</sup> Essa medida, por outro lado, não foi bem recebida pelos governadores nos territórios ultramarinos, como em Angola e Moçambique, nos quais os governadores marquês de Aracaty e Manoel Bernardo Vidal, respectivamente, temiam a queda de receita. Entretanto, como destacou Bethell, a legislação de abolição do tráfico dos portugueses não surtiu o efeito esperado pelos britânicos, uma vez que o tráfico continuava clandestinamente.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Para o Visconde de Sá Bandeira, em “o Tráfico da Escravatura e o *bill* de Lord Palmerston” Portugal foi a primeira potência da cristandade, que, aboliu o tráfico da Escravatura em suas colônias, e a própria escravidão dos negros: o que foi decretado por El-Rei D. José — Alvará de 19 de setembro de 1761 — 26 de fevereiro de 1771 — e 16 de janeiro de 1773, quanto às Ilhas Madeiras e dos Açores. Ele discorre sobre isso comparando que a Inglaterra em igual período aprovava atos no Parlamento que se recusavam a suprimir o comércio de escravos para sua colônia na Virgínia. SÁ DA BANDEIRA. **O Tráfico da escravatura e o Bill de lord Palmerston**. Lisboa: Tip José Baptista Morando, 1840. p. 2.

<sup>47</sup> BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p.761-784, 1965. p. 770.

Ultrapassado e insatisfeito com a direção portuguesa, Palmerston instruiu o representante Howard de Walden que assinasse um tratado com Portugal que garantisse a ilegalidade do tráfico ao sul da linha do Equador. A tática de Palmerston por uma legislação nessa localidade era motivada pelas estratégias que a prática do “pavilhão falso” ou da “prostituição de bandeiras”,<sup>48</sup> como dizia lordes Minto (*whig*), causava no policiamento pelo Atlântico. Nesse sentido, entre 1837 e 1838, os britânicos acusavam Portugal de não terem tomado medidas efetivas para levar a cabo a supressão do tráfico aprovada em 1836. Tratados pelos britânicos como piratas e foras da lei, os portugueses foram pressionados por Palmerston para a assinatura de um tratado “palavra por palavra”,<sup>49</sup> no qual permitisse que os britânicos fiscalizassem os navios considerados suspeitos.

As negociações entre Howard de Walden e Sá Bandeira continuavam sempre pautadas pelo conflito entre supressão do tráfico e garantias das terras portuguesas. Até que em 9 de maio de 1838 Walden encerrou as negociações e retornou para Londres sem resolução alguma.<sup>50</sup> O retorno do representante só fez aumentar a insatisfação de Palmerston com o dirigente português, chegando a descrever que Sá Bandeira era “totalmente sem princípios e desonesto”.<sup>51</sup>

Em uma avaliação da trajetória britânica na supressão do tráfico, *Mr. Hutt* lembrava que Portugal, e também a Espanha, haviam atravessado 21 milhões de africanos nesse desumano comércio. E que a política britânica deveria ser defendida como uma “solicitude pelo bem-estar dos povos da África, que tinham sacrificado um número incontável à vida de seus próprios compatriotas”. Ou, como

---

<sup>48</sup> Tradução nossa. “*flats could be abused or prostituted*”. BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p. 761-784, 1965. p. 777.

<sup>49</sup> Tradução nossa. “*word for word as it now stands*”. BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p. 761-784, 1965. p. 771.

<sup>50</sup> Segundo Leslie Bethell, Walden ainda retornou a Lisboa com a possibilidade de garantir a Portugal a segurança de seus territórios ultramarinos, no entanto, na descrição de Howard e Palmerston não houve concessão entre os governos.

<sup>51</sup> Tradução nossa. “*Sá wholly unprincipled and dishonest himself*.” BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p. 761-784, 1965. p. 775.

discursava *Mr. Jackson (tory)*, existia um “grande desejo de estar sob a proteção da bandeira britânica”.<sup>52</sup>

Em dezembro de 1838, Palmerston fez uma consulta ao Tesouro para que iniciasse uma redação sobre o projeto a fim de que fosse viável reprimir as embarcações suspeitas, com bandeira portuguesa, de circular nas atividades ilícitas. A consulta do ministro era para saber o quanto custoso seria ao Tesouro Real, que deu parecer favorável em 16 de fevereiro de 1839.

Outros *whigs*, como os lordes Minto e Melbourne, declaravam a pertinência do *bill* e o uso da Marinha em tal atividade. No entanto, o emprego da Marinha ou não ganhou destaque na posição *whig*. Se Palmerston defendia que somente com o emprego da força marítima seria possível suprimir o tráfico de escravos e promover uma civilização na África, Joseph Sturge, *quaker*, debatia que a civilização na África só poderia ser implantada por meio do cristianismo, do comércio legal e da agricultura. Somente com essas três condições seria possível desarticular o tráfico de escravos no continente.

Com 39 a 28 votos, conforme destacou Bethell, os *whigs* aprovaram o *Bill* Palmerston na segunda leitura, enquanto 21 *tories* descartaram a proposta. Segundo Leslie Bethell:

Sentimento antibritânico foi agora difundido em Lisboa, onde o projeto de lei Palmerston era visto como “uma usurpação bruta de poder” e “uma violação flagrante do direito internacional”; autorizou navios de guerra britânicos a ignorar os tratados existentes e da independência e soberania de Portugal e de agir como piratas e mercenários.<sup>53</sup>

Instituído e legalizado, o *Bill* Palmerston promoveu uma nova racionalidade britânica para encarar os problemas do tráfico intercontinental de escravos. Além

---

<sup>52</sup> Tradução nossa. “*their great desire was to be under the protection of the British flag.*” Hansard (UK/Parliament), p. 54. 22/02/1848. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#S3V0096P0\\_18480222\\_HOC\\_29](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#S3V0096P0_18480222_HOC_29). Acesso em 22/01/2020.

<sup>53</sup> Tradução nossa. “*Anti-British feeling was now widespread in Lisbon where o bill Palmerston was seen as ‘a gross usurpation of power’ and ‘a flagrant violation of international law’; it authorized British warships to ignore existing treaties and the independence and sovereignty of Portugal and to act like pirates and freebooters.*” BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p. 761-784, 1965. p. 781.

de disciplinarizar o espaço atlântico, a Inglaterra passava a interferir no “governo das coisas”<sup>54</sup> de Portugal ao forçá-lo a reorientar sua política aos interesses britânicos. Assim, o *Bill* Palmerston somava-se também à posição dos abolicionistas evangélicos de que, para suprimir o tráfico de escravos, sacrifícios haveriam de ser feitos. Com isso, sublinhou Bethell que o direito de vistas aos navios de outras nacionalidades continuaria até “quando a escravidão for abolida em todo o mundo”.<sup>55</sup> E a experiência não cessaria com Portugal. Porque, se as apreensões em relação aos navios com bandeira portuguesa haviam diminuído, o problema persistia com o Brasil. Nesse horizonte, era preciso tirar os olhos do vizinho e vigiar a Coroa brasileira.

### **O Bill Aberdeen e querela política sobre os tumbeiros com bandeira brasileira.**

Ao fazer um balanço do *Bill* Palmerston, Leslie Bethell indagou se “foi o *bill* Palmerston bem-sucedido em suprimir ou reduzir o comércio de escravos brasileiro”.<sup>56</sup> Segundo os apologistas do *bill*, como o capitães Henry Matson e Joseph Denman, o projeto de Palmerston possibilitou algo que nunca antes na história havia sido possível: o caminho para a supressão do tráfico intercontinental de escravos. No entanto, o primeiro *bill* internacional e extraterritorial não fez diminuir como desejado a introdução ilegal de africanos nas Américas, em especial para o Brasil e Cuba.

Em 1840, acontecia em Londres a *World Anti-slavery Convention*, com a presença de delegados britânicos, norte-americanos e franceses que subscreviam a política militar e diplomática capitaneada após o *Bill* Palmerston contra o tráfico de escravos e colocavam Brasil e Cuba na mira das críticas. Segundo Marquese e Parron, a Convenção Mundial contra a Escravidão também defendia a tese de *solo*

---

<sup>54</sup> Refere-se à gestão administrativa do governo português em controlar a dinâmica política no interior da nação.

<sup>55</sup> Tradução nossa. “*Palmerston, however, was only prepared to agree that the right of search would be given up when slavery was abolished throughout the world.*” BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v.80, p. 761-784, 1965. p. 782.

<sup>56</sup> Tradução nossa. “*Was it also successful in suppressing or reducing the Brazilian slave trade?*”. BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston’s Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p. 761-784, 1965. p.783.

*livre* como forma de desarticular o tráfico interno, como no caso dos Estados Unidos.<sup>57</sup>

Assim, a política britânica entendia que era preciso exigir do Brasil uma posição mais engajada no combate ao tráfico intercontinental de escravos. Sob a direção *tory*, em 8 de agosto de 1845, estava aprovado o *Bill* Aberdeen. Com conteúdo semelhante ao do *Bill* Palmerston, a prática de governamentalidade *tory* autorizava os tribunais dos almirantados britânicos a julgar os navios brasileiros após a publicação da lei. Ademais, o *bill* do tráfico negreiro, como ficou conhecido na historiografia brasileira, determinava que:

[...] os navios condenados seriam colocados a serviço da Grã-Bretanha ou demolidos e vendidos separadamente em lotes separados; os oficiais da Marinha britânica seriam recompensados com os prêmios habituais e indenizados contra possíveis ações instauradas contra eles por traficantes brasileiros.<sup>58</sup>

Apesar das semelhanças com o *Bill* Palmerston, a contenda internacional estabelecida pela Inglaterra contra o Brasil guardava uma peculiaridade. O vencimento do tratado de 1826, celebrado entre o Brasil e a Inglaterra, determinava logo no artigo 1º que:

Acabados tres annos depois da troca das ratificações do presente Tratado, não será lícito aos subditos do Império do Brazil fazer o commercio de escravos na Costa d’Africa, debaixo de qualquer pretexto, ou maneira qualquer que seja. E a continuação deste commercio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa subdita de Sua Magestade Imperial, será considerado e tratado de pirataria.<sup>59</sup>

O respaldo que os políticos britânicos alegavam ter contra a Coroa de D. Pedro II era que, após esse tratado, o “ilícito comércio” poderia ser considerado pirataria. No entanto, antes de aprovar o *bill*, lorde Aberdeen havia dado instrução aos representantes britânicos no Brasil para a celebração de um novo acordo que poria fim à introdução de africanos no Brasil.

---

<sup>57</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da segunda escravidão. *Revista TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 97-117, 2011. p. 116.

<sup>58</sup> BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1976. p. 247.

<sup>59</sup> Tratado de 23 de novembro de 1826 — “Ratifica a Convenção entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha para a abolição do tráfico de escravos”. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1826/convencao-para-a-abolicao-do-trafico-de-escravos/>. Acesso em 15/01/2020.

O time britânico no Brasil, composto por lorde Canning, Hamilton Hamilton e John Samo, fez a intermediação entre os interesses britânicos e as particularidades da política brasileira. Canning, na condição de subsecretário de Estado do *Foreign Office*, advertia lorde Aberdeen de que uma (re)edição do *bill* português não seria legítima com base nas regras do direito das gentes. Para ele, a viabilidade de um *bill* contra o tráfico de escravos precisaria ser legítima nas regras do direito internacional. Hamilton Hamilton, representante oficial da Inglaterra no Brasil, recebeu instruções para um diálogo com o governo brasileiro, tendo como objetivo evitar que a direção política do Brasil insistisse que o tratado de 1817 expirasse. Por outro lado, John Samo, na condição de juiz-comissionário, era enfático no emprego da Marinha britânica contra o tráfico de escravos e na possibilidade de ela atuar no combate à entrada clandestina de escravos pela costa brasileira.

Para os britânicos, a necessidade de um tratado com o Brasil era urgente. Os documentos assinados em 1817, que estabeleciam o direito de busca nos navios suspeitos, e em 1826, que incluíam os conteúdos do anterior, estavam por vencer. Interessava aos brasileiros a expiração dos tratados, uma vez que o direito de visita estava para terminar, e isso evitaria os transtornos políticos e diplomáticos que arrefeciam as nações. Para os britânicos, não renovar os tratados significava que:

[...] os navios brasileiros, mesmo os abarrotados de escravos, ficariam livres de traficar vidas humanas, sem medo de serem vistoriados e capturados pelos navios de guerra ingleses e de serem julgados e condenados nos tribunais da comissão mista. Além disso, traficantes de outras nacionalidades tirariam, também, vantagem da completa segurança que a bandeira brasileira ofereceria, dali por diante.<sup>60</sup>

Com isso, todo o esforço britânico, no plano internacional, desde 1839, estaria em risco com o carimbo da bandeira brasileira. Manter um tratado, no âmbito do direito das gentes, era o mecanismo da Coroa britânica e de sua Marinha para continuar a fiscalizar os navios que atravessavam o Atlântico. Hamilton,

---

<sup>60</sup> BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1976. p. 233.

portanto, iniciou uma mesa de negociação com os políticos brasileiros com o escopo de evitar a perda das conquistas britânicas em uma política de supressão do tráfico.

Em novembro de 1844, quando findava o Tratado de 1826, Hamilton já havia informado ao governo inglês da possibilidade de os brasileiros rescindirem o Tratado de 1827. Essa indisposição entre Hamilton e o governo brasileiro não agradava aos interesses britânicos. De acordo com Leslie Bethell:

Não tendo conseguido convencer os brasileiros a renovar ou substituir o tratado comercial de 1827, o governo conservador não podia permitir-se um segundo recuo diante da pressão feita pelo Brasil, país fraco e até há pouco tempo dependente, principalmente porque isso levaria a uma maior extensão do tráfico negreiro brasileiro, colocando-o “além do alcance do único meio de repressão até aqui eficiente”, isto é, o direito mútuo de busca e os tribunais da comissão mista.<sup>61</sup>

A direção britânica não estava disposta a permitir que o tráfico sob bandeira brasileira continuasse pelo espaço atlântico, em detrimento de todo o esforço empreendido contra Portugal. E chegava a hora de agir. Os *tories*, que haviam sido críticos ao projeto de Palmerston em 1839, foram cautelosos no rascunho de um *bill* nos moldes parecidos. O receio da oposição, por parte dos *tories*, incomodava tanto Aberdeen quanto seu parceiro, Robert Peel.

Submetido, inicialmente, na Câmara dos Lordes, o *bill* passou sem dificuldades. O duque Wellington, como se destacou na epígrafe, debatia que a medida se justificava pelo prisma dos tratados, e que não havia embate ao projeto. Palmerston, na oposição *whig*, admitia que o projeto era de grande importância na redução do tráfico de escravos, que tinha boa fatia assentada sob bandeira brasileira. Sua preocupação era que, após a retirada da bandeira brasileira do cenário ilícito, os traficantes fossem procurar proteção sob bandeira americana ou francesa.

Nove anos após seu projeto, Palmerston destacava que a experiência dos *bills* tinha feito diminuir o ímpeto dos traficantes. Ele destacava o papel da polícia marítima, como ficaram conhecido os cruzadores britânicos. Em sua avaliação:

---

<sup>61</sup> *Ibidem*. p. 243.

Estou pronto, então, para admitir que uma polícia marítima por si só não é suficiente para o propósito que temos em vista. Mas nego inteiramente a precisão da impressão que parece ter produzido na mente dos homens de que a polícia marítima é uma interferência no poder de outra nação.<sup>62</sup>

Ele sabia que a Inglaterra precisaria de parcerias, por meio de tratados, para legitimar suas ações dentro do jogo do direito das gentes, e que sozinha não daria conta de suprimir o tráfico como desejava. Além disso, para ele, a prerrogativa fundada pelos *bills* ocorria com base nas regras do direito das gentes. Moralmente, a Inglaterra só fazia “aquilo que as outras nações tinham o direito de reclamar”.<sup>63</sup> Isto é, ela consultava as orientações do direito internacional para regular suas ações.

Para impulsionar o debate e convencer os membros do Parlamento, Aberdeen e Peel embasaram o projeto de lei no artigo 1º do tratado de 1826. A condição de *bona piratorum* — pirataria — foi o argumento central dos conservadores para aprovar o *bill*. Aberdeen entendia que a condição de pirataria, condenada mundialmente pelas nações, seria a brecha para enquadrar o governo brasileiro. Ele entendia, portanto, que o artigo 1º do tratado de 1826 era a chave para a continuidade das visitas aos navios suspeitos, além de que funcionaria como uma forma de intensificar o combate ao “infame comércio”, agora simbolizado como uma luta contra a pirataria.

Em discussão de 27 de julho de 1845, Milner Gibson (*whig*) e Robert Peel travavam um aquecido debate sobre a segurança dos súditos britânicos que estavam no Brasil, se um ato desses fosse aprovado. Peel, defensor do projeto e companheiro de grupo político de Aberdeen, inferia sobre os motivos de aprovar o projeto. Para ele:

---

<sup>62</sup> Tradução nossa. “I am ready, then, to admit that a maritime police alone is not sufficient for the purpose we have in view. But I entirely deny the accuracy of the impression which seems to have been produced on the mind of the hon. Member for Montrose, that a maritime police is an interference with the power of other nations.”. **Hansard (UK/Parliament)**, p. 66. 22/02/1848. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#column\\_1122](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#column_1122). Acesso em 22/01/2020.

<sup>63</sup> Tradução nossa. Hansard (UK/Parliament) “It is, therefore, not by any means a fair impression to create, that we are doing that of which other nations have a right to complain.” *Ibidem*. p. 66. 22/02/1848.

Os compromissos internacionais entre o Brasil e esse país em relação ao comércio de escravos têm uma convenção celebrada entre os dois países em 1826 [...] considerado e tratado como pirataria. Houve, portanto, um compromisso internacional [...] os súditos do Império brasileiro [...] na realização do comércio de escravos, deve ser culpado do crime de pirataria.<sup>64</sup>

Ele prosseguia em sua fala de que os brasileiros não se colocavam favoráveis à abolição e de que o governo de D. Pedro II não havia feito os sacrifícios necessários para dar cabo ao comércio ilícito de africanos. Assim, Peel lançava aos demais parlamentares: “Devemos então abandonar completamente os nossos esforços?”<sup>65</sup>

Por outro lado, Aberdeen encontrou resistências a seu projeto na Câmara dos Comuns. Seus dois principais críticos foram Thomas Milner Gibson, político da região de Manchester, e William Hutt, da localidade de Gateshead, ambos vinculados às atividades comerciais e do livre-comércio. Eles criticavam a justificativa *tory* ao mencionar que “o artigo 1º só obrigava os próprios brasileiros a tratar o tráfico negreiro brasileiro como pirataria”.<sup>66</sup> Ou seja, não cabia à Inglaterra determinar uma condição que era prerrogativa do Brasil.

Gibson e Hutt também acreditavam que o *bill* traria condições negativas para as relações comerciais entre o Brasil e a Inglaterra. De seus “lugares de fala” — a economia industrial —, indagavam no Parlamento: “até quando [...] serão os grandes interesses industriais deste país prejudicados [...] só para poder levar a cabo os pontos de vista peculiares a um pequeno setor dos partidários da abolição

---

<sup>64</sup> Tradução nossa. “*The international engagements between Brazil and this country in respect of the Slave Trade rest on a Convention concluded between the two countries in 1826. By the First Article of that Convention, it was provided that it should not, from a time therein named, be lawful for a subject of the empire of Brazil to be concerned in carrying on the African Slave Trade under any pretext or in any manner whatever, and that the carrying on of such trade after that period by any person or subject of His Imperial Majesty should be deemed and treated as piracy.*”. **Hansard (UK/Parliament)**, p. 9. 22/07/1845. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1845/jul/24/slave-trade-the-brazils#column\\_1051](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1845/jul/24/slave-trade-the-brazils#column_1051). Acesso em 22/01/2020.

<sup>65</sup> Tradução nossa. “*Gentleman think that that constitutes an argument why we should relax in the efforts we have made for the suppression of the Slave Trade?*”. **Hansard (UK/Parliament)**, p. 10. 22/07/1845. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1845/jul/24/slave-trade-the-brazils#column\\_1052](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1845/jul/24/slave-trade-the-brazils#column_1052). Acesso em 22/01/2020.

<sup>66</sup> BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1976. p. 249.

da escravatura, neste país?”<sup>67</sup> Em suma, para eles, os custos de internacionalizar a supressão e a abolição da escravidão estavam por demais onerosos aos cofres públicos, em virtude de poucos resultados.

Por exemplo, em um debate em 1848, *Sir George Bentinck* (*whig*) destacava a carestia da política internacional de combate ao tráfico capitaneada pela Inglaterra. Para ele, a quantidade de africanos ilegalmente introduzidos nas Américas superava a taxa dos capturados pelos cruzadores britânicos. E concluía: “[...] a Casa chegará à conclusão, e o país concluirá, que nossa humanidade, tal como é, é muito cara”.<sup>68</sup>

O esforço *tory* para aprovação tinha conquistado também parte dos *whigs* que votaram a favor da proposta. No entanto, *Sir Thomas Wilde* (*whig*) alertava seus pares que, do ponto de vista do direito internacional, o *bill* não seria aplicável. Para Wilde:

Eles [os ingleses] poderiam punir os seus súditos como piratas, mas seriam capazes de fazer aprovar uma lei para punir como piratas súditos de outra nação, por terem cometido uma ação contra súditos de uma terceira nação? [...] e não tinham o direito de puni-los por um alegado ato de pirataria que, pela lei daquele país, não fosse considerado como tal.<sup>69</sup>

Para ele, a redução do tráfico a pirataria era jurisprudência do Brasil. Somente as leis internas do país poderiam reduzir os traficantes à condição de piratas. Além disso, Wilde qualificava o *bill* como uma “ignorância do direito internacional”, assim como uma forma de tornar a Inglaterra um país arrogante e prepotente perante as demais nações. Esses questionamentos, como assinalou Bethell, puseram Aberbeen e Peel em um embaraço jurídico que precisava ser resolvido.

---

<sup>67</sup> *Ibidem*. p. 249-250.

<sup>68</sup> Tradução nossa. “Now I think that when the House perceives that with an expenditure of 700,000l. a year at the least, we have only effected the capture of one slave in twenty imported from the coast of Africa, the House will come to the conclusion, and the country will come to the conclusion, that our humanity, such as it is, is very dearly bought. My noble Friend, if he were called as a witness, would admit that 60,000 slaves have been imported within the last three years.”. **Hansard (UK/Parliament)**, p. 70. 22/02/1848. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#S3V0096P0\\_18480222\\_HOC\\_34](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#S3V0096P0_18480222_HOC_34). Acesso em 22/01/ 2020.

<sup>69</sup> BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1976. p. 251.

Para resolver essa querela, eles acionaram o corpo técnico do ministério, na pessoa de Stephen Lushington, que deu parecer favorável para a aprovação do *Bill* Aberdeen. Seu argumento era de que o projeto de lei era legítimo como *casus federis* e de que os tratados davam margem jurídica para a aprovação do *bill* em combater o tráfico intercontinental de escravos. Ao refutar as indagações de Wilde sobre a cláusula do tratado de 1826, o técnico jurídico Lushington respondia:

[...] essa cláusula não diz por quem deverá ser tratado como pirataria, nem há nela palavras que demonstrem que o único sentido da Convenção era que os brasileiros deveriam aprovar uma lei nesse sentido — em suma, que o primeiro artigo constituía apenas um acordo segundo o qual os brasileiros deveriam efetuar a abolição do tráfico por regulamentos municipais — se essa fosse a intenção, outras e diferentes palavras teriam sido usadas e o governo do Brasil teria se encarregado disso, de vez que o Brasil era o concessionário.<sup>70</sup>

A ausência de definição de quem poderia classificar ou não foi o argumento de defesa encontrado por Lushington para fortalecer a arte de convencimento de Aberdeen e Peel perante o Parlamento. O “insulto à nossa dignidade de povo independente”, como classificava Joaquim Nabuco, foi aprovado e passou a vigorar contra os navios brasileiros, o que motivou sentimentos de animosidade para com a Coroa britânica.<sup>71</sup> Apesar de ser voto vencido, Hutt, três anos após a publicação do *bill* contra o tráfico negreiro, insistia que o uso do direito das gentes pelos dirigentes britânicos era uma ofensa aos ideais das nações. Para ele, “o governo britânico não tinha nenhuma autoridade para impor regras de conduta a outras nações em matéria com a qual não tinha qualquer preocupação política”.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> *Ibidem*. p. 252.

<sup>71</sup> Segundo Marquese e Parron, os políticos brasileiros reconheciam a amarga experiência portuguesa com o bill Palmerston, mas tinham a esperança de assinar um acordo nos moldes do Tratado anglo-americano de Ashbuston-Webster de 1842. Para eles “esse tratado impedia que vasos ingleses abordassem navios comerciais norte-americanos, isto é, não se concedia o direito de busca”. MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da segunda escravidão. **Revista TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 97-117, 2011. p. 107.

<sup>72</sup> Tradução nossa. “and that even if it were certain of success, the British Government had no call and no authority to enforce rules of conduct on other nations in matters with which it had no political concern, and in regions where, by the law of nations, it could exercise no jurisdiction.”. **Hansard (UK/Parliament)**, p. 1. 22/02/1848. Disponível em: [http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#S3V0096P0\\_18480222\\_HOC\\_26](http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/feb/22/the-slave-trade#S3V0096P0_18480222_HOC_26). Acesso em 22/01/2020.

Portanto, os *bills* condicionavam a sujeição de Brasil e Portugal ao projeto de supressão do tráfico de escravos capitaneada pela Inglaterra. Em linhas gerais, o direito das gentes emergiu para se contrapor aos ataques que a ação de governamentalidade britânica fazia contra os dois impérios.

### **Considerações finais.**

As nações brasileira e portuguesa tiveram de buscar soluções jurídicas ou "honrosas", como diziam os políticos à época. No lado português, após superar os intensos debates internos ao receber o *bill*, a saída se deu mediante a assinatura de um novo acordo, em 3 de julho de 1842, quando Portugal aderiu à campanha abolicionista britânica e juntou-se à internacionalização de suprimir o tráfico intercontinental de escravos. Agora, sob o comando de Aberdeen, Portugal e Inglaterra voltavam às relações de amizade.

Entretanto, o historiador português João Pedro Marques aponta que a recepção dos *bills* em Portugal e no Brasil foram recebidas, inicialmente, por um sentimento antibritânico. Todavia o autor de *“Os Sons do Silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos.”* observou que em Portugal a aprovação do Bill Palmerston foi promovida pela adoção de um gradualismo<sup>73</sup> assentado no uso político do toleracionismo.<sup>74</sup> Esse silêncio, conforme destaca Marques, não foi exclusivo em Portugal. No Brasil, o silêncio pode ser caracterizado pelos estratagemas e táticas criados pelos próprios interessados no tráfico e pela não centralidade que a abolição tinha no cenário político brasileiro na primeira metade do século XIX. Assim, a produção dos silêncios era um comportamento empregado para prolongar a sobrevivência do tráfico transnacional nas duas margens do Atlântico mediante o período das investidas britânicas.

---

<sup>73</sup> A tese do gradualismo possibilitava as seguintes interpretações: mostrar, internacionalmente, os avanços no combate à escravidão, ao mesmo tempo, que internamente, amenizava as diligências e as punições contra traficantes. Cf. MARQUES, João Pedro. Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico de escravos portugueses. **Revista Penélope**, Lisboa, n. 14, p. 95-118, 1994. p. 100.

<sup>74</sup> Segundo João Pedro Marques “o toleracionismo passou a investir na defesa do gradualismo, uma estratégia defensiva, simultaneamente capaz de professar adesão às novas ideias filantrópicas, de preservar a honra nacional e de evitar abalos no sistema colonial. Ao fazê-lo, aproximou-se da solução proposta pelos negociantes de escravos e de uma estratégia clássica dos que eram contra a abolição, mas não assumiam frontalmente a defesa do sistema escravista”. Cf. MARQUES, João Pedro. **Os Sons do Silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999. p. 122.

Com o Brasil, a contenda durou em média cinco anos para os atritos se arrefecerem.<sup>75</sup> A Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, sob a direção de Eusébio de Queirós, passava a punir, severamente, os importadores de escravos e desarticulava as redes de traficantes, contribuindo, portanto, para que o tráfico internacional de escravos fosse extinto<sup>76</sup>. Portanto, se o tráfico internacional era findado, o tráfico interno ou interprovincial ativava-se com mais força, principalmente na transferência das regiões Norte e Nordeste para o Sudeste escravista.

## Referências Bibliográficas

### Documentação

HANSARD. Documentos do Parlamento Britânico. Disponível em: <https://hansard.parliament.uk/>. Acesso em 22/01/2020.

### Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações internacionais no império**. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Brasília: Funag, 2005.

APPIAH, Kwame Anthony. **O código de honra: como ocorrem as revoluções morais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1976.

BETHELL, Leslie. Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston's Act of 1839. **English Historical Review**, England, v. 80, p. 761-784, 1965.

---

<sup>75</sup> Entre 1845 e 1850, os políticos brasileiros acusavam os britânicos de cruzarem as águas brasileira na caça aos navios suspeitos de embarcar, ilegalmente, africanos e africanos reduzidos a escravidão. Segundo dados dos relatórios ministeriais brasileiros distintos episódios de apreensão de navios com bandeiras brasileiras são relatados pelos ministros. Cf. SOUSA, Gustavo Pinto. **No tribunal das contendas: uma análise comparativa do Direito das Gentes no Brasil e em Portugal 1839-1850**. 2017. 255f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Em relação à extinção do Bill Aberdeen Paulo Roberto de Almeida aponta que “a Lei Aberdeen, contudo, foi revogada pelo Parlamento britânico apenas em 1869, numa conjuntura de conciliação de interesses entre os dois países”. Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações internacionais no império**. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Brasília: Funag, 2005. p. 343.

<sup>76</sup> Entretanto, há de se destacar que esporadicamente desembarques ilegais ocorriam como no caso de Bracuhy (1852) e Sirinhaém (1855) desafiavam a fiscalização da Lei Eusébio de Queirós.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. **Estud. Av.** [on-line], v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009.

CARVALHO, José Murilo. Escravidão e Razão Nacional. *In: \_\_\_\_*. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 35-81.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República. Momentos Decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic Slave Trade**. New York: Oxford, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GABARITO, Adela. El Congreso de Viena y El “Concierto Europeo”, 1814-1830. *In: CARLOS PEREIRA, Juan (coord.)*. **Historia de las relaciones internacionales contemporâneas**. Barcelona: Ed. Ariel, 2003.

HOBBSAWM, E. **Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KALIL, Mariana Alves da Cunha. O moralismo whig, o Poder Negro e o Exército Brasileiro. **Boletim Meridiano 47**, Brasília/UNB, v. 15 n. 142, 2014.

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairú). **Memória da vida pública de Lord Wellington, príncipe de Waterloo**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Une modernité imposée et ambiguë: la Grande-Bretagne, Le Brésil et le projet d’abolition de la traite 1848-1851. *In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (coord.)*. **Modernités Nationales, modernités importées**. Paris: L’Harmattan, 2012.

MARQUES, João Pedro. **Os Sons do Silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999.

MARQUES, João Pedro. Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico de escravos portugueses. **Revista Penélope**, Lisboa, n.14, p. 95-118, 1994.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da segunda escravidão. **Revista TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 97-117, 2011.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. V. 2.

SÁ DA BANDEIRA. **O Tráfico da escravatura e o Bill de lord Palmerston**. Lisboa: Tip José Baptista Morando, 1840.

SOUSA, Gustavo Pinto. **Africanos livres**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SOUSA, Gustavo Pinto. **No tribunal das contendas**: uma análise comparativa do Direito das Gentes no Brasil e em Portugal 1839-1850. 2017. 255f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Iara Lis C. **Pátria Coroada**: O Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

YOUSSEF, Alain El. **Imprensa e Escravidão**: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). 2010. 300f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexibilidade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1-2, p. 89-128, 2003.

Recebido: 18/03/2020  
Aprovado: 22/04/2020

## A “ESPOSA MODELO” E O “PAI PROVIDOR”: A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NA RETÓRICA DOS MEMBROS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Raphael Silva Fagundes<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo pretende analisar como os gêneros (masculino e feminino) foram agenciados na retórica desenvolvida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante os anos de 1850. Esse decênio foi marcado pela Conciliação, arranjo político que promoveu o apogeu do Império no momento em que se findaram os conflitos regionais. A associação erudita buscou produzir discursos que buscavam consolidar esse cenário. Para tal, determinar o lugar do homem patriota e da esposa modelo foi fundamental para desenvolver uma retórica capaz de associar o projeto de nação, que tinha como centro a monarquia, com os valores disseminados na sociedade, facilitando o processo persuasivo. Tendo como fonte os discursos, os relatórios e os necrológios encontrados na Revista do Instituto (R. IHGB), adotaremos a retórica como chave de leitura para estabelecer um diálogo entre a documentação e as técnicas analisadas pelos clássicos da retórica e da análise do discurso.

**Palavras-chaves:** Gênero; IHGB; Retórica.

### THE “MODEL WIFE” AND THE “PROVIDER FATHER”: THE REPRESENTATION OF GENDER IN THE RHETORIC OF THE INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

**Abstract:** This article intends to analyze how the genres (masculine and feminine) were targeted in the rhetoric developed by the members of the IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) during the 1850's. This decade was marked by the "Conciliação (Reconciliation)", which was a political arrangement that promoted the apogee of the Empire, taking into account the fact the regional conflicts that were taking place in the country had all come to an end. The scholar association sought to produce speeches that aimed to consolidate this situation. In order to do this, determining the patriot man and the ideal wife served as the basis to develop a rhetoric capable of associating the project of Nation that had the monarchy as its core, with the values disseminated within the society, facilitating the persuasive process. Based on the speeches, reports and obituaries found in Revista do Instituto (R.IHGB), we will adopt rhetoric as the key to reading by establishing a dialogue between the documentation and techniques analyzed by the classics of rhetoric and discourse analysis.

**Keywords:** Genre; IHGB; Rhetoric.

“A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela despensa justificação”.<sup>2</sup> Pierre Bourdieu observa que tanto em relação a percepção social quanto na linguagem, “o gênero masculino se mostra como algo não marcado”, mas quando se trata da referência ao gênero feminino a história muda de figura. O sexo precisa ser evidenciado. Entramos em contato com este fenômeno quando, em 25 de outubro de 1850, Joaquim Norberto de Souza e Silva e João José de Souza Silva

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: [raphaelsfagundes@yahoo.com.br](mailto:raphaelsfagundes@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 18.

Rio propuseram o ingresso da poetiza D. Beatriz Francisca de Assis Brandão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB):

Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como ilustre representante do movimento e progresso das letras no Novo Mundo, honre o talento e o mérito das senhoras brasileiras na pessoa da Ilma. Sra. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, distinta poetiza.<sup>3</sup>

A comissão que se encarregou de avaliar a proposta, disse que não aprovaria a entrada da senhora no corpo de membros do Instituto porque “as composições da nossa respeitável patrícia não tenham visto a luz da imprensa”, de modo que “a comissão do Instituto deve basear seus juízos em provas públicas”. Contudo, para além da justificativa dada pelos membros que avaliaram o pedido, é preciso destacar um detalhe: quando se propunha a entrada de um homem na associação, não se mencionava o gênero, isto é, os “senhores brasileiros”.

Outro argumento que impedia a entrada de D. Beatriz Francisca era o fato de o IHGB ser uma associação dedicada à história e à geografia. A

Comissão resolveu tomar ao pé-da-letra a concepção de que o IHGB se destinava somente aos estudos de história e geografia, dando a entender que os mesmos, devido à sua seriedade, estariam destinados apenas aos representantes do chamado sexo forte.<sup>4</sup>

No futuro, caso fosse fundada uma Academia de Letras, ideia que sondava os membros do grêmio letrado, a entrada de poetisas seria pertinente.

A questão é que D. Beatriz Francisca não compôs o corpo dos integrantes do Instituto Histórico. À mulher, quando mencionada nas palavras que preenchiam as cerimônias do Instituto, ficou reservada um tipo de veneração distinta da do homem, determinada, em última instância, pelas relações de poder: mãe e esposa. “A masculinidade hegemônica pressupõe a predominância de uma certa

---

<sup>3</sup> 220ª Sessão em 25 de outubro de 1850. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XIII, 2ª Edição. Tipografia João Ignacio da Silva, p. 520-521, 1872 (1850). p. 520. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1850t0013c.pdf>. Acesso em 04/01/2012.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2011. p. 51.

configuração de feminilidade”,<sup>5</sup> destacou Maria Izilda Santos de Matos. Partindo desta perspectiva, entendemos que os membros do Instituto explanavam e fortaleciam o papel da mulher de acordo com os preceitos masculinos da época. Sendo ao homem, por sua vez, reservado a missão erudita de tirar o conhecimento que se tinha da nação da obscuridade. Isto é, trata-se do homem patriota.

A maneira pela qual a mulher era descrita, como auxiliadora do grande homem, foi fundamental para construir a imagem padrão do letrado oitocentista: homem de família, honesto e dedicado às letras da pátria. No necrológio de Raymundo Cunha Mattos, pronunciado na primeira sessão magna de aniversário do Instituto, em 1839, destacou-se como o “incansável e erudito” que muito contribuíra para revelar o passado ainda “desconhecido” do Brasil. Contudo, a imagem que o IHGB queria passar era a de que esse projeto foi realizado em família, já que Cunha Mattos teve a “fortuna de possuir uma esposa amante das letras”. Além disso, sua filha, D. Gracia Ermerlinda, “acompanhara a seu pai no amor às letras”.<sup>6</sup> Sendo assim, toda a família era erudita e se dedicara ao esclarecimento do passado nacional. Um projeto familiar que se transforma em uma missão nacional, pois:

se é dever de uma esposa ornada de tão belas qualidades, como é a do Sr. Marechal Cunha Mattos, o honrar a memória de seu primo e marido pela publicação de seus interessantes escritos, é também dever de seus amigos e consócios do Instituto Histórico do Brasil.<sup>7</sup>

Um raciocínio retórico silogístico que se fundamenta na emoção. Para honrar a memória de uma família exemplar era necessário publicar seus estudos (o do marido) sobre a nação. Depois, no maior estilo retórico do século XIX, termina-se a homenagem com uma citação de M. Rémusat que fala da importância das obras de um erudito para a nação. Essa retórica buscava criar uma

---

<sup>5</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001. p. 50.

<sup>6</sup> BELLEGARDE, Pedro Alcântara. Necrologia do Marechal de Campo Raymundo José da Cunha Mattos. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro. 3ª Edição, Tomo I, Imprensa Nacional, p. 56-59, 1908. p. 59. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em 10/03/2011.

<sup>7</sup> *Ibidem*. p. 59.

identificação ao projeto bancado pela Casa da Memória Nacional de construção de uma identidade nacional una e indivisa nos padrões europeus.

Nas deputações, enviadas para congratular Sua Majestade nos dias festivos, as formas expressivas carregadas de emoção eram o que mais se destacavam. Nos finais de seus 17 anos, D. Pedro II casou-se com Teresa Cristina Maria, princesa das Duas Sicílias. Este seria um momento de extrema significância para o destino da nação, segundo afirma a alocução de visconde de São Leopoldo, cumprimentando o soberano por seu matrimônio:

Senhor: realizaram-se em fim os votos, os anciosos desejos da Nação Brasileira; ela exulta de prazer ao ver ao lado de V. M. I. Esposa digna de seu Augusto Coração; escolha do desvelado amor por seus súditos, os quais aplaudem reproduzidas as graças, os dotes d'alma, as virtudes possuídas pelos Soberanos que tem feito o ornamento deste Solio Imperial; e por tão feliz união, fruto da sabedoria de V. M. I., auguras ao Brasil altas venturas.<sup>8</sup>

Os membros estavam ali, no Paço Imperial, para expressar os “fieis sentimentos de jubilo pelo seu ditoso consórcio”. A única função da imperatriz era a de ser esposa que se torna digna pela condição do homem, o jovem monarca dos trópicos.

De acordo com Mary Del Priore, o conceito de gênero que surgiu nos anos 1980 foi adotado pelos historiadores para definir “as relações sociais entre os sexos”,<sup>9</sup> desvinculando-se da perspectiva militante, o termo “gênero”, sendo muito mais neutro, poderia atribuir mais cientificidade ao trabalho do historiador. A partir de então, tornou-se “explícitas as preocupações de articular o gênero com a classe e a raça”. Para Rachel Soihet, esta historiografia passou a entender que “as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos”.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> 112ª Sessão em 14 de Setembro de 1843. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3ª Edição. Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C., p. 393-401, 1885 (1843). p. 401. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

<sup>9</sup> PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 231.

<sup>10</sup> SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 279. Partimos aqui de uma abordagem distinta da que influencia a historiografia recente, mostrando-se um tanto quanto conservadora neste aspecto. Gianna Pomata procura observar, a respeito do gênero, a construção social das categorias masculino e feminino, através dos discursos e práticas.

A identidade feminina é voltada para os outros: os filhos e o marido. De acordo com Elisabeth Badinter, é a partir de 1760 que as publicações “recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes ‘ordenam’ amamentá-los”.<sup>11</sup> Antes, como é sabido, as mães só tinham acesso aos filhos anos depois de seu nascimento, pois não havia, ainda no século XVII, um sentimento de “ternura e intimidade que ligam os pais aos filhos”.<sup>12</sup>

Segundo Michelle Perrot, é no século XIX que a ciência divide os gêneros: “Aos homens, o cérebro [...], a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”.<sup>13</sup> Ainda segundo a autora, “a ação das mulheres no século XIX consistiu sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno, a que eram destinadas”.<sup>14</sup>

Contudo se, por um lado, à identidade masculina era vetada certas demonstrações de sentimentos, por outro o homem ainda era o chefe do reino privado, o pai provedor.<sup>15</sup> Segundo Corsi, “a identidade masculina tradicional é construída a partir de dois processos psicológicos simultâneos e complementares: o hiper desenvolvimento do eu exterior (fazer, atuar, conseguir) e a repressão da esfera emocional”.<sup>16</sup> Essa restrição emocional “consiste basicamente em não falar sobre os próprios sentimentos, especialmente com outros homens”.<sup>17</sup>

Mas existia um momento de exceção, momento em que determinadas expressões sentimentais eram obrigatórias e que ser pai, chefe de família, tornou-se fundamental nesse mundo ditado pelos homens. Na sociedade ocidental do século XIX, os homens aprendiam a controlar suas lágrimas desde a adolescência, derramando-as apenas em situações que eram consideradas sinceras. A morte era

---

Nosso objetivo é compreender a construção retórica do discurso masculino sobre o feminino, não buscando “superar esta ‘penúria de fatos’ sobre sua vida”. Ver: SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, M. Izilda S. de. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997. p. 78.

<sup>11</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 145.

<sup>12</sup> *Ibidem*. p. 54-55.

<sup>13</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 177.

<sup>14</sup> *Ibidem*. p. 180.

<sup>15</sup> *Ibidem*. p. 180.

<sup>16</sup> CORSI, J. *et al.* **Violencia masculina en la pareja**: una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención. Buenos Aires: Paidós, 2006. p. 15.

<sup>17</sup> *Ibidem*. p. 16.

uma destas situações. “O luto”, destaca Anne Vincent-Buffault, “permanece a situação onde as lágrimas masculinas são permitidas e até mesmo valorizadas: as efusões reais são reservadas às cerimônias fúnebres”.<sup>18</sup> O luto, de acordo com a autora, era a única brecha para as lágrimas masculinas.

Portanto, analisaremos, nesta oportunidade, os elogios históricos, os relatórios anuais dos trabalhos realizados pelos sócios e os discursos dos presidentes proferidos nas cerimônias de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1848 e 1860. Nesse momento, os sentimentos e os valores sociais eram agenciados, usados como topos para que, assim, fosse possível tocar os ouvintes, facilitando, por conseguinte, a inclinação destes ao projeto de poder que estava sendo defendido pela “Casa”. Esta documentação revela, por sua vez, o investimento retórico dos membros da associação para disseminar uma ideologia coesa, forjando uma unidade nacional através do discurso epidíctico. Assim como na Revolução Francesa, “o discurso epidíctico foi tematizado como *reivindicação*, como *negação de dúvidas em relação ao saber internalizado* e como *instrumento para a estabilização de uma relação de grupo entre membros supostamente pares*”.<sup>19</sup>

Na década de 1850, a *R.IHGB* foi um dos principais espaços onde se discutiam a nação. Elogios ao Imperador, o passado visto como elemento unificador, as artes, as ciências, a civilização em contraposição à barbárie para um projeto nacional, tudo isso e muito mais pode ser encontrado no periódico do Instituto, atualmente disponível online pelo site da própria associação. Um contemporâneo dizia que o periódico era, das publicações que circulavam na época, a que mais se dedicava a “causa da civilização”.<sup>20</sup>

Na esteira das reflexões de José Murilo de Carvalho, que compreende a retórica como “chave de leitura”<sup>21</sup> para a interpretação da história política e

---

<sup>18</sup> VICENT-BUFFAULT, Anne. **História das Lágrimas**. Tradução de Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 201.

<sup>19</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003. p. 121. (Grifo nosso).

<sup>20</sup> VALDEZ e PALACIOS, J. M. Introdução. **Nova Minerva**, Rio de Janeiro, tomo I, n. 1, p. 01-04, dez. 1845. p. 03.

<sup>21</sup> CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

intelectual do século XIX, pretendemos analisar as estratégias argumentativas desenvolvidas nos pronunciamentos emitidos pelos principais dirigentes da “Casa da Memória Nacional”. Um grupo seletivo que pertencia “aos segmentos mais abastados da população do Império”.<sup>22</sup> Partimos do pressuposto de que tais manifestações não visavam apenas salientar a importância acadêmica do reduto letrado no acanhado panorama intelectual de um país, recém emancipado do estatuto de colônia. Buscavam, sobretudo, persuadir do papel do Instituto no âmbito da política imperial, de promover o progresso da nação.

Criado em 21 de outubro de 1838, com o objetivo de coligir, metodizar, arquivar e publicar documentos para a escrita da história do Brasil, o IHGB também se propunha estimular os estudos e o ensino da disciplina. Entre seus fundadores, destacavam-se notórios homens públicos que, quando não faziam parte direta do governo imperial, vinham de uma trajetória que se misturava a história política do país, como era o caso do cônego Januário da Cunha Barbosa, editor do *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico de grande atividade política no processo de Independência.

Todo ano, o grêmio letrado carioca homenageava, em uma sessão especial, os membros falecidos do ano corrente. Contudo, o discurso fúnebre era apenas uma das atrações do evento. Havia o discurso de abertura do presidente e a leitura do relatório dos trabalhos realizados naquele ano pelo primeiro secretário da associação. Todos esses discursos eram peças retóricas por excelência que ligavam o IHGB ao projeto político vigente. Essa questão deve ser ressaltada porque, para além dos membros da associação, a cerimônia contava com a ilustre presença de Sua Majestade Imperial, símbolo da monarquia centralizada.

É preciso destacar que, ao lado da História, esses elogios históricos e necrológicos, que esboçavam parte importante da biografia destes vultos nacionais, exerciam expressiva influência no processo de consolidação dos sentimentos patrióticos. Segundo Márcia de Almeida Gonçalves, no “movimento de conhecer e caracterizar via o local, individual, nacional, o biográfico passava a ter lugar cujo

---

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.*, p. 39.

fundo era a história”.<sup>23</sup> As vidas retratadas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (*R.IHGB*) eram de interesse nacional, úteis para despertar grandes sentimentos cívicos: “o romance, a história, a biografia poderiam guardar traços de uma comunhão como formas de conhecer e sensibilizar expectadores, leitores, autores”.<sup>24</sup>

Embora essa visão da “esposa modelo” e do “pai provedor” que se apresentava como imprescindível para inclinar os espíritos, através do apelo emotivo, ao assentimento de um modelo específico de projeto nacional tenha sido administrada desde os primeiros dias do Instituto, nossa pesquisa irá focalizar os anos que se estendem entre 1848 e 1860. Especificamente porque esse período foi o de estabilidade do império, de consolidação de um movimento iniciado em finais da década de 1830 no qual o Instituto, ao lado do Arquivo Nacional e Colégio Pedro II, mostrou-se protagonista.<sup>25</sup> O Marquês de Olinda afirmava que a política de conciliação começou em 1848, provavelmente com a derrocada da última rebelião imperial, a Praieira, resquíio do período regencial. Já o senador Nabuco de Araújo, em seu discurso de 4 de junho de 1864, não se mostra muito claro sobre o fim da política conciliatória, mas “acaba por estabelecer o ano de 1860”.<sup>26</sup>

Os anos de 1850 foram marcados pela consolidação do Estado Imperial, como já mencionamos. Os conflitos locais encontraram um fim. A fase de acumulação de poder foi ficando para traz à medida que o problema da unidade nacional passou para o segundo plano. O segredo da estabilidade desse período, aponta José Murilo de Carvalho, “estava na possibilidade de alternância no poder de grupos da elite”. O marquês do Paraná, com o apoio de D. Pedro II, “buscou passar uma esponja nas disputas regenciais, fundar um novo tempo, redefinir as fronteiras partidárias”.<sup>27</sup>

---

<sup>23</sup> GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 437.

<sup>24</sup> *Ibidem*. p. 438.

<sup>25</sup> WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 33-34.

<sup>26</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848-1868). In: HOLANDA, Sérgio B. (dir.). **O Brasil monárquico**: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. V. 3. T. 2 p. 69-70.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 22.

Ao mesmo tempo em que a corte era um local que abrigava a maior quantidade de escravos das Américas, o Império do Brasil passou a ocupar um lugar particular entre as “nações civilizadas”. A monarquia tropical se distinguiu não só pela estabilidade política, simbolizada pela Conciliação, mas também pela extinção do tráfico negreiro intercontinental, pelas bem-sucedidas intervenções militares na área platina e pela liquidação da onerosa herança ibérica dos limites.<sup>28</sup>

Ricardo Salles acredita que três elementos são indispensáveis para se formar uma nação: a associação histórica com um Estado; a existência de uma elite cultural; e uma capacidade provada de conquista. Essa tríade se concretizou na década de 1850: a associação com Portugal e com as antigas monarquias; o Estado tornou-se o mecenas de uma elite cultural; e, por fim, a intervenção no Prata e a extensão territorial.<sup>29</sup>

Capistrano de Abreu salienta que “a década de 50 foi a mais brilhante do império”.<sup>30</sup>

Pensou-se em epopeia nacional, e Magalhães fez a *Confederação dos Tamoios*; pensou-se em teatro nacional, e João Caetano fazia de gênio. Pensou-se em ciência nacional, e [...] instituiu-se uma comissão científica para explorar as Províncias do Norte, em que não se admitiu um só estrangeiro.<sup>31</sup>

E não podemos esquecer do barão de Mauá que modernizava a corte com suas ferrovias e iluminação pública.

O “clima da ‘conciliação’ também envolveu” os letrados do Instituto. Foi a época em que o Imperador reservou uma sala no Paço Imperial para realizar as sessões da Casa, e quando o próprio monarca apresentava as proposições e temas dos “programas”, animando as discussões e pesquisas.<sup>32</sup>

No entanto, se por um lado, mesmo passada a primeira fase, a de “acumulação primitiva de capital arquivístico”, não houve um incremento na

---

<sup>28</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) **O Brasil Imperial**. v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 38.

<sup>29</sup> SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 71-72.

<sup>30</sup> ABREU, Capistrano de Abreu. **Ensaio e Estudos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 81.

<sup>31</sup> *Ibidem*. p. 94.

<sup>32</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.*, p. 94.

produção historiográfica por parte dos membros – o que se explica pela “presença de personalidades dos primeiros escalões do Império no IHGB” –, por outro, para os finais da década, “à proporção que a geração dos fundadores desaparecia, o ‘véu’ que encobria o passado imediato do Império começou a ser levantado”.<sup>33</sup> Na década de 1850 também foram promovidas expedições científicas (a que se referiu Capistrano de Abreu) e dados os primeiros passos “para erigir em bronze a Memória da nação” com a construção de estátuas de vultos nacionais.

Mas ainda assim, a questão da unidade e da dispersão marcava presença nos pronunciamentos. Neste momento, elas apareciam como uma lembrança que buscava afirmar a ideia de que o Império chegara finalmente à estabilidade e que, por isso, os primeiros passos para o progresso já podiam ser avistados. Aquele passado nefasto não poderia voltar, por isso era necessário preservá-lo na memória. Além disso, a imagem dos membros seria exaltada e redefinida, já que muitos tinham o passado que contrastava com os interesses conservadores do momento; seria muito mais vantajoso lembrar de um Januário dos anos 1840, defensor da “reação conservadora”, que de um Januário inflamado do tempo do *Revérbero Brasiliense*. Como afirma Jacques Le Goff, a memória coletiva é posta “em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”.<sup>34</sup> E o modo, portanto, como esse passado era descrito, isto é, os elementos retóricos que o circundava, eram de enorme valor para a preservação das circunstâncias políticas do momento. O discurso é de conservação do *status quo*, de modo que a recordação dos conflitos servia para comprovar que o presente era um momento de superação e um futuro de glória, sem dúvida, era algo tangível.

Portanto, o discurso relacionado à imagem da mulher estava atrelado a legitimação desse contexto político, aproximando a célula familiar ao sentimento político de nação una e indivisa. Aliás, como destacou Joan Scott, “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido,

---

<sup>33</sup> *Ibidem*. p. 145.

<sup>34</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª Edição. Campinas: EdUnicamp, 2013. p. 390.

legitimado e criticado”.<sup>35</sup> Deste modo, delinear a posição de cada um dos sexos na estrutura social é fundamental para as relações de poder.

A retórica, portanto, foi fundamental para promover esse projeto, selecionando palavras e possibilitando um investimento nos elementos emocionais e nos valores tradicionais que fossem capazes de fortalecer os vínculos sociais, ressignificando-os para, enfim, forjar o sentimento de nacionalidade e de unidade nacional.

Agenciar emoções no discurso é uma técnica retórica reconhecida desde tempos antigos. Aristóteles já destacava que “obtem-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão”.<sup>36</sup> É o emocional, portanto, o principal elemento que leva as pessoas a se inclinarem a uma tese. “Tanto é certo que o espírito e alma da Eloquência consiste propriamente nos afetos”,<sup>37</sup> nos mostra Quintiliano.

Patrick Charaudeau,<sup>38</sup> em um artigo muito citado pelos que se alvitram a analisar o discurso, acrescenta às etapas da atividade retórica<sup>39</sup> uma tópica ligada à emoção, a *patemia*. Esta que, por sua vez, será composta por um conjunto de figuras, manifesta-se, em meio às palavras de forma intencional, já que há uma seleção de elementos emotivos que estarão à disposição do orador. É a situação comunicativa, perpassada por aspectos da interação social e das representações psicossociais, que propiciará o uso adequado de cada termo emocional, desencadeando um efeito patêmico. O manejo e a mobilização desse arcabouço passional para se atingir um fim persuasivo é chamado por Charaudeau de *patemização*, alusão direta ao nível das provas retóricas que retêm as emoções do auditório: o *pathos*.

O que estava em jogo nessas cerimônias promovidas pelo Instituto, não era apenas a estrutura lógica dos argumentos, mas o despertar da vontade; não

---

<sup>35</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. p. 92.

<sup>36</sup> ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Poética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.. p. 35.

<sup>37</sup> QUINTILIANO, M. Fabio. **Instituições Oratórias**. Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788. Tomo Primeiro. p. 440.

<sup>38</sup> CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MACHADO, Ida Lucia e MENDES, Emília. (orgs.) **As Emoções no Discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2010. v. 2, p. 23-56.

<sup>39</sup> *inventio, dispositio, elocutio, memória e actio*.

estamos mais no nível racional do processo persuasivo, e sim no emocional. O discurso envolve o ouvinte a ponto de fazê-lo aderir ao seu conteúdo voluntariamente. O orador deve mostrar-se emocionado, deve mostrar objetos que emocionam e, mesmo que os objetos sejam indiferentes a todos, é preciso torná-los emocionantes.<sup>40</sup>

Na relação retórica que envolve o falante e o ouvinte, observa-se uma simpatia entre o *ethos* e o *pathos*. O orador deve apresentar-se por meio de um caráter complacente e, ao mesmo tempo, adaptar-se ao estado psicológico do público.<sup>41</sup> Assim, deve fazer emanar um mundo capaz de gerar uma identidade que será compartilhada com os ouvintes.

Os elementos que estão ao redor dos enunciados, o que chamamos de enunciação, são oriundos dos materiais oferecidos pelo mundo social e, por hábil estratégia, permitem uma representação na qual os ouvintes se enxerguem ao entrar em contato com eles. Isto possibilita que a retórica se torne um “espaço onde a identidade se torna diferença e a diferença identidade, sempre num jogo sutil de aproximações e de afastamentos, de comunhão e de exclusão”.<sup>42</sup>

## O pai provedor

Partindo desta questão, entendemos que a representação da mulher no discurso produzido pelos membros do Instituto é um manejo retórico proposital que tem como objetivo despertar nos ouvintes sentimentos capazes de levá-los a defender uma determinada tese, isto é, um dado ponto de vista.

Contudo, nessa construção retórica, o destaque para a “esposa modelo” também era acompanhado da construção de um homem de família. Os ensinamentos de Patrick Charaudeau nos ajudam a entender esta questão, ao deixarem claro que no ato de se tomar a *posse* da fala, entramos em contato com dois processos: o de exclusão e o de inclusão. Após o orador justificar a razão pela qual se apoderou do direito de fala (processo de exclusão), é necessário incluir

---

<sup>40</sup> PLANTIN, Christian. *Pathos*. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-372.

<sup>41</sup> REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 49.

<sup>42</sup> MEYER, Michel. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução**. Lisboa: Edições 70, 2007. p.136.

seu(s) ouvinte(s) em suas palavras (processo de inclusão), por meio de uma estratégia retórica que permite com que o seu auditório se enxergue no discurso.<sup>43</sup>

Um momento importante para observarmos tais técnicas retóricas na prática foi o da homenagem prestada pelo Instituto ao príncipe herdeiro falecido, D. Affonso. Pouco se sabe a respeito dessa criança, entretanto, nenhum episódio do Segundo Reinado despertou tanto as atenções dos letrados da “Casa da Memória Nacional” (como era também conhecido o IHGB), quanto a morte do herdeiro do trono. Nem mesmo a Guerra do Paraguai ou a Abolição da Escravatura mobilizaram tanto os membros do IHGB, levando-os a investir numa retórica alimentada por fortes emoções,<sup>44</sup> afinal, era do futuro do Império que se tratava.

A morte do príncipe foi sentida pelo Instituto de tal forma que seria necessário reservar uma sessão, em meio aos afazeres da associação, para publicar suas condolências pela grande perda. Os eruditos do grêmio carioca apontam a relação direta entre eles e o Imperador, evidenciando, a saber, que ambos compartilhavam da mesma dor:

Tendo o Império do Brasil perdido na pessoa do Augusto Príncipe Imperial o Senhor Dom Affonso um dos objetos mais caros de sua futura grandeza e de suas esperanças; e tendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na pessoa do mesmo Sereníssimo Senhor perdido também seu presidente honorário: propomos que o Instituto celebre uma reunião especial para comemorar a saudade que nos deixa tão inesperado e doloroso sucesso, na conformidade do programa junto.<sup>45</sup>

Nesta proposta assinada por Manuel de Araújo Porto-Alegre, Manoel Ferreira Lagos e Francisco Manoel Raposo de Almeida, em 17 de junho de 1847, o príncipe é honrado também como presidente honorário da instituição, titulação dada aos membros da família imperial, mas que aqui é lembrada para dar mais vigor ao relacionamento entre o Instituto e o chefe da nação, que, por sua vez, era também patrono da associação.

---

<sup>43</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Pathos e discurso político*. In: Ida Lucia Machado; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.) **As Emoções no Discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 244.

<sup>44</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.*, p. 99-100.

<sup>45</sup> 169ª Sessão em 17 de Julho de 1847. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo IX, Tipografia de João Ignacio da Silva, p. 288-290, 1869 (1847). p. 289. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1847t0009c.pdf>. Acesso em 22/06/2011.

Nessa “reunião especial”, foram apresentadas peças em homenagem ao membro herdeiro do trono imperial e presidente honorário do IHGB. Em 1848, os discursos foram publicados na *R.IHGB*, sob o título “Oblação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da memória de seu presidente honorário o Senhor Dom Affonso, augusto primogênito de Suas Majestades Imperiais”. A oratória, que durante todo o século XIX, era considerada um espetáculo público e símbolo de sapiência,<sup>46</sup> tem presença certa na cerimônia. Considerando este fato, entendemos esta *Oblação* como peças retóricas que, inserindo-se em um dado contexto, articulam a perda do primogênito da família imperial com as circunstâncias políticas de então.

Sendo assim, os valores sociais marcaram as palavras dos sócios que se dedicavam a despertar emoções, o que abriu espaço para se falar do papel do homem e da mulher naquele projeto de nação defendido. Porto-Alegre destaca a família:

Aqueles que são pais, aqueles que são sensíveis só podem apreciar a intensidade da aflição paterna, a dor de uma mãe aterrada quando vê fugir de seus braços o primeiro fruto do seu consórcio, a mais cara página do livro de suas delícias, o seu filho, o corpo do seu corpo, a alma de sua alma, o amor do seu amor, o vínculo sagrado do seu tálamo, e o herdeiro de suas virtudes e de suas glórias, – a imagem do seu esposo.<sup>47</sup>

O filho homem é a imagem do esposo, isto é, a do imperador D. Pedro II. A mãe sofria porque perdia seu filho e porque este teria as virtudes do pai, pois seria semelhante a este. Sobre a imperatriz caía o maior peso já que sua função era a de gerar um herdeiro para o Império dando assim prosseguimento à monarquia. A função social e de poder que foi consagrada a ela falhara com a perda do primogênito (voltaremos a tratar da imperatriz mais adiante).

Mas não apenas a morte de um príncipe convocava todos os pais a compartilharem da mesma dor, uma dor que deixava de ser familiar e passava a

---

<sup>46</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999. p. 91.

<sup>47</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 10-17, 1891 (1848). p. 14. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/08/2011.

ser nacional. A morte de um erudito, que enquanto vivo era exemplo de pai, também deveria tocar o coração de todos. Joaquim Manoel de Macedo, já na segunda metade da década de 1850, destacava a imagem de um “pai carinhoso, amigo fiel, cidadão prestante”,<sup>48</sup> que só se distancia de seus parentes para se dedicar à pátria. Essa relação é marcada pela retórica do sacrifício. Trata-se de um movimento individual em direção à “ordem, pela justiça”. “Ele mesmo ardendo em febre, mal podendo suste-se, arrasta-se até o telonio da repartição”,<sup>49</sup> diz Porto-Alegre na condição de orador ao homenagear José Lino de Moura. Em outra situação é destacado: “Homem de trabalho [...] nem conhecia outro descanso [...] abreviou os seus dias porque não soube poupar-se”.<sup>50</sup> Esse recurso retórico é fundamental na construção da personalidade coletiva e patriótica que adentrava o espaço público. Ele agia passivamente sobre o ouvinte, envolvendo-o na cena de comunicação, tocando o seu coração, tornando-o, por fim, benevolente à causa.<sup>51</sup> Ou, como podemos constatar em Perelman e Olbrechts-Tyteca: esse fenômeno linguístico pode ser encarado como um tipo de argumento de comparação que “alega o sacrifício a que se está disposto a sujeitar-se para obter certo resultado”.<sup>52</sup>

Pode-se deixar a família para a “presteza” pública: “deixa a esposa e os filhos no leito de morte pelo trabalho”.<sup>53</sup> O orador continua o seu discurso:

para nós todos os trabalhos não é pena, nem uma alavanca mercenária; porque o consideramos como um dever sagrado, como um tributo exigido pela pátria, e como um meio honroso de bem merecer do Imperador e dos Brasileiros.<sup>54</sup>

---

<sup>48</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, v. 20, Tomo, XX, Kraus Reprint, p. 67-95, 1973 (1857). p. 68. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1857t0020c.pdf>. Acesso em 26/10/2017.

<sup>49</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XVIII, Imprensa Nacional, p. 511-553, 1896 (1855). p. 526. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018.pdf>. Acesso em 12/08/2015.

<sup>50</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXII, Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, p. 704-740, 1859. p. 711. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1859t0022c.pdf>. Acesso em 26/10/2017.

<sup>51</sup> BENDASSOLLI, Pedro F. Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder agir. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 63 - 98.

<sup>52</sup> PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova Retórica**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 281.

<sup>53</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. 1896. *Op. Cit.*, p. 526.

<sup>54</sup> *Ibidem*. p. 527-528.

A pesquisa patriótica é envolvida por uma série de elementos que remete ao ideal de unidade, e a dedicação a ela torna-se uma “segunda vida”.<sup>55</sup>

Essa é uma espécie de relação que o próprio imperador exercia. Os membros tentavam aproximar o IHGB do seio da família imperial, de modo que as palavras descreviam o Instituto como sendo o filho do Imperador. E é natural o filho amar o pai, contudo, a moral e a religião reforçam a natureza, transformando esse “amor filial” em um dever sagrado. Mas, para dar um ar mais liberal, o IHGB metamorfoseou esse dever em lei, não deixando, obviamente, de manter suas características sagradas:

A natureza impele um filho a amar seus pais, esse amor é uma flor do coração e uma delícia da alma, e entretanto a religião e a moral estabelecem o dever do amor filial: com o Instituto sucede, que a sua lei lhe recomenda que uma comissão do seio faça ouvir a voz do reconhecimento e da fidelidade perante o trono augusto de S. M. Imperial nos dias faustosos da pátria; sobressai pois o esmero e a ufanía com que o Instituto desempenha esta sagrada e ao mesmo tempo inapreciável disposição da sua lei.<sup>56</sup>

A imagem paterna do monarca era também construída através do conceito de perdão, onde se via todos os brasileiros como filhos. O ato soberano de perdoar era fulcral no projeto político conciliador, inclusive, a anistia dada aos revoltosos dos anos de 1840 estava diretamente ligada a esse programa político. E, Joaquim Manoel de Macedo, já em 1858, quando os conflitos já haviam se dissipado, resgata esses aspectos ao homenagear o sócio Dr. Thomaz Godoy que se envolveu nas revoltas de 1842:

Essa culpa [de participar dessa rebelião] que tantos Brasileiros incorreram, desde muito que está lavada pela anistia concedida por aquele magnífico príncipe, que com o perdão, com a

---

<sup>55</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Relatório do 1º secretário. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2 ed. Tomo XXI, Imprensa Nacional, 1930 (1858). p. 477. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1858t0021c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

<sup>56</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do 1º secretário. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo V, Imprensa Nacional, p. 458-479, 1896 (1855). p. 486. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018c.pdf>. Acesso em 10/03/2015.

clemência, e com a solicitude de um pai, destruiu os germes da desordem, dos ódios e da intolerância dos partidos.<sup>57</sup>

Embora a política de conciliação se encontrasse em um estágio frágil após a morte do marquês do Paraná, a retórica conciliadora permanecia, principalmente para fortalecer os laços provenientes do sentimento de unidade nacional. Em seguida, o nosso orador complementa:

a humanidade e o patriotismo saudaram agradecidos o monarca ilustrado que se levanta acima dos partidos, que vê filhos em todos os Brasileiros, e que sabe erguer potentes barreiras diante das vinganças e dos caprichos políticos.<sup>58</sup>

Deparamo-nos aqui novamente com a construção da imagem de um rei pai.

As instituições precisam de um princípio estabilizador que, por um lado, possa atrair as pessoas e, por outro, anular discursos adversos. Esse princípio, segundo aponta Mary Douglas, é uma analogia com elementos naturais ou convenções sociais, mediante estratégias retóricas. E é exatamente isso que encontramos nos pronunciamentos analisados. Douglas afirma que “a experiência passada é encapsulada nas regras de uma instituição, de tal modo a agir como um guia daquilo que se deve esperar do futuro”. As “instituições abrigam as expectativas” e “assumem o controle das incertezas”.<sup>59</sup> Tudo isso perpassava pelo sentido que o IHGB dava à imagem imperial.

Porto-Alegre traz à tona a mistura entre a instituição social da família com a nação: “no ano de 1850 o pranto da família se ensurdeceu no meio do pranto da pátria”.<sup>60</sup> “À ilustração paterna (Aureliano de Souza e Oliveira), e aos cuidados maternos, deveu ele os dotes do coração”, diz-se sobre Saturnino de Souza e Oliveira, descrito por Porto Alegre como um agente que lutou em prol da unidade.

---

<sup>57</sup> MACEDO, Manoel Joaquim de. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo XXI, Imprensa Nacional, p. 480-510, 1930 (1858). p. 488. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1858t0021c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

<sup>58</sup> *Ibidem*. p. 488.

<sup>59</sup> DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EdUsp, 1998. p. 60.

<sup>60</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2 ed, v. XV, Laemmert, p. 520-551, 1888 (1852). p. 520. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1852t00015c.pdf>. Acesso em 15/06/2011.

As nações deviam ter um pantheon separado para os vencedores da guerra civil, e para esses homens que resistem às irrupções intestinais dos bárbaros que falam a mesma língua, e moram nas mesmas casas!.<sup>61</sup>

O Dr. Lino Antonio Rabello “foi um homem que se não houvesse deixado na terra esposa e filhos, teria saudado a morte com um sorriso”.<sup>62</sup> O discurso pretende transformar o homem patriota em herói, contudo, o que o tornava de carne e osso era justamente a família. O ouvinte entrando em contato com tais palavras identificava-se com as mesmas, e poderia ser levado a pensar que se, mesmo não atingindo a erudição do herói cuja memória ali estava sendo cultuada, pelo menos honrava sua família, sua esposa e filho, exatamente como o homenageado que passava a habitar o panteão.

Ao tratar do major Miguel de Farias e Vasconcellos, o orador recorda o advento da Abdicação. Diz que em meio as agitações populares “D. Pedro I, porém, mostrou-se grande e generoso na hora da adversidade: não quis que corresse o sangue brasileiro, e abdicando salvou o Brasil e a monarquia”.<sup>63</sup> No entanto, o major se posicionou contra D. Pedro I. Para resolver esse problema perante a presença de sua Majestade, a retórica foi acionada: “qual é porém o dos homens daquela época o que pode atirar a pedra?”. Em seguida conclui: “estávamos no noviciado do sistema representativo, e todos sentiam a influência do contágio das conspirações: conspiravam todos, conspirava o povo a 3 e a 17 de abril, conspirou o próprio governo a 30 de julho de 1832”.<sup>64</sup> Diz que houve uma acusação de corrupção nas eleições para presidente da Câmara e foi anulada. No segundo pleito promovido para se resolver a questão, o major ganha da mesma maneira: “em suas listas [cédulas que se depositava nas urnas] o povo escrevia o nome de Miguel de Farias a impulsos do próprio coração”.<sup>65</sup>

O major se dedicava a um orfanato, principalmente na educação primária que o orador chama de “doce alimento do espírito, que deve preparar nossas inocentes criancinhas marcadas pelo selo do infortúnio, cidadãos úteis ao estado, e

---

<sup>61</sup> *Ibidem.* p. 525.

<sup>62</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. 1857. *Op. Cit.*, p. 84.

<sup>63</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. 1859. *Op. Cit.*, p. 713.

<sup>64</sup> *Ibidem.* p. 714-715.

<sup>65</sup> *Ibidem.* p. 717.

mães de família que honrem a sociedade”.<sup>66</sup> Quando não se era pai biológico, havia um discurso para se descrever o herói nacional como um pai social que cuida dos órfãos da nação.

### **O papel da mulher no projeto nacional**

Não é difícil identificar a integração diferencial de mulheres e homens no projeto nacional defendido pelo Instituto Histórico. Mas como podemos perceber, esse projeto é uma imposição, principalmente quando observado em termos de gênero. Constituindo-se, portanto, em uma imposição masculina em que é atribuída às mulheres uma posição de auxiliar, ora como boas esposas, ora como mães e “reprodutoras da cultura através da socialização dos filhos”, ora, enfim, “como símbolos passivos”.<sup>67</sup>

As lágrimas eram administradas nessas cerimônias com o intuito de revelar uma sensibilidade útil para fortalecer os sentimentos nacionais. Todavia, além da situação lacrimajante ser preenchida pelo ideal de bom cidadão, resgatava-se também o de bom membro de família, misturando, desse jeito, as duas esferas (público/privado) para fortalecer o sentimento nacional: “Bom filho, bom irmão, bom amigo, e bom cidadão, foi duas vezes casado: sua segunda mulher chora hoje o mais carinhoso dos esposos; seus quatro filhos, ainda na infância, o mais terno dos pais”.<sup>68</sup> Nesta situação, como nas outras, o orador destaca a função da mulher como um ser que está para sentir a falta do esposo. Contudo, essa perda estava ao lado da perda nacional de um importante erudito que produziu trabalhos que consagravam a nação. O choro da esposa representava o reconhecimento a um homem exemplar não só para a família, mas para todo o país.

O principal exemplo de mulher a ser seguido, era o da Imperatriz. Por isso, os membros do IHGB dedicaram-se em construir a imagem de Teresa Cristina dentro dos padrões institucionais da época: mãe e esposa. Na cerimônia de homenagem ao príncipe D. Affonso, falava-se do coração paterno, como vítima da

---

<sup>66</sup> *Ibidem.* p. 717.

<sup>67</sup> WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 259.

<sup>68</sup> SERQUIEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio Histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano social. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, p. 538-547, 1841. p. 542. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em 13/07/2011.

desesperança, das “tempestades da terra”, mas “este sublime reflexo do mundo d’alma, duplica de majestade e de heroísmo quando se opera no coração da mulher, no coração de uma mãe!”<sup>69</sup> Como destacamos, sobre a Imperatriz cai a maior carga da questão da morte do jovem herdeiro, porque “foi no casto grêmio de sua augusta mãe, entre seus braços, no regaço triunfal de seus carinhos” que “a cruel morte o veio despedaçar”.<sup>70</sup>

O que é mais interessante é que o nome da Imperatriz dona Thereza Cristina, é suprimido em determinados momentos do discurso introdutório de Araújo Vianna, para ficar apenas o nome de esposa, ao afirmar a função da mulher membros da família imperial nuclear. Afirmava-se que a missão de guiar esse Império Americano, esse império ingrato, não cabia “a essa inconsolável Princesa, a essa digníssima esposa que para ele nasceu”.<sup>71</sup>

Santiago Nunes Ribeiro, grande personagem do movimento romântico brasileiro, irá dedicar um cântico à Imperatriz, no qual destaca a mesma questão, a função da mulher de mãe e esposa. Só para citar um de seus versos:

E a Imperatriz egrégia  
Em maternais cuidados desvelada  
Na mente e lábios tinha a prole amada.<sup>72</sup>

Um açoriano que se envolveu em agitações portuguesas e que acabara de chegar ao Brasil, mas que já se infiltrava nos círculos eruditos de então, chamado Francisco Manoel Rapozo de Almeida, também apontava suas palavras para a mesma direção: “essa Mãe vendo morrer-lhe nos braços o filho extremado e querido, o filho que era a página mais querida dos seus afetos de mãe e de esposa”,<sup>73</sup> o que ratifica a função da mulher na relação familiar.

---

<sup>69</sup> VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso do presidente. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, 1891 (1848). p. 15. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

<sup>70</sup> *Ibidem*. p. 16.

<sup>71</sup> *Ibidem*.

<sup>72</sup> RIBEIRO, Santiago Nunes. Cântico elogio dedicado a Sua Majestade a Imperatriz. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 18-32. 1891 (1848). p. 25. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

<sup>73</sup> ALMEIDA, Francisco Manoel Rapozo. Oblação. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 46-49, 1891 (1848). p. 48. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

Contudo, na mesma cerimônia, essa condição feminina era destacada como um dever patriótico não apenas da mulher, mas, também um dever masculino. Após deixar claro que construir uma nação sem harmonia seria impossível, Macedo exalta a unidade em contraposição ao egoísmo:

E não é esse mesquinho e odioso sentimento que se chama – egoísmo –, o qual não pode nunca ser uma harmonia da harpa sagrada do senhor Deus.

Porque o amor da glória é o desejo ardente de honrar a pátria, aos pais, à esposa, e de legar um nome ilustre aos filhos, de ser útil aos outros homens.<sup>74</sup>

Para o progresso da pátria era necessária a relação de uns com os outros. Era necessário desprezar os interesses individuais que, segundo os membros da associação era a causa dos conflitos regionais que conflagravam o país até 1848. Portanto, tudo que fosse capaz de despertar o sentimento de unidade deveria ser honrado. Sem dúvida, a família era uma instituição inestimável para provocar tal sentimento. Através do jogo retórico, o objetivo era estimular em todos os espaços o sentimento nacional. Sendo assim, a unidade patriótica permitia também a consagração da família, já o egoísmo, “esse mesquinho e odioso sentimento”, era inglório, algo que jamais faria parte da produção divina. Os valores usados para descrever a unidade a tornava desejável, mas ela só seria alcançada por meio de uma monarquia centralizada.

Quando Porto-Alegre, o orador oficial do Instituto, em 1855, dedicou-se a fazer uma homenagem a Aureliano de Souza Coutinho, não deixou de destacar os elementos fundamentais que permitiram o enfraquecimento dos conflitos políticos nos anos em que Coutinho foi peça-chave no jogo de poder que levou D. Pedro II ao trono. A retórica aqui chega a ser descontraída para falar de um assunto tão sério, isto é, o restabelecimento da ordem, “da qual ainda saboreamos os frutos vivificadores”. Porto-Alegre destaca as “reuniões periódicas” que Aureliano fazia “em sua [própria] casa”, verdadeiros “saraos” onde duas coisas eram utilizadas para amenizar os conflitos políticos: a “presença do belo sexo” que “desarmava os

---

<sup>74</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 276-284, 1891 (1848). p. 280. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

pugilatos políticos, onde a densa e a harmonia consorciavam almas que se haviam amado e desquitado por opiniões políticas” e por ter sido o local onde pela “primeira vez apareceram os sorvetes, e estes sorvetes, Senhores, e o magnífico exemplo de sua urbanidade e gentileza, diluíram muitos ódios...”<sup>75</sup>

A retórica que conduzia o discurso que determinava a função da mulher nesse projeto nacional buscava destacá-la como um dos elementos fundamentais para a promoção da unidade. Como esposa dedicada auxilia o marido estudioso, que se sacrifica passando noites em claro para produzir um conhecimento ainda obscuro sobre a nação. Ela faz com que os homens se dedicassem à família, a primeira célula social e fundamental para passar os valores nacionais, caminho para a unidade. A união da grande “família” nacional começa na família privada.

Em 1859, era a vez de Joaquim Manoel de Macedo fazer a homenagem aos sócios falecidos. Ao comentar sobre o português Nicolao Pereira de Campos Vergueiro, destacava que “o Brasil não foi a terra do seu berço; foi porém a pátria que ele adotou de coração”,<sup>76</sup> um argumento comum para justificar a presença de estrangeiros no IHGB e outras figuras que deveriam ser honradas pelos brasileiros. Mais adiante em seu discurso, o autor de *A moreninha* traz Vergueiro para a causa do Brasil por meio de um engodo marcado por um teor sentimental: “e sua pátria não era mais a pátria em que nascera, era a terra que o nutria, que lhe dera uma esposa, e onde nasciam os seus filhos: era a terra dos mais apertados e doces aços do coração”.<sup>77</sup> A noção de pátria estava diretamente relacionada à noção de esposa e filhos, isto é, de família para os padrões da época. Desta forma, a mulher tinha um papel no patriotismo, a de contribuir para as condições de formar e cuidar de homens honrados e patriotas.

Esse fenômeno será destacado mais uma vez por Macedo ao homenagear Vergueiro, o brasileiro de coração. O orador eloquente chega à conclusão de que fatores específicos levaram Vergueiro a sobreviver quando estava moribundo

em consequência de uma congestão cerebral: sua robusta natureza, os interessantes e admiráveis cuidados de uma esposa

---

<sup>75</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. 1896 (1855). *Op. Cit.*, p. 545.

<sup>76</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. 1859. *Op. Cit.*, p. 723.

<sup>77</sup> *Ibidem.* p. 726.

modelo, e os desvelos de amigos dedicados e de um médico habilíssimo, conseguem arrancá-lo da morte e conservá-lo à pátria.<sup>78</sup>

Trata-se de uma antiga tradição que, de acordo com Marilyn Yalom, “esperava que a esposa fosse uma curandeira ou, pelo menos, cuidasse da saúde do marido”.<sup>79</sup> O casamento era, obviamente, a instituição chave para se estabelecer uma família, mas também contribuía para o progresso da nação visto que, sob os cuidados da esposa, os sábios da pátria conseguiam superar as dificuldades para, assim, prosperarem na sua gloriosa missão.

Sendo assim, a retórica associar a ideia de casamento entre o Brasil (homem) e a monarquia (mulher): “Não há separação nem divórcio possível; o Brasil e a monarquia estão unidos em eterno e sagrado consórcio; quem os uniu foi Deus; o altar foi a Constituição do Império”.<sup>80</sup> E poderia ser complementado com os filhos que seriam os brasileiros que amam seus pais, o Brasil e a monarquia.

## Conclusão

Como podemos observar as maneiras para disseminar o ideal de nação pautado em um modelo específico, precisaram determinar os lugares de cada sexo. Ou seja, a identidade nacional foi forjada por meio da classificação dos gêneros dentro da estrutura social. A posição do homem e da mulher precisava ficar clara o suficiente para determinar o papel de cada um nesse projeto.

Os membros do IHGB, ao construírem uma imagem da associação que pudesse demonstrar a função indispensável nesse projeto de poder, procuraram descrever os integrantes da casa como heróis que se dedicaram a tirar da escuridão o conhecimento que se tinha sobre a história da pátria. Essa imagem heróica, marcada pelo sofrimento e presteza, é acompanhada do homem patriota, que recebe os cuidados de uma “esposa modelo”. Sem esses cuidados, a vida desses homens estaria destinada a perecer.

---

<sup>78</sup> *Ibidem.* p. 727.

<sup>79</sup> YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: da Virgem Maria a Madona: o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 127.

<sup>80</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. 1860. *Op. Cit.*, p. 688.

Ou seja, ao mesmo tempo passiva, a mulher era indispensável nesse projeto nacional determinado pelos homens. Ela era a condição para se existir um pai provedor, um pai que ama seus filhos. O amor aos filhos e a esposa era a condição basilar para formar um cidadão patriota. Contudo, essa fábrica de formar heróis promove uma lógica baseada em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, “que confere aos homens a melhor parte”. Os homens “funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade”.<sup>81</sup> Essa violência simbólica contribuiu para a exclusão da mulher como produtora do conhecimento e de sua inclusão de forma passiva na trajetória dos heróis nacionais.

Essas ideias eram expressas nas cerimônias do IHGB, ocasiões que tinham como objetivo despertar o sentimento nacional por meio de uma retórica que misturava elementos políticos e emocionais, difundindo de forma afetiva e agradável o projeto político de centralização monárquica que se consolidou em meados dos anos 1850. O conceito de família ao lado de outros elementos capazes de estabelecer uma identificação do auditório com as teses defendidas pelos oradores da “Casa da memória nacional”, foi fundamental nessa retórica que buscava administrar o passado de modo a ter uma função política no presente.

Esse modelo de mulher acabou por prejudicar a entrada dela no mundo intelectual como produtora de conhecimento, escritora, enfim, como integrante do Instituto Histórico, principal instituição do século XIX no que se refere a uma espécie de agrupamento de sábios, ou como se chamava na época, “homens ilustres”.

## **Referência bibliográfica**

### **Documentação**

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

112ª Sessão em 14 de Setembro de 1843. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3ª Edição. Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C., p. 393-401, 1885 (1843).

---

<sup>81</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, p. 45.

Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

169ª Sessão em 17 de Julho de 1847. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo IX, Tipografia de João Ignacio da Silva, p. 288-290, 1869 (1847). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1847t0009c.pdf>. Acesso em 22/06/2011.

220ª Sessão em 25 de outubro de 1850. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XIII, 2ª edição. Tipografia João Ignacio da Silva, p. 520-521, 1872 (1850). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1850t0013c.pdf>. Acesso em 04/01/2012.

ALMEIDA, Francisco Manoel Rapozo. Oblação. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 46-49, 1891 (1848). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

BELLEGARDE, Pedro Alcântara. Necrologia do Marechal de Campo Raymundo José da Cunha Mattos. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro. 3ª Edição. Tomo I, Imprensa Nacional, p. 56-59, 1908. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em 10/03/2011.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 276-284, 1891 (1848). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *In: R.IHGB*. Rio de Janeiro, v. 20, Tomo, XX, Kraus Reprint, p. 67-95, 1973 (1857). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1857t0020c.pdf>. Acesso em 26/10/2017.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo XXI, Imprensa Nacional, p. 480-510, 1930 (1858). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1858t0021c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXII, Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, p. 704-740, 1859. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1859t0022c.pdf>. Acesso em 26/10/2017.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do 1º secretário. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo V, Imprensa Nacional, p. 458-479, 1896 (1855). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018c.pdf>. Acesso em 10/03/2015.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 10-17, 1891 (1848). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XVIII, Imprensa Nacional, p. 511-553, 1896 (1855). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018c.pdf>. Acesso em 12/08/2015.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. v. XV, Laemmert, p. 520-551, 1888 (1852). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1852t00015c.pdf>. Acesso em 15/06/2011.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Cântico elogio dedicado a Sua Majestade a Imperatriz. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 18-32. 1891 (1848). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

SERQUEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio Histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano social. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, p. 538-547, 1841. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em 13/07/2011.

VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso do presidente. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, 1891 (1848). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

## Referências Bibliográficas

### Bibliografia

ABREU, Capistrano de Abreu. **Ensaios e estudos**. 2ª Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976

ARISTÓTELES. **Arte retórica e poética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

BENDASSOLLI, Pedro F. Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder agir. **Revista mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, v. 10, p. 63-98, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad: Maria Helena Kuhner. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 123-152, 2000.

CORSI, J. *et al.* **Violência masculina em la pareja**: uma aproximação al diagnóstico y a los modelos de intervención. Buenos Aires; Barcelona; México: Paidós, 2006

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. *In*: MACHADO, Ida Lucia e MENDES, Emília. (orgs.). **As emoções no discurso**. V. 2. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 23-56.

CHARAUDEAU, Patrick. *Pathos* e discurso político. *In*: Ida Lucia Machado, William Menezes e Emília Mendes. (orgs.). **As emoções no discurso**. V. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-251.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EdUsp, 1998.

FAGUNDES, Raphael Silva. Uma nação fundada com lágrimas: uma análise da retórica nas cerimônias fúnebres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1848). **Maracanan**, n. 16, p. 209-224, 2017.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. *In*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.) **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 425-465.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848-1868). *In*: HOLANDA, Sérgio B. (dir.). **O Brasil monárquico**: reações e transações. v. 3. tomo. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 09-112.

LAVRIN, Asunción. **Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940**. Santiago, Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª Edição. Campinas: EdUnicamp, 2013.  
MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. *In*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 13-51.

- MEYER, Michel. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Lisboa: Edições 70, 2007.
- PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**: a formação de Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova Retórica. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PLANTIN, Christian. Pathos. Trad. Roselene de Fátima Coito. *In*: CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-372.
- PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- QUINTILIANO, M. Fabio. **Instituições oratórias**. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, p. 71-99, 1995.
- SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, M. Izilda S. de. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. SP: Educ, 1997.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da eloquência**. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.
- VICENT-BUFFAULT, Anne. **História das lágrimas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: da Virgem Maria a Madona: o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Recebido: 11/04/2020  
Aprovado: 24/07/2019

## AS “FAVELAS”, UMA INVENÇÃO CULTURAL E POLÍTICA: UMA ANÁLISE COMPARADA DA REPRESENTAÇÃO DA POBREZA URBANA NO RIO DE JANEIRO E EM BELO HORIZONTE (1897-1920)

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a representação social da “favela” comparando a história urbana do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte ao longo da Primeira República. A imagem da favela substituiu a do cortiço como representação da pobreza urbana no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Construindo uma escala de comparação entre as duas cidades, a análise desenvolvida no artigo complexifica a compreensão da história da informalidade urbana no Brasil. A pesquisa foi elaborada a partir de pesquisa documental em legislações municipais de postura, na imprensa e em fotografias nas duas cidades.

**Palavras-chave:** Favelas; Rio de Janeiro; Belo Horizonte.

THE “FAVELAS”, A CULTURAL AND POLITICAL INVENTION: A COMPARED ANALYSIS OF  
THE REPRESENTATION OF URBAN POVERTY IN RIO DE JANEIRO AND BELO HORIZONTE  
(1897-1920)

**Abstract:** The article analyzes the social representation of the “favela” comparing the urban history of Rio de Janeiro and Belo Horizonte during the First Republic. The image of the favela replaced that of the cortiço as a representation of urban poverty in Rio de Janeiro and Belo Horizonte. Building a scale of comparison between the two cities, the analysis developed in the article complexifies the understanding of the history of urban informality in Brazil. The research was based on documentary research in municipal legislation on posture, press and photographs in both cities.

**Keywords:** Favela; Rio de Janeiro; Belo Horizonte.

A palavra “favela” para designar a pobreza urbana no Brasil foi inventada ao longo da Primeira República (1889-1930). Na análise de historiadores, geógrafos, antropólogos e sociólogos, nas primeiras décadas do século XX, a palavra “Favela” (substantivo próprio), inicialmente usado para designar a ocupação informal do Morro da Providência na região central do Rio de Janeiro, tornou-se um substantivo comum, “favela” (grafado em minúscula), para designar a pobreza urbana. Essa transformação linguística ocorreu através de mediações de políticos, jornalistas, intelectuais, e grupos sociais que, através do novo vocábulo, substituem a representação do cortiço como símbolo político e ideológico da pobreza urbana. Ao longo do século XX, a imagem da favela ocupou a centralidade na imaginação da pobreza e informalidade urbana no Brasil, ainda que não abarcasse a

---

<sup>1</sup> Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Email: [samu\\_oliveira@yahoo.com.br](mailto:samu_oliveira@yahoo.com.br)

heterogeneidade das formas de habitar e viver identificadas com a pobreza e reprodução das desigualdades sociais.<sup>2</sup>

As análises em torno desse processo de substantivação de um novo vocábulo para a representação da pobreza urbana foram levantadas por vários pesquisadores nos anos de 1990 e 2000, destacando-se o trabalho pioneiro de Maurício de Almeida Abreu, no artigo “Uma história esquecida – origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro”,<sup>3</sup> e de Lícia do Prado Valladares, no livro *A invenção da favela*.<sup>4</sup> As pesquisas enfocam a história social do espaço urbano e da política das favelas no Rio de Janeiro, mas evitam construir comparações que agregassem outras cidades. Permanece uma lacuna e o questionamento sobre como outras localidades do Brasil incorporam a imagem da favela como representação da pobreza urbana e dos problemas habitacionais e sociais a ela associados.<sup>5</sup> Nesse artigo, analisa-se como esse processo ocorreu em Belo Horizonte, estabelecendo uma *escala de comparação* com o Rio de Janeiro e sua história.

Na história da informalidade urbana no Brasil, o comparativismo nem sempre tem sido um procedimento reivindicado: as análises dos espaços urbanos são feitas a partir da formação de um *corpus* de documentos e conceitos restritos a uma cidade ou mesmo localidade. Tentando romper com os limites desses recortes, em favor da complexificação da historiografia, o artigo entende a história comparada como um campo teórico e metodológico que envolve não só a análise

---

<sup>2</sup> ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruire une histoire oubliée – Origine e expansion initiale des favelas de Rio de Janeiro. *Genèse*, Paris, n. 16, p. 45-68, 1994; VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005; MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres! Campanhas pela construção de habitações populares e discursos sobre as favelas na Primeira República**. 2008. 275f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Os trabalhadores favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 2014.322f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>3</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*

<sup>4</sup> VALLADARES, Lícia do Prado. *Op. Cit.*

<sup>5</sup> A pesquisa de Alberto Sousa indica que, na passagem da imagem do “mocambo” para a “favela” nos debates sobre habitação popular em Recife ao longo do século XX, houveram mediações construídas nas ordens dos discursos e dispositivos de controle urbanísticos, políticos e sociais, mas um termo não aboliu a representação do outro. Cf. SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela: Recife, 1920-1990**. João Pessoa: Editora UFPB, 2003.

de países distintos, mas também a comparação entre cidades e regiões.<sup>6</sup> Como Marcel Detienne, entende-se o comparativismo como uma atividade criativa e coletiva, que envolve a construção de *escalas de comparação*, a partir de categorias singulares-plurais, que permitam apreender semelhanças, diferenças e os traços incomparáveis na história.<sup>7</sup>

Rio de Janeiro e Belo Horizonte são cidades com morfologia social e urbana distintas e ocupam *status* diferentes na comunidade nacional. Todavia, estabelecemos a representação social das “favelas” como uma *escala de comparação* que possibilita perceber a circularidade de um vocábulo do léxico urbano, e que acentua como as relações de classe, raça e cidadania se estabeleceram na República e nas modernizações urbanas do início do século XX.<sup>8</sup> A análise comparada complexifica a história social do espaço urbano e contribui para a tendência da historiografia das favelas de desconstrução dos mitos e das genealogias presentes no senso comum e nos discursos oficiais sobre as cidades. No Rio de Janeiro, o senso comum e a memória da cidade reproduzem a narrativa da gênese da primeira favela a partir da referência à ocupação do Morro da Providência pelos soldados que retornaram da guerra de Canudos em 1897, sem considerar a complexidade das transformações urbanas nas primeiras décadas do século XX.

Em Belo Horizonte, a análise comparada também ajuda a contestar o mito da primeira favela de Belo Horizonte, criado pelo geógrafo Roger Teulière no artigo “As favelas de Belo Horizonte”<sup>9</sup> e pelo historiador Abílio Barreto no *Resumo*

---

<sup>6</sup> BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 14-16.

<sup>7</sup> DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida: Ideias e Letras, 2000. p. 45-52.

<sup>8</sup> As relações entre raça, classe e cidadania na República são temas de grande complexidade na história social e política do Brasil contemporâneo. Para compreensão sobre a forma como esses temas se relacionam na construção do espaço urbano nas duas cidades em foco cf. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; FISCHER, Brodwyn. **A poverty Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro**. Stanford/Califórnia: Stanford University Press, 2008; MATTOS, Romulo Costa. *Op. Cit.*; GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões Belo Horizonte, cidade planejada**. 1991. 321f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991; OLIVEIRA, Samuel. *Op. Cit.*; PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte – séculos XIX e XX**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

<sup>9</sup> TEULIÈRES, Roger. As favelas de Belo Horizonte. **Boletim Geográfico Mineiro**, Belo Horizonte, n. 1, p. 8-30, 1957.

*histórico de Belo Horizonte*.<sup>10</sup> Esses analistas identificaram a primeira favela da cidade em 1895, e formaram um consenso que foi reproduzido na narrativa dos primeiros censos de favelas da cidade e em análises sócio-históricas posteriores. Criou-se uma narrativa das origens da favela em Belo Horizonte que se confundia com a fundação da cidade planejada, sem diferenciar as mediações políticas e sociais que envolviam a passagem da “Favela” (nome próprio) para a “favela” (substantivo comum).

Para realizar a análise comparada, a pesquisa estabeleceu um *corpus* de fontes nas duas cidades, envolvendo relatórios oficiais de órgãos de Estado, legislações urbanísticas, reportagens e imagens fotográficas. Tem como recorte o período de 1897 a 1920, demarcando a renovação da imaginação sobre pobreza urbana na Primeira República entre o fim da Guerra de Canudos e as transformações das representações das cidades, no período entreguerras, com o surgimento de planos inspirado por urbanistas que impulsionariam novos debates sobre a modernização urbana.<sup>11</sup> O artigo está dividido em três partes: duas analisam e narram a formação da imaginação da pobreza urbana no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte na passagem do século XIX para o XX, e uma terceira faz uma síntese do comparativismo, apresentada como considerações finais da análise.

### **Do cortiço à “favela”: a representação da pobreza urbana no Rio de Janeiro**

O topônimo “Favela” existiu tanto no Rio de Janeiro como em Belo Horizonte. Em 1897, soldados que retornaram da Guerra de Canudos pediram a autorização do Exército para construção de suas moradias no morro da Providência, atrás do Ministério da Guerra. O morro já era ocupado por habitações populares: em 1893, com a destruição do cortiço Cabeça de Porco, o prefeito Barata Ribeiro (1892-1893) já havia autorizado os moradores do cortiço a aproveitarem os restos da demolição para construir casas no morro; um dos donos do cortiço alugou os terrenos aos interessados em construir suas habitações naquele espaço.

---

<sup>10</sup> BARRETO, Abílio. **Resumo histórico de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

<sup>11</sup> Sobre o surgimento do “urbanismo” como ciência autônoma no entreguerras e a construção dos primeiros planos urbanísticos no Brasil sob inspiração desse novo discurso Cf. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; LEME, Maria Cristina. **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. Salvador: EdUfba, 2005.

Após a instalação dos soldados, o referido lugar ficou conhecido como Morro da Favela.<sup>12</sup> Em Belo Horizonte, os operários contratados pela Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897) construíram suas moradias no Alto da Estação, em 1895, com anuência da autoridade pública em virtude da escassez de alojamentos. O lugar foi designado como “Alto da Favela”. Os moradores dessa área foram removidos pelo poder público em 1902, sob a justificativa higienista.<sup>13</sup>

Todavia, a substantivação do termo favela ocorreu nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, com a perenidade do Morro da Favela e um processo de estigmatização das áreas de ocupação informal após a Reforma Passos. Com a demolição dos cortiços e as aberturas de avenidas no centro do Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), os morros ganharam evidência na imaginação da pobreza urbana. Segundo Valladares, depois da “ferrenha campanha contra o cortiço foi despertado o interesse pela favela, um novo espaço geográfico e social que despontava pouco a pouco como o mais recente território da pobreza”.<sup>14</sup> A promiscuidade, a insalubridade, o risco das classes perigosas, a vadiagem e outros predicados morais atribuídos ao cortiço e seus habitantes foram transferidos para as favelas. A identificação do cortiço e das favelas como problema urbano ocorreu sob o signo do higienismo: um conjunto de conhecimentos sanitários e eugenistas que inspiraram engenheiros, médicos e reformistas a proporem intervenções nas cidades com propósito de “civilizar”, higienizar, embranquecer e controlar a pobreza, a “desordem” e a estética dos espaços urbanos brasileiros.

A imagem do cortiço como representação da pobreza urbana destacou-se no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Com a progressiva extinção do cativo, experimentava-se o avanço e a generalização das relações de trabalho assalariadas no espaço urbano. O problema do custo da habitação para os trabalhadores tornava-se uma constante: o cortiço, os cômodos de aluguel, as estalagens, as vilas operárias, as “avenidas”, a ocupação dos morros e dos mangues foram soluções de moradia encontradas por escravizados, libertos e livres, e essas formas de moradia variavam com a renda e o local onde se era empregado. E, como

---

<sup>12</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*; FESSLER VAZ, Lílian. **Modernidade e moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: 7 Letras: Faperj, 2002.

<sup>13</sup> BARRETO, Abílio. *Op. Cit.*; GUIMARÃES, Berenice Martins. *Op. Cit.*

<sup>14</sup> VALLADARES, Lícia. *Op. Cit.*, p. 26.

para muitos o trabalho tinha que ser buscado diariamente na região central, onde se concentrava o comércio e a indústria, a habitação próxima ao trabalho foi uma estratégia para sobreviver no meio urbano e evitar os gastos com transporte.<sup>15</sup>

Na formação da classe trabalhadora carioca, o discurso sobre o cortiço era elástico, incorporando diferentes formas de habitar. Ele servia para culpabilizar os trabalhadores pobres pelas condições de habitação reproduzidas no tecido urbano carioca, desconsiderando o contexto de forte *déficit* habitacional. A partir de 1870, houve uma intensificação dos processos de migração e imigração para a cidade. Entre 1870 e 1890, a população cresceu em 120,2% e o número de habitações em 74,3%; entre 1890 e 1906, a população aumentou 54% e a quantidade de moradias em 16,5%. Nos períodos posteriores à Reforma Passos até a década de 1920, a população continuou a crescer, mas o aumento do número de moradias não foi suficiente para suprir o *déficit* habitacional.<sup>16</sup> Os dados sobre a população carioca (ver tabela I) são muito significativos, pois, até meados da década de 1950, o Rio de Janeiro era a maior aglomeração urbana do Brasil.<sup>17</sup>

O problema da habitação popular ganhou publicidade nas campanhas para demolição dos cortiços da região central. A superlotação, a insalubridade, os problemas relacionados às epidemias que atingiam a cidade, a baixa produtividade do trabalhador livre ou escravizado, o medo em relação às revoltas populares, o preconceito direcionado ao negro, tudo isso compôs a pauta dos debates sobre o destino dos cortiços. As iniciativas para eliminar as habitações anti-higiênicas foram várias. Em 1855, um projeto de reforma na postura municipal propunha normalizar a construção dos cortiços. Definiam-se os princípios higiênicos que deveriam ser seguidos pelos exploradores do negócio imobiliário; estabeleciam-se regras para construção e licenciamento dos cortiços. Em 1873, mais do que estabelecer normas para construção, uma nova postura interditou a construção das estalagens na região central da cidade. Após a Proclamação da República, em 1893,

---

<sup>15</sup> ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 47-58, 2003. p. 203.

<sup>16</sup> RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 181.

<sup>17</sup> Na década de 1950, o Rio de Janeiro perde essa posição para a cidade de São Paulo que crescia de forma acelerada em função da industrialização.

o primeiro prefeito do Distrito Federal, Barata Ribeiro, ordenou a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”. A ação foi notabilizada como uma operação de guerra e uma ação do poder público em benefício de uma reformulação do espaço urbano. O intento de erradicar o cortiço foi seguido em 1900, quando se publicou um decreto-lei<sup>18</sup> que proibia reformas, ampliações, reparos e pinturas nesses estabelecimentos.<sup>19</sup>

A remodelação urbana ocorrida na administração de Pereira Passos (1902-1906) foi decisiva para o destino da questão habitação popular. De um lado, a reformulação do porto, a abertura da Avenida Central, da Avenida Beira-Mar e de outras vias dinamizaram as atividades comerciais e industriais do Rio de Janeiro. Por outro lado, a Reforma Passos destruiu várias habitações coletivas. Os cortiços, que já vinham sendo proibidos na região central, foram o principal alvo do “bota-abaixo” na reforma urbana. Eles eram vistos como anti-estéticos e anti-higiênicos, sendo um empecilho à realização do plano urbanístico do prefeito. A reforma que combateu os cortiços do centro da cidade acentuou o problema da habitação e reforçou soluções de moradia populares nos subúrbios, em loteamentos próximos à linha férrea, e nos morros próximos a área central.

O prefeito Pereira Passos impôs restrições quanto à construção de moradias populares nas áreas que receberiam investimentos do poder público, mas não limitou a ocupação dos morros. No decreto nº 391 publicado em 1903, regulamentando “construções, reconstruções, acréscimo e concertos de prédios”, restringia-se a construções de chalés, estalagens, casas de madeira e avenidas (vilas) na região central e na região ao sul do centro – na orla dos bairros Glória, Flamengo e Botafogo. Quando construídas nessas regiões, as habitações populares não deveriam serem avistadas da rua, por descaracterizarem a estética que se impunha às construções no perímetro central e na Zona Sul. Esse regulamento, que continuou valendo e sendo reformulado até a década de 1930, permitia a ocupação dos morros através da construção de “casas de madeira” (Capítulo VII do decreto nº 391). Quando licenciados, os “casebres” deveriam ter uma distância de 5 metros

---

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto-lei 762, de 1 de junho de 1900.

<sup>19</sup> Sobre as transformações da imaginação social do cortiço no final do século XIX Cf. CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, p. 29-36; ABREU, Maurício. *Op. Cit.*, p. 217-220; GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Pallas, 2013. p. 27-33.

uns dos outros e possuir fundações (“baldrames de alvenaria”). Mas o licenciamento não era um problema: o regulamento liberava as construções provisórias de madeira em “morros que ainda não tivessem habitação”.<sup>20</sup>

O decreto nº 391 foi o fundamento jurídico que legitimou a expansão da autoconstrução em morros pelos trabalhadores e trabalhadoras pobres, bem como a exploração de aluguel nesses espaços. Como notaram Fessler Vaz<sup>21</sup> e Silva,<sup>22</sup> a ocupação desses espaços esteve articulada à expansão do mercado de aluguel para as classes populares.

**Tabela I - Comparativo da População do Rio de Janeiro com Belo Horizonte na primeira metade do século XX<sup>23</sup>**

Belo Horizonte		Rio de Janeiro	
Ano	Nº de habitantes	Ano	Nº de habitantes
1872	-	1872	274.972
1890	-	1890	522.651
1900	13.472	1906	811.443
1920	55.563	1920	1.157.873
1940	214.307	1940	1.764.141
1950	360.313	1950	2.377.451
1960	683.908	1960	3.281.908

Em meio à reforma urbanística de Pereira Passos e à destruição dos cortiços, colocava-se em evidência a expansão urbana nos morros no centro da cidade. Em 1905, em vista do agravamento do problema da habitação popular e da campanha que transcorria na imprensa para problematizar a intervenção do poder público, foi formada uma comissão para estudo do problema da habitação popular

<sup>20</sup> BRASIL. Decreto nº 391, de 10 de fevereiro de 1903. Regula a construção, reconstrução, acréscimo e concertos de prédios.

<sup>21</sup> FESSLER VAZ, Lílian. *Op. Cit.*

<sup>22</sup> SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

<sup>23</sup> Os dados estatísticos são baseados nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cf. IBGE. **População nos censos demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 12/07/2020.

no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.<sup>24</sup> No relatório final da comissão, reconhecia-se a necessidade de intervenção na questão habitacional, mas não eram vistas com bons olhos as iniciativas das associações mutualistas dos operários. A comissão privilegiava a ação dos empresários e industriais no investimento de construção de casas populares e propunha a intervenção do poder público para o arrasamento dos morros centrais, como medida para concretizar a obra de higienista da reforma do “Dr. Pereira Passos”. Segundo o presidente da comissão,

É mesmo admirável que tenhamos encontrado, em vários casos, quem não reconhecesse a urgência do caso. Não são, entretanto, necessárias cogitações muito profundas para calcular que, tendo sido demolidas algumas centenas de casas é forçoso que os respectivos habitantes tenham ido procurar residência em outros pontos. Eles não desapareceram com os prédios em que moravam. Convém mesmo fazer notar que as demolições a que em geral se atende são as ruas alargadas. Há outras. Há centenas de outras casas que, ou não tinham condições higiênicas, ou ameaçavam a ruína. (...)

Quando porém, as imaginações preguiçosas não seja possível evocar, em uma imagem bem nítida, a soma de toda essas demolições parciais, espalhadas pela vastidão da cidade, basta que qualquer pessoa lance os olhos para o morro do Castelo. Há nele um formigueiro humano. São milhares de casas e casinhas, em que se empilham homens, mulheres e crianças.

Ora, esse morro vai ser arrasado, arrasado em um período que não se excederá de três anos. Para onde irão esses moradores? É forçoso pensar nisso. Não se pode esconder urgência da questão.

É forçoso pensar pelo ponto de vista da higiene, porque são exatamente esses acúmulos insalubres de moradores pobres que tornam impossível a sanificação completa da cidade. Eles já são atualmente focos epidêmicos. Até hoje, porém, estavam concentrados em um ponto. Agora vão irradiar.<sup>25</sup>

A ocupação dos morros já vinha ocorrendo no século XIX, mas não era vista como um problema sanitário e habitacional – como está caracterizado no trecho acima. Em 1853, havia construções no Morro do Santo Antônio que eram consideradas “pouco sólidas”, mas elas não eram tidas como parte do problema

---

<sup>24</sup> A comissão era formada por Ataulpho Napoles Paiva (presidente), Medeiros de Albuquerque (relator), Everardo Backheuser (secretário), Milcíades Sá Freire, A. Índio Brasil, Dr. J.J. Azevedo Lima e Dr. Felipe Frederico Meyer. Cf. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro. 17/05/1906, p. 3. (Suplemento ao nº112)

<sup>25</sup> Habitações Populares – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro. 17/05/1906, p. 2. (Suplemento ao nº112).

habitacional.<sup>26</sup> Na década de 1880, as autoridades médicas recomendavam a ocupação dos morros para evitar a proliferação dos cortiços.<sup>27</sup> Dentro dessa visão, a ocupação avançou: em 1881, registra-se a ocupação do morro da *Mangueira*, *Serra Morena* e *Quinta do Caju* por imigrantes europeus; em 1893, na destruição do cortiço Cabeça de Porco, o prefeito Barata Ribeiro permitiu a utilização dos restos da demolição para se construir no morro atrás do cortiço; em 1894, após a Revolta da Armada, o *Morro do Santo Antônio* foi ocupado por soldados; em 1897, os soldados que voltavam de Canudos conseguiram a concessão do Exército para construírem moradias provisórias no *Morro da Providência*, que ficou conhecido como “Morro da Favela”; em 1898, outros soldados de Canudos conseguiram a mesma concessão para ocupar o Morro de Santo Antônio. O poder público estimulava a ocupação dos morros, não os encarando como parte do problema sanitário, mas como solução de moradia para as classes populares.<sup>28</sup>

A reforma urbana de Pereira Passos ao remodelar o centro da capital da República alterou a percepção sobre a ocupação dos morros centrais. Conforme fica claro no relatório conduzido no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, seria impossível terminar a obra de “sanificação” da cidade-capital da República sem o “arrasamento” das “casinhas” dos morros que eram tidas como insalubres e contrárias ao ideal civilizatório que se desejava construir com a reforma urbana. Para compreender a oposição à imagem de civilização, é interessante observar uma das primeiras imagens sobre os habitantes dos morros centrais do Rio de Janeiro (ver Imagem I). A fotografia servia como elemento retórico para contrapor os habitantes do morro ao modo de vida apregoado nas formas de habitação e uso do espaço da região central remodelada. O texto que precedia as fotografias já indicava essa leitura contrastante: “quem olha a Favela de longe tem, com certeza, uma impressão lisonjeira”, “mas quem sobe, desde logo, depara com essas

---

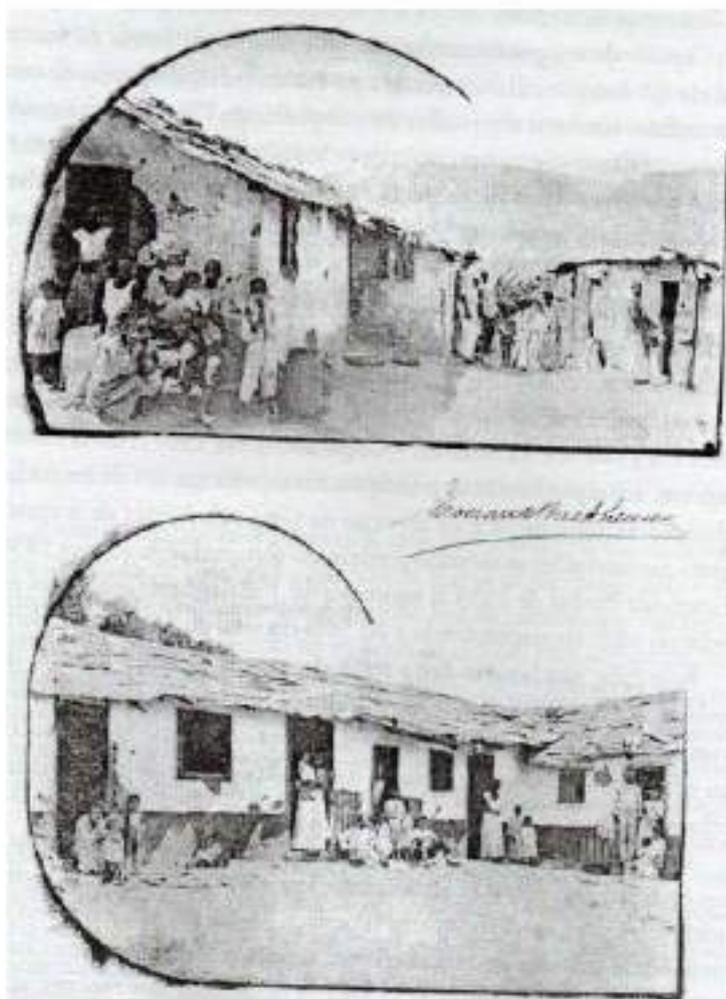
<sup>26</sup> Já existiam projetos de demolição dos morros de Santo Antônio e do Castelo tendo em vista a justificativa de ampliação do espaço de circulação no centro da cidade. Esses projetos não estavam relacionados com o problema da habitação anti-higiênica, ou da “favela”.

<sup>27</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>28</sup> A análise dessa regulamentação e sua relação com a ocupação dos morros é uma constante na literatura sobre o tema Cf. SEGALA, Lygia. **O Riscado do Balão Japonês: Trabalho comunitário da Rocinha (1977-1982)**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991; ABREU, Maurício. *Op. Cit.*; FESLLER VAZ, Lilian. *Op. Cit.*; Valladares, Lícia, *Op. Cit.*; GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*

horrendas choças figuradas nas gravuras ns. 5 e 6".<sup>29</sup>

**Imagem 1 - Fotografias do Morro da Favela<sup>30</sup>**



A imagem foi produzida por Everardo Backhauser, engenheiro e secretário da comissão de habitação popular do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O

<sup>29</sup> BACKHAUSER, Everaldo. Habitações Populares. *In*: Habitações Populares – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 17/05/1906, p. 107. (Suplemento ao nº112).

<sup>30</sup> BACKHAUSER, Everaldo. "Onde moram os pobres?". **Renascença**. Rio de Janeiro, 13/03/1905. p. 90- 91.

engenheiro foi um dos intelectuais mais ativos na campanha feita em 1905 para a construção de vilas operárias dando concessões aos empresários do setor imobiliário. Backhauser optou em dar destaque ao Morro da Favela, enfocando as famílias nas casas que destoavam do projeto construído para a região central remodelada. A fotografia servia como elemento retórico de prova de seu discurso técnico e científico sobre a promiscuidade e as más condições de higiene das habitações populares. Além disso, o enfoque na população negra era uma tentativa mostrar o Morro da Favela como contrário ao ideal de civilização:

a família negra era vista na grande imprensa como um palco propício para assassinatos e cenas de violência em geral, sendo a mãe negra portadora de baixa conduta moral. A África seria o reino do barbarismo e símbolo de inferioridade ao passo que a cor branca, por si só, era um critério de civilização.<sup>31</sup>

Diante da imagem do atraso que representava o Morro da Favela, o autor das fotografias elogiava a destruição dos cortiços da área central, mas via essa obra como incompleta. “O ilustre Dr. Passos, ativo e inteligente prefeito da cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a Favela e em breve providências serão dadas, de acordo com as leis municipais para acabar com esses casebres”. Ainda segundo Backhauser,

é interessante fazer notar a formação dessa pujante aldeia de casebres e choças no coração mesmo da capital da República, eloquentemente dizendo, pelo seu mudo contraste a dois passos da Grande Avenida, o que é esse resto de Brasil pelos seus milhões de quilômetros quadrados.<sup>32</sup>

Além da referência à campanha para eliminação dos cortiços, o livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*<sup>33</sup> (publicado em 1902), constituiu uma das matrizes da construção simbólica da representação da favela. Em 1897, o Morro da Providência foi renomeado pelos soldados de Canudos como “Favela” - espécime de

---

<sup>31</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz *apud* MATTOS, Romulo. *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>32</sup> BACKHAUSER, Everaldo. *Op. Cit.*

<sup>33</sup> CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

árvore que se encontra na região nordeste e sudeste brasileira e que dava nome a um dos morros que foi sítio da batalha contra Canudos. Entretanto, essa mudança de nome só veio ter destaque no imaginário urbano após a publicação da obra de Euclides. Após a publicação do livro, a imagem do sertão urbano tornou-se emblemática e metafórica na representação do Morro da Favela. Em 1905, no texto clássico de Everardo Backhauser “Onde moram os pobres?”, publicado na revista *Renascença* e reproduzido no relatório sobre habitação popular do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, contava-se que o Morro da Favela “nada mais é que o antigo morro da Providencia”, e “assim chamado depois da luta de Canudos, pelos soldados que lá voltaram e que, por certo, acharam o seu que de semelhança entre o reduto de fanáticos e reduto da miséria no Rio de Janeiro”.<sup>34</sup>

Os critérios geomórficos, médicos e jurídicos que definiram o sertão na obra de Euclides da Cunha serviram como alegorias para interpretação do Morro da Favela. Reproduzindo trechos de *Os Sertões*, Valladares observou que todos os critérios definidores do sertão e de Canudos incorporaram-se na descrição dos observadores/jornalistas para falar dos morros. Assim, a favela teria origem em um “crescimento urbano rápido, desordenado e precário”; teria uma “topografia” que fazia dali um verdadeiro “bastião, de acesso muito difícil”; haveria “ausência de propriedade privada”, bem como “ausência de Estado e instituições públicas”; seria “dominada por um líder carismático”; constituiria um “perigo a ordem social” republicana, mas também o lugar de uma “liberdade” que expressaria na inventividade de um povo. A vida nos morros passou então a ser representada como “um outro mundo, muito mais próximo da roça, do sertão, ‘longe da cidade’, onde só se poderia chegar através da ‘ponte’ construída pelo repórter ou cronista, levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da classe média ou da elite, não ousava subir”.<sup>35</sup>

O morro ganhava evidência como representação do “sertão urbano”, sendo espaço de construção da diferença entre o povo e as elites políticas. Segundo Lima (1998), no início da Primeira República (1889-1930), os significados da palavra sertão foram ampliados, tornando-se uma metáfora para a idealização da distância

---

<sup>34</sup> BACKHAUSER, Everardo. *Op. Cit.*

<sup>35</sup> VALLADARES, Lícia. *Op. Cit.*, p. 36.

entre as elites e o “povo real”. Os intelectuais reformadores viam-se como “messias salvadores de um povo doente, analfabeto, incapaz de ação própria, bestializados, senão definitivamente incapacitado para o progresso”.<sup>36</sup> Assim, é importante notar que a referência ao “Arraial de Canudos” servia também para designar não só o Morro da Favela, mas as áreas pobres na Rua General Severiano. Em 1902, os “barracões” ali construídos “estavam sendo chamados ‘na gíria pitoresca’ de povo de ‘Arraial de Canudos’”.<sup>37</sup>

Isso nos leva à seguinte pergunta: por que o Morro da Favela se tornou um ícone para representar a pobreza no início do século XX? Um elemento fundamental para o destaque do Morro da Favela foi sua localização. Nas proximidades da região portuária, no espaço de habitação e lazer formado em relação ao mercado de trabalho dos trapiches e da estiva dominado por negros, os moradores do morro estiveram diretamente envolvidos com a Revolta da Vacina (1904). Após a revolta contra a vacinação obrigatória exigida por Osvaldo Cruz, a crônica policial passou a associar o Morro da Favela aos vários casos de assassinatos, roubos e outros crimes ocorridos na região portuária. Mesmo quando não havia uma ligação explícita com tal localidade, fazia-se referência ao lugar. Formava-se um protocolo de leitura, ligando o “Morro da Favela” ao crime e às classes perigosas. Isso ficou gravado no título de reportagens, como na intitulada “Uma megera – Criança Espancada – na Favela”, publicada no *Correio da Manhã* em 1905.<sup>38</sup> A expectativa de violência e de contravenção a uma regra vincularam-se a uma localidade, à “Favela”.

Os jornais podiam assumir posições ideológicas distintas em relação ao regime republicano e à Revolta da Vacina, mas partilhavam da estigmatização do Morro da Favela. Fosse o *Correio da Manhã*, jornal oposicionista que foi porta-voz da desilusão com a república e do intento de transformar a Revolta da Vacina num movimento político-militar contra o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), fosse o jornal governista, como a *Gazeta de Notícias* que defendeu a punição daqueles que realizaram a “violência” contra as ações civilizatórias do prefeito

---

<sup>36</sup> LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 89.

<sup>37</sup> Arraial de Canudos, *Correio da Manhã*, 10/10/1902, *apud* MATTOS, Romulo. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>38</sup> MATTOS, Romulo. *Ibidem*. p. 106-107.

Pereira Passos e de Osvaldo Cruz, ambos participavam do processo de estigmatização do Morro da Favela. Segundo Mattos, os jornalistas partilhavam de um *habitus* cultural em que a noção de classes perigosas ligava-se aos espaços da pobreza na cidade; assim, eles projetaram sobre o Morro da Favela imagens que o associavam ao oposto dos valores cultivados na sociedade burguesa.<sup>39</sup>

O Morro da Favela tornava-se proeminente na associação aos cortiços, ao sertão ou às “classes perigosas”, destacando-se como um ícone para a compreensão das áreas de pobreza do Rio de Janeiro. De 1910 a 1920, a imprensa continuou usando o termo “Favela” com “F” maiúsculo, especificando o Morro da Providência. Contudo, teve início um processo de comparação da ocupação de outros morros com a “Favela”. Assim, noticiava-se que o bairro do Andaraí, “em outros tempos tranquilo, se transformava pouco a pouco no Morro da Favela”; do mesmo modo, em 1914, dizia-se que o Morro da Mangueira “sem dúvida alguma que já é uma Favela”.<sup>40</sup> Essas comparações foram ampliadas com o avanço das ocupações de outros morros no Rio de Janeiro no período de 1900 a 1930.<sup>41</sup> Na década de 1920, há a passagem do ícone, “Morro da Favela”, ao símbolo, “favela”. Consultando os jornais, Abreu<sup>42</sup> encontrou o termo “favela” com “f” minúsculo, indicando um substantivo comum aplicado à construção e à aglomeração de habitações populares em morros, bem como em outros espaços do subúrbio. Fala-se também de um “meio favelano” e do “faveleiro” para aduzir o comportamento do morador pobre.

A cidade do Rio de Janeiro foi central na transformação do topônimo em um ícone, e depois em um símbolo da pobreza urbana e das classes populares na República. Esse foi um processo em que a questão da habitação popular, antes discutidas através da categoria cortiço, vai ser deslocada para a questão da “favela”. Por sintetizar a habitação anti-higiênica e o risco de degradação moral das classes populares, a representação tornou-se central nas campanhas jornalísticas e

---

<sup>39</sup> *Ibidem.* p. 103.

<sup>40</sup> ABREU, Maurício de. *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>41</sup> Entre 1890 e 1900, morro da Providência e Santo Antônio; entre 1901 e 1910, Mangueira, Babilônia e Salgueiro; entre 1910 e 1920, Leme Pasmado, São Carlos e Andaraí; entre 1921 e 1930, Cabritos, Praia do Pinto e Rocinha Cf. ABREU, Maurício. *Op. Cit.*, p. 54-56; SILVA, Maria Lais Pereira da. *Op. Cit.*, p. 181.

<sup>42</sup> ABREU, Maurício. *Op. Cit.*

políticas para construção de vilas e casas operárias entre 1905 e 1920. No esteio dessas campanhas, legitimaram-se leis e projetos focados na habitação popular.<sup>43</sup>

### **Do “Alto da Favela” à vila-favela: imagens da pobreza urbana em Belo Horizonte**

A partir desse processo de substantivação da palavra “favela” no imaginário urbano carioca, devemos suspender um julgamento precipitado sobre a ocorrência do topônimo “Favela” em Belo Horizonte na forma como ele aparece na década de 1890. Na imprensa e nos relatórios de prefeitos, cortiço e “cafua” foram as categorias usadas para compreender a pobreza urbana.

A primeira ocorrência do termo favela provém da fotografia “Antiga 'Favella' de 1897” (ver Imagem 2). Ao contrário da generalização de um substantivo comum para nomear as regiões pobres da cidade, vemos aqui “Favella” como o nome próprio de um lugar – a ocupação do Alto da Estação. Essa referência singulariza a história urbana da cidade e as interpretações dela: diferentemente de outros lugares que incorporaram a forma substantivada “favela” no seu léxico urbano, na capital mineira também encontramos referências a um topônimo na década de 1890. Entretanto, devemos compreender essa imagem dentro de seu contexto social e político da fundação da nova capital do estado de Minas Gerais.

#### **Imagem 2 – Antiga Favella de 1897<sup>44</sup>**

---

<sup>43</sup> BRASIL. Dec. nº 1402, de 18 de julho de 1905. Autoriza o Prefeito a aproveitar parte das sobras de terrenos dos prédios adquiridos, com a abertura da av. Salvador de Sá, para a construção de casas de operários; BRASIL. Dec. 2407, de 18 de janeiro de 1911. Concede diversos favores às associações que se propuserem a construir casas para habitações de proletários e dá outras providências; BRASIL. Dec.4209, de 11 de dezembro de 1920. Autoriza o Poder Executivo a construir casas para operários e proletários e dá outras providências. Cf. FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – GRUPO DE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO. *Habitação popular*: inventário da ação governamental. Rio de Janeiro: FINEP-GAP, 1983; MATTOS, Romulo. *Op. Cit.*

<sup>44</sup> MELLO, Thiz G. Antiga “Favella” de 1897, [1896-1897], Fotografia em Gelatina, 16,6 x 23 cm. Museu Histórico Abílio Barreto. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. CCFot1896010.



A fotografia “Antiga Favella de 1897” monumentaliza o projeto idealizado e executado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) – comissão nomeada pelo governo de Minas Gerais que transformaria o arraial de Curral Del’Rey (distrito da cidade de Sabará que foi emancipado em 1894) na nova capital do estado, Belo Horizonte substituindo Ouro Preto. A imagem compõe o acervo do Gabinete Fotográfico da CCNC, sob guarda do *Museu Histórico Abílio Barreto*, e dialoga com uma série de outras iconografias do momento de fundação da cidade. As imagens produzidas pelo Gabinete Fotográfico da CCNC tinham como característica a oposição entre o “antigo” e o “novo”, num apagamento dos sinais ligados ao passado imperial e ao atraso da sociedade arcaica identificada com o “arraial”.

De acordo com Arruda, “como cidade planejada e construída a partir do apagamento da continuidade espaço-temporal do arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei, tudo deveria ser criado a partir do zero, inclusive sua cultura visual”.<sup>45</sup> Registrar e propagandear essas transformações físicas e sociais do espaço

---

<sup>45</sup> ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia:** La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. 2011. 274f. Tese (Doutorado em História) –

da futura capital de Minas Gerais foi uma das funções atribuídas ao Gabinete Fotográfico da CCNC – instituição que funcionou entre 1894 e 1898, demarcando um primeiro momento da prática da fotografia em Belo Horizonte. Era atribuída à imagem fotográfica a função de “civilizar”, oferecendo uma educação do olhar capaz de desvelar a urbanização do arraial Curral Del’Rey. O arraial era vinculado à vila de Sabará, centro de poder, agricultura e mineração ocupada entre os séculos XVIII e XIX. E, como salienta Pereira, a fundação de Belo Horizonte constituiu o intento de apagar os traços da “antiga” Sabará e da escravidão associada ao “atraso” colonial e imperial, e a busca pela vinculação de sua imagem à ordem do higienismo, da república e da imigração europeia – símbolos de modernidade e do projeto de embranquecimento na comunidade nacional.<sup>46</sup>

Juntamente com as plantas da cidade e os projetos arquitetônicos urbanísticos, as fotografias compunham uma representação do panorama de modificações que estavam sendo introduzidas com a edificação da nova capital. Segundo um relatório da burocracia estadual, o

*Gabinete Photographico* executou variados serviços de sua especialidade, fornecendo grande número de provas positivas, já de diversas vistas do arraial e das suas principais habitações atuais, que servirão de recordação deste arraial, quando transformado em cidade moderna”.<sup>47</sup>

A fotografia “Antiga Favella de 1897” dialogava com este paradigma da imaginação social, em que a palavra “antiga” denotava a contraposição entre aquilo deveria ceder espaço e ser destruído na construção da “nova capital”.<sup>48</sup>

É interessante notar que a fotografia era uma “prova positiva” do presente,

---

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. p. 50.

<sup>46</sup> PEREIRA, Josemeire Alves. *Op. Cit.*

<sup>47</sup> Relatório do Gabinete Fotográfico e Observatório Meteorológico sobre trabalhos realizados, 1895. **Museu Histórico Abílio Barreto**. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. CC Dt 11/004.

<sup>48</sup> Arruda, Rogério Pereira de. *Op. Cit.*; CAMPOS, Luana. **“Instantes como este seus para sempre”**: práticas e representações fotográficas em Belo Horizonte (1894-1939). 2008. 222f Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

mas também inseria o espaço num devir, anunciando transformações futuras. Realizada entre 1896 e 1897, a imagem em foco está estruturada em dois planos divididos por um acidente físico: no primeiro plano, situam-se as duas linhas férreas, a estação e dois trabalhadores; no segundo plano, um conjunto de habitações ligadas à parte baixa por uma escada. A fotografia enquadrava um lugar que foi central para a cidade edificada pela CCNC: as linhas férreas que ligavam a futura capital de Minas Gerais à Central do Brasil e que foram o espaço prioritário onde transcorria o trabalho de construção da capital e a circulação de mercadorias, materiais e pessoas. Se consultarmos a planta do arraial elaborada em 1894, veremos que as principais vias de acesso do arraial de Belo Horizonte eram as estradas de Contagem e Sabará. A circulação, a concentração de residência e as edificações religiosas ocorriam em torno do Largo da Matriz e do Largo do Rozário, que margeavam as ditas estradas. Não havia referência às linhas férreas como centralidade para o arraial de Belo Horizonte. Essa nova referência espacial decorria do processo de edificação e reforma urbana iniciada pela CCNC.

As moradias representadas na fotografia surgiram nos primeiros anos da construção de Belo Horizonte. A chegada de trabalhadores, engenheiros, empresários da construção e comerciantes levou a uma profunda alteração da dinâmica econômica e social que existia no distrito da cidade de Sabará. A falta de gêneros era algo tematizado no cotidiano, bem como as poucas habitações e condições de “conforto” para abrigar as pessoas. Ainda que a população de Belo Horizonte fosse bastante reduzida (ver Tabela I), o cenário urbano alterou-se profundamente com a chegada dos técnicos e operários para edificar a nova capital de Minas Gerais. Para suprir a carência de moradias, entre 1894 e 1897, a CCNC autorizou a construção de moradias provisórias, resultando na expansão urbana de duas regiões, o “Leitão” e o “Alto da Estação” (também identificados como “Alto da Favella” e “Favella”), e o adensamento da ocupação nos lotes já existentes. Entretanto, esses espaços construídos pelos trabalhadores foram desde cedo identificados como um lugar de “desordem”, desconectados do planejamento da nova capital de Minas Gerais.

Não há nenhum documento que explique de maneira clara o significado do topônimo “Favella” em Belo Horizonte. A fotografia nos fornece outro indício para

refletir sobre esse topônimo: o ano atribuído de “1897”. Belo Horizonte foi fundada em dezembro de 1897, dois meses após a conquista de Canudos. O topônimo “Favella” surgia no processo de comemoração da vitória republicana sobre Canudos e foi rememorada na fundação da capital de Minas. Segundo Antônio de Paula,

a condenação de Canudos como fruto do atavismo bárbaro, do apego ao arcaico que a República queria extirpar tem como contrapartida a exaltação de Belo Horizonte. A cidade planejada, higienizada, livre de toda a mácula do passado colonial, dos vícios da monarquia, uma página em branco em que seria escrita a nova história do Brasil, história do progresso, da modernização. Simétricas, têm trajetórias inversas: uma morre, outubro de 1897, ao mesmo tempo que a outra nasce, dezembro de 1897.<sup>49</sup>

Na memória da fundação da cidade, a capital do estado foi apresentada como uma vitória do regime republicano, onde se relembra o arraial de Antônio Conselheiro numa oposição à recém-fundada “Cidade de Minas”. Dessa maneira, a “Favela de Canudos e a Favela de Belo Horizonte estabelecem então a verdadeira trama, as ligações ocultas para além da estratégia da ordem”.<sup>50</sup>

A referência a Canudos, aqui, não aparece como um elemento que signifique positivamente o espaço urbano, mas reforça a dinâmica da classificação do incivilizado, daquilo que é tratado como algo ultrapassado no projeto racista e elitista de cidadania republicana. Assim, é importante observar que, após a fundação da cidade, as casas dos operários autorizadas pela Comissão Construtora da Nova Capital passaram a ser combatidas pela municipalidade, sendo vistas como um problema sanitário. Os relatórios de prefeitos nos primeiros anos são enfáticos nesse ponto. Segundo o prefeito Bernardo Monteiro, o poder público não permitirá que casa alguma situada na zona urbana fosse “habitada sem que tenha instalação sanitária e sem que seja previamente examinada pelo médico”; da mesma forma, o prefeito tinha “mandado demolir os barracões provisoriamente permitidos e que foram construídos nos pátios de diversos prédios por terem os

---

<sup>49</sup> PAULA, João Antônio de. Memória e Esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamentos. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 43-61, 1994. p. 56.

<sup>50</sup> *Ibidem*. p. 57.

mesmos se convertido em verdadeiros cortiços”.<sup>51</sup> Em 1902, Bernardo Monteiro apresentou o intento de expulsar os operários da região central da cidade. Segundo o relato do prefeito,

A transferência da população operária do centro para o bairro onde acha atualmente localizada foi tarefa difícil, que entretanto conseguiu sem reclamações nem violência. (...) Cerca de 600 cafuas no Leitão e 300 no lugar denominado Favella e em outros pontos foram removidos com uma população de cerca de 2000 pessoas para a 8ª Seção suburbana, onde fiz concessões a título provisório, para o estabelecimento destes operários, que constituem elemento indispensável ao progresso da Capital. (...) Todos estes operários estão matriculados e não podem transferir suas casas sem prévia audiência da Prefeitura. Com esta medida sua permanência se tornou segura.<sup>52</sup>

As “cafuas” e “barracos” eram vistos como elementos que não caberiam na zona central do projeto de capital de estado. Por isso, em 1902, os moradores do Leitão e da Favela foram deslocados para VIII Seção suburbana, onde os operários teriam o “título provisório” do lote e construíram a “barroca”, nome depreciativo atribuído à localidade.<sup>53</sup> Esse processo permite vislumbrar o segundo motivo da qualificação de “antigo” na fotografia: as habitações construídas pelos operários na construção de Belo Horizonte eram tidas como anti-higiênicas e anti-estéticas, contrárias ao projeto da capital do estado. O espaço que surgiu da ação dos operários que trabalhavam na construção da capital do estado era visto como algo que não participava do higienismo que se desejava imprimir no território urbano.

Após a destruição do “Alto da Favela” em 1902, não há indícios que indiquem a continuidade do topônimo em Belo Horizonte. Todavia, através da analogia com o espaço carioca, fazia-se uma aproximação, agora, entre a “área operária” para qual foram transferidos os operários da CCNC (a Seção VIII) e o “Morro da Favela” que ganhava fama no Rio de Janeiro. Em 1908, no jornal *A Rua*,

---

<sup>51</sup> MONTEIRO, Bernardo. **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas – apresentado em 19 de setembro de 1900**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900. p. 40.

<sup>52</sup> MONTEIRO, Bernardo Pinto. *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>53</sup> Até a década de 1940, estes operários permaneceram e expandiram o espaço que era identificado como “VIII Seção”, construindo os lugares de residência identificados como “Barroca” e “Barro Preto”. Os nomes remetiam a uma região estigmatizada como lugar da pobreza e do atraso, uma cidade que era feita de barro.

numa matéria intitulada “Os cortiços crescem”, criticava-se a pobreza das cafuas construídas das áreas operárias de Belo Horizonte. Estas seriam consideradas cortiços, enfatizando o risco de insalubridade para a população dos centros urbanos. Comparavam-nas também ao “Morro da Favela”: nas palavras irônicas do cronista estes territórios seriam “phalanstérios do proletariado, como no Rio, [onde] o é o morro da Favela”.<sup>54</sup> A ironia consistia na inversão do significado do termo falanstério<sup>55</sup>: ao invés de se representar uma comunidade autônoma para a construção da liberdade dos trabalhadores, servia para indicar uma localidade identificada com a pobreza que constituía uma ameaça à ordem urbana higienista da nova Capital e criava o risco de uma “contaminação” ao modo de vida dos moradores das áreas nobres. É importante que se observe que essa referência não foi dominante na imprensa, que continuou a tratar a seção VIII como área das “cafuas” e do “atraso”.

A categoria favela e a analogia com os espaços de pobreza carioca ganharam terreno no processo de expansão do tecido urbano experimentado por Belo Horizonte. Em 1919, a Prefeitura de Belo Horizonte ampliou a forma de concessão de lotes para trabalhadores. Para além da área operária na “Seção VIII”, o poder público estabeleceu a possibilidade de se delimitar terrenos fora da zona urbana para serem vendidos aos trabalhadores. Estas áreas seriam chamadas de “vilas operárias”. Nelas, permitia-se a construção de “habitações provisórias”, que no prazo de quatro anos seriam consideradas definitivas, desde que fossem obedecidas as normas de construção e fossem aprovadas pela Prefeitura.<sup>56</sup> No contexto de crescimento das décadas de 1920 e 1930 (ver Tabela I), delimitaram-se novas “vilas” em áreas suburbanas. Esta era a designação tanto para os loteamentos sem infraestrutura feitos no subúrbio e vendidos para os trabalhadores, quanto para as regiões em que o poder público concedia o direito ao operário de construir provisoriamente sua moradia.<sup>57</sup>

A categoria “favela” foi aplicada sobre as vilas que permaneceram numa

---

<sup>54</sup> A RUA, 8/01/1908, p. 2 *apud* GUIMARÃES, Berenice Martins. *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>55</sup> O termo “falanstério” refere-se ao projeto de Charles Fourier (1772-1837) que pretendia criar uma comunidade autônoma, fraterna e livre das desigualdades do capitalismo. O termo inspirou a ação de reformistas na luta política e em projetos de transformação da cidade industrial.

<sup>56</sup> BELO HORIZONTE. Lei nº 178, 6 de outubro de 1919. Autoriza a Prefeitura a criar Vilas Operárias.

<sup>57</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. *Op. Cit.*, p. 158.

situação semilegal. Nessa conjuntura, vamos encontrar as denúncias nos jornais, narrando que “agora é que principia a ser formar em Belo Horizonte esse ambiente de ‘morro’, isto é, esse agrupamento de casebres em promiscuidade, de barracões e botequins em recantos afastados e onde pululam malandros e as mundanas de baixa extração”.<sup>58</sup> Observe que o termo “morro” aparece entre aspas, indicando o procedimento analógico com o símbolo de origem carioca. A degradação moral era associada não só aos aspectos do comportamento, mas também à cor da população e seus hábitos culturais tidos como “incivilizados”.

No mesmo período em que algumas reportagens indicam o procedimento analógico, outras vão incorporar o termo de forma direta para falar de algumas vilas:

#### A Favela de Belo Horizonte

A Vila Santo André não é no Carlos Prates (...) é nos fundos do cemitério do Bomfim, mas é melhor vista do Carlos Prates. Vimo-la de longe. Uma montueira de casa bonitas e de cafuas sordidas. Ruas bem alinhadas. Um campo de futebol (...) A vila Santo André ‘a vila dos “barulhos” do “cangerê”.<sup>59</sup>

No caso acima, os “barulhos” e o “canjerê” identificavam aos instrumentos rítmicos presente nas festas, nas folias do rosário, na umbanda e no candomblé, associados à religiosidade afro-brasileira.<sup>60</sup> Classe e raça misturavam-se na construção do estigma da pobreza urbana nas favelas, numa cidade fundada sob signo do higienismo. Assim, as áreas identificadas como vilas passaram a serem vistas como regiões de degradação moral. Essa operação simbólica vai terminar por consolidar o termo “vila” associado ao termo “favela”. Em Belo Horizonte, o nome “vila” aplicava-se às aglomerações de casas nas zonas suburbanas, existindo poucas construções de casas homogêneas em torno de um pátio ou avenida, forma urbana que foi característica no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com o passar do

---

<sup>58</sup> ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 9/8/1925. p. 8.

<sup>59</sup> ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 29/10/1931, p. 8.

<sup>60</sup> Para compreender a importância das folias do rosário como espaços de lazer construído nas periferias e favelas de Belo Horizonte, remetendo a construção de um campo negro na cidade Cf. GILBRAN, Elias; MOYSÉS, Julia (org.). **Percursos do sagrado: Irmandades do Rosário de Belo Horizonte e entorno.** Belo Horizonte: Canal C, 2014.

tempo, alguns bairros que nasceram como “vilas” vão apagar essa designação, e outros passaram a estar associados à representação da favela: “decorre daí a diferenciação entre vilas e vilas-favelas, deixando as primeiras de usar, gradativamente, essa denominação”.<sup>61</sup>

Em 1951, quando o serviço de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte elabora um estudo de “desfavelamento”, ele se refere majoritariamente às vilas; no cadastro de favelas de 1955, o primeiro registro censitário das favelas da cidade, veremos vários locais com designação de “vila”. Da mesma forma, é importante notar que até 1959, a utilização do termo favela para nomear as áreas de pobreza na cidade gerava controvérsia, não havendo consenso quanto à identificação desse tipo de ocupação desde o princípio da formação de Belo Horizonte que se autorepresentava como “cidade planejada”.<sup>62</sup>

### **Considerações Finais: o comparativismo da representação da “favela” e “vila-favela”**

A imagem da favela para representar a pobreza urbana foi generalizada ao longo do século XX, como uma categoria dos discursos que abordavam a crise habitacional, a desigualdade social, a formação da sociedade urbano-industrial e a cultura popular nas cidades brasileiras. Uma palavra do léxico urbano carioca, no Rio de Janeiro que era Capital Federal da República, foi nacionalizada. Essa categoria singular-plural sugere várias escalas de comparação entre cidades e regiões brasileiras, bem como outros espaços urbanos identificados com as classes populares.

Na história da informalidade urbana no Brasil, um dos problemas analíticos pouco estudados é a maneira como cada localidade e cidade se relaciona com a imaginação social da favela. Em Belo Horizonte, um dos aspectos curiosos é a existência comum do topônimo na década de 1890. O pouco período de existência do Alto da Favela em Belo Horizonte contrasta com a continuidade do Morro da Favela que se tornou um dos ícones para se referir à habitação popular no Rio de Janeiro. Nesse sentido, pode-se distinguir a permanência do nome “Favela” na

---

<sup>61</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. *Op. Cit.*, p. 196.

<sup>62</sup> DIÁRIO DA TARDE, Belo Horizonte, 12/11/1959, Caderno 2, p. 1.

cidade carioca e a pouca perenidade deste em Belo Horizonte no início do século XX. Em segundo lugar, devemos observar a centralidade carioca no processo de substantivação de um termo que depois foi replicado para designação das áreas de pobreza na capital mineira.

É importante notar aqui que as categorias “favela” e “morro”, consolidadas na imaginação urbana carioca, ganhavam expressão em Belo Horizonte. Eram incorporadas à imaginação urbana da cidade associadas à expressão “vila”. Dois aspectos devem-se notar na trajetória dessa identificação na imprensa e esfera pública. O primeiro diz respeito à capitalidade do Rio de Janeiro. Como observou Motta, desde 1808, quando se tornou centro de poder da monarquia luso-brasileira, o Rio de Janeiro passou a se autorrepresentar como cidade-capital. Ocupou na comunidade nacional um lugar privilegiado para a imaginação da nação, orientando comportamentos e projetos de modernização.<sup>63</sup> Os símbolos de civilidade e barbárie construídos no espaço carioca tiveram repercussão e projetaram-se em outros lugares do território nacional. Este é o caso da representação da favela. Todavia, quando esses símbolos foram incorporados à cotidianos e regimes de urbanidades distintos, eles ganharam outros significados e associações.

Em segundo lugar, a comparação entre as duas cidades acentua os significados agregados ao símbolo “favela”. Antes de nomear uma forma urbana, a representação da pobreza através desse conceito designa um espaço moral no meio urbano. “Dito de outra maneira, na gênese da construção social da favela como representação coletiva parece que o núcleo de seu significado estava na dimensão físico-espacial”, qualificando de forma “patológica os territórios e moradias”, podendo ou não implicar na extensão dessas características aos moradores.<sup>64</sup> É possível ainda falar do uso rotineiro do vocábulo favela como parte da produção de um estigma nas relações sociais urbanas. Segundo Brum, “a favela, desde sua origem, já possui estigma a ela associados. Mais do que isso, os estigmas são partes essenciais para a construção do conceito de favela, estando a ela

---

<sup>63</sup> MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 9.

<sup>64</sup> MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “Problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 227.

associado de forma inexorável”. Dessa forma, “a favela é o estigma, pois aponta uma área urbana onde existem os sinais do que não deveria haver numa cidade que se queria moderna e civilizada”.<sup>65</sup>

A produção dessa categoria moral é dinâmica, devendo, portanto, ser historicizada, e estando invariavelmente ligada às diferenças de poder constituídas entre os grupos sociais numa dada configuração social urbana. Um dos traços marcantes do estigma da favela em seu processo de formação é sua associação à exclusão dos negros no pós-abolição, e sua associação ao “atraso”, à “promiscuidade” e ao esteticamente não desejado na ordem urbana “civilizada” e higienista. A produção do estigma racial foi um dos vetores centrais do discurso do higienismo e da imagem das classes perigosas veiculados na imprensa, na justificativa da repressão às classes populares e nas análises dos intelectuais que pensavam a cidade e as transformações do país. Raça e classe se entrelaçaram na construção de representações, de sociabilidades e de práticas de exclusão na formação da informalidade urbana das favelas no Brasil.<sup>66</sup>

Como categoria moral, a representação da favela oculta as diferentes formas de uso do espaço da cidade e apaga a heterogeneidade de sua composição social e dos vínculos dos indivíduos e dos grupos com as instituições que organizam a vida urbana. Reconhecer a “opacidade” dessa categoria deve nos levar à compreensão de que “as favelas não constituem unidades fixas, e tomá-las como tal significa desconhecer não apenas a sua dinâmica espacial, mas igualmente o fato de que as suas dimensões”, tanto territoriais quanto populacionais e históricas, são marcadas por grande variação.<sup>67</sup> Nesse sentido, existe um conjunto múltiplo de identidades e pertencimentos constituídos pelos moradores em suas relações de proximidade e

---

<sup>65</sup> BRUM, Mário. **Cidade Alta**: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional no Rio de Janeiro. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. p. 50.

<sup>66</sup> Sobre a relação entre classe e raça no espaço urbano Cf. PINTO, Luis Costa. **O negro no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996; CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; FISCHER, Brodwyn; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. Direito, Silêncio e racialização das desigualdades na História Afro-Brasileira. In: ANDREWS, George; LA FUENTES, Alejandro (org.). **Estudos Afro-latino-americanos, uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 163-215; PEREIRA, Josemeire Alves. *Op. Cit.*

<sup>67</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. **A favela fala**: depoimentos ao CPDOC. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 25.

distância com instituições econômicas, sociais e políticas que atuam tanto dentro quanto fora das localidades/territorialidades urbanas identificadas como “favela” ou “vila-favela”.

## Referências Bibliográficas

### Documentação

A FAVELA de Belo Horizonte. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29/10/1931, p.8. BACKHAUSER, Everaldo. "Onde moram os pobres?". **Renascença**, Rio de Janeiro, 13/03/1905. p. 90- 91.

BACKHAUSER, Everaldo. Habitações Populares. *In: Habitações Populares – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 17/05/1906, p. 107. (Suplemento ao nº 112).

BELO HORIZONTE. Lei nº 178, 6 de outubro de 1919. Autoriza a Prefeitura a criar Vilas Operárias.

BRASIL. Decreto nº 391, de 10 de fevereiro de 1903. Regula a construção, reconstrução, acréscimo e concertos de prédios.

BRASIL. Decreto-lei 762, de 1 de junho de 1900. Reforma, ampliação e reparo nas estalagens.

DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte, 12/11/1959, Caderno 2, p.1.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 9/8/1925. p.8.

Habitações Populares – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 17/05/1906, p. 2. (Suplemento ao nº 112).

IBGE. **População nos censos demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 12/07/2020.

MELLO, Thiz G. Antiga “Favella” de 1897, [1896-1897], Fotografia em Gelatina, 16,6 x 23 cm. **Museu Histórico Abílio Barreto**. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. CCFot1896010.

MONTEIRO, Bernardo. **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas – apresentado em 19 de setembro de 1900**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900.

Relatório do Gabinete Fotográfico e Observatório Meteorológico sobre trabalhos realizados, 1895. **Museu Histórico Abílio Barreto**. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. CC Dt 11/004.

## **Bibliografia**

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruire une histoire oubliée – Origine e expansion initiale des favelas de Rio de Janeiro. **Genèse**, Paris, n. 16, p. 45-68, 1994.

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 47-58, 2003.

ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897**. 2011. 274f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARRETO, Abílio. **Resumo histórico de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014

BRUM, Mário. **Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional no Rio de Janeiro**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, Luana. **“Instantes como este seus para sempre”**: práticas e representações fotográficas em Belo Horizonte (1894-1939). 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida: Ideias e Letras, 2000.

FESSLER VAZ, Lílian. **Modernidade e moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras: Faperj, 2002.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – GRUPO DE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO. **Habitação popular**: inventário da ação governamental. Rio de Janeiro: FINEP-GAP, 1983.

FISCHER, Brodwyn. **A poverty Rights**: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro. Standford/Califórnia: Standford University Press, 2008.

FISCHER, Brodwyn; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. Direito, Silêncio e racialização das desigualdades na História Afro-Brasileira. *In*: ANDREWS, George; LA FUENTES, Alejandro (org.). **Estudos Afro-latino-americanos, uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 163-215.

GILBRAN, Elias; MOYSÉS, Julia (org.). **Percursos do sagrado**: Irmandades do Rosário de Belo Horizonte e entorno. Belo Horizonte: Canal C, 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: História e Direito. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Pallas, 2013.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões Belo Horizonte, cidade planejada**. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

LEME, Maria Cristina. **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. Salvador: EdUfba, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “Problema da favela”. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 221-237.

MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres! Campanhas pela construção de habitações populares e discursos sobre as favelas na Primeira República**. 2008. Tese 275f. (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PAULA, João Antônio de. Memória e Esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamentos. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 18, p. 43-61, 1997.

PINTO, Luis Costa. **O negro no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996;

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Os trabalhadores favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 2014. 332f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação

de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz Ribeiro; PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte – séculos XIX e XX**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SEGALA, Lygia. **O Riscado do Balão Japonês: Trabalho comunitário da Rocinha (1977-1982)**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela: Recife, 1920-1990**. João Pessoa: Editora UFPB, 2003.

TEULIÈRES, Roger. As favelas de Belo Horizonte. **Boletim Geográfico Mineiro**, Belo Horizonte, n. 1, p. 8-30, 1957.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005

Recebido: 12/05/2020

Aprovado: 06/07/2020

## A ATMOSFERA DE UMA ÉPOCA: UM DIÁLOGO ENTRE OS PENSAMENTOS DE LUDWIK FLECK E MARC BLOCH

Claudia Smuk da Rocha<sup>1</sup>  
Iône Inês Pinsson Slongo<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo procura estabelecer um diálogo entre a epistemologia do médico e filósofo polonês Ludwik Fleck (1896-1961) e a teoria do historiador francês Marc Bloch (1886-1944), por meio de uma análise comparativa das obras fundamentais destes pensadores: *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* e *Apologia da História, ou O ofício de historiador*, respectivamente. O cotejar do pensamento dos dois autores busca por possíveis aproximações e distanciamentos entre as suas teorias do conhecimento. Este exercício comparativo evidencia, principalmente, as semelhanças na concepção de ciência, na formulação de conceitos e na utilização de determinadas categorias analíticas, a partir do que é possível argumentar, à luz da epistemologia fleckiana, que a convergência é fruto do compartilhamento do estilo de pensamento sociológico e de outros pressupostos da ciência moderna renovadora, construídos a partir do século XX.

**Palavras-chave:** Epistemologia de Fleck; Teoria da História de Bloch; Análise comparativa.

### THE ATMOSPHERE OF AN EPOCH: A DIALOGUE BETWEEN THE THOUGHTS OF LUDWIK FLECK AND MARC BLOCH

**Abstract:** This article tries to establish a dialogue between the epistemology of the polish doctor and philosopher Ludwik Fleck (1896-1961) and the theory of the french historian Marc Bloch (1886-1944), through a comparative analysis of the fundamental works of these thinkers: *Genesis and development of a scientific fact* and *Apology of History, or The office of historian*, respectively. Comparing the thoughts of the two authors seeks possible approximations and distances between their theories of knowledge. This comparative exercise shows, mainly, the similarities in the conception of science, in the formulation of concepts and in the use of certain analytical categories, from what is possible to argue, in the light of the fleckian epistemology, that the convergence is the result of the sharing of the sociological style of thought and other presuppositions of renovating modern science, built from the 20<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Fleck's Epistemology; Bloch's Theory of History; Comparative analysis.

### Introdução

Da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX, o mundo passou por uma revolução científica, na qual se destacaram, entre outras, importantes descobertas no campo da química (o elétron, o efeito Zeeman, o raio x e a radioatividade) e da física (a eletricidade, o eletromagnetismo, a teoria da relatividade), a teoria evolucionista de Darwin na área das Ciências Biológicas e o

<sup>1</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó. Email: [smukdarocha@gmail.com](mailto:smukdarocha@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó. Email: [ione.slongo@uffs.edu.br](mailto:ione.slongo@uffs.edu.br)

materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Marx, na Filosofia.<sup>3</sup> Na esteira desta revolução, este artigo procura abordar as contribuições de dois pensadores, um da área das Ciências da Saúde e outro das Ciências Humanas, que viveram neste contexto. Um deles é Ludwik Fleck (1896-1961), médico e pesquisador polonês, do campo da microbiologia, imunologia, bacteriologia e da filosofia da ciência. O outro é Marc Bloch (1886-1944), historiador medievalista francês, que também refletiu sobre os métodos historiográficos.

A possibilidade de diálogo entre os pensamentos de Fleck e Bloch se tornou perceptível na construção da fundamentação teórica de uma pesquisa<sup>4</sup> que articulou os campos da Educação e da História, buscando apoio epistemológico em Fleck. Tal revisão bibliográfica permitiu o contato com o estudo de Georg Otte, que apontou aproximações e distanciamentos entre o pensamento de Fleck e o do filósofo alemão Walter Benjamin.<sup>5</sup> O exercício realizado por Otte serviu de inspiração para o estudo comparativo entre as ideias de Fleck e Bloch, sendo que a relevância deste diálogo se ampliou quando, na mencionada revisão bibliográfica, a ausência de um estudo comparativo sobre o pensamento dos dois autores foi evidenciada.

Outro fator que reforçou a possibilidade de diálogo entre Fleck e Bloch foi uma das características da abordagem epistemológica de Fleck, que é a valorização da História e a sua utilização enquanto método. Fleck destacou que

[...] não conseguimos deixar para trás o passado – com todos os seus erros. Ele continua vivo nos conceitos herdados, nas abordagens dos problemas, nas doutrinas das escolas, na vida cotidiana, na linguagem e nas instituições. Não existe geração espontânea (*Generatio spontanea*) dos conceitos; eles são, por assim dizer, determinados pelos seus ancestrais. O passado é muito mais perigoso, isto é, só é perigoso quando os vínculos com ele permanecem inconscientes e desconhecidos.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> CHASSOT, Ático. **A ciência através dos tempos**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

<sup>4</sup> ROCHA, Claudia Smuk da. **O estado do conhecimento sobre o Ensino de História na EJA: um estudo a partir dos Anais dos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) 1961-2015**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

<sup>5</sup> OTTE, Georg. Fato e pensamento em Ludwik Fleck e Walter Benjamin. In: CONDÉ, Mauro Lúcio L. (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012. p. 109-119.

<sup>6</sup> FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. p. 61.

Os pressupostos científicos da História, construídos a partir do século XIX, tiveram forte influência das ciências exatas e naturais. Com a crise da ciência “clássica”, no início do século XX, em função da teoria einsteiniana, os pressupostos das ciências humanas e sociais também entraram em colapso. Isso se deu pelo “[...] questionamento mais ou menos extenso das categorias e extrapolações elaboradas a partir da física newtoniana e da arquitetura filosófica do idealismo [...]”.<sup>7</sup> No caso da História, a crise afetou a abordagem chamada de historicismo, um enfoque factual e linear da História, com uma concepção determinista da mesma.

Contribuindo para uma melhor compreensão das transformações nos pressupostos da ciência histórica, Cardoso ofereceu uma classificação das diversas correntes da epistemologia da História, de acordo com suas especificidades teóricas e metodológicas, categorizando-as em três modalidades básicas de estilos epistemológicos: as posturas reconstrucionista, construcionista e desconstrucionista. O historiador alertou, no entanto, para as características não rígidas dessa classificação, já que se referem a “[...] um ambiente de historiadores que, além de mutável no tempo, apresenta trocas e influências”.<sup>8</sup>

Elencadas na abordagem epistemológica reconstrucionista situam-se as teorias da História que predominaram no século XIX, tendo como método o empirismo indutivo. O construcionismo, por sua vez, corresponde aos modelos explicativos racionalistas construídos a partir da segunda metade do século XIX, e que predominaram até a década de 1960. Esta modalidade, segundo Cardoso (2012), tem como pressuposto que o historiador, enquanto sujeito cognoscente, constrói um conhecimento possível – não absoluto – do passado, concebido a partir de um problema do presente e analisado pelo método dedutivo. Já o desconstrucionismo é uma postura epistemológica influenciada pelo pensamento

---

<sup>7</sup> WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da História: algumas questões. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 147-169, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1943>. Acesso em 16/02/2016. p. 147.

<sup>8</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-19. p. 3.

pós-moderno, difundido a partir da década de 1970 e que mantém “[...] o foco para as estruturas discursivas [...]”.<sup>9</sup>

Esta classificação contribuiu para validar o diálogo entre os dois autores, uma vez que tanto Fleck como Bloch problematizaram pressupostos da ciência moderna conservadora, linear, rígida e pautada no conhecimento neutro, na quantificação, nos testes empíricos e no rigoroso determinismo. Especialmente no Século XX estes valores e ideias foram fortemente confrontados por filósofos, epistemólogos e historiadores, ressignificando o fazer científico como uma atividade humana, não neutra e produtora de verdades históricas, desestabilizando assim, os valores herdados da ciência moderna “clássica”, desenvolvida entre os séculos XVI e XIX.

Bloch, um dos fundadores do periódico que deu origem ao movimento historiográfico conhecido como Escola dos *Annales*, se insere na modalidade epistemológica construcionista. Fleck, por sua vez, desenvolve sua teoria da ciência a partir de uma abordagem construtivista, sociologicamente orientada. Portanto, o construcionismo e construtivismo social são abordagens convergentes, à medida que endossam a impossibilidade de percepção direta da realidade objetiva, ressaltando que a realidade só é conhecida pela mediação social.

Partindo desta hipótese, busca-se responder à pergunta: que aproximações e distanciamentos são possíveis entre os pressupostos científicos, conceitos e categorias fundamentais da epistemologia de Ludwik Fleck e a teoria da História de Marc Bloch?

Assim, em um primeiro momento, o artigo aborda a biografia de Fleck e os aspectos essenciais de sua teoria do conhecimento. Os pressupostos da epistemologia fleckiana apresentados constituem a lente pela qual este estudo procura identificar e analisar as aproximações e/ou distanciamentos entre o pensamento dos dois autores.

Fleck desenvolveu uma “teoria comparada do conhecimento”, baseada no método da análise histórico-epistemológica. Ao explicar como se dá o processo do

---

<sup>9</sup> VAINFAS, Ronaldo. Conclusão: avanços em xeque, retornos úteis. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 319-335. p. 319.

conhecimento, entre outros aspectos, acrescentou à tradicional relação sujeito e objeto um terceiro elemento que atua no processo cognoscitivo, o estado do conhecimento, próprio de uma época e lugar. Segundo o autor, “Todos os caminhos de uma teoria fecunda do conhecimento desembocam no conceito de estilo de pensamento, cujas variantes podem ser comparadas e estudadas enquanto resultado de um desenvolvimento histórico”.<sup>10</sup>

Na epistemologia de Fleck, o conceito de “estilo de pensamento” é adstrito a outro, o de “coletivo de pensamento”. Ambos só existem na relação e, enquanto “estilo de pensamento” consiste em uma rede de conceitos e pressupostos que orientam formas de perceber, pensar e agir, que se modificam ao longo da história e são socialmente condicionados, o “coletivo de pensamento” é o portador destes modos de conceber e atuar que compõem o estilo.

O desenvolvimento histórico dos saberes efetiva-se no constante intercâmbio entre os indivíduos por meio do que denomina de “circulação intracoletiva e intercoletiva de ideias”. A evolução da ciência é resultado destas influências<sup>11</sup> recíprocas, que favorecem a emergência de novos problemas de pesquisa. Deste modo, sua epistemologia orienta-se por uma perspectiva histórica e sociológica.

Assim, especialmente as categorias epistemológicas “estilo de pensamento”, “coletivo de pensamento” e “circulação intracoletiva e intercoletiva de ideias” orientaram a construção das categorias analíticas do estudo comparativo aqui relatado.

Em um segundo momento, paralelamente à apresentação de dados biográficos e da carreira acadêmica de Bloch, o artigo ressalta aspectos comuns e particularidades na trajetória de vida de Fleck e Bloch, e logo parte para a análise comparada dos seus pensamentos e das concepções de ciência, debruçando-se

---

<sup>10</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 149.

<sup>11</sup> A utilização da noção de “influência” ao longo do texto adota o sentido de um elemento constitutivo do “estilo de pensamento”, fruto da circulação de ideias, no significado mais elementar do termo, ou seja, o do efeito da ação que um indivíduo ou ideia exerce sobre outros. Para Fleck, *Op. Cit.*, p. 49, “Existe um vínculo no estilo de todos – ou muitos – conceitos de uma época, vínculo que consiste em uma influência mútua. Por isso, pode-se falar num estilo de pensamento (*Denkstil*) que determina o estilo de todo conceito”.

especialmente nas obras fundamentais – *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* e *Apologia da História, ou O ofício de historiador*, respectivamente.

Neste momento, como suporte metodológico adotou-se a análise de conteúdo em sua técnica mais comum que é a análise categorial, consistindo em “[...] operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”.<sup>12</sup> Tal procedimento proporcionou a construção de algumas categorias analíticas, fundamentadas teoricamente em Fleck, com o propósito de conhecer a relação sincrônica entre as obras e as conjunturas em que foram produzidas, bem como as aproximações e distanciamentos de concepções científicas dos autores, ressalvadas as especificidades de cada área do conhecimento em que atuaram.

As categorias analíticas que emergiram do exercício comparativo foram: trajetórias de vida, presença do pensamento sociológico, concepção de fato científico, atuação de acordo com a “atmosfera de uma época”, compreensão da categoria tempo, intercâmbio de ideias, linguagem e nomenclatura, importância da Psicologia e o caráter coletivo da construção do conhecimento. Os dados assim organizados e analisados evidenciaram, principalmente, a aproximação entre as teorias dos autores, guardados alguns distanciamentos pontuais na construção e abordagem de seus modelos teóricos.

### **Breves apontamentos sobre a vida e a obra de Ludwik Fleck**

Ludwik Fleck nasceu em 1896, na cidade de Lwów, na Galícia polonesa, quando esta se encontrava sob o domínio austro-húngaro.<sup>13</sup> Em 1919 a localidade passou a pertencer à Polônia. Na Segunda Guerra Mundial, foi ocupada pelos soviéticos em 1939, e pelos alemães, em 1941. Com o fim da guerra, passou a fazer parte da República Socialista Soviética da Ucrânia. Desde 1991, com o fim da União Soviética, pertence à Ucrânia, e no idioma local recebe a grafia Lviv.

Fleck, aos dezoito anos, “Em 1914, matriculou-se no curso de medicina na Universidade Jan Kazimierz, que concluiu com o doutorado em clínica geral, depois

---

<sup>12</sup> BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. p. 153.

<sup>13</sup> SCHÄFER, Lothar; SCHNELLE, Thomas. Fundamentação da perspectiva sociológica de Ludwik Fleck na teoria da ciência. In: FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. p. 1-36. p. 3.

de uma interrupção devido ao serviço militar na Primeira Guerra Mundial”.<sup>14</sup> Desde então, já tinha inclinações para a microbiologia, e em 1920 passou a atuar na área, inicialmente como assistente de Rudolf Weigl, um renomado pesquisador especialista em tifo.

A origem judaica foi um fator que influenciou sobremaneira a vida de Fleck, embora ele não tenha sido criado em uma família religiosa e “[...] não falava uma palavra de hebraico”.<sup>15</sup> Fleck foi obrigado a abandonar importantes cargos que alcançou em Lwów, em função da ocupação alemã. Foi levado pela organização paramilitar nazista SS para um gueto judeu da cidade, juntamente com sua esposa e filho. “Por ocasião de epidemia de tifo no gueto, para a qual não havia vacina disponível, ele desenvolveu um novo procedimento mediante o qual conseguia extrair vacina da urina dos infectados”.<sup>16</sup> Quando a SS descobriu o feito de Fleck, obrigou-o a trabalhar em seus laboratórios, inclusive nos campos de concentração de Auschwitz e Buchenwald. Neste último, juntamente com outros prisioneiros, Fleck realizou uma ação admirável, que consistiu em fabricar um placebo da vacina contra o tifo para apresentar à SS, enquanto que as vacinas com eficácia foram destinadas aos presos do campo.

Fleck, sua esposa e seu filho conseguiram sobreviver ao holocausto. Depois de liberto, passou por um período de reabilitação e retornou às atividades na Universidade de Medicina de Lublin, com as pesquisas em microbiologia. A partir de 1946, trabalhou em diferentes Instituições e foi um sujeito histórico ativo na busca de justiça contra os crimes nazistas.<sup>17</sup> Em 1957 mudou-se para Israel, onde assumiu outros cargos, até seu falecimento, em 05 de junho de 1961, aos 65 anos, em virtude de um segundo infarto.

Na sua trajetória, Fleck também se ocupou em refletir sobre a natureza da atividade científica. No período entre 1926 e 1946 ele expressou, através de um conjunto de artigos e de uma monografia, ideias inovadoras sobre a ciência,

---

<sup>14</sup> *Ibidem*. p. 4.

<sup>15</sup> FEHR, Johannes. Ludwik Fleck – Sua Vida e Obra. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck**: estilos de pensamento na ciência. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012. p. 35-50. p. 36.

<sup>16</sup> SCHÄFER; SCHNELLE, *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>17</sup> Segundo SCHÄFER; SCHNELLE, *Op. Cit.*, p. 6, “Em 1948, Fleck assistiu ao processo da *IG-Farben* em Nuremberg, depondo, na qualidade de perito, sobre as experiências com as diversas novas vacinas de tifo fabricadas pela *IG-Farben*, aplicadas em prisioneiros artificialmente infectados no bloco 46 do campo de Buchenwald”.

desenvolvendo uma epistemologia própria, sob a influência da Escola Polonesa de Filosofia da Medicina.<sup>18</sup> A monografia foi publicada originalmente em alemão em 1935, traduzida para o inglês em 1979, para o espanhol em 1986 e para o português em 2010, sob o título *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Entretanto,

Embora muito relevante, a contribuição à teoria da ciência trazida por Fleck, foi praticamente negligenciada à época. Em parte, isso se deu por dificuldades como as trazidas pela Segunda Guerra, mas, sobretudo, pela originalidade das ideias contidas na obra.<sup>19</sup>

A obra “[...] aborda dois complexos de temas: no primeiro, o autor observa um estudo de caso da história da medicina, a saber, o desenvolvimento do conceito de sífilis. A partir daí, no segundo, examina suas deduções epistemológicas”.<sup>20</sup> Com esta análise histórico-epistemológica, Fleck trouxe importantes contribuições, tais como as concepções do condicionamento histórico/social do conhecimento e do caráter coletivo da pesquisa científica, sobre as quais atuam as forças sociais. Nela

Fleck trabalha, à semelhança de outros epistemólogos, o modelo interativo do processo de conhecimento, subtraindo, portanto, a neutralidade do sujeito, do objeto e do conhecimento, afinando-se claramente com a concepção construtivista da verdade. O conhecimento a que se refere está intimamente ligado a pressupostos e condicionamentos sociais, históricos, antropológicos e culturais e, à medida que se processa, transforma a realidade.<sup>21</sup>

A organização das comunidades científicas se dá, segundo Fleck, por meio de unidades sociais, as quais ele denominou “coletivos de pensamento”. A dinâmica científica, por sua vez, ocorre em função da extensão e transformação dos “estilos de pensamento” vinculados a tais grupos de pesquisadores com interesses em

---

<sup>18</sup> LÖWY, Ilana. Fleck no seu tempo, Fleck no nosso tempo: Gênese e desenvolvimento de um pensamento. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012. p. 11-33. p. 14.

<sup>19</sup> CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Apresentação. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012. p. 7-9. p. 7.

<sup>20</sup> SCHÄFER; SCHNELLE, *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>21</sup> DELIZOICOV, Demétrio; et al.. Sociogênese do conhecimento e pesquisa em ensino: contribuições a partir do referencial fleckiano. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 19, n. especial, p. 52-69, jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/10054>. Acesso em 12/09/2015. p. 56.

comum. Ele ressaltava, entretanto, que os “estilos de pensamento” resultam do desenvolvimento histórico dos saberes e que são socialmente condicionados, constituindo uma rede de conceitos e pressupostos, formas de pensar e agir característicos, que estão em constante intercâmbio entre os indivíduos pertencentes a um mesmo “coletivo de pensamento”, assim como entre membros de coletivos distintos.

Em seu aspecto gnosiológico, a teoria de Fleck se caracteriza pela flexibilização dos nexos entre o sujeito cognoscente e o objeto a ser conhecido, rompendo com a polarização apresentada, por um lado, pelos empiristas, que viam todo o potencial do conhecimento no objeto, e de outro, pelos racionalistas, que atribuíam essa virtude de conhecer exclusivamente ao sujeito. Como observou Slongo, Fleck “Ressignificou a relação cognoscitiva, acrescentando à tradicional díade sujeito-objeto o ‘estado do conhecimento’, um terceiro fator que atua no processo do conhecimento e procede das relações históricas, sociais e culturais”.<sup>22</sup>

A epistemologia de Fleck preconiza que a ciência se estrutura a partir da organização social dos indivíduos, não sendo uma simples soma deles e do resultado de suas investigações, mas sim, um trabalho organizado de forma cooperativa. O que une esses grupos são pressupostos compartilhados, problemas de pesquisa comuns, fundamentados em uma motivação social.

Para melhor explicar essa relação, o autor cunhou os conceitos de “coletivo de pensamento” e de “estilo de pensamento”. “O primeiro designa a unidade social da comunidade de cientistas de uma disciplina; o segundo, os pressupostos de pensamento sobre os quais o coletivo constrói seu edifício de saber”.<sup>23</sup> Um coletivo de pensamento se forma “[...] quando duas ou mais pessoas trocam ideias: são coletivos momentâneos ou casuais de pensamento, [...] neles também surge uma predisposição (*Stimmung*) peculiar, [...] que volta com frequência assim que determinadas pessoas se reúnem”.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> SLONGO, Iône Inês Pinsson. **A produção acadêmica em Ensino de Biologia**: um estudo a partir de teses e dissertações. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. p. 101.

<sup>23</sup> SCHÄFER; SCHNELLE, *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>24</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 154.

Já a categoria estilo de pensamento se constitui como a mais ampla, diretamente ligada à primeira, sendo que ambas não podem ser desvinculadas. A natureza de um estilo de pensamento e suas características gerais são as seguintes:

O estilo de pensamento, assim como qualquer estilo, consiste numa determinada atmosfera (*Stimmung*) e sua realização. Uma atmosfera (*Stimmung*) possui dois lados inseparáveis: ela é a disposição (*Bereitschaft*) para um sentir seletivo e para um agir direcionado correspondente. Ela gera as formas de expressão adequadas: religião, ciência, arte, costumes, guerra etc, de acordo com a predominância de certos motivos coletivos e dos meios coletivos investidos. Podemos, portanto, *definir o estilo de pensamento como percepção direcionada em conjunção com o processamento correspondente no plano mental e objetivo*. Este estilo é marcado por características comuns dos problemas, que interessam a um coletivo de pensamento; dos julgamentos, que considera como evidentes e dos métodos, que aplica como meios do conhecimento. É acompanhado, eventualmente, por um estilo técnico e literário do sistema do saber.<sup>25</sup>

Os conceitos de coletivo e estilo de pensamento são generalizáveis a diversas esferas da vida social e às diferentes áreas de organização do conhecimento. Para tanto, Fleck demonstrou a existência de uma “estrutura universal do coletivo de pensamento”, classificando-a em círculos “esotéricos”, aos quais pertencem os especialistas na área, os produtores do pensamento especializado, e os círculos “exotéricos”, onde se situam os “leigos instruídos”, os “leigos” e a “opinião pública”. Conforme definiu Fleck,

Essa estrutura universal do coletivo de pensamento consiste no seguinte: em torno de qualquer formação do pensamento, seja um dogma religioso, uma ideia científica ou um pensamento artístico, forma-se um pequeno círculo esotérico e um círculo exotérico maior de participantes do coletivo de pensamento. Um coletivo de pensamento consiste em muitos desses círculos que se sobrepõem, e um indivíduo pertence a vários círculos exotéricos e a poucos círculos esotéricos. Existe uma hierarquia gradual de iniciação e muitos fios que ligam tanto cada um dos níveis, quanto os diversos círculos. O círculo exotérico não possui uma relação imediata com aquela formação de pensamento, mas apenas através da intermediação do círculo esotérico.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 149, grifos do original.

<sup>26</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 157.

Na circulação intracoletiva de ideias, Fleck apontou a existência de uma influência de “acoplamentos coercitivos”. Tais acoplamentos induzem os membros do coletivo a aderir a um “sistema de opinião”. No trânsito do conhecimento, os “[...] coletivos de pensamento constroem sistemas de opinião que reclamam para si a explicação ampla de seu objeto de estudo. Quanto mais fortes esses estilos de pensamento, tanto mais sugestivo seu poder sobre os membros do coletivo”.<sup>27</sup> Conforme aumenta a estabilidade do coletivo e de seu estilo de pensamento, os sistemas de opinião adquirem uma “tendência à persistência”, dando pouca atenção aos fatos ou fenômenos que constituem exceções, refutando as contradições apresentadas.

Esse comportamento seria característico do que Fleck chamou de “harmonia das ilusões”, a primeira etapa da dinâmica científica: a “instauração de um estilo de pensamento”, quando a ciência adquire *status* de clássica. Em um segundo momento, o coletivo trabalha para desenvolver o pensamento dominante, etapa que Fleck chamou de “extensão do estilo de pensamento”, onde ocorre a expansão dos problemas de pesquisa.

Contudo, quando os pressupostos que mantém a “harmonia das ilusões” são abalados, por contestação ou por outras descobertas, inicia a terceira fase da dinâmica científica, marcada por “complicações”, quando surgem evidências da “[...] exaustão de um estilo de pensamento, que se manifesta pela perda do ‘ver formativo’[...]; o coletivo de pensamento toma consciência das exceções, o que pressupõe mudança de pensamento, que resulta na construção de novos fatos científicos”.<sup>28</sup> Este movimento implica na transformação de um estilo de pensamento.

### **Trajetórias de vida e o pensamento sociológico**

O historiador francês Marc Bloch foi contemporâneo de Fleck, tendo nascido uma década antes, em 1886. Em 1944 redigiu sua crítica do método historiográfico, que resultou na obra *Apologia da História, ou O ofício de*

---

<sup>27</sup> SCHÄFER; SCHNELLE, *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>28</sup> SLONGO, *Op. Cit.*, p. 107.

*historiador*.<sup>29</sup> Embora Bloch e Fleck não tenham sido interlocutores e não se tenha conhecimento de provas de que soubessem da existência um do outro, o fato de terem sido homens de uma mesma época aponta para a possibilidade de uma análise comparativa de seus pensamentos.

O ponto de partida desta tentativa de diálogo é o fato de que os dois pensadores foram precursores na introdução de novos enfoques para os objetos de suas ciências. Fleck “Hoje é considerado na Europa como pioneiro na abordagem construtivista, interacionista e sociologicamente orientada sobre história e filosofia da ciência”,<sup>30</sup> ao passo que Bloch, em parceria com o historiador francês Lucien Febvre, fundou em 1929 a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, “[...] publicação essa que daria origem a todo um movimento de renovação na historiografia francesa e que está na base do que hoje chamamos de ‘Nova História’”.<sup>31</sup>

Desta ação de Bloch e Febvre, inaugurou-se na França a Escola dos *Annales*, que influenciou as gerações que lhes sucederam. O medievalista francês Jacques Le Goff, pertencente à terceira geração dos *Annales*, traçou um revelador perfil de Bloch:

[...] nascido em 1886, formado no seio de uma família universitária judia e dreyfusista, insatisfeito com a estreiteza e a superficialidade da concepção, da prática e do ensino da história na França do início do século XX e que, através de seu encontro com Lucien Febvre, tornou-se um dos grandes atores da renovação da história entre as duas guerras, por sua obra, seu ensino e a influência dos *Annales*, dos quais foi co-fundador. Um filho espiritual de Michelet e de Fustel de Coulanges, reunindo assim o melhor da historiografia europeia no final do século XIX e no início do século XX, um leitor de Marx, de Durkheim, de Simiand [...]. Como teria definido a si próprio, um filho de sua época, mais ainda que de seu pai. E essa época é a III República, as duas guerras mundiais que Marc Bloch “fez” e intensamente viveu como cidadão, como soldado e como historiador.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>30</sup> DELIZOICOV et al, *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>31</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Por uma historiografia da reflexão: apresentação à edição brasileira. In: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 7-12. p. 10.

<sup>32</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 15-34. p. 33.

Em meio às semelhanças biográficas entre Fleck e Bloch – ambos de família de origem judaica, foram aos campos de batalha na Primeira Guerra Mundial e sofreram a opressão do nazismo na Segunda Guerra – encontra-se no excerto acima outro ponto em comum: a influência da sociologia. Verifica-se que as ideias do campo sociológico estiveram presentes desde a formação inicial de Bloch e tiveram impacto na sua teoria:

Tendo frequentado a École Normale até o ano de 1908, lá entrou em contato com a obra de Lévy-Bruhl – autor que advogava a ideia da existência de ideias definidoras de diferentes momentos civilizatórios – e, sobretudo de Émile Durkheim, declaradamente sua maior influência. Foi a partir da análise da obra do sociólogo e da revista *Année Sociologique* que Bloch reconheceu a importância da interdisciplinaridade e de revestir a prática da história de questões de fôlego mais amplo e afeitas a durações mais longas.<sup>33</sup>

Assim como Bloch foi um estudioso da obra do sociólogo Émile Durkheim, Delizoicov et al, apontam que Fleck realizava leituras sistemáticas do autor.<sup>34</sup> É possível verificar tal influência na última seção do segundo capítulo de *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, onde o autor demonstra o condicionamento social do conhecimento. Além de Durkheim, Fleck fez referências ao filósofo W. Jerusalem, que disseminou o método sociológico em Viena, e à Lucien Lévy-Bruhl, sociólogo francês, interlocutor de Durkheim.

Nestes autores Fleck encontrou referências importantes. Durkheim o influenciou na percepção da existência de uma leve “coerção” de pensamento na iniciação em um coletivo: “Durkheim se refere expressamente à coerção que as configurações sociais, enquanto fatos objetivos e específicos e comportamento regularizado, exercem no indivíduo e sobre o caráter supra individual e objetivo do imaginário coletivo”.<sup>35</sup> Durkheim falava dos produtos da atividade do “espírito global”, tais como linguagem, crenças e costumes, onde Fleck percebeu a atuação de uma “atmosfera social” no pensamento coletivo. De Lévy-Bruhl, Fleck absorveu elementos para o desenvolvimento do método que chamou de “teoria comparada

---

<sup>33</sup> SCHWARCZ, *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>34</sup> DELIZOICOV et al, *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>35</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 89.

do conhecimento”, já que este sugeria o estudo do imaginário coletivo baseado no método comparativo.

No caso de Bloch, não surpreende o contato com as obras de Durkheim e Lévy-Bruhl, já que eram compatriotas. Contudo, Bloch tinha uma leitura crítica, mostrando-se “[...] preocupado em não confundir história e sociologia; ele recusa ‘a rigidez dos princípios’; mencionará, em certo trecho, a indiferença de Durkheim e de seus discípulos em relação ao tempo”.<sup>36</sup> Fleck também criticou Lévy-Bruhl, porém em uma direção diferente de Bloch, contrariando o pressuposto que dizia ser possível criar condições totalmente objetivas para captar as concepções de um grupo social. Para Fleck, “A percepção de propriedades cientificamente reconhecidas [...] tem que ser aprendida e não acontece por si só; é uma capacidade que tem que ser adquirida”.<sup>37</sup>

Nos anos que se seguiram após o término da Primeira Guerra Mundial, Bloch passou a trabalhar na Universidade de Estrasburgo, onde conviveu com intelectuais de diferentes campos do conhecimento, tais como

O especialista em Antiguidade romana André Piganiol, o medievalista Charles-Edmond Perrin, o sociólogo Gabriel Le Bras, o geógrafo Henri Baulig, o médico e psicólogo Charles Blondel e o sociólogo Maurice Halbwachs, [...] o historiador da Revolução Francesa, Georges Lefebvre e, acima de tudo, com Lucien Febvre, com quem se encontrou diariamente entre 1920 e 1933.<sup>38</sup>

Esse ambiente intelectual parece ter sido decisivo para Bloch repensar a historiografia, percebendo que esta poderia e deveria se beneficiar das técnicas e métodos de pesquisas de disciplinas auxiliares. O mesmo aconteceu com Fleck, que em seu contato com a Escola Polonesa de Filosofia da Medicina, passou a refletir epistemologicamente sobre a prática e a pesquisa médicas. Bloch acreditava que

Toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento. [...] para melhor entender e apreciar seus procedimentos de investigação, mesmo aparentemente os mais específicos, seria indispensável associá-los ao conjunto das tendências que se manifestam, no mesmo momento, nas outras ordens de disciplina.

---

<sup>36</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 21-22.

<sup>37</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 91.

<sup>38</sup> SCHWARCZ, *Op. Cit.*, p. 9.

Ora, esse estudo dos métodos em si mesmos constitui, à sua maneira, uma especialidade, da qual os técnicos se nomeiam filósofos. É um título ao qual não posso pretender. Em função dessa lacuna em minha formação inicial, o ensaio aqui apresentado sem dúvida perde muito: em precisão de linguagem como em amplitude de horizonte. Só posso apresentá-lo pelo que é: o memento de um artesão que sempre gostou de meditar sobre sua tarefa cotidiana, a caderneta de um colega que manejou por muito tempo a régua e o compasso, sem por isso se julgar matemático.<sup>39</sup>

O excerto acima, que encerra a introdução da *Apologia da História*, evidencia que o historiador percebia “tendências” comuns em diferentes disciplinas e se definia como um profissional que prezava pela reflexão acerca de sua prática científica. Modestamente, assumia que havia uma lacuna em sua formação inicial, no âmbito da filosofia. Le Goff afirmou que esta é “[...] uma característica tradicional dos historiadores franceses. Em sua maioria, eles não têm — prudência ou falha? — gosto pela filosofia em geral e pela filosofia da história em particular”.<sup>40</sup>

Portanto, Bloch considerava o estudo dos métodos uma atribuição técnica exclusiva dos filósofos. Já Fleck olhou para esta questão por outro ângulo. No prefácio de *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, afirmou que “[...] o objeto da teoria do conhecimento é a crítica aos métodos para se chegar ao fato”.<sup>41</sup> Então, visto pela perspectiva fleckiana, o trabalho que Bloch desenvolveu em *Apologia da História* tem cunho epistemológico, uma vez que abordou questões como as escolhas do historiador em relação aos objetos, fontes e documentos e suas possíveis “falsificações”, o problema dos testemunhos, a análise histórica com rigor científico, etc..

Todas essas reflexões concorreram decisivamente para a mudança de “estilo de pensamento” na ciência histórica, marcando a transição da modalidade epistemológica reconstrucionista para a construcionista. Tratou-se realmente de uma transição, e não de uma ruptura, pois Bloch continuou a se fundamentar em muitos reconstrucionistas para demonstrar a “legitimidade da história”, que é um

---

<sup>39</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>40</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>41</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 37.

dos propósitos da obra *Apologia da História*. Bloch nutria profunda admiração por historiadores como Coulanges, Michelet, Langlois e Seignobos (os dois últimos seus professores), assim como por Durkheim, discípulo de Fustel de Coulanges, leitor de Auguste Comte e Herbert Spencer.

O comprometimento social de Bloch ao escrever *Apologia da História* também se aproxima da postura de Fleck – um cientista que colocou a própria vida em risco ao fornecer o placebo da vacina contra tifo aos nazistas em nome da ética profissional e social. Para Le Goff, o fato de Bloch empregar reiteradas vezes a expressão “legitimidade da história”, “[...] mostra que para ele o problema epistemológico da história não é apenas um problema intelectual e científico, mas também um problema cívico e mesmo moral. O historiador tem responsabilidades e deve ‘prestar contas’”.<sup>42</sup>

A cidadania, um princípio ontológico em Bloch, levou-o a participar do movimento de resistência francesa à invasão alemã na Segunda Guerra Mundial. Assim,

Mesmo contando com 53 anos, Bloch resolve alistar-se, mais uma vez, no exército, avaliando a responsabilidade social em jogo naquela ocasião. Diante da derrota francesa, retorna à vida acadêmica por pouco tempo, entrando, em 1943, para a Resistência do grupo de Lyon. Preso no ano de 1944, o historiador, mesmo em condições absolutamente desfavoráveis, passa seu tempo redigindo.<sup>43</sup>

Neste ponto da história, a biografia dos autores se distanciou, especificamente em relação aos motivos de seus envolvimento na Segunda Guerra. Se por um lado isso foi para Bloch ato espontâneo, resultado de sua militância e consciência social, por outro, Fleck foi compelido pela sua origem étnica a passar a viver primeiramente em um gueto, para depois ser levado a um campo de concentração. Neste último local, a carreira bem sucedida de Fleck, no campo da pesquisa em microbiologia e imunologia,<sup>44</sup> foi decisiva para a sua sobrevivência.

---

<sup>42</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>43</sup> SCHWARCZ, *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>44</sup> Entre as contribuições de Fleck para as áreas citadas estavam os estudos sobre o fenômeno da “leucergia”, tendo criado um teste prático para identificar inflamações ou infecções, chamado “Teste

Ainda assim, ambos mantiveram, ao longo da Segunda Guerra, uma produtividade científica relevante, mesmo em situações extremamente adversas. Dentre os escritos de Bloch na prisão estava o esboço da obra *Apologia da História*. Esta ficou inacabada, sendo que seu último capítulo sequer foi intitulado, já que Bloch foi “Torturado pela Gestapo, e depois fuzilado em 16 de julho de 1944 em Saint Didier de Formans, perto de Lyon”.<sup>45</sup> O filho de Bloch, chamado Étienne, e seu colega Lucien Febvre resgataram os manuscritos, sendo que o último assumiu a tarefa de editá-los, publicando a obra pela primeira vez em 1949.

Bloch, no cárcere, na última nota da introdução de *Apologia da História*, se desculpou pelas condições de escrita, antevendo que a mesma permaneceria inacabada:

Talvez não seja inútil acrescentar ainda uma palavra de desculpas; as circunstâncias de minha vida atual, a impossibilidade em que me encontro de ter acesso a uma grande biblioteca, a perda de meus próprios livros fazem com que deva me fiar bastante em minhas notas e em minha memória. As leituras complementares, as verificações exigidas pelas próprias leis do ofício cujas práticas me proponho descrever permanecem para mim frequentemente inacessíveis. Será que um dia poderei preencher essas lacunas? Nunca inteiramente, receio. Só posso, sobre isso, solicitar a indulgência, diria “assumir a culpa” se isso não fosse assumir, mais do que seria legítimo, as culpas do destino.<sup>46</sup>

Com histórias de vida tão dramáticas, não é de se estranhar que ambos dessem ênfase à ação das forças sociais sobre a ciência. Ora impedidos de fazer ciência, de produzir conhecimento, ora fazendo isso em condições desfavoráveis, ainda assim foram grandes pensadores, pioneiros em seus campos do conhecimento, tendo deixado seus legados, sobretudo epistemológico, que nos tempos atuais vêm sendo difundidos, influenciando a produção científica de diferentes áreas.

## **O fato e a atmosfera de uma época**

---

de Fleck”. Manteve ainda intensas pesquisas a respeito do agente e da defesa da difteria, da leucocitose, do diagnóstico de Wassermann da sífilis e do diagnóstico e da imunização do tifo.

<sup>45</sup> SCHWARCZ, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>46</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 50.

Os conceitos de coletivo de pensamento e estilo de pensamento, desenvolvidos por Fleck, foram apoiados na análise da evolução histórica do conceito de sífilis. Ele observou que a maneira como a doença foi definida, bem como os procedimentos empregados para seu diagnóstico e tratamento se modificaram ao longo do tempo. No bojo dessa transformação, estava intrínseca a mudança na concepção de fato científico, decorrente da transformação dos estilos de pensamento.

Como observou Otte, o próprio título da obra evidencia a criticidade do pensamento de Fleck, uma vez que “[...] contradiz e desafia o senso comum quando afirma que o fato *não* é fixo, mas nasce e se desenvolve, possuindo vida útil até ter decretado sua morte pela comunidade científica”.<sup>47</sup> A partir da visão de fato como algo que foi produzido por alguém, e não como um dado rígido que se apresenta independentemente das intencionalidades do pesquisador, Fleck demonstrou que

Os fatos científicos são condicionados e explicados sócio-historicamente. Interdependentes, formam um *continuum* em que as experiências do presente estão ligadas às do passado e estas se ligarão às do futuro. São as chamadas protoideias ou pré-ideias (ideias originárias), esboços históricos evolutivos pré-científicos das teorias atuais. Constituem concepções surgidas no passado que se mantêm apesar das variações dos estilos de pensamento.<sup>48</sup>

Quando Fleck questionou a suposta solidez do fato, ele não se referia ao caráter evolutivo do objeto de estudo das ciências, mas do “[...] ‘sujeito de estudo’, isto é, a comunidade dos cientistas”.<sup>49</sup> Para explicitar essa transformação no modo de perceber o fato e delinear o objeto de estudo, em diferentes coletivos de pensamento, Fleck buscou ressaltar como se dá a gênese de um fato:

Assim nasce o fato: *primeiro um sinal de resistência no pensamento inicial caótico, depois uma certa coerção de pensamento e, finalmente, uma forma (Gestalt) a ser percebida de maneira imediata*. Ele sempre é um acontecimento que decorre das relações na história do pensamento, sempre é resultado de um determinado estilo de pensamento.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> OTTE, *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>48</sup> DELOZOICOV et al, *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>49</sup> OTTE, *Op. Cit.*, p. 110.

<sup>50</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 144-145, grifos do original.

A percepção da forma se dá em consonância com a iniciação na comunidade científica. Conforme os membros vão aderindo às convicções do estilo de pensamento, abandonam a percepção inicial, de um ver impreciso e caótico, passando a um ver direcionado. Portanto, para Fleck “[...] a construção do ‘fato’ científico decorre do ver formativo ou da percepção ‘estilizada’ proporcionada pelo estilo de pensamento, que mediatiza a interação com os fenômenos que se quer conhecer”.<sup>51</sup>

Fleck refutou o pressuposto de fato como algo fixo, demonstrando que “[...] não se deve confundir o fato com o objeto de estudo, pois a definição do que é o objeto de estudo depende do estilo de pensamento e da comunidade dos pesquisadores, do coletivo de pensamento”.<sup>52</sup> A concepção de Fleck em relação ao fato e à definição do objeto é análogo ao pensamento de Bloch acerca do fato histórico e do objeto da ciência histórica. Em Bloch, fato e objeto também não devem ser confundidos, e ambos não se oferecem como algo estático, esperando para serem analisados; dependem dos interesses do historiador. Schwarcz traçou uma síntese deste pensamento:

Bloch inaugurou a noção de “história como problema”. Em primeiro lugar, a história não seria mais entendida como uma “ciência do passado” uma vez que, segundo Bloch, “passado não é objeto de ciência”. Ao contrário, era no jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa que a partida era, de fato, jogada. Nessa formulação pretensamente simples estava exposto o “método regressivo”: temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado. [...] “Documentos são vestígios”, dizia Marc Bloch, contrapondo-se à versão da época, que definia o passado como um dado rígido. [...] Segundo Bloch, mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado [...] Nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto.<sup>53</sup>

Nesse processo de definição do objeto de estudo pelo historiador, Bloch reconhecia a influência da “atmosfera mental”, do desenvolvimento das ciências

---

<sup>51</sup> SLONGO, *Op. Cit.*, p. 105.

<sup>52</sup> OTTE, *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>53</sup> SCHWARCZ, *Op. Cit.*, p. 7-8.

em geral, à semelhança da “*Stimmung*” de Fleck, uma atmosfera que contém um “sistema de referência” aos indivíduos que fazem parte do coletivo de pensamento.

Ora, nossa atmosfera mental não é mais a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência. Não a diminuíram. Mas a flexibilizaram. [...] Não sentimos mais a obrigação de buscar impor a todos os objetos do conhecimento um modelo intelectual uniforme, inspirado nas ciências da natureza física, uma vez que até nelas esse gabarito deixou de ser integralmente aplicado.<sup>54</sup>

Portanto, Bloch acreditava na existência do “[...] ‘momento do pensamento’ geral ao qual os historiadores, a cada época, ‘se vinculam’, ‘a atmosfera mental’ de uma época, não muito distante no fundo do *Zeitgeist*, do ‘espírito do tempo’, de uma linhagem de historiadores alemães”.<sup>55</sup> Outra evidência deste pensamento está em sua afirmação de que, “[...] o historiador, ocupado em compreender e fazer compreender, terá como primeiro dever recolocar em seu meio, banhado pela atmosfera mental de seu tempo, face a problemas de consciência que já não são exatamente os nossos”.<sup>56</sup>

Contudo, segundo Fleck, nem sempre os sujeitos têm consciência da influência da atmosfera social e do estilo de pensamento sobre suas percepções e ações. Dizia que, “O indivíduo nunca, ou quase nunca, está consciente do estilo de pensamento coletivo que, quase sempre, exerce uma força coercitiva em seu pensamento e contra o qual qualquer contradição é simplesmente impensável”.<sup>57</sup> Bloch, por sua vez, acreditava que “[...], para que uma filosofia impregne toda uma época, não é necessário nem que aja exatamente ao pé da letra, nem que [a maioria] dos espíritos sofra seus efeitos de outro modo que não por uma espécie de osmose, frequentemente [semi-] inconsciente”.<sup>58</sup>

Enfim, a concepção do “fato”, tanto na epistemologia fleckiana, quanto na teoria da História da Bloch, rompem com a pretensa neutralidade do sujeito em relação ao seu objeto de estudo, ainda que cada autor tenha dado destaque a

---

<sup>54</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>55</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>56</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 64.

<sup>57</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 84.

<sup>58</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 92.

elementos diferentes neste processo. Para o primeiro, há o “estado do conhecimento” mediando essa relação e para o segundo, na História, como nas demais ciências, a não neutralidade se reflete por meio das escolhas, pois “[...] face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha [...]”.<sup>59</sup> Tais posicionamentos evidenciam as posturas epistemológicas construtivista/construcionista dos autores.

## O tempo

A categoria tempo teve um papel central tanto no “método regressivo” de Bloch, quanto na “teoria comparada do conhecimento” proposta por Fleck. A prática historiográfica de Bloch adotava a perspectiva de

[...] uma história de longa duração, de períodos históricos mais alargados e estruturas que se modificavam de maneira mais lenta e preguiçosa, Bloch tornava-se uma espécie de fundador da “antropologia histórica”, ao selecionar eventos marcados pelo seu contexto, mas acionados por estruturas e permanências sincrônicas, anteriores ao momento mais imediato.<sup>60</sup>

Ao analisar a evolução do conceito de sífilis, Fleck percorreu um tempo histórico que se estendeu do século XV ao início do século XX. Esse caráter evolutivo de um conceito o encaminhou para uma análise diacrônica, onde o tempo cronológico assumiu um aspecto mais linear, sucessivo e processual. Contudo, por si só não bastava para explicar as motivações das transformações dos conceitos, exigindo também a análise sincrônica, que privilegiou a repetição e destacou as permanências, pois dizia que descontextualizados, os conceitos não são compreendidos. Exemplo dessa aplicação na teoria da ciência de Fleck são as protoideias, sobre as quais “[...] não estaríamos em condições de decidir se, destacadas de seu contexto histórico, seriam corretas ou falsas, pois correspondem a outro coletivo e a outro estilo de pensamento”.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>60</sup> SCHWARCZ, *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>61</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 67.

Bloch ressaltava o aspecto crucial que a categoria tempo assume para o historiador. Lembrava que “O historiador nunca sai do tempo. [...] ele considera ora as grandes ondas de fenômenos aparentados que atravessam, longitudinalmente, a duração, ora o momento humano em que essas correntes se apertam no nó poderoso das consciências”.<sup>62</sup> Portanto, o autor indicou a necessidade do historiador trabalhar tanto com o diacronismo, com um tempo mais longo, quanto com o sincronismo, analisando o fato ou fenômeno em comparação com as ideias e hábitos de homens de seu tempo. Dizia Bloch que “[...] aproximar os testemunhos num mesmo plano de duração não satisfaz a comparação crítica competente. Um fenômeno humano é sempre um elo de uma série que atravessa as eras”.<sup>63</sup>

Outro ponto em comum é que ambos os autores buscaram o equilíbrio entre a linearidade e a não linearidade do tempo. Para Bloch o tempo é “[...] por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica”.<sup>64</sup> Em concepção semelhante, Fleck afirmou que “Temos que interromper constantemente a continuidade temporal da linha descrita das ideias para introduzir outras linhas; [...] e ainda, temos que deixar muita coisa de lado para obter as linhas principais”.<sup>65</sup>

A estreita relação entre passado e presente, tanto na epistemologia de Fleck quanto na teoria da História de Bloch, evidencia o potencial da estrutura teórica construída pelos dois autores, que favorecem o desenvolvimento do método comparativo. Para o primeiro, “[...] qualquer teoria do conhecimento sem estudos históricos ou comparados permaneceria um jogo de palavras vazio, uma epistemologia imaginária (*Epistemologia imaginabilis*)”.<sup>66</sup> Enquanto isso, o segundo acreditava que “[...] não existe conhecimento verdadeiro sem uma certa escala de comparação”.<sup>67</sup>

## O intercâmbio de ideias

---

<sup>62</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 135.

<sup>63</sup> *Ibidem*. p. 115-116.

<sup>64</sup> *Ibidem*. p. 55.

<sup>65</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>66</sup> *Ibidem*. p. 62.

<sup>67</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 65.

Na seção intitulada *Passado e Presente*, em sua *Apologia da História*, além das reflexões sobre a categoria tempo, Bloch tratou da transferência de pensamento entre as gerações. É inevitável associar esse movimento à circulação de ideias apontadas na epistemologia de Fleck. Logicamente, os fenômenos explicados por eles são de naturezas distintas. Enquanto Fleck observou a circulação do pensamento científico, Bloch se referia às tradições, passadas de geração em geração, no pensamento popular.

Tanto Fleck como Bloch se preocuparam em tecer uma análise sociológica sobre como as formas de pensamento são transmitidas. Bloch reconhecia e apostava no papel da tradição na manutenção ou mudança na forma de pensar de uma sociedade. Já Fleck deu ênfase ao papel que a sociedade em geral desempenha quando oferece uma motivação para a investigação dos problemas científicos – como ocorreu no estudo de caso por ele realizado, onde “Havia uma grande predisposição social para os problemas da sífilis, provocadas por velhas ideias pré-científicas [...]”.<sup>68</sup>

O conceito de geração delineado por Bloch parece conter também elementos do que Fleck chamou de coletivos de pensamento:

Os homens que nasceram num mesmo ambiente social, em datas próximas, sofrem necessariamente, em particular em seu período de formação, influências análogas. A experiência prova que seu comportamento apresenta, em relação aos grupos sensivelmente mais velhos ou mais jovens, traços distintivos geralmente bastante nítidos. Isso até em suas discordâncias, que podem ser das mais agudas. Apaixonar-se por um mesmo debate, mesmo em sentidos opostos, ainda é assemelhar-se. Essa comunidade de marca, oriunda de uma comunidade de época, faz uma geração.<sup>69</sup>

Bloch esclareceu que uma geração representa uma fase relativamente curta, e que nelas as modificações das tradições são muito sutis, assim como a transformação de um estilo de pensamento em Fleck. A teoria de Bloch preconizava também, que as mudanças sociais não impedem que elementos da organização social e da “atmosfera mental” anterior permaneçam na nova formação. De forma semelhante, na epistemologia fleckiana, a transformação dos

---

<sup>68</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 124.

<sup>69</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 151.

objetos de estudo dos grupos de cientistas e as suas novas descobertas não constituem rupturas radicais entre estilos de pensamento. Muitas concepções e pressupostos construídos no passado permanecem no âmbito dos coletivos de pensamento, assim como eles também apresentam predisposições para concepções futuras.

Segundo Bloch, “Quando a transformação se operou, dizemos que uma civilização sucede a uma outra: as sociedades da alta Idade Média ocidental haviam herdado muito do Império Romano; todos, porém, estarão de acordo que não era mais a mesma civilização”.<sup>70</sup> Isto é, as sociedades se modificam, mas levam, no processo de seu desenvolvimento, ideias e valores das sociedades que as precederam. Nesse sentido, Fleck afirmava que “Vivências atuais se conectam com vivências antigas, alterando assim as condições das futuras”.<sup>71</sup> Portanto, ambos compartilhavam de uma concepção de ciência como algo em permanente movimento e transformação.

Segundo Bloch, são as “[...] transferências de pensamento que fazem, propriamente, a continuidade de uma civilização”.<sup>72</sup> Tal pressuposto remete à circulação intra e intercoletiva de ideias em Fleck, o motor da transformação de um estilo de pensamento, bem como da dinâmica científica.

Sobre o intercâmbio do conhecimento científico, Fleck realizou uma análise da relação entre a ciência dos manuais, dos periódicos e dos livros didáticos, recorrendo à metáfora de uma “tropa em marcha”. Nela, Fleck via a ciência dos periódicos como a “vanguarda”, fundamental no movimento de transformação de estilos de pensamento da “tropa principal”, que é a ciência dos manuais, embora alertasse que “Nunca se pode prever qual direção a tropa principal escolherá das muitas direções sugeridas pelas vanguardas”.<sup>73</sup> Bloch também valorizava a socialização do conhecimento, dedicando-se “[...] aos encontros entre historiadores (ele e Lucien Febvre foram assíduos nos grandes congressos internacionais das

---

<sup>70</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 153.

<sup>71</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>72</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p.64

<sup>73</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 178.

ciências históricas nos anos 1920 e 1930), às ‘trocas de informações’, a tudo o que chamaríamos hoje de *comunicação em história*’.<sup>74</sup>

Outra colocação muito difundida de Bloch remete à categoria da circulação intercoletiva de Fleck: o historiador francês acreditava que não haveria “[...] para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares”.<sup>75</sup> Esta célebre frase expressa a visão de Bloch acerca da responsabilidade do historiador: não apenas produzir o conhecimento histórico, mas também disseminá-lo.

Mostra ainda que Bloch se preocupava com a acessibilidade da linguagem na comunicação entre os diferentes círculos, pois muitas vezes, os “círculos exotéricos” mantêm-se afastados do conhecimento histórico dos “círculos esotéricos” pelo excesso de erudição destes últimos. Além disso, Bloch deixava transparecer um desejo, que olhado pelas lentes de Fleck, faz crer que sua intencionalidade era a de tecer um “estilo de pensamento”, uma unidade social e intelectual mais coesa entre seus pares, pois “Ele almeja em primeiro lugar um acordo da comunidade dos historiadores para definir ‘previamente, por comum acordo, alguns grandes problemas dominantes’ [...]”.<sup>76</sup>

Bloch via a organização dos problemas de pesquisa fundamentais como um fator de fortalecimento da comunidade dos historiadores. Também percebia uma fase na dinâmica científica, semelhante à transição de um estilo de pensamento, motivada pelo que Fleck chamou de “complicações”. Para Bloch, “Toda ciência, com efeito, é, a cada uma de suas etapas, constantemente atravessada por tendências divergentes, que não são possíveis de dirimir sem uma espécie de aposta sobre o futuro”.<sup>77</sup>

No capítulo III, Bloch traçou um “esboço de uma história do método crítico”. Em um trecho, se reconheceu enquanto um membro de um “círculo esotérico” repleto de arrogância, que se afasta dos “círculos exotéricos” dos “leigos”, por preconceito:

---

<sup>74</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>75</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>76</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 27-28.

<sup>77</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 46.

O esoterismo rebarbativo em que às vezes os melhores dentre nós persistem em se encerrar; em nossa produção de leitura corrente, a preponderância do triste manual, que a obsessão de um ensino mal-concebido coloca no lugar de uma verdadeira síntese; o pudor singular que, mal-saídos da oficina, parece nos proibir de colocar sob os olhos dos leigos as nobres apalpadelas de nossos métodos: todos esses maus hábitos, nascidos da acumulação de preconceitos contraditórios, comprometem uma causa entretanto bela. [...] Entre a investigação histórica tal como é feita ou aspira a ser feita e o público que lê, incontestavelmente subsiste um mal-entendido.<sup>78</sup>

Enfim, são notáveis os pontos convergentes entre os pensamentos de Fleck e Bloch acerca do intercâmbio do conhecimento. Ambos reconhecem que há certa dificuldade na disseminação de conhecimentos científicos, seja pelos problemas decorrentes da “incongruência” entre estilos de pensamento, ressaltadas por Fleck, seja em função do excesso de erudição dos especialistas, como observou Bloch.

Para ambos, essas relações têm como cenário de fundo a atmosfera social que favorece a transformação do pensamento. Para Bloch, “[...] a pacífica continuidade de uma vida social sem rasgos de febre mostra-se menos favorável do que às vezes se acredita à transmissão da memória”.<sup>79</sup> Fleck também via os momentos de “crise” social como os mais propícios para as mudanças de estilo de pensamento.

### **A linguagem e a “nomenclatura”**

Na última seção do capítulo IV de *Apologia da História*, Bloch analisou *A nomenclatura*, apontando as dificuldades da ciência histórica nesse aspecto. Sinalizou que, ao contrário das ciências exatas e naturais, cujo vocabulário é construído independentemente da vontade de seus objetos ou dos fatos, a História recebe seu vocabulário já configurado. “Aceita-o, já cansado e deformado por um longo uso; ambíguo, aliás, não raro desde a origem, como todo sistema de expressão que não resulta do esforço severamente combinado dos técnicos”.<sup>80</sup>

Fleck ressaltou a linguagem como um dos elementos “constituintes do estilo de pensamento”, como um dos fatores do “sistema de referências” que todos os

---

<sup>78</sup> *Ibidem.* p. 94.

<sup>79</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 85.

<sup>80</sup> *Ibidem.* p. 136.

coletivos de pensamento adotam. Cada coletivo faz uso de uma linguagem específica, compartilha termos técnicos e essa característica, permite identificar o estilo de pensamento de que é portador. Da mesma maneira, Bloch reconhecia que “Até nas nações mais unificadas, como a nossa, cada pequena coletividade profissional, cada grupo caracterizado pela cultura ou a fortuna, possui seu sistema de expressão particular”.<sup>81</sup> Esta especificidade na epistemologia de Fleck é adjetivada como linguagem “estilizada”, e na teoria da História de Bloch como “estética de linguagem”.

Na teoria da História de Bloch, a linguagem é mais do que uma forma de comunicar, é uma ferramenta que o historiador utiliza para traduzir para o presente um fato ou fenômeno do passado. Por isso, aconselhava ao historiador cautela na articulação da linguagem, com especial atenção à linguagem impositiva ou prognóstica:

Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pois será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?), uma grande *finesse* de linguagem, [uma cor correta no tom verbal] são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir.<sup>82</sup>

A linguagem constitui importante elemento no princípio fleckiano de que estilos de pensamento distantes em concepções e conceitos são incongruentes, têm dificuldades para dialogar, uma vez que “Quanto maior a diferença entre dois estilos de pensamento, tanto menor o tráfego de pensamento”.<sup>83</sup> À propósito das diferenças entre linguagens de distintos estilos de pensamento e de sociedades de diferentes tempos e espaços, ambos os autores deram destaque ao problema da “tradução”.

Para Fleck os problemas de tradução se dão no trânsito do conhecimento dos “círculos esotéricos” para os “exotéricos”. Portanto, tais problemas estariam relacionados à transferência do conhecimento, de um círculo a outro. Já na ciência histórica, segundo Bloch, analisando por outra linha de pensamento, os problemas

---

<sup>81</sup> *Ibidem*. p. 140-141.

<sup>82</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 54-55.

<sup>83</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 160.

de tradução são intrínsecos ao método comparativo, sendo que o procedimento se torna mais difícil quanto mais complexas as organizações e relações sociais, pois “[...] logo que surgem instituições, crenças, costumes que participam mais profundamente da vida própria de uma sociedade, a transposição em uma outra língua, feita à imagem de uma sociedade diferente, torna-se uma empresa cheia de riscos”.<sup>84</sup>

Fleck valorizava o papel da experiência social na determinação do uso da linguagem: “As palavras e as ideias são, originalmente, equivalências fonéticas e intelectuais das vivências, que são dadas de modo concomitante”.<sup>85</sup> Em sua epistemologia, o condicionamento social do pensamento e da linguagem são aspectos desenvolvidos simultaneamente e, em função da diversidade de “motivações sociais”, apresentam variações em coletivos de pensamento distintos. Nesse sentido, Bloch também reconhecia que “[...] a universal prática de todas as ciências, [são] obrigadas, a partir do momento em que não se contentam mais com meros símbolos algébricos, a beber no vocabulário misturado da vida cotidiana”.<sup>86</sup>

Contudo, Bloch também deu destaque às diferenças de interesses e concepções na historiografia, pois reconhecia que “[...] linguagens de historiadores, alinhadas lado a lado, nunca comporão a linguagem da história”.<sup>87</sup> Assim, além de reafirmar o caráter coletivo e não neutro da ciência histórica, acrescenta que a categoria linguagem também tem seu uso relacionado às disputas de poder.

## A psicologia

Outra aproximação entre Fleck e Bloch é a presença da psicologia em suas análises. A diferença é que o primeiro a utilizou para demonstrar o condicionamento psicológico do conhecimento, enquanto que para o segundo, a disciplina serviu como ferramenta auxiliar. Schwarcz observou que “[...] Bloch usa a vivência do *front* para pensar em temas da psicologia coletiva, ou melhor em uma história da psicologia coletiva”.<sup>88</sup> Nesse sentido, Le Goff afirmou que “[...] Bloch se

---

<sup>84</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 138.

<sup>85</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>86</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 143.

<sup>87</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 146.

<sup>88</sup> SCHWARCZ, *Op. Cit.*, p. 8.

pauta incessantemente pelas possibilidades que a psicologia pode oferecer ao historiador [...]”.<sup>89</sup>

Fleck, por sua vez, defendeu que “[...] pelo menos três quartos, talvez a totalidade, do conteúdo das ciências são condicionados e podem ser explicados pela história do pensamento, pela psicologia e pela sociologia do pensamento”.<sup>90</sup> Analisando a evolução histórica do conceito de sífilis observou que, no século XV, a origem da doença era atribuída a uma causa “sideral”, motivada pela predominância do pensamento místico-religioso. Esse ambiente favoreceu, ao mesmo tempo, o estigma “pecaminoso” da doença, e o estímulo à pesquisa para o controle da epidemia.

De forma semelhante, Bloch, tomando como exemplo a propagação de outra doença que assolou a Europa no século XIV, ressaltou a psicologia como um fator determinante para a história, mais do que as próprias forças naturais. Para ele,

Os fatos históricos são, por essência, fatos psicológicos. É portanto em outros fatos psicológicos que encontram geralmente seus antecedentes. [...] O vírus da Peste Negra foi a causa primordial do despovoamento da Europa. Mas a epidemia só se propagou tão rapidamente em razão de certas condições sociais, portanto, em sua natureza profunda, mentais, e seus efeitos morais explicam-se apenas pelas predisposições particulares da sensibilidade coletiva.<sup>91</sup>

A teoria da *Gestalt*, ou da “psicologia da forma”, influenciou Fleck a identificar a tendência, entre membros de um coletivo de pensamento, da incapacidade de ver aquilo que contradiz a forma, decorrente do desenvolvimento do ver formativo,<sup>92</sup> sendo a percepção direcionada, o aspecto mais importante que define um estilo de pensamento. Bloch também admite uma forma de pensar e agir comum aos indivíduos de um grupo social, quando afirma que “[...] em uma mesma geração de uma mesma sociedade, reina uma similitude de hábitos e técnicas muito grande para permitir a qualquer indivíduo afastar-se sensivelmente da prática comum”.<sup>93</sup>

---

<sup>89</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>90</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>91</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 157.

<sup>92</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 142.

<sup>93</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 111.

Outro aspecto psicológico importante a ser considerado na escrita da História, segundo Bloch, é que esta ciência “[...] lida com seres capazes, por natureza, de fins conscientemente perseguidos”.<sup>94</sup> Nesse processo de busca para satisfazer suas necessidades físicas, sociais e existenciais, o ser humano comete falhas. Mas para Bloch, “[...] O ato falho é um dos elementos essenciais da evolução humana. Assim como de toda psicologia”.<sup>95</sup> Para Fleck, os “erros” nas pesquisas científicas, também são vistos como fatores fundamentais para a sua evolução. Como demonstrou no estudo de caso do diagnóstico da sífilis, marcado por muitos experimentos sem êxito, “O zigue-zague do desenvolvimento, cujas etapas todos certamente acompanharam com muita atenção, converteu-se num caminho reto e consciente de sua meta”.<sup>96</sup>

A presença da psicologia nas análises de Fleck e Bloch reflete a conexão destes pensadores com as mudanças nas concepções científicas de seu tempo. Pois, como lembrou Chassot, ainda hoje se discute a cientificidade da psicanálise, a despeito desta ser, ao lado da revolução copérnico-galilaica e do evolucionismo darwiniano, “A terceira grande virada, [...] feita por Freud, abrindo novos caminhos à sociologia, à história, à religião e ao estudo da civilização em geral”.<sup>97</sup>

### **A construção coletiva do conhecimento**

A concepção de construção do conhecimento de Fleck – não apenas científico – apresenta semelhanças com abordagem coletivista da História de Bloch. Para Fleck, “[...] o processo do conhecimento não é o processo individual de uma ‘consciência em si’ teórica; é o resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo”.<sup>98</sup>

As interações sociais seriam, então, responsáveis pela formação do pensamento, que antes se estrutura coletivamente, para depois ser absorvido pelos indivíduos:

---

<sup>94</sup> *Ibidem.* p. 127.

<sup>95</sup> *Ibidem.*

<sup>96</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>97</sup> CHASSOT, *Op. Cit.*, p. 238.

<sup>98</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 82.

Os indivíduos pensam, mas “o pensamento”, ambientado no contexto histórico e social, é algo que se desvincula dos seus portadores para ganhar uma autonomia coletiva. Ao contrário do ideal racionalista ou iluminista, a autonomia do pensamento não é uma característica do indivíduo que se emancipou de todo tipo de dependência, que alcançou a autonomia mediante o pensamento, mas diz respeito à ideia de o pensamento ser algo pelo menos parcialmente independente do indivíduo. Este não é mais dono do pensamento, mas adere a ele.<sup>99</sup>

No caso da ciência histórica, Bloch também argumentou neste sentido, afirmando que o “[...] progresso de nossos estudos é feito da contradição necessária entre as gerações sucessivas de trabalhadores”.<sup>100</sup> Fleck, por sua vez, enfatizou a estrutura social do universo científico, descrita por ele como

[...] um trabalho coletivo organizado com divisão de trabalho, colaboração, trabalhos preparativos, assistência técnica, troca de ideias, polêmicas, etc. [...]. Há uma hierarquia científica, grupos, adeptos e adversários, sociedades e congressos, periódicos, instituições de intercâmbio etc. O portador do saber é um coletivo bem organizado, que supera de longe a capacidade de um indivíduo.<sup>101</sup>

Bloch também reconhecia a importância da divisão do trabalho historiográfico por especializações, considerando um movimento natural, uma vez que “A vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade”.<sup>102</sup> Esse crítico dos métodos historiográficos lembrava aos especialistas que as “[...] investigações históricas não sofrem de autarquia. Isolado, nenhum deles jamais compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos [...]”.<sup>103</sup>

Bloch não só considerava salutar a existência de especialidades em determinados campos de investigação, como sugeriu “[...] uma aliança de técnicas praticadas por eruditos diferentes, mas [todas] voltadas para a elucidação de um

---

<sup>99</sup> OTTE, *Op. Cit.*, p. 111.

<sup>100</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>101</sup> FLECK, *Op. Cit.*, p. 85.

<sup>102</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>103</sup> *Ibidem.*

tema único. Esse método supõe o consentimento no trabalho por equipes”.<sup>104</sup> Todavia, apesar de privilegiar a abordagem coletiva na análise histórica,

[...] Marc Bloch não deixa por isso de fazer do indivíduo um dos pólos de interesse da história. Ele diz sobre a investigação histórica “que ela deve se voltar de preferência para o indivíduo ou para a sociedade” e critica a definição de história de Fustel de Coulanges, [...]: “a história é a ciência das sociedades humanas”, observando que “isso talvez seja reduzir em excesso, na história, a parte do indivíduo”.<sup>105</sup>

Da mesma forma,

Fleck não pretende minimizar a contribuição dos indivíduos que participam de um trabalho de pesquisa. Mas os indivíduos isolados não podem ser considerados como os verdadeiros portadores da ciência, muito menos da ciência que envolve pesquisas empíricas.<sup>106</sup>

Esse diálogo entre os pensamentos de Fleck e Bloch corrobora para o entendimento de que a aproximação de suas concepções de ciência se dá a partir da abordagem de perspectiva coletiva. No entanto, mostra que os autores não deixaram de reconhecer a importância do papel do indivíduo na construção do conhecimento e no protagonismo social e histórico, quando argumentam que nenhum indivíduo está alheio às “atmosferas” que pairam sobre as comunidades científicas, assim como estas não estão imunes às forças sociais externas.

### **Considerações finais**

Ao introduzir sua obra *Apologia da História*, Marc Bloch posicionou-se frente à provisoriedade da sua ciência, afirmando que “O inacabado, embora tenda a ser perpetuamente superado, tem, para todo espírito um pouco ardoroso, uma sedução que equivale à do mais perfeito triunfo”.<sup>107</sup> Essa é a essência do possível diálogo entre os pensamentos de Fleck e Bloch, até aqui delineado: a sensação de sua incompletude, o reconhecimento de seus interstícios.

---

<sup>104</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 81.

<sup>105</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>106</sup> SCHÄFER; SCHNELLE, *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>107</sup> BLOCH, *Op. Cit.*, p. 49.

Isto é, todo esse exercício revela que as possibilidades de diálogo não se encerram na semelhança entre suas concepções de fato científico; no reconhecimento de uma “atmosfera” social que influencia o pensamento dos homens de uma mesma época; na importância que ambos deram à categoria tempo, ao intercâmbio de ideias, à linguagem, à psicologia e à noção de construção coletiva do conhecimento.

Mostra-se relevante avançar no aprofundamento dos estudos sobre o pensamento destes dois autores, que vêm orientando e contribuindo com a pesquisa em diferentes campos do conhecimento. Portanto, para além das inúmeras sintonias entre suas perspectivas teóricas, merecedoras deste compartilhamento, mostra-se pertinente seguir investigando possíveis distanciamentos entre as proposições de Fleck e Bloch.

Por meio desta breve perspectiva comparada, foi possível demonstrar ainda que a epistemologia de Fleck, orientada pelas abordagens evolucionista, construtivista e interacionista do conhecimento, possui pressupostos científicos semelhantes aos que pautaram o pensamento de Bloch, precursor dos *Annales*, inserida na modalidade epistemológica construcionista da História.

Desta forma, a aproximação entre suas concepções de ciência evidenciou que a sintonia na formulação de conceitos e categorias de suas teorias é fruto do compartilhamento do estilo de pensamento sociológico e de outros pressupostos da ciência moderna renovadora, construídos a partir do século XX. Os conceitos e categorias que emergiram deste diálogo demonstraram também o potencial da estrutura teórica dos autores para a pesquisa científica, especialmente por meio do desenvolvimento de uma metodologia comparativa.

E, finalmente, ultrapassando a esfera de suas produções científicas, pode-se afirmar que suas trajetórias de vida revelam que foram homens de seu tempo, onde não cabia apenas atuar por meio de pesquisas e escritos, mas era necessário também ser sujeito histórico, lutar e se envolver nas causas políticas e sociais nas quais acreditavam.

## **Referências Bibliográficas**

### **Bibliografia**

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-19.

CHASSOT, Ático. **A ciência através dos tempos**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

CONDÉ, Mauro Lúcio. Apresentação. *In*: CONDÉ, Mauro Lúcio L. (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012. p. 7-9.

DELIZOICOV, Demétrio; CASTILHO, Nadir; CUTOLO, Luiz R. A.; DA ROS, Marco A.; LIMA, Armênio M. C.. Sociogênese do conhecimento e pesquisa em ensino: contribuições a partir do referencial fleckiano. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 19, n. especial, p. 52-69, jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/10054>. Acesso em 12/09/2015.

FEHR, Johannes. Ludwik Fleck – Sua Vida e Obra. *In*: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012. p. 35-50.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. *In*: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 15-34.

LÖWY, Ilana. Fleck no seu tempo, Fleck no nosso tempo: Gênese e desenvolvimento de um pensamento. *In*: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012. p. 11-33.

OTTE, Georg. Fato e pensamento em Ludwik Fleck e Walter Benjamin. *In*: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012. p. 109-119.

ROCHA, Claudia Smuk da. **O estado do conhecimento sobre o Ensino de História na EJA: um estudo a partir dos Anais dos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) 1961-2015**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

SCHÄFER, Lothar; SCHNELLE, Thomas. Fundamentação da perspectiva sociológica de Ludwik Fleck na teoria da ciência. (Introdução). *In*: FLECK, Ludwik. **Gênese e**

**desenvolvimento de um fato científico.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. p. 1-36.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Por uma historiografia da reflexão (Apresentação à edição brasileira). *In*: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 7-12.

SLONGO, Iône Inês Pinsson. **A produção acadêmica em Ensino de Biologia:** um estudo a partir de teses e dissertações. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. Conclusão: avanços em xeque, retornos úteis. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 319-335.

WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da História: algumas questões. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 147-169, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1943>. Acesso em 12/02/2016.

Recebido: 03/05/2020  
Aprovado: 17/07/2020

## FAXINAL E ZADRUGA: USOS DA TERRA, NARRATIVAS E HISTÓRIA COMPARADA

José Adilçom Campigoto<sup>1</sup>  
Ancelo Schörner<sup>2</sup>

**Resumo:** As relações que os povos tradicionais da região Sudeste do estado do Paraná estabelecem com a terra demanda investigações comparativas com outras regiões do planeta. A *zadruga*, típica da região dos Balcãs é representada como espaço que abriga famílias nucleares, com o direito de compartilhar os bens comunais. São habitantes de uma mesma casa, sob o governo de um chefe local. O faxinal, por sua vez, é típico da região sul do Brasil. Trata-se de um espaço caracterizado pela criação de animais em regime de compáscuo, exploração de certos recursos naturais em comum e com preservação de certa memória grupal. Neste artigo cotejamos textos de escritores brasileiros e da Europa Central visando comparar as formas de tratamento do tempo e do espaço com respeito a este tipo de organização social.

**Palavras-chaves:** Faxinal; Zadruga; Ruralidades.

### FAXINAL AND ZADRUGA: LAND USES, NARRATIVE AND HISTORY COMPARED

**Astract:**The relations that the traditional peoples of the southeastern region of the state of Paraná establish with the rural property demands comparative investigations with other regions of the planet. *Zadruga*, typical way of using the property detected in the Balkan region, is represented as a space that houses nuclear families, with the right to collectively enjoy their material goods. They are inhabitants of the same house, under the government of a local head. The *faxinal*, in turn, is typical of the southern region of Brazil. It is a space characterized by the creation of animals in communal breeding, exploitation of certain natural resources in common and with the preservation of some group memories. In this article we compare texts by Brazilian and Central European writers, in order to compare the ways of dealing with temporality and spatial dimension, when writing about these forms of social organization.

**Keywords:** Faxinal; Zadruga; Ruralities.

### Introdução

A história rural da região Centro-Sul do estado do Paraná implica os debates em torno da 'eslavicidade' por ser comum o dito de que os faxinais (modo de organização típico dos agricultores dessa área) vinculam-se, diretamente, aos imigrantes poloneses, ucranianos e a seus descendentes. Também se ouve, com frequência, certos enunciados referidos aos vínculos entre o uso da terra e a cultura, dita eslava. Os imigrantes teriam transportado para o Brasil um modo específico de relacionar-se com o mundo rural que por hipótese, seria a *zadruga*

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Campus de Irati. Email: [ja.cam.pi@hotmail.com](mailto:ja.cam.pi@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Campus de Irati. Email: [ancelmo.schorner13@gmail.com](mailto:ancelmo.schorner13@gmail.com)

um modo de organização coletiva típico dos Balcãs. Em contrapartida, essa mesma narrativa da ‘peculiaridade eslava’ abrange o ponto de vista inverso, indicando que quando aqui chegaram, tais imigrantesteriam incorporado o ‘modo de vida original dos caboclos’, ou seja, dos nativos que encontraram na região das matas de araucária.

Esses estrangeiros e seus descendentes, pode-se dizer, apresentavam algumas características comportamentais singulares em relação à utilização dos recursos naturais e à exploração da terra. O caso do faxinal do Itapará, atual distrito do município de Irati-PR, serve como ilustração, um espaço administrativo criado através da lei nº 1919, de 23 de fevereiro de 1920. A área, no entanto, fora oficialmente colonizada no ano de 1908, com o assentamento de colonos ucranianos e poloneses, que num primeiro momento, estavam alocados em Prudentópolis-PR. Conforme escritos de memorialistas locais, os 7.016 hectares de terra destinados à colônia iratiense foram divididos em 300 lotes.<sup>3</sup>

Aí, cada família recebeu sua porção de terra na forma de propriedade particular, medindo, em média, vinte e três hectares cada. Logo após essa distribuição oficial, conforme escritores locais, os imigrantes resolveram construir um grande cercado, abrangendo terras pertencentes aos recém assentados para, numa área comum, praticarem a criação de animais em regime de *compáscuo*. Podemos dizer que eles, de certa forma, rejeitaram o modelo geral (o de propriedade particular) padrão apontado, por vários estudiosos do assunto, como o protótipo de ocupação territorial adotado pelos imigrantes europeus introduzidos no Brasil, pelo menos, na região Sul do final do XIX e início do XX.

O padrão desprezado por estes ‘eslavos’ da região Centro-Sul do estado do Paraná (mesorregião sudeste) consistia em que os assentados habitassem a pequena propriedade e a explorassem com suas famílias, de forma individual.

Valdir Gregory, por exemplo, afirma que:

A colonização europeia no Sul do Brasil (...) significa, então, o estabelecimento de europeus, os colonos, em pequenos lotes de terra, que foram cultivados e explorados, normalmente, sem o auxílio de qualquer mão de obra estranha. Colonizadores são

---

<sup>3</sup> ORREDA, José Maria. **Irati 70 Anos**. Irati: Imprensa Martins, 1978. p. 18.

empreendedores privados ou funcionários da atividade pública, que se dedicam aos negócios da colonização, e colonos são os camponeses que adquirirem lotes de terra agrícola para cultivá-la.<sup>4</sup>

O texto diz respeito, mais especificamente, à colonização ocorrida a partir do segundo quartel do século XIX e à região Oeste do Paraná; mas, podemos concordar, ser este o modelo geral adotado por agentes colonizadores tais como as empresas privadas e os funcionários públicos dedicados a este ramo imobiliário coevo, na região Sul do Brasil. De fato, o caso do Itapará enquadra-se nesta 'dinâmica' comum de disseminação de pequenas propriedades individuais.

O desdobramento da implantação desta colônia, no entanto, indica uma opção por outro modelo. Estes imigrantes se desviaram da reprodução da pequena propriedade, modelo de ocupação legalmente hegemônico no Ocidente atual, o que nos leva a pressupor alguma relação com a cultura das *zadrugas*. Os 'eslavos' do Itapará, como muitos outros desses imigrantes e seus descendentes nesta região, adotaram o sistema de faxinais. Trata-se de

Certo modo de utilização das terras em comum, delimitada por cercado, para a criação de animais [...] O faxinal é dividido em terras de plantar e terras de criar. A área de criação, ou área de *compáscuo*, é um cercado composto por matas e pastagens em que se localizam as habitações dos faxinalenses. Na parte interior a esse espaço comum, que pode pertencer a um proprietário não morador do faxinal, ou a vários proprietários/moradores, são criados animais de várias espécies, tais como bovinos, equinos, caprinos, ovinos e suínos, além de vários tipos de aves domésticas [...] Os animais são de propriedade particular dos faxinalenses, sendo o número que cada morador pode criar naquele espaço, definido pelo grupo [...] As casas são dispostas no interior da área cercada, sendo boa parte delas protegidas por um cercado menor, ao entorno dos quais as criações circulam livremente. As entradas e saídas destas áreas são protegidas por porteiras e cancelas, ou por uma espécie de pequena ponte, construída sobre um vão escavado especialmente para tal fim [...]. As terras de plantar localizam-se fora do cercado e podem pertencer ao proprietário que as cultiva, ou serem arrendadas.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros no espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p. 5.

<sup>5</sup> CAMPIGOTO, J. A.; SOCHODOLAK, H. Os Faxinais da região das araucárias. In: OLINTO, B. A.; MOTTA, M.; OLIVEIRA, O. **História agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2008. p.183-212.

O faxinal apresenta-se como uma organização fundiária atípica no ocidente, principalmente, por conta da cerca em torno das terras de uso comum para criação de animais e foi adotado por imigrantes oriundos da Europa Central. É possível que alguma predisposição cultural para o uso coletivo de áreas rurais tenha se mantido quando estes foram assentados na região das matas de araucária.

### **Terras de uso comum: na Europa Central e no Centro-Sul do Brasil**

Discutimos, neste artigo, a hipótese de que os imigrantes teriam adotado a prática do criatório comum devido à sua cultura, ou seja, à forma de relacionar-se com a terra e com a propriedade agrícola. Em que pese o fato de que a dimensão cultural extrapole amplamente a ruralidade, Samuel Hazzard Cross escreveu que

The most peculiar social unit preserved by a Slavic people in historical times is the Serbian *zadruga*, which may be defined as ‘a household composed of two or more biological or small-families, closely related by blood or adoption, owning its means of production communally, producing and consuming its means of production jointly, and regulating the control of its property, labor and livelihood communally’. The characteristic family community is probably, like the Indic ‘joint-family’, a remnant, not merely of Slavic, but of common Indo-European antiquity.<sup>6</sup>

A vinculação dessas organizações comunais conhecidas como *zadruga* aos povos eslavos parece usual na literatura da região da Europa Central, pelo menos desde as primeiras décadas do século XIX. É nela que vamos nos basear para a presente investigação, levando em consideração a advertência feita por Mihail Gruev, na época professor de história na Sofia University ‘St. Kliment Ohridski’, para quem trata-se de uma discussão extremamente difícil e complexa uma vez que o conceito ‘povos eslavos’ encontra-se em permanente movimento.

---

<sup>6</sup> A unidade social mais peculiar preservada historicamente por um povo eslavo é a *zadruga* sérvia, que pode ser definida como um agregado familiar composto por duas ou mais famílias nucleares, ligadas por sangue ou por adoção, com propriedade comunitária de seus meios de produção, sendo também comunitária a produção e o consumo dos bens, fator que regulamenta o controle de sua propriedade comunal, o trabalho e os meios de subsistência. A comunidade familiar característica é provavelmente, assim como a ‘família-comum’ hindu, uma remanescente, não apenas dos eslavos, mas de uma antiguidade indo-europeia comum. Cf. CROSS, S. A. [1930]. **Primitive Slavic Culture**. Quickbooks. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/88761086/Primitive-Slavic-Culture>. Acesso em 14/03/2014.

Podemos delimitar a noção para efeitos desta pesquisa, estabelecendo que os ‘eslavos’ são os descendentes de povos ancestrais indo-europeus que, desde cerca de cinco mil anos, habitaram a região da Europa Central e Oriental. As pessoas vinculadas a estes agrupamentos humanos são, atualmente, divididas em três grandes ramos: o oriental, constituído pelos russos, bielo-russos e ucranianos; o meridional, formado por búlgaros, sérvios, croatas, macedônios e eslovenos; e o ocidental, composto por tchecos, eslovacos, poloneses e lusácios.



Os eslavos orientais, no séc. VII e VIII d.C., localizavam-se na região circulada com pincel grosso.

A *zadruga* é, portanto, associada ao setor meridional deste complexo mapa dos chamados povos eslavos, aqui apresentado de forma assaz esquemática. Na literatura específica, essa forma de organização camponesa é descrita como um modo familiar de unidade econômica em que o consumo é coletivo enquanto que os bens são considerados como particulares. Tal mescla entre modalidades de posse e uso dos bens é, também, uma das características destacadas dos faxinais localizados no Brasil, como veremos mais adiante. Por ora voltemos aos textos relativos à *zadruga* com o fim de termos uma ideia mais ampla a respeito desta organização social outrora disseminada na área rural balcânica.

O escritor búlgaro Stefan Savov Bobtchev, por exemplo, identificou dois tipos delas. A ‘*zadruga simples*’, correspondendo aproximadamente à família comum pela dimensão e pela composição sendo o chefe grupal proprietário dos

bens a que todos podem usufruir. A ‘zadruga complexa ou coletiva’, em que a unidade do grupo ocorre objetivando e em função da propriedade comum dos bens, mas também, com a finalidade de se obter apoio e proteção. Os aspectos da tutela e do amparo são importantes porque, conforme o autor, a partir dessas funções sobreviveram as zadrugas em sua forma clássica. Trata-se de uma forma organizacional familiar em que os membros variam, entre 10 e 40 pessoas, que vivem, trabalham, contribuem, comem e governam-se em comum.<sup>7</sup>

Segundo Bobtchev, o termo zadruga (задруга) talvez tenha sido utilizado, pela primeira vez, no dicionário sérvio-alemão-latino, publicado em 1818. O significado geral é casa comunal, ou grupo de pessoas que vive num mesmo local e se organiza coletivamente. Afirma-se, também, que no ano de 1859, o líder político e escritor croata Ognjeslav Utješenović Ostrožinski publicou a primeira monografia sobre o tema.<sup>8</sup> O autor argumentou tê-la crescido numa *Hauskommunion* (casa de comunhão ou comunal), sendo tal experiência (observação e vivência) a principal fonte a que recorreu para a produção de seu texto. O material produzido por Ostrožinski indica a expressiva quantidade de escritos, no continente europeu, referente à zadruga, o que não se pode dizer do caso brasileiro, isto é, dos faxinais.

A descrição considerada como mais antiga, a respeito do que poderia ser um destes núcleos comunais, refere-se a certa localidade situada nas matas de araucária. O texto é de autoria do médico e explorador hanseático Robert Christian Avé-Lallemant. O material é datado de 1848 e pertence ao gênero literatura de viagem. Nele, a paisagem descrita situava-se na região fronteira entre o Estado do Paraná e o de Santa Catarina.<sup>9</sup> As pessoas ali encontradas eram segundo disse, majoritariamente mestiças de indígenas com brancas. O detalhe importante para nossa comparação, aqui: elas usufruíam de seus bens coletivamente.

Interpretamos tal relato como escrita a respeito de algo pelo menos muito semelhante a um faxinal porque não se tratava de um grupo de indígena (eram mestiços e brancos) nem de um quilombo (não menciona negros ou mulatos). Em

---

<sup>7</sup> БОБТЧЕВ, S. S. A zadruga de filharada (челяд) búlgara. **Colectânea NUNK**, Sófia, n. 22-2, 1907. p. 10-21.

<sup>8</sup> Os primeiros relatos escritos sobre o tipo de família identificado como zadruga datam de meados do século XVIII, sendo atribuídos aos escritores croatas Matija Antun Reljković e Ivan Lovrić, bem como ao viajante húngaro-austríaco Mathias Piller.

<sup>9</sup> Região Sul do Brasil.

ambos os casos se justificaria a posse comum dos bens. Para a história dos faxinais, o detalhe mais significativo consiste em que, em volta existiam cercados para vitelas e porcos dando a impressão de que a área destinada aos animais que pertenciam a todos, já que os bens eram coletivos, era envolta por cercas.

Avé-Lallemant fazia o percurso entre a atual cidade de Joinville-SC e a de Curitiba-PR. Relatou que ao chegar à província do Paraná

No meio da floresta elevava-se uma colina, na qual havia uma pequena estância. Subimos para lá a ver se havia possibilidade de haver pousada [...]. Formavam a habitação uma casa feita de grossas tábuas de pinheiro, em rigor só um espaço com um tapume de dois telheiros de paredes de barro. A alguma distância havia ainda uma barraca de tábuas. Em volta, cercados para vitelas e porcos.<sup>10</sup>

A descrição parece esboçar o encontro com uma ‘comunidade ancestral’, e bem poderia ser classificada como um discurso fundador. Convém dizer, todavia, que o texto de Avé-Lallemant, exceto prova em contrário, nunca foi utilizado para tal fim, isto é, “[...] apresentar uma resposta ao sujeito acerca (sic.) da origem do seu mundo, da linguagem e da lei à qual se encontra submetido, respondendo assim à pergunta acerca (sic.) da sua própria origem”.<sup>11</sup>

Seja como for, a imagem do grupo de pessoas vivendo e usufruindo coletivamente dos bens lembra a *zadruga* e o faxinal, este ainda mais devido aos cercados mencionados. Neste caso, o texto seria uma das primeiras escritas de que se tem notícia sobre os criatórios comuns cercados e mesmo sendo uma descrição esquemática e incompleta, oferece certa base para contrapor à produção escrita quanto a estas práticas culturais, no Brasil e na Europa.

Deste modo temos que o trabalho do escritor sérvio-croata Ognjelav Utješenić Ostrozinski,<sup>12</sup> intitulado como *Die der Hauskommunionen Suedslaven*<sup>13</sup> é aceito e citado como a primeira descrição completa da vida familiar e

<sup>10</sup> AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Parana**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p.34.

<sup>11</sup> SOUZA, Mériti de. Discurso fundador, história e subjetividades. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 57-64, dez. 2002.

<sup>12</sup> OSTROŽINSKI, O. U. **Die Hauskommunionen der Südslaven**: Eine Denkschrift zur Beleuchtung der volksthümlichen Acker-und Familienverfassung des serbischen und kroatischen Volkes. Wien: F. Manz & Compagnie, 1859. p. 38-75.

<sup>13</sup> Da casa de comunhões na região Sul-eslava. Tradução livre.

comunitária numa *zadruga*. Tal fato pode ser pensado como discurso fundador daquele modo de vida Centro-Europeu.

Sintomaticamente, as descrições de Avé-Lallemant e os textos europeus se aproximam em determinados pontos e em certos elementos narrativos. A propriedade familiar da terra e o usufruto coletivo dos animais, bem como dos meios de trabalho na *zadruga* são apresentados como '*res communisomnium*' sob a égide de 'família nuclear'. Trata-se de uma comunidade de vida, abrangendo as músicas e as danças folclóricas executadas e efetuadas durante e depois do trabalho. Tal sociedade abarca, igualmente, a guarda e transmissão, via oralidade, de certas narrativas e tradições. Implica a comunidade de trabalho conjunto e a corporação de governo, centrada na pessoa do chefe que administra a agremiação na Europa,<sup>14</sup> segundo o texto de Ostrozinski.

No texto de Avé-Lallemant, o grupo da 'estância da colina' era formado por Antônio Ribeiro e sua esposa, que eram pais da esposa de José dos Santos Barbosa. Havia, segundo narra, mais alguns homens e mulheres 'mestiços de branco e índio'. O autor julgou que, pela quantidade de crianças ali existentes, os adultos formavam casais. Escreveu que "[...] nos confins da civilização não é fácil passar a limpo essas relações. Aquela gente tinha a rudimentar estância em comum e tudo entre eles parecia em condomínio".<sup>15</sup> Então pertenciam à coletividade as casas e os animais: tanto os porcos quanto as vitelas. Podemos pressupor, igualmente, que a terra era de uso comum assim como os recursos naturais, provavelmente, a erva mate.

Consideramos, no entanto, que escritos sobre tais temas, quando em perspectiva romântica, apresentam certa dose de bucolismo, mesmo que os escritores demonstrem ciência a respeito deste risco. Ostrožinski, por exemplo, assinalou, no prefácio de sua obra, que não iria negligenciar as desvantagens da *Hauskommunion*. O leitor espera em vão, porque ao longo de toda a discussão, não menciona os problemas característicos daquele tipo de organização camponesa, ou seja, os conflitos que são normais em qualquer situação de convivência humana. A perspectiva adotada em seus textos implicou que o autor fosse considerado como

---

<sup>14</sup> RIHTMAN-AUGUŠTIN, Dunja. The communal family between real and imagined order. **Nar: um jet**, Zagreb, n. 1. 2, p. 209-218, 1988.

<sup>15</sup> AVE-LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*, p. 34.

um dos mais importantes defensores da *zadruga*. Por conta disso, argumenta-se que o 'retrato esboçado da *Hauskommunion* por ele faz parte de um idílio romântico rural. Essa é a opinião de Natascha Vitorelli, no texto *An "other" of one's own: Pre-wwi south slavicaacademic discourses on the zadruga*.

Analisando-se a biografia de Ostrožinski, podemos nos dar conta que publicou uma série de poemas de cunho patriótico e romântico. Uma de suas composições, escritas no ano de 1842, inicia com o seguinte verso: "O mundo inteiro vê amanhecer, mas à luz do dia nunca chega aos Bálcãs". Tratava-se de um lamento a respeito da cultura dos que considerava como os ignorados povos eslavos do Sul.<sup>16</sup>

Com base nisso, pressupomos que a *zadruga* fora uma temática de interesse político, vinculada a identidades nacionais dos povos eslavos tais como, principalmente, os sérvios e os búlgaros. Tratava-se de um assunto mobilizador de energias com respeito à gênese do sujeito (o sérvio, o búlgaro, o eslavo) oferecendo respostas à pergunta a respeito de sua origem.

Para ilustrar. Um líder político balcânico chamado Ivan Evstatiev Guechev<sup>17</sup> escreveu um texto em 1888, com o título *A zadruga na Bulgária oriental*. Levantou algumas questões a respeito destas coletividades. Entre elas, provocou: "Quantos dos escritores búlgaros ocupados com a política e a crítica encontraram tempo para estudar este estabelecimento familiar búlgaro, a vida búlgara em geral?". Afirmou tratar-se de uma comunidade *челяди*, onde o pai, a mãe, os filhos e os netos moram na mesma casa.

A descrição feita por este membro da Sociedade Livresca da Bulgária sobre uma *zadruga* localizada na região de *Gorna Bania* é característica,<sup>18</sup> oferecendo pontos de ancoragem para a comparação com os faxinais. Conforme o texto,

---

<sup>16</sup> Utješenović publicou, no ano de 1871, uma série de poesias reunidas num volume intitulado como *Vila Ostrožinska (Vila Ostrisinski)*. Escreveu vários poemas patrióticos, sendo o mais conhecido dos quais é *Uskrsnuće Jelačića bana* (a ressurreição de Ban Jelačić), o mais conhecido. Esse poema foi adaptado tornando-se a canção patriótica '*Ustani, amargura*' (Levanta-se amargura).

<sup>17</sup> Político búlgaro e membro da Sociedade Livresca da Bulgária entre o final do século XIX e início do século XX.

<sup>18</sup> Em *Gorna Bania*, atualmente um bairro de Sófia, segundo Émile Laveleye, existiam cerca de 20 *zadrugas*.

Na sala de visitas vemos, na parede, uma foto que apresenta um grupo de 28 pessoas - homens, mulheres e crianças. Encontramos diante da família comunal dos *Bojov*, cujo membro importante é o nosso anfitrião, o padre. Essa *zadruga* que há quatro anos tinha 28 e agora já tem 35 pessoas, dirige-se por um ecônomo, *Todorin*. Juntamente com ele estão também os seus seis irmãos (um padre, um agricultor, um pastor, um moleiro, um taberneiro e um alfaiate). Nada é particular: tudo é comum, com exceção da roupa. Todos trabalham para a *zadruga*; até o padre, se receber dinheiro por ter celebrado um casamento, um batismo ou um enterro deve depositá-lo na caixa comum. A *dona da casa* (*gospodinja*), a mulher de *Todorin*, ordena qual das cunhadas e em que dia fará o pão e em que dia preparará a comida; de um fogo comum e de uma caldeira comem os 35 membros da *zadruga*. O entendimento e o amor são permanentes nesta *zadruga*. O padre diz-me que se estivessem separados os seus irmãos nunca podiam levantar-se depois do terrível arruinamento que sofreram durante a última guerra russo-turca... O trabalho é distribuído entre todos os seus membros. Nela há um ecônomo, um agricultor, um moleiro e um taberneiro.<sup>19</sup>

Podemos dizer, de início, que a *zadruga* retratada pelo autor apresenta algumas características peculiares, retomadas ou aprofundadas em outros escritos. Assim, de acordo com Alexa Stanischitsch, as *zadruga* eram integradas por 10 a 20 pequenas famílias relacionadas por laços de sangue, que viviam e trabalhavam juntas, possuíam uma propriedade comum e reconheciam a autoridade de um mesmo patriarca. Elas, ainda segundo a autora, ocupavam aldeias inteiras e ali praticava-se um culto doméstico a determinado santo protetor. Informou, também, que a identidade grupal derivava do padroeiro e que a vida econômica, religiosa, de autoridade e obediência formava uma totalidade. Os interesses materiais, ainda segundo o texto de Alexa, se reforçavam com os sentimentos, as crenças, as opiniões comungadas, o parentesco, os direitos e a cultura sustentada na tradição.<sup>20</sup>

A dimensão cultural e as relações de poder nestes grupos rurais chamaram a atenção outros estudiosos. Ivan Strohal referiu-se a expressões usadas nestes lugares para nomear as autoridades internas. Além dos termos '*kuca*' e '*familija*' incluiu-se a designação '*patriarkalni život*', isto é, vida patriarcal. Segundo o mesmo

---

<sup>19</sup> LAVELEYE, Émile Luis Victor de. **Primitive property**. London: Macmillan and Co., 1878. p. 100-121.

<sup>20</sup> STANISCHITSCH, A. **Ueber den Ursprung der Zadruga**: Eine soziologische Untersuchung. Bern: Buchdruckerei Scheitlin/Spring, 1907. p. 37-61.

Strohal, o poder do *paters familiae* não era exercido de forma absoluta, pois as decisões dependiam de debates e consultas a todos os membros do grupo, em uma reunião comum chamada *dekončak*.<sup>21</sup> Então, podemos comparar certos aspectos da *zadruga* e do faxinal.

As devoções, a identidade, o trabalho coletivo, a cultura e as tradições representam temáticas, também, largamente recorrentes na literatura a respeito dos faxinais, como veremos adiante. Estes não são formas de organização ou comunidades governadas por líderes escolhidos ou eleitos. As lideranças são espontâneas a não ser nos casos em que são criadas associações de moradores, que são situações mais raras e recentes.

Wladimir Teixeira Schuster e Cicilian Luiza LöwenSahr estudaram o faxinal Saudade Santa Anita, localizado no município de Turvo-PR. Afirmam que um dos aspectos peculiares a este vilarejo implica na

[...] existência de uma associação dos moradores, que conseguiu, com a ajuda do governo do estado, adquirir dois tratores com seus implementos. Estes tratores são usados para prestar serviços para os associados, além de gerar emprego para os tratoristas (faxinalenses), que trabalham e ganham por hora trabalhada. Os sócios pagam para receber o trabalho do trator em valores de litros de combustível (óleo diesel) e o operador recebe uma porcentagem deste pagamento. Estes tratores, também prestam serviços para não sócios, mas para estes o preço é mais alto, além de ser um serviço prestado só em épocas que os associados não precisam. Desde os anos 1990, com a fundação do grupo GAESSA (Grupo de Agricultores Ecológicos Saudade Santa Anita), estão sendo produzidos no faxinal produtos agroecológicos. Estes produtos, segundo os moradores, se distinguem dos orgânicos devido ao seu modo de produção, pois são produzidos de forma que o meio ambiente seja respeitado como um todo, só fazem parte do grupo dos produtores agroecológicos aqueles que correspondem às exigências das avaliações. Diferentemente dos produtos vendidos como orgânicos, os agroecológicos não são produzidos apenas com o objetivo de produzir lucros, mas também por ser um componente a mais na melhoria das condições de vida, seja dos produtores, seja dos consumidores. O lucro que os faxinalenses têm com esta produção é visto como uma consequência e não como objetivo.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> TOMAŠIĆ, Dinko. **Personality and culture in Eastern European politics**. New York: George Stewart, 1948. p. 149-205.

<sup>22</sup> SCHUSTER, W. T. e LÖWEN SAHR, C. L. O faxinal do presente e o faxinal do passado: evolução do uso da terra no faxinal Saudade Santa Anita – Turvo (PR). In: **Pulbicatio UEPG**, Ponta Grossa/PR, vol. 15, n 1, p. 7-18: abr. 2009. Disponível em

Conforme estes autores, os membros do faxinal, em épocas passadas, estavam submetidos a algumas autoridades locais. Tratava-se de

[...] inspetor (municipal ou de quarteirão), o qual era incumbido de resolver problemas/desavenças entre moradores, marcar datas para a manutenção das cercas, etc. As benzedeadas, que através de suas orações e chás amenizavam/curavam vários problemas de saúde e as parteiras, que acompanhavam as gestantes e, em caso de necessidade, faziam os partos.<sup>23</sup>

A autoridade, neste caso, vinculava-se à ordem, ao nascimento, à saúde e à doença. E com respeito ao bem-estar às moléstias, o médico parasitologista Lourival Luiz Fornazzari, no final da década de 1960, elaborou uma descrição a respeito do já mencionado faxinal do Itapará. Segundo o autor, a organização

[...] situa-se em um planalto bastante acidentado, no sopé da Serra da Esperança. A vegetação é secundária, constituindo-se quase exclusivamente de capoeiras, pois o terreno é intensamente lavrado, persistindo pequenos capões de mato junto dos mananciais [...]. Apopulação do distrito é estimada em 3.000 pessoas, na sua maioria descendentes de ucranianos e poloneses, todos agricultores, fazendo raras exceções, alguns comerciantes [...]. O número de indivíduos de outros grupos étnicos é insignificante. Os produtos cultivados são: batata inglesa, milho, feijão, trigo, arroz, centeio, fumo, cebola e alho. As verduras e as frutas são raras. Criam-se galinhas e suínos sem métodos, sendo reduzidíssimo o gado vacum. São extremamente religiosos, conservando os costumes e as crendices herdadas dos ancestrais e algumas adquiridas em nosso meio [...]. O índice de alfabetização é pequeno<sup>24</sup>.

O epidemiologista afirmou que o gado, as aves e os suínos eram criados “sem métodos”, ou seja, ignorando-se procedimentos sistemáticos, sem que se observem processos científicos, em outras palavras, seguindo a forma tradicional. Trata-se da criação extensiva, também conhecida como criação ‘às soltas’, classificada pelo investigador de parasitologia como uma atividade realizada de forma espontânea.

---

<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/exatas/article/view/970/841>. Acesso em 13/07/2020. p.13 e 14.

<sup>23</sup> *Ibidem*. p. 13.

<sup>24</sup> FORNAZZARI, Lourival Luiz. Investigações parasitológicas e socioeconômicas. **Revista O Debate**, Irati, ano 1, n. 1, p. 39-45, 1968.

A categorização feita pelo Dr. Fornazzari vincula-se aos debates e aos discursos que estavam em voga na região, na década de 1960. Giravam em torno da chamada modernização da agricultura e podem ser detectados em escritos de outros autores coevos sobre a área rural. Nessa região, os poetas escreveram sobre a vida no campo. O iratiense Foed Castro Chama, por exemplo, disse em prosa que:

A realidade agrária brasileira começa já a se ressentir de uma ação que irá modificar substancialmente o panorama econômico e cultural do país em futuro muito próximo. Trata-se de um trabalho do governo visando uma orientação racional para o agricultor na assimilação de fatores científicos que permitam o desenvolvimento de suas culturas agropecuárias fora daquele temor sacramentado por um culto que vem de idades mitológicas, quando Ceres era evocada, e eram rendidos sacrifícios em favor da deusa para a proteção das colheitas.<sup>25</sup>

Foed não era descendente de ‘eslavos’, mas conviveu com gente desta etnicidade, na região Sudeste, até a adolescência. Opinava a respeito da agricultura, do modo de vida, das relações que os sujeitos estabeleciam com a terra, relativamente ao uso de tecnologias ditas modernizadoras e, de certa forma, ao aproveitamento dos recursos naturais. Nota-se que seus escritos o colocavam num ponto, de certa forma, oposto às composições elaboradas pelo já mencionado poeta croata Ostrožinski; mas é preciso considerar que um século os separa.

O iratiense, radicado no Rio de Janeiro, não tematizou a forma de organização camponesa característica da região, nem destacou os valores locais como fez o croata (classificado como romântico e nacionalista) e, salvo engano, nem sequer mencionou os faxinais.<sup>26</sup> Sua forma de perceber o mundo rural coaduna-se mais à do sanitarista de que falamos acima, no sentido de enfatizar criticamente os aspectos tidos por eles como arcaicos e prejudiciais às populações tradicionais. Fornazzari classificou como obsoletos certos detalhes das moradias localizadas no interior do faxinal. Eram, como disse, edificações feitas de

[...] madeira de pinho, algumas cobertas de tabuinhas e outras de telha, com três ou quatro cômodos. Geralmente assoalhadas, a maioria apresentando chão de terra batida na cozinha. Algumas

---

<sup>25</sup> CHAMA, Foed Castro. Notas para um estudo da ecologia de Irati. **Revista Irati**, Irati, n. 1, p. 35-47, 1967.

<sup>26</sup> Foed era descendente de luso-libaneses e categorizado como neomodernista.

caiadadas, uma minoria pintada a óleo, com janelas envidraçadas e outras sem pintura. Resíduos e detritos jogados, porta a fora. Não encontramos privadas na região, exceção feita às habitações de comerciantes. As dejeções são depositadas a céu aberto. A água utilizada para os diversos fins provém de olho d'água.<sup>27</sup>

Conforme evolui a descrição, nota-se que o obsoleto se torna patológico e então, foco de contágio ou de proliferação parasitológica. A falta de toaletes, a mina de água desprotegida e a forma de criação dos animais foram destacadas, no escrito, como situações e práticas condenáveis. O compartilhamento do espaço entre animais humanos e não humanos entrou, também, para o rol das situações de proliferação: “Os animais domésticos – aves, porcos e cães – encontram-se soltos ao redor da casa.”. Numa descrição quase oposta àquelas feitas sobre os moradores da *zadruqa*, afirmou que no faxinal

Tanto adultos como crianças andam descalços e a higiene pessoal deixa muito a desejar. A alimentação, em grande parte amilácea, pobre em proteínas animais e lipídeos. Os varões, de maneira geral, fazem uso de bebidas alcoólicas e do tabaco, sob a forma de cigarro de palha e cachimbo. Geralmente trabalham para um colono proprietário de terra em regime de empreitada ou alugando-as para o plantio, não colhendo quase sempre o suficiente para o sustento da própria família.<sup>28</sup>

O médico apresentou alguns aspectos da ruralidade brasileira desde a perspectiva da modernização agrícola de maneira semelhante ao que fez o agrônomo Newton Sponholz, na década seguinte, ou seja, a de 1970. Este referiu-se aos eslavos (poloneses e ucranianos) e seus descendentes radicados na região das matas de araucária,<sup>29</sup> na obra “A terra e o homem no sul do Paraná: problemas e perspectivas”, destacando os poloneses. Argumentou que eles migraram numa época em que seu país de origem encontrava-se sob o domínio da Rússia, da Áustria e da Prússia, nações que exploravam os povos subjugados, negando-lhes a instrução. Era, segundo o profissional da agronomia, uma estratégia para “[...]impedir o desenvolvimento cultural dos oprimidos, dificultando-lhes a

---

<sup>27</sup> FORNAZZARI, Lourival Luiz. *Op. Cit.*, p. 9-45.

<sup>28</sup> *Ibidem.*

<sup>29</sup> Trata-se de mais de trinta e cinco mil pessoas a se estabelecerem, especificamente, na região sudeste do Paraná, entre os anos de 1892 e 1910.

educação e, em consequência, o discernimento e a capacidade de pensar, para mais facilmente se utilizarem dos seus trabalhos braçais”.<sup>30</sup>

Sponholz apontou que a região da Galícia, portanto próxima aos Balcãs e que atualmente pertencente à Ucrânia, era ocupada pela Polônia. Os imigrantes vindos dali para o Brasil, escreveu, foram submetidos à mesma estratégia de poder pois a administração austríaca era hostil aos camponeses e tal oposição resultou em que “[...] a Galícia possuísse, senão a mais, pelo menos uma das mais arcaicas estruturas agrárias europeias (sic.)”.<sup>31</sup>

Precisamos considerar que, pelo menos no que se refere a esta temática, o escrito do agrônomo paranaense, não se ampara em fontes estatísticas ou sendo um texto bem livre de quanto a comprovação de fontes. Além disso, o argumento da estrutura arcaica vinha ao encontro da tese de que os imigrantes ‘eslavos’ e seus descendentes eram resistentes à modernização da agricultura devido aos níveis de escolaridade impostos pelas elites governantes estrangeiras desde antes da imigração. Por força da lógica, organizações do tipo *zadruga* fariam parte daquela “mais antiquada composição agrícola da Europa”.

Nos textos produzidos na Europa e que foram por nós analisados, quase não encontramos referência às tecnologias modernas, ao tema da saúde e da vida social nestas áreas rurais. O estudo feito por Ljubiza Rakitsch, publicado em 1914, uma tese de doutoramento<sup>32</sup> escrita para o departamento de Pedagogia da Universidade de Zurique é uma análise sobre “A posição da mulher na família patriarcal da sérvia...”, mas não qualifica como baixo o nível de escolaridade daquelas organizações. De qualquer modo, o tema põe em questão o tempo da narrativa uma vez que tratamos de textos diacrônicos. Alguns do século XIX e outros das décadas de 1960 e 70.

### **Tempo da narrativa: *zadruga* e faxinal**

---

<sup>30</sup> SPONHOLZ, Newton. **A terra e o Homem no Sul do Paraná: problemas e perspectivas**. Irati: Martins & Abib, 1971. p. 41.

<sup>31</sup> *Ibidem*. p. 26.

<sup>32</sup> RAKITSCH, Ljubiza. **Die häusliche Erziehung in der serbischen Sadruga zur Zeit der türkischen Herrschaft**. Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der hohen philosophischen Fakultät I der Universität Zürich, 1914. p. 17.

Talvez o etnólogo sérvio Milenko Filipović, de modo semelhante a Mihail Gruev, tenha razão ao classificar a *zadruga* como um fenômeno demasiadamente complexo para ser definido de forma unívoca. Poderíamos pressupor que a mesma linha de raciocínio fosse aplicada aos faxinais, sendo tal diversidade indicativo da elasticidade em termos de tempo e espaço. Então vejamos.

Filipović, utilizou a noção ‘família comunal’ para designar uma instituição específica de vida em comum, porém mais ampla do que uma família biológica, enquanto Philip Mosely definiu-a como um

[...] Agregado familiar, composto de duas ou mais famílias biológicas ou pequenas, estreitamente ligadas por laço de parentesco de sangue ou por adoção, que possuem instrumentos de sustento comuns e gerem em comum a propriedade, o trabalho e o seu sustento.<sup>33</sup>

Os textos de Filipović e Mosely nos parecem estabelecer as mesmas relações em função do tempo, pois os verbos estão escritos no presente, indicando que as *zadruga* são uma realidade contextual a eles. O mesmo, porém, não se aplica aos escritos de Dinko Tomašić.

Este, demarcou que uma *zadruga* ‘era’ (com todo o peso do passado) uma comunidade economicamente autossustentável, compreendendo certo número de famílias nucleares: o marido e a esposa, com sua respectiva prole; o número total de membros oscilava, em média, entre 20 e 40 pessoas.<sup>34</sup> Como se vê, os verbos, no texto de Tomašić, estão conjugados no tempo pretérito. Então, o objeto de estudo deve ser algo suplantado no tempo presente a ele, o que nos leva a considerar o seguinte aspecto: na década de 1940, alguns estudiosos do assunto classificavam a *zadruga* como um tipo de organização social extinto ou, pelo menos, em extinção.

Notamos que em algumas produções escritas ainda da Europa, mas posteriores em um século, (década de 1970) também se adotou a perspectiva de relato no passado. O sociólogo francês Henri Mendras anotou que os membros de uma *zadruga* eram geralmente parentes, mas freqüentemente incluíam-se pessoas

---

<sup>33</sup> MOSELY, Philip E. *The peasant family: the zadruga or communal joint family in the Balkans and its recent evolution*. In: Ware, C. **The Cultural Approach History**. New York: [s.n.], 1940. p. 87-98.

<sup>34</sup> TOMAŠIĆ, Dinko. *Op. Cit.*, p. 149-205.

não vinculadas por meio de parentesco e sim por intermédio de um ritual de troca de sangue, que os transformavam em 'irmãos'.<sup>35</sup> Também, o antropólogo Eric Robert Wolf argumentou, que tal unidade organizacional reivindicava direitos comuns sobre os campos, pomares, jardins, vinhedos, gado e pastos, bem como as lojas em que se trabalhava com linho e cânhamo. Alimentos, remédios, abrigo, vestuários e mobílias dentro dos limites da *zadruga*, segundo ele, eram produzidos apenas em quantidade mínima. O gado era vendido apenas para se comprar sal e ferro. A *zadruga*, explica o antropólogo, detinha a totalidade de suas posses como uma unidade; os membros mantinham apenas os direitos de compartilhar os bens.<sup>36</sup>

Numa análise das obras em seu conjunto, pode-se notar certa contradição temporal, talvez porque os autores não definam claramente o período de existência das *zadruga*. Podemos detectá-lo desde a narrativa mais antiga no conjunto das fontes que estamos discutindo: a obras de Ivan Evstatiev Guechev. Seu texto foi publicado no ano de 1888, com o relato no tempo presente, o que pode indicar a presença das *zadruga* naquele contexto. Segundo disse, tratava-se de grupos de famílias ocupando uma grande casa comum, a *družinskahiža*. Na mesma área de abrangência destas comunidades, diz ter constatado certo número de habitações individuais (*komoras*) e outros edifícios construídos ao redor, como estábulos e os *egrek* (currais no campo para os ovinos com uma cabana habitada pelos pastores e cultivando, em comum) uma quantidade de campos aráveis (para plantação de trigo, milho, centeio, aveia e cevada), pomares (para cultivo de diversas variedades de ameixas, maçãs, peras e pêsegos) hortas (para o plantio de batatas, couves, nabos, feijões, ervilhas e tomates) e vinhedos.<sup>37</sup>

Igualmente, Ivan Guechev estudou o caso búlgaro, considerando o tempo que lhe era coevo. Afirmou que o sistema

[...] dá a possibilidade de todos os seus membros se adaptarem à agricultura e à divisão do trabalho. Os camponeses búlgaros atribuem uma grande importância a esta vantagem e afirmam que

---

<sup>35</sup> MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 65-83.

<sup>36</sup> WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 35-87.

<sup>37</sup> GUECHEV, I. E. A *zadruga* na Bulgária Ocidental. **Revista Periódica da Sociedade Livresca da Bulgária**, Sófia, n. 21 e 22, p. 426-449, 1888.

‘quando estamos sozinhos, a pessoa deve tratar das lavras, do gado, das compras, de tudo; quando estamos juntos, um compra e vende por todos, outro trata do gado, um terceiro cuida das lavras’. Desta forma, os *zadrugari* poupam tempo, ganham experiência e sua *zadruga* progride; na *zadruga* o mais digno governa, e haja vista que preocupações diversas não desviam a sua atenção de seu objetivo principal – a prosperidade e o avanço da *zadruga* – ele está sempre em condições de lhe dedicar todas as suas capacidades; cada membro da *zadruga* têm direito de uma parte dos bens e das receitas comuns por isso não há pessoas pobres, não há proletariado com todas as suas desgraças e perigos; as crianças não passam fome e não andam sem roupa devido à desgraça dos pais. Se alguém de uma *zadruga* for recrutado no exército, se adoecer ou alcoolizar-se, os restantes fazem o seu trabalho e sustentam os seus filhos.<sup>38</sup>

Enquanto Guechev escreveu a respeito das vantagens coletivas deste modo de vida, Josip Kotarski destacou uso das propriedades na *zadruga*. O contexto da sua obra, porém, é do século XX. Utilizou os verbos no tempo presente referindo-se à posse de alguns bens pessoais (*osebunjak*) permitidos aos membros dessas sociedades grupais. Afirmou que, no início dos anos de 1900, os *osebunjak* consistiam exclusivamente da vinha, mas anotou que em outras épocas também incluíam um campo de trigo ou feno e outras terras.<sup>39</sup> O autor considerou que os *osebunjak* por ele conhecidos podiam ser comprados, herdados ou trazidos como dote e quetodas as famílias, como regra, possuíam um desses. Agregou que, naquele tipo de propriedade, o dono somente podia iniciar suas tarefas depois que fizesse a sua parte nas tarefas da propriedade coletiva.

Os *osebunjak* foram descritos com maior quantidade de detalhes por Dinko Tomašić,<sup>40</sup> mas agora em meados do século XX. Notamos que os verbos por ele utilizados estão no passado, dando a entender que as *zadruga* não mais existiam nesta região. Escreveu que os moradores destas localidades ‘possuíam’ (ao invés de possuem) em comum: as florestas, os rios, os prados, os rebanhos bovinos, suínos, caprinos, ovinos, equinos e diversos tipos de aves. As refeições, relatou,

---

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> KOTARSKI, J. **Lobor**. Zbornik/Znžo, 1907. p. 220-231.

<sup>40</sup> TOMAŠIĆ, Dinko. *Op. Cit.*, p. 149-205.

eram (ao invés de são) servidas na *hiža* a todos os membros da organização, ao mesmo tempo.

O autor acrescentou que vender as terras de uma *zadruga* significava decretar o desaparecimento de seus membros e que, geralmente, era tarefa dos homens cuidar da lavoura, da aração, do corte de madeira e da carpintaria, bem como do trabalho nas vinhas e nos pomares. Enquanto isso, o cultivo de hortaliças, e outros encargos tais quais cozinhar, fazer limpezas pequenas, confeccionar bordados e todo o cuidado com a casa eram tarefas colocadas impostas às mulheres. Além disso, elas podiam ser instadas a trabalhar com os homens nos campos de trigo e de feno, bem assim nas vinhas e nos pomares; segundo o autor, os homens podiam ajudar as mulheres nas tarefas artesanais, na limpeza da terra e na colheita, e, às vezes, na tecelagem (em algumas *zadruga* somente os homens faziam o serviço de tecelagem). Crianças e mulheres solteiras eram, normalmente, envolvidas no pastoreio; os idosos executavam pequenas tarefas na casa ou nos campos.<sup>41</sup>

As fontes até aqui vistas, entretanto, não apresentam elementos suficientes para definir um período de tempo em que houve o surgimento e mesmo se este tipo de organização social rural centro-europeia ainda subsiste na região dos Balcãs. Mendras,<sup>42</sup> autor dos textos mais recentes aqui estudados acrescenta novo elemento mas insuficiente, de que uma *zadruga* pode existir por um número indefinido de gerações, sendo que os mais velhos encarnam a continuidade da coletividade e transmitem a cultura, o saber, os valores e as normas às crianças e aos jovens. Não há maiores detalhes a respeito da temporalidade da *zadruga*, o que parece ser semelhante nos escritos mais antigos sobre os faxinais. Os aspectos da coletividade, do uso dos bens, da organização do espaço e do trabalho, no entanto também são destacados pelos estudiosos do tema em termos de Brasil.

O uso e a posse da terra nos faxinais parecem mais associados ao seu espaço ou ao ambiente. Man Yu Chang, uma das mais antigas e pioneiras referências em textos científico sobre faxinais, pressupôs que esta forma de organização originou-se do encontro entre os caboclos da região sul do Brasil e os imigrantes poloneses

---

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> MENDRAS, Henri. *Op. Cit.*, p. 85-106.

vindos para a região sudeste do Estado do Paraná no final do século XIX e no início do XX.<sup>43</sup> Das formas de exploração, posse e uso da terra características destas duas culturas teria resultado a mescla que deu origem aos criatórios comuns.

Chang propôs que esses escravos foram assentados numa área em que existiam ervais nativos, considerados como os sustentáculos da economia regional praticada pelos caboclos. Então, a policultura alimentar e a produção animal doméstica eram associadas ao extrativismo sazonal da *Ilexparaguariensis*. Registrou que “[...] a prioridade do mate e a necessidade de subsistência induziu aos poucos a uma definição mais nítida quanto ao uso da terra”.<sup>44</sup>

Nestas condições, em conformidade como texto de Chang, as matas de ervais não eram derrubadas e as respectivas áreas de lavoura localizavam-se, via de regra, em sítios mais distantes ou, então, naquelas porções do território vetadas ao acesso da criação miúda.<sup>45</sup>

Era – atenção ao tempo verbal – anotou ela, a prática tradicional nos capões<sup>46</sup> do campo.<sup>47</sup> E na continuidade,

[...]as matas limpas, onde se desenvolvia o mate, serviam de ótimo meio natural para a criação doméstica, principalmente os suínos (sic). Estas matas eram compostas de ervateiras, intercaladas com pinheiros e alguns pés de madeira de lei, frutíferas silvestres e coberta por uma gramínea rasteira. Esta composição de vegetação é localmente conhecida por ‘caíva’.<sup>48</sup>

---

<sup>43</sup> CHANG, ManYu. Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. **Boletim Técnico do IAPAR**, Londrina, n. 22, p. 32-39, 1988.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> Caprinos, ovinos, suínos e aves em geral.

<sup>46</sup> Ocapão é uma formação vegetal típica do Brasil meridional região Sul e centro-sul do estado de São Paulo. Consiste em um grupamento de vegetação arbórea cercada por campinas. É palavra de origem tupi/guarani e possui duas etimologias possíveis: “mata redonda”, por meio da junção dos termos *ka’a* “mata” e *pu’ã* “redondo” e “intervalo de mata”, sendo a junção dos termos *ka’a* “mata” e *pa’um* “intervalo”.

<sup>47</sup> Pode-se traduzir por Campos Gerais: Chama-se Campos Gerais do Paraná à região fito-geográfica situada no sul do Brasil a oeste da escarpa devoniana do Estado do Paraná denominada “segundo planalto”, que invade ao Norte o Estado de São Paulo e ao Sul o Estado de Santa Catarina, característica por seus campos limpos permeados de matas de galeria e capões esparsos de floresta ombrófila mista onde aparece a *Araucária angustifolia*, árvore símbolo do Paraná. Também conhecida como área de influência de Ponta Grossa. Municípios que fazem parte dessa região: Ponta Grossa, Castro, Palmeira, Lapa, Arapotí, Campo do Tenente, Cândido de Abreu, Ipiranga, Jaguariaíva, Ortigueira, Pirai do Sul, Porto Amazonas, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi, Balsa Nova, Campo Largo, Carambeí, Imbaú, Ivaí, Rio Negro, São João do Triunfo, São José da Boa Vista, Teixeira Soares, Sengés, Ventania e Prudentópolis.

<sup>48</sup> CHANG, Man Yu. *Op. Cit.*, p. 32-39.

Na constituição da narrativa elaborada por Chang os caboclos eram os moradores das *caíva* (literalmente = planta ruim); mas é importante registrar que este termo pode ser interpretado com significado pejorativo, na língua nativa: o guarani. Primeiro, é atribuído a certa planta maléfica e pode ser traduzido, também, como mato ruim, carrasquento,<sup>49</sup> quer dizer, terreno não apropriado para cultura e pouco adequado para se viver, ou para a moradia, mas não necessariamente ruim para outros usos. Aliás, como escreveu Chang, *ascaívas* eram propícias à criação de animais porque a vegetação pouco densa permitia a livre circulação do gado enquanto que as andanças das criações pelo interior do matagal facilitavam, aos agricultores, o trabalho de roçada.<sup>50</sup>

A autora escreveu que os eslavos introduzidos nessa região desconheciam tal sistema de criação às soltas e, portanto, não praticavam o ‘cercamento’ das lavouras. Sua hipótese é de que, na Europa, a gente que vivia no campo plantava em áreas abertas e criava seus animais em cercados específicos para tal fim.

Nesta região, enquanto os mencionados imigrantes ainda não haviam chegado “[...] foram introduzidas [...] cercas de ‘frechame’, constituídas de troncos encaixados e ripas lascadas de pinheiro, quando a madeira era abundante e sem valor. Mais tarde, os ‘frechames’ foram substituídos por cercas de arame farpado.”<sup>51</sup> Significa que os caboclos haviam ocupado as matas, como encontrassem pastagens em abundância nas clareiras sendo que o gado solto exigia amplos espaços de pastoreio, começaram a construir cercas coletivas que abrangessem as *caívas* contíguas numa região. No interior do cercado, eram criados os animais, as chamadas “[...] terras de criação[...]e ao seu redor, fora das cercas ficavam as terras de plantas, ou as capoeiras”.<sup>52</sup> Basicamente, nisso consistiria o sistema de faxinal descrito por Chang, sendo que as terras continuavam de propriedade particular e os proprietários ficavam encarregados de manter e zelar pela cerca na parte que localizava-se dentro de seu lote.

Este modo de organização e ocupação do espaço, ainda conforme Chang, teria se consolidado a partir da ampliação das áreas de lavoura e do aumento da

---

<sup>49</sup> Marrasquino, raquíptico.

<sup>50</sup> CHANG, Man Yu. *Op. Cit.*, p. 32-39.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

quantidade de animais, que pressupôs haver ocorrido com o assentamento dos eslavos.<sup>53</sup> A autora corrobora, dessa forma, a controversa tese defendida por Sponholz da ‘caboclicização dos europeus, tal como os poloneses. Nesta lógica, os faxinais representariam certa forma de aculturação dos imigrantes,<sup>54</sup> o que consideramos, aqui, como interpretação pouco comprovada, ou, um tanto livre.

Comparativamente a Guechev, Tomašić, Kotarski, e (até mesmo Fornazzari), Chang dedicou pouco espaço à descrição da organização familiar ou das formas de poder existentes nestas comunidades faxinalenses. Entretanto, afirma que as prefeituras locais estenderam o controle e praticaram intervenções nesses lugares interiores por meio da criação de duas ‘figuras jurídicas’: o inspetor municipal e o inspetor de quarteirão, ambos nomeados pelos moradores da localidade em que iriam atuar. O primeiro era registrado na prefeitura, fazendo as vezes de um prefeito distrital ou local. O segundo, na delegacia, desempenhando certas funções de delegado no distrito ou na localidade.

Em um dos raros trechos em que Chang refere-se às tarefas e a divisão do trabalho nos faxinais, escreve que, quando um grupo familiar deixava a agremiação, o inspetor municipal atribuía os serviços que os ingressantes precisariam executar dali em diante, por exemplo, as obrigações quanto à confecção e conservação da cerca comum.<sup>55</sup> O estudo de Chang, de forma geral, nos parece mais voltado à descrição das estruturas do faxinal, embora haja certo destaque em relação à organização espacial destas comunidades, aspecto que foi encampado por uma de suas leitoras e seguidoras, Maria Magdalena Nerone.

Esta historiadora deixou bem claro, desde o início de sua narrativa (veja o título de seu trabalho mais citado, sua tese de doutorado), uma configuração espacial (que se tornou clássica) de qualquer área de faxinais: o espaço é dividido em terras de plantar e terras de criar. A autora estudou, na década de 1990, o faxinal do Marmeleiro de Baixo, localizado no atual município de Rebouças-PR.

---

<sup>53</sup> *Ibidem.*

<sup>54</sup> *Ibidem.*

<sup>55</sup> *Ibidem.*

Escreveu que ‘o registro de nascimento da comunidade’<sup>56</sup> é de 1928, porque a data representa ‘um elo de sentido’, um marco referencial.

Essa maneira de pensar os acontecimentos, fundamentada nas discussões empreendidas por Alfredo Bosi,<sup>57</sup> entre outros, apresenta-se também como ‘discurso fundador’<sup>58</sup> do faxinal em questão. Conforme a narrativa básica feita por Nerone, o documento que simboliza a ‘certidão de nascimento’ do Marmeleiro é o registro do faxinal na câmara municipal de São João do Triunfo-PR. De fato, naquela época a localidade de Antônio Rebouças era um distrito de São João, e se tornou o município de Rebouças, no ano de 1930.

A historiadora recorreu a um personagem faxinalense que lhe narrou que teria auxiliado seu pai a construir a primeira cerca coletiva, ali, para o ‘estabelecimento do criadouro comum’. Conforme Nerone, tal cerca teria 5.584 braças de extensão, o que calculamos como algo em torno de 12.300 metros de cercas ou perímetro.<sup>59</sup> Se nossa leitura é correta, os trechos de cerca variavam, na época, entre 1,018 e 4,4 metros. Trechos divididos entre 53 proprietários ou unidade habitante<sup>60</sup> do faxinal.

No ano de 1991, continua Nerone, foi lavrada a escritura pública relativa ao estabelecimento do criadouro comum do Marmeleiro de Baixo, cuja área totalera de 625,6 hectares.<sup>61</sup> Apresenta a escrituração da área de uso coletivo sob a forma de um acontecimento “ratificante”,<sup>62</sup> ponderando que o criadouro “[...] não nasceu

---

<sup>56</sup> NERONE, Maria Madalena. Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997. 2000. 286f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2000, p. 99.

<sup>57</sup> BOSI, A. *O tempo e os tempos*. In: SOARES, A. (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1994. p. 19-32.

<sup>58</sup> Neste ponto, nos baseamos no texto de Eni P. Orlandi para quem o discurso fundador “(...) não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem em relação à história de um país (...) funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país”.

<sup>59</sup> Tendo por base que uma braça é equivalente a 2,2 metros.

<sup>60</sup> Pode ser traduzida por família, mas algumas destas unidades podem ser constituídas por um ou mais habitantes, solteiros ou viúvos.

<sup>61</sup> ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DE CRIADOURO COMUM, 1919, p. 274.

<sup>62</sup> Pode-se notar certa contradição nessa história porque os moradores listados no registro de 1928 são denominados, pela autora, como pioneiros. Neste caso, o Marmeleiro seria fundado ou ‘teria nascido’ duas vezes. Pode ser que a segunda vez seja no sentido de regularização oficial porque 1991 é marcado como novo acontecimento: as normas de funcionamento do sistema foram escritas e registradas no cartório do município de Rebouças. Nesta época, segundo Nerone, eram 180 famílias, vivendo em 240 alqueires de terras.

do acaso, mas teve seu fundamento numa experiência ancestral”.<sup>63</sup> A autora fez uma descrição detalhada de uma das moradias rurais existentes no Marmeleiro. Em redação livre, ou seja, sem amparo documental (considere-se que durante o período dos estudos ela esteve reunida com os moradores várias vezes no Marmeleiro)<sup>64</sup> troca o estilo narrativo pela descrição.

Esse texto, para nós, é de fundamental importância por se tratar das impressões da autora sobre o faxinal, evidenciando detalhes que podem ser cotejados às percepções dos autores ‘eslavos’ mais antigos a respeito das *zadruga*, pois que estiveram fisicamente nos locais de estudo. Vamos à descrição.

Na região Sudeste do Paraná, no faxinal Marmeleiro de Baixo, década de 1990, segundo Nerone

A moradia rural mais abastada era composta de várias construções: a casa grande, a cozinha de chão, o paiol (para guardar mantimentos, o milho, o feijão, e o arroz com casca), a casa de monjolo, a casa de forno, casa do carro (onde se guardavam a carroça, o arado, a carpideira (sic.), a grade, e os demais instrumentos de trabalhar na roça) a estrebaria e o galinheiro. Também fazia parte do conjunto o quintal, o jardim, o mangueirão, onde os porcos ficavam soltos (os porcos para engorda eram fechados no chiqueiro). Esses espaços eram contornados pela mangueira, uma cerca que geralmente era de frechame [...] As casas eram, geralmente, de madeira.<sup>65</sup>

O termo ‘casa grande’ talvez seja, aqui, aplicado por influência de Gilberto Freyre, mas, em nossa opinião, não se aproveitaria no mesmo sentido utilizado pelo autor de Casa Grande e Senzala. Vale dizer que, ainda assim, a expressão evoca um aspecto interessante retratado por Nerone<sup>66</sup> – ali não existe a ‘casa pequena’ (ou a senzala) e nem mesmo casas associadas à grande. Pode-se dizer, inclusive, que o faxinal se apresenta como uma forma organizativa bastante diversa do modelo de engenho exposto por Freyre: não é comum, nos faxinais, haver um centro, uma sede do poder e nem mesmo é ordinário haver um espaço central para a igreja e a escola ou outras instituições que se colocariam na área nuclear do

---

<sup>63</sup> NERONE, Maria Madalena. *Op. Cit.*, p. 102.

<sup>64</sup> *Ibidem.* p. 18.

<sup>65</sup> *Ibidem.* p. 18.

<sup>66</sup> *Ibidem.* p. 7.

criadouro. Melhor dizendo, os faxinalenses não organizam o espaço habitacional necessariamente em função de um centro de poder.

Atualmente, em nossas visitas de estudos aos faxinais, observamos que a disposição das casas não segue o modelo de localidade com núcleo habitacional típico das colônias, das cidades e das vilas que adotaram o sistema de propriedade particular ou que abandonaram a prática da criação em espaço coletivo há muito tempo, mas partindo de suas observações, Nerone apresentou a década de 1950 como um marco na arquitetura faxinalense.

Escreveu que, até este período, as casas eram “[...] cobertas de taboinhas (sic.) de madeiras tiradas do pinheiro”.<sup>67</sup> Diz que, posteriormente, tal cobertura foi substituída por telhado de barro, além do que, a maioria das moradias não apresentava janelas nem portas com vidraça; eram fechadas com pedaços de madeira chamados tramelas.

Como a narrativa feita por Nerone caracteriza-se por certa autonomia em relação a documentos escritos e às vezes, a qualquer outro tipo de fonte, o texto parece referir-se à década de 1950. Para ela, nesta data aproximadamente, teria ocorrido uma grande mudança na região dos faxinais, uma vez que, até então, normalmente os faxinalenses utilizavam a cozinha de chão batido. Era um lugar de sociabilidade da família, lugar em que se contava histórias, se aqueciam as pessoas que tomavam mate, cantavam e narravam histórias. Nerone, em certa medida, imitou o escrito produzido, havia passado duas décadas, pelo médico Luiz Fornazzari. Escreveu que

[...] eram raras as casas em que havia banheiro, com chuveiro de latão, pois o banho geralmente era tomado em bacias grandes com água fria, no rio ou na cachoeira, principalmente aos sábados. À noite, costumava-se lavar os pés na gamela de madeira, antes de ir dormir. A roupa era lavada na bica do monjolo ou no rio, numa tabua de lavar... O sabão usado era caseiro, na maioria das vezes feito com cinza. A água utilizada para beber não era a do rio, mas água do olho d’água.<sup>68</sup>

Trata-se de uma escrita quase de estilo livre, em alguns trechos, mas rica em detalhes do cotidiano, feito por alguém que esteve no lugar, que conviveu com as

---

<sup>67</sup> *Ibidem*. p. 106.

<sup>68</sup> *Ibidem*. p. 108.

pessoas. Em alguns casos trata-se de material até mais minucioso do que aquelas obras elaboradas por autores eslavos a respeito da *zadruga*, às quais tivemos acesso, exceto a de Ostrožinski, que viveu na *zadruga*.

Apresenta, também, alguns detalhes importantes quanto à divisão social e sexual do trabalho. A tarefa de lavar roupas, por exemplo, era atribuída às pessoas do sexo feminino que “[...] com dia e horário marcado, era executada por duas ou mais mulheres, as lavadeiras, as quais usufruíam do momento para cantarolar ou bater um papo [...] buscar a água com um ou dois baldes geralmente era tarefa das mulheres”.<sup>69</sup> Ainda a respeito das práticas cotidianas, referiu-se Nerone às andanças à noite – consideradas como raras – fala dos fochos, das lanternas e da ‘contação’ de causos, que conforme o texto, foram desaparecendo com a introdução da energia elétrica na área rural, na região dos faxinais. Os aparelhos elétricos foram incorporados ao faxinal na década de 1990, entre eles, o rádio e a televisão. Assim, assegura que o modo de vida anterior “[...] foi sendo abolido e enfraquecendo a transmissão oral de uma cultura que foi veiculada através de gerações”.<sup>70</sup>

### **A modo de conclusão**

Tentando sintetizar, enfocaremos comparativamente as formas pelas quais as dimensões do espaço e do tempo, tanto da *zadruga* como dos faxinais, aparecem nessas produções escritas. Essa opção se dá em função de avançarmos para além de textos historiográficos, e devido a tratativa dos autores estudados, às vezes, autônoma em relação às fontes. Iniciamos pelo texto de Nerone.

Há, no texto dessa autora, uma descrição dos espaços das habitações dos faxinalenses. Sem declarar a fonte, utilizando o verbo no passado, escreveu a respeito das partes cobertas em torno das casas chamadas de áreas (varandas), espaço usado para receber pessoas, fazer conversar e tomar chimarrão. Segundo a autora, nessas habitações somente os visitantes ‘mais íntimos’ teriam acesso à sala e à cozinha, havendo uma espécie de sala de jantar destinada a servir como lugar

---

<sup>69</sup> *Ibidem*. p.108-109.

<sup>70</sup> *Ibidem*. p. 109.

das refeições para convidados especiais ou importantes. O sótão é considerado, por ela, como um ambiente diferenciado nos faxinais.

Assim, efetua-se uma análise da ‘divisão social do espaço faxinalense’ em relação ao parentesco, ao gênero e à idade. Dizemos, então, com base no seu texto, que, no faxinal da década de 1990 o sótão constitui-se como espaço dos adultos, a área coberta ao entorno da moradia, lugar “masculino por excelência” destinado aos visitantes; a cozinha e a sala, “recintos femininos” e dos íntimos. Desse modo, conclui que “[...] na morada do meio rural faxinalense, há locais bem definidos, da mesma forma que são demarcadas as áreas dentro do faxinal, em espaços de criação e das lavouras”.<sup>71</sup>

Podemos falar da divisão cultural do ambiente faxinalense, temática indicada, de certo modo, por Nerone que considera estar a dimensão societária do lugar “[...] relacionada com o espaço geográfico, com domínios culturais, entidades de outro mundo, numa relação de vivos e de mortos, determinando lugares de uns e de outros num mesmo universo, o faxinal”.<sup>72</sup>

Primeiramente, o conceito de lugar utilizado por Nerone pode nos remeter às reflexões elaboradas por Michel de Certeau. A estudiosa dos faxinais vinculou o lugar à ideia de limites e fronteiras. Cada espaço descrito em relação ao permitido e ao interdito, ou seja, a concepção básica implica a circulação de pessoas, o que arriscaremos chamar de ‘noção aduaneira de espaço’. Podemos lançar a hipótese de que esse seja mesmo o alcance específico do conceito de espaço social: o lugar definido geograficamente e politicamente, ou o território. Então, as lavouras têm seu espaço interdito aos animais, pela coletividade humana faxinalense. Os animais (com exceção de cães, gatos e certas aves) são impedidos de entrar nos recintos das casas, devido aos cercados que circulam os ambientes reservados aos humanos. É negado aos visitantes esporádicos e não familiares o acesso aos cômodos mais reservados tais como a cozinha e a sala. E, mesmo os íntimos como as crianças da família, são desencorajados a frequentar certos ambientes, tais como o sótão.

---

<sup>71</sup>*Ibidem.*

<sup>72</sup>*Ibidem.*

Inversamente, essa parte alta da casa (sótão faxinalense) é o ambiente exclusivo dos adultos, enquanto que a cozinha e a sala são lugares dos íntimos, dos adultos e das crianças. A varanda pertence a todos, incluindo os visitantes esporádicos e desconhecidos, enquanto que fora da cerca, ao entorno do complexo da casa, é domínio de todos, incluindo os animais. Reconhecemos a importância do trabalho realizado por Nerone, mas a autora não deixa claro se, de fato, a grande quantidade de informações por ela fornecidas baseiam-se, mesmo, na observação direta. De qualquer modo, dentre os textos e documentos explorados aqui, a tese de Nerone representa o material que mais nos inspira a deslocar indagações e hipóteses a respeito da espacialidade destas agremiações coletivas tanto no Brasil como na Europa-Central.

O texto de Chang virá em segundo lugar, pois o tratamento dado à espacialidade nos parece mais vinculado à paisagem, à ampliação e à redução dos limites ocupados por novas áreas de agricultura e para a criação de animais. É a história da *caívano* centro, e da relação que o imigrante polonês estabeleceu com a região Sudeste do estado do Paraná, no entorno da discussão por ela implementada. Trata-se, também, de uma reflexão relativa à prática e à reação dos moradores nativos, não indígenas, principalmente caboclos, frente à opção e à necessidade do 'cercamento' dos animais, interditando as áreas de lavoura. Para a autora, a consolidação do espaço dos faxinais, especialmente os criatórios comuns, é resultado da atuação das prefeituras locais, que, por meio dos inspetores de quarteirão e municipais, fizeram-se presentes e atuaram decisivamente na consolidação do faxinal. Em decorrência disso, esses criatórios comuns característicos aparecem sob a forma de espaço institucionalmente consolidado via prefeituras locais.

Pode-se dizer, que as autoras parecem situar bem os faxinais na linha do tempo. Embora não se apresente uma data para o surgimento dos criadouros comuns cercados na região, elencam alguns marcos temporais bem definidos tais como o final do século XIX e início do XX, como a chegada dos imigrantes eslavos na região, a década de 1920 e a de 1950. Os textos versando sobre as *zadruga*, por seu turno, são mais imprecisos em relação à temporalidade, mas deslocam expressiva quantidade de questões a respeito da dimensão espacial.

Vale dizer que tivemos, relativamente, muito menos contatos com textos escritos a respeito das *zadruga*, mas é possível considerar que os conceitos de espaço adotados por Josip Kotarski, Ivan Guechev e Dinko Tomašić restringem-se aos aspectos da posse dos bens como as terras e da organização social dos membros dessa organização de agricultores centro-europeia. Assim, em um período não definido por Kotarski, o ambiente era extenso aos campos de trigo, de feno e a outras áreas, reduzindo-se, depois, à vinha e mantendo uma área de posse comum a que os membros dessa sociedade estariam vinculados. Os ocupantes de tal ambiente deveriam atender, primeiramente, às demandas da área comum para, só então, resolver outros problemas e executar os trabalhos considerados como particulares. Em relação à Bulgária, a *zadruga* é descrita como ambiente de cooperação, governado pelo membro mais probo do grupo em questão. Guechev esboça tal lugar como sítio livre da pobreza e incólume à divisão de classes. A *zadruga* aparece como uma espécie de reflexo da república platônica: o governante exerce sua função plenamente, estando desobrigado de ocupar-se com as necessidades cotidianas. Mas devemos considerar, para uma interpretação mais moderada do texto, que o autor o publicou no ano de 1888, época em que vigoravam, entre outros, os discursos do socialismo utópico.

Comparativamente, podemos dizer que a ideia da divisão do espaço social foi aplicada por Dinko Tomašić para estudar a *zadruga* e, dessa forma, o ambiente não se limita ao espaço físico, tornando-se extenso ao domínio, ou seja, à dimensão social e política. Tomašić publicou sua obra sessenta anos depois que Guechev levou a sua a público. Assim, considerou o campo da lavoura, das vinhas, dos pomares e dos trabalhos com madeira como possessão do masculino. A área das hortaliças, os espaços da culinária, da limpeza doméstica e dos bordados, como ambientes “*zadrugares*” tipicamente femininos. Mas é de se notar que o autor apresenta uma série de setores em que estes limites implicam porosidades e mesclas, ou seja, situações em que as tarefas podem ser realizadas em conjunto (por homens e mulheres) seja nos campos de trigo, seja nas vinhas, nas tarefas artesanais, na capina, nos pomares, nas colheitas e nas tecelagens.

A julgar pelo investigado até aqui, nota-se um detalhe significativo nas diferenças anteriormente apontadas entre os autores que escreveram sobre as

*zadruga* e os faxinais. No caso da divisão social do espaço, Guechev e os escritores europeus tomam como totalidade o território da *zadruga*, enquanto Nerone, em determinados pontos de seu estudo, concentrou sua atenção no ambiente da casa. Devemos considerar que um período de meio século, aproximadamente, os separa, e mesmo assim, adotam comportamento semelhante em relação à comprovação documental, isto é, certa independência entre escrito e fonte comprobatória.

Para além da Bulgária, Stefan Savov Bobtchev considerou a *zadruga* como espaço composto por famílias submetidas a normas internas, tal como no âmbito da *Hauskommunion*, referida no texto de Ostrožinski. Tomando-se em conta o argumento de haver nascido numa destas comunidades servo-croatas, concluímos, também, que as informações prestadas pelo autor são derivadas de observação direta, assim como foram as que compõe o texto de Nerone e o de Avé-Lallemant, sobre os faxinais, ou a respeito do que se supõe que seja um deles em estado rudimentar.

No texto referido a Mendras a *zadruga* é representada como espaço da vivência familiar, incluindo gente admitida por intermédio de um ritual específico. Tal ambiente é ‘desenhado’ por Wolf como meio organizacional em que os alimentos, os remédios, os abrigos, os vestuários e as mobílias se produzem apenas em quantidade mínima. Era, assim, para o autor, uma totalidade de posses, tratada como unidade. A *zadruga* e o faxinal são representados de variadas formas. Parte dessas representações, ao que parece, tornaram-se discursos fundadores, especificamente, na Bulgária e na Sérvia. O mais conclusivo para este estudo, porém, consiste em havermos confirmado que qualquer dedução no sentido de que os faxinais seriam uma espécie de continuidade da tradição *zadrugari* seria precipitada e pouco provável. Em todo caso, demandará um aprofundamento muito maior, uma investigação mais profunda, e principalmente, com base numa gama mais ampla de fontes.

## Referências Bibliográficas

### Bibliografia

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

BOBTCHEV, S. S. A zadruga de filharada (челяд) búlgara. **Colectânea NUNK**, Sófia, n. 22-2, p. 10-21, 1907.

BOSI, A. O tempo e os tempos. *In*: SOARES, A. (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio. Os Faxinais da região das araucárias. *In*: OLINTO, B. A.; MOTTA, M.; OLIVEIRA, O. **História agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2008. p.183-212.

CHAMA, Foed Castro. Notas para um estudo da ecologia de Irati. **Revista Irati**, Irati, Edição Comemorativa dos 60 anos do Município, p. 35-47, 1967.

CHANG, Man Yu. Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. **Boletim Técnico do IAPAR**, Londrina, n. 22, 1988.

CROSS, S. A. [1930]. **Primitiv Slavic Culture**. Quickbooks. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/88761086/Primitive-Slavic-Culture>. Acesso em 14/03/2014.

FORNAZZARI, Lourival Luiz. Investigações parasitológicas e socioeconômicas. **Revista O Debate**, Irati, ano 1, n. 1, 1968.

GREGORY, V. **Os euro-brasileiros no espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 5.

GUECHEV, I. E. A zadruga na Bulgária Ocidental. **Revista Periódica da Sociedade Livresca da Bulgária**, Sófia, n. 21-22, p. 426-449, 1888.

KOTARSKI, J. **Lobor**. Zbornik/Znžo, p. 220-231, 1907.

LAVELEYE, É. L. V. **Primitive property**. London: Macmillan and Co., 1878.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSELY, P. The peasant family: the zadruga or communal joint family in the Balkans and its recent evolution. *In*: Ware, C. (ed.). **The Cultural Approach History**. New York: Columbia University Press, 1940.

NERONE, Maria Madalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997**. 2000. 286f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

ORREDA, José Maria. **Irati 70 Anos**. Irati: Imprensa Martins, 1978.

OSTROŽINSKI, O. U. **Die Hauskommunionen der Südslaven**: Eine Denkschrift zur Beleuchtung der volksthümlichen Acker-und Familienverfassung des serbischen und kroatischen Volkes. Wien: F. Manz & Compagnie, 1859. p. 38-75.

RAKITSCH, L. **Die häusliche Erziehung in der serbischen Sadruga zur Zeit der türkischen Herrschaft**. 1914. Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der hohen philosophischen Fakultät I der Universität Zürich, Zürich, 1914.

RIHTMAN-AUGUŠTIN, D. The communal family between real and imagined order. **Nar: umjet**, Zagreb, n. 1. 2, p. 209-218, 1988.

SCHUSTER, W. T.; LÖWEN SAHR, C. L. O faxinal do presente e o faxinal do passado: evolução do uso da terra no faxinal Saudade Santa Anita – Turvo (PR). **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa/PR, v. 15, n. 1, p. 7-18, abr. 2009. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/exatas/article/view/970/841>. Acesso em 13/07/2020.

SOUZA, M. Discurso fundador, história e subjetividades. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 57-64, dez. 2002.

SPONHOLZ, Newton. **A terra e o Homem no Sul do Paraná**: problemas e perspectivas. Irati: Martins & Abib, 1971.

STANISCHITSCH, Alexa. **Ueber den Ursprung der Zadruga**: Eine soziologische Untersuchung. Bern: Buchdruckerei Scheitlin/Spring, 1907.

TOMAŠIĆ, D. **Personality and culture in Eastern European politics**. New York: George Stewart, 1948. p. 149-205.

VITTORELLI, N. [1999]. An “Other” of One’s Own: Pre-WWI South Slavic Academic Discourses on the zadruga. Disponível em: [http://www.yorku.ca/soi/Vol\\_2\\_3/HTML/Vittorelli.html](http://www.yorku.ca/soi/Vol_2_3/HTML/Vittorelli.html). Acesso em 29/06/2014.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Recebido: 07/10/2016  
Aprovado: 13/05/2020

## LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO BRASIL E NO PARAGUAI: A CONSTRUÇÃO DE SABRES DA HISTÓRIA

André Mendes Salles<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo define como *corpus* documental obras didáticas de História, de diferentes períodos, concebidas e adotadas em escolas da educação básica no Brasil e no Paraguai, com o objetivo de refletir sobre as principais características desses materiais didáticos, levando em consideração os contextos políticos, históricos, educacionais e historiográficos em que estavam situados. Um dos elementos que marcam e caracterizam um livro didático é o seu caráter intencional, quer dizer, ter sido escrito para o ensino de uma disciplina específica, a um público estudantil específico, crianças e jovens em sua maioria. Ao ser escrito com uma intencionalidade, os livros didáticos contêm, geralmente, orientações de caráter disciplinar e pedagógico a professores e estudantes, além de possuir certa organização e lógica disciplinar, isto é, um modo específico de organizar o conhecimento disciplinar para situações de ensino.

**Palavras-chaves:** Livros didáticos; Saberes escolares; Ensino de História.

### HISTORY TEXT BOOKS IN BRAZIL AND IN PARAGUAY: THE SCHOOL KNOWLEDGE CONSTRUCTION IN HISTORY

**Abstract:** The present study defines the History textbooks, from different periods, developed and adopted in elementary schools in Brazil and in Paraguay, as documental *corpus*, aiming to think over the main characteristics of these learning materials, taking into consideration the political, historical, educational and historiographical contexts, in which they were based. One of the elements that mark and characterize a textbook is its intentional nature, in other words, the fact of having been written for teaching a specific subject, to a specific school audience, children and youths in most. Being written with an intent, the textbooks have, usually, approaches with pedagogical and disciplinary nature to teachers and students, besides having some disciplinary character and logic, in other words, a specific way to organize the subject knowledge for teaching situations.

**Key words:** Textbooks; School Knowledge; History Teaching.

### Introdução

Choppin, um dos mais destacados pesquisadores que tomam o livro didático como objeto de estudo, orienta que devemos nos afastar o quanto possível de visões espontâneas dos livros escolares para nos acercarmos, cada vez mais, de perspectivas históricas e/ou comparativas.<sup>2</sup> O autor realça que foram os historiadores a primeira comunidade científica a se interessar, ainda na década de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: [andremendes.s@hotmail.com](mailto:andremendes.s@hotmail.com) A pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> CHOPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. *Revista Educación y Pedagogía*, Medellín, v. 13, n. 29-30, p. 209-229, 2001.

1960, pelos antigos livros escolares.<sup>3</sup> O presente estudo enseja ser uma contribuição para área, sobretudo por seguir uma perspectiva histórica e comparativa.

O artigo em tela é um recorte de uma tese de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).<sup>4</sup> O recorte em destaque define como *corpus* documental obras didáticas de História, de diferentes períodos,<sup>5</sup> concebidas e adotadas em escolas da educação básica no Brasil e no Paraguai. O objetivo é refletir sobre as principais características desses materiais didáticos assim como de seus respectivos autores, levando em consideração os contextos políticos, históricos, educacionais e historiográficos em que estavam situados.

Em relação ao *corpus* documental, buscamos selecionar alguns dos livros didáticos mais representativos do período no qual foram produzidos e publicados. Desde o início da pesquisa, interessava-nos analisar livros didáticos que gozassem de boa aceitação no cenário editorial de didáticos no Brasil e no Paraguai e que, portanto, tivessem contribuído no processo de atribuição de sentido da *consciência histórica*<sup>6</sup> de gerações de crianças e jovens brasileiros e paraguaios. Isso não quer

---

<sup>3</sup> *Idem*. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009.

<sup>4</sup> Apresentamos, naquele momento, como problema de pesquisa, de que forma o conteúdo curricular Guerra do Paraguai foi abordado em livros didáticos de História do Brasil e do Paraguai e construído enquanto saber disciplinar a ser ensinado por professores de História de escolas da Educação Básica de ambos os países. Nesse sentido, o nosso objeto de estudo compreendeu o conhecimento escolar Guerra do Paraguai em livros didáticos e nos saberes disciplinares escolarizados por professores de História de escolas da Educação Básica, do Brasil e do Paraguai. No espaço aqui reservado, contudo, analisamos exclusivamente as principais características dos livros didáticos de História – brasileiros e paraguaios –, selecionados para pesquisa, tendo em vista os saberes disciplinas e escolares da História.

<sup>5</sup> Na pesquisa doutoral, buscávamos saber como o conhecimento escolar *Guerra do Paraguai* havia sido histórica e socialmente construído, tendo em vista cada contexto histórico, social, político, cultural e curricular dos países envolvidos no conflito (particularmente Brasil e Paraguai). Foi tal perspectiva que, naquele momento, nos orientou na seleção dos materiais e periodização. Nesse sentido, selecionamos livros didáticos de ambos os países, desde o final do conflito – final do século XIX – percorrendo todo o século XX e adentrando nos materiais didáticos utilizados pelos professores de História da Educação Básica que, naquele momento, se constituíram em sujeitos da pesquisa. Relembramos aqui que, nem o contexto da Guerra do Paraguai, nem a prática curricular dos professores sujeitos da pesquisa entram no contexto desse artigo. Essas informações servem, apenas, para justificar as seleções operadas.

<sup>6</sup> Entendemos a consciência histórica como “um fenômeno inerente à existência humana” (CERRI), um “universal antropológico” (RÜSEN). Ponderamos que qualquer consideração em relação a defesa de que existam pessoas ou povos que não possuam consciência histórica possa gerar a velha

dizer, contudo, que não possa haver outros livros tão significativos para época quanto os que foram selecionados. Não obstante, assinalamos que toda pesquisa acadêmica opera com seleções e que os livros selecionados se enquadraram nos objetivos propostos naquele momento da pesquisa, bem como responderam aos critérios metodológicos estabelecidos.

Para selecionar os livros a partir das intenções anunciadas acima, observamos os seguintes critérios: (1) obras que tiveram inúmeras edições, o que representaria a sua relativa aceitação no cenário de livros didáticos e sua participação por anos seguidos no processo de atribuição de sentido da *consciência histórica* de um grande número de estudantes e professores brasileiros e paraguaios; (2) o lugar social e institucional dos autores. No caso brasileiro, vários dos livros selecionados por nós têm como autores professores do Colégio Pedro II e/ou membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No caso paraguaio, ganham destaque três instituições, que comporão os lugares-sociais nos quais a maioria dos autores dos livros didáticos analisados estará vinculada: *O Colégio Nacional*, *a Universidade Nacional* e *o Instituto Histórico Nacional*.<sup>7</sup>

O Colégio Pedro II e o IHGB são as duas principais instituições que, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, foram as responsáveis pelo processo de institucionalização do conhecimento histórico,<sup>8</sup> a primeira em nível escolar/curricular e a segunda em nível acadêmico. Os programas de ensino do Colégio Pedro II praticamente exerceram, durante algum tempo, uma função de currículo nacional, pois muitos colégios das diversas províncias brasileiras –

---

dicotomia entre civilização e barbárie. Daí a utilização da expressão “atribuição de sentido da consciência histórica” ao invés de “produção ou construção de consciência histórica”. Ver: CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001. Ver também: RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

<sup>7</sup> O *Instituto Histórico Nacional* (IHN) foi fundado em 1895. Em 1937, passa-se a chamar *Instituto Paraguayo de Investigaciones Históricas* (IPIH) e apenas em 1966 passou a ser chamado de *Academia Paraguaya de la Historia*.

<sup>8</sup> Não podemos olvidar, como assinala Certeau, que a História se configura enquanto uma prática institucionalizada, quer dizer, é uma prática realizada e validada por uma comunidade de pesquisadores/historiadores. Cf. CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense editora, 2011. Segundo Dosse, a História é uma prática que “deve ser referida a um lugar de enunciação, a uma técnica de saber, ligada à instituição histórica”. DOSSE, François. **A História**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 126.

depois de 1930, denominadas de Estados – organizaram seu currículo a partir de programas daquele colégio. Nesse sentido, os livros didáticos escritos por professores que atuavam no Pedro II ganhavam *status* de qualidade e passavam a ser adotados em outras províncias/estados brasileiros.

No Paraguai, as obras didáticas de autores que, de alguma forma, mantinham ou haviam mantido vínculos institucionais com as três instituições mencionadas, também ganhavam *status* de qualidade e, em certo sentido, influenciaram escolas e professores de todo o país a adotarem as obras. Daí, certamente, a longevidade desses livros didáticos, materializada nas suas diversas edições.

Foram selecionados um total de 26 livros didáticos de História, sendo 14 brasileiros e 12 paraguaios, dentre os quais, alguns dos mais representativos do período no qual foram produzidos e publicados.<sup>9</sup> Os livros didáticos selecionados possuíam/possuem uma boa aceitação no cenário editorial de didáticos em seus respectivos países e, nesse sentido, como mencionado, foram reeditados inúmeras vezes. Esse fato nos leva a supor que tais livros tenham contribuído no processo de atribuição de sentido da *consciência histórica* de gerações de crianças e jovens brasileiros e paraguaios.

Relevante destacar que, dos 26 livros didáticos selecionados para fazer parte do *corpus* documental da pesquisa, apenas dois – um brasileiro e outro paraguaio (os mais recentes em um e outro país) – não seguiram os critérios de escolha anteriormente mencionados. Os dois livros referidos foram escolhidos, justamente, por serem aqueles adotados pelos professores sujeitos da investigação.<sup>10</sup> Na pesquisa exploratória, através das entrevistas realizadas com os professores, conseguimos identificar os livros utilizados por eles.

---

<sup>9</sup> Preferimos, naquele momento, um longo recorte temporal tendo em vista entendermos que o conhecimento escolar presente no currículo se constitui em uma construção histórica e social e, nesse sentido, ao observarmos o recorte estabelecido conseguiríamos perceber melhor não apenas o momento inicial em que a Guerra do Paraguai foi traduzida enquanto conhecimento escolar, no Brasil e no Paraguai, mas como esse mesmo conhecimento foi adquirindo sentidos diferenciados em cada período histórico que explicasse a sua inclusão no currículo escolar de ambos os países. Sobre o currículo enquanto uma construção social, ver: GOODSON, Yvor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Editora EDUCA, 1997.

<sup>10</sup> Lembramos aqui que, na pesquisa doutoral, contamos com sujeitos de pesquisa, professores de História da Educação Básica no Brasil e no Paraguai. Os livros utilizados por esses sujeitos em suas práticas pedagógicas foram selecionados para fazer parte da pesquisa. O nosso objetivo, naquele

## Saberes escolares da História

Entendemos, assim como Cardoso,<sup>11</sup> que a História escolar não se constitui em uma pura simplificação da “História dos historiadores”, inclusive, pela própria distinção entre as funções sociais dessas duas instâncias de produção – a escola e a universidade/centros de pesquisa. Apesar disso, não podemos negligenciar os vínculos existentes entre elas hoje. Pois, se a História escolar é completamente autônoma frente à História acadêmica, como supõe Cardoso, poder-se-ia questionar a própria função das universidades e demais instituições de ensino superior e, especificamente, seus cursos de formação de professores de História.

Deste modo, assim como Costa,<sup>12</sup> partimos do entendimento da existência de uma relação de proximidade e conexão entre a “História dos historiadores” e a História escolar, ainda que tal relação se faça acompanhar por um processo de “reelaboração didática”,<sup>13</sup> que constitui e configura os conhecimentos históricos escolares em cada tempo e contexto. Reconhecer a existência dessa relação de proximidade e conexão entre a História acadêmica e a escolar não é, necessariamente, defender que esta última seja pautada por uma simples relação de ‘transferência’ mecânica de uma instância a outra.

Gabriel e Monteiro,<sup>14</sup> apesar de considerarem o conhecimento escolar enquanto uma “construção epistemológica própria e específica”, quer dizer, uma

---

momento, era saber em que medida os livros adotados por eles reproduziam ou divergiam de discursos produzidos em livros didáticos de História de outros períodos e mesmo da historiografia em relação à Guerra do Paraguai, assim como influenciavam na prática curricular dos professores sujeitos da pesquisa. Os dados obtidos a partir dos sujeitos da pesquisa não entram no contexto desse recorte, eles foram citados apenas como forma de deixar claro os processos de seleção dos materiais didáticos analisados nesse artigo.

<sup>11</sup> CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

<sup>12</sup> COSTA, Aryana. Apologia do ensino de História: a didática da História em Jörn Rüsen. In: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH, 13., 2008, Guarabira. **Anais [...]** Guarabira: ANPUH, 2008.

<sup>13</sup> FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

<sup>14</sup> GABRIEL, Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria *et al.* (org.). **Pesquisa em Ensino de História: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. p. 23-40.

“criação da cultura escolar”,<sup>15</sup> reconhecem que ele “mantém diálogos necessários e contínuos com o conhecimento acadêmico/científico de referência, no caso, a Teoria da História e a historiografia”. Nesse sentido, as autoras anunciam a relevância da *teoria da transposição didática*, de Chevallard, e apontam que o reconhecimento em torno da existência de um processo de “didatização do saber”<sup>16</sup> não significa, necessariamente, desconsiderar as “especificidades epistemológicas” do conhecimento escolar, tendo em vista que os saberes de referência não são as únicas fontes para o saber escolar. Assim:

[...] Duas contribuições efetivamente renovadoras decorrem da utilização do conceito de conhecimento escolar e de transposição didática. O primeiro conceito, considerado na perspectiva que **reconhece a especificidade epistemológica de sua construção, que tem a dimensão educativa como estruturante na sua constituição e que implica um diálogo contínuo e não hierarquizado com o conhecimento da disciplina científica**, no caso, a Teoria da História e a historiografia, para sua reelaboração/renovação/atualização. [...] Essa análise, por sua vez, exemplo vivo dos processos implícitos na produção do conhecimento escolar em História, numa perspectiva que assume que **a incorporação de contribuições teóricas do campo da ciência de referência não produz uma réplica, mas sim um conhecimento com características originais, próprias da cultura escolar**.<sup>17</sup>

Alice Casimiro Lopes, por sua vez, preferiu usar o termo *mediação didática* no lugar de *transposição*, considerado por ela como reducionista, tendo em vista que o termo pode transmitir uma ideia de “reprodução, movimento de transportar de um lugar a outro, sem alterações”.<sup>18</sup> A autora afirma:

A mediação didática não deve, por conseguinte, ser interpretada como um mal necessário ou como um defeito a ser suplantado. A didatização não é meramente um processo de vulgarização ou adaptação de um conhecimento produzido em

---

<sup>15</sup> As referidas autoras baseiam-se em Forquin para apontar as especificidades epistemológicas do conhecimento escolar como criação da cultura escolar.

<sup>16</sup> CHEVALLARD, Yves. **La Transposición Didáctica**: Del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique, 1997.

<sup>17</sup> GABRIEL e MONTEIRO. *Op. Cit.*, p. 33-34. (Grifos nossos).

<sup>18</sup> LOPES, Alice Casimiro. Conhecimento escolar em Química: processo de mediação didática da ciência. **Química Nova**, São Paulo, v. 20, p. 563-568, 1997. p. 564.

outras instâncias (universidades e centros de pesquisa). Cabe à escola o papel de tornar acessível um conhecimento para que possa ser transmitido. Contudo, isso não lhe confere a característica de instância meramente reprodutora de conhecimentos. **O trabalho de didatização acaba por implicar, necessariamente, uma atividade de produção original.** Por conseguinte, devemos recusar a imagem passiva da escola como receptáculo de subprodutos culturais da sociedade. Ao contrário, devemos resgatar e salientar o papel da escola como socializadora/produtora de conhecimentos.<sup>19</sup>

Considerando-se a complexidade do conceito de *conhecimento escolar*, evidenciada nas reflexões anteriormente expostas, entende-se que o saber disciplinar da História<sup>20</sup> é uma importante fonte – mas não a única – para a constituição dos saberes históricos escolares. Em contrapartida, concordamos que “a História como disciplina escolar da escola secundária [brasileira] se efetivou com a criação do Colégio D. Pedro II, no final da regência de Araújo Lima, em 1837”.<sup>21</sup> Entretanto, como problematiza Bittencourt,<sup>22</sup> a formação dos profissionais de História em nível superior no Brasil só se verificou a partir da década de 1930, com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, isto é, basicamente um século depois da criação da História enquanto disciplina escolar. Isto quer dizer que a História, enquanto conhecimento escolar, no Brasil, precedeu a História, enquanto curso superior responsável pela formação dos profissionais da área do magistério.

---

<sup>19</sup> *Ibidem*. p. 566. (Grifos nossos).

<sup>20</sup> Entendemos os saberes disciplinares como àqueles que estão relacionados “aos diversos campos do conhecimento historicamente produzidos, que se encontram delimitados e institucionalmente organizados”. Os ‘saberes disciplinares da História’ são ‘saberes específicos’, haja vista que se tratam, especificamente, do conhecimento oriundo da disciplina História. Deste modo, como aponta Batista Neto, “o termo ‘específico’ agrega-se aqui como atributo, designando algo próprio de uma espécie de saber. É um saber especializado, porque produzido de forma rigorosa por um corpo de especialistas. Saber específico opor-se-ia assim a saber genérico”. Em outras palavras, os saberes disciplinares são um conjunto de saberes socialmente construído, selecionado, organizado e legitimado em determinado momento por uma comunidade de especialistas que não atua única e exclusivamente com base no rigor científico, mas também a partir de demandas sociais – contextualizadas historicamente – que estão enredadas em teias de poderes/saberes. Ver: BATISTA NETO, José. Saberes pedagógicos e saberes disciplinares específicos: os desafios para o ensino da História. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 13., 2006, Recife. **Anais [...]** Recife: ENDIPE, 2006. p. 2.

<sup>21</sup> ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 28-41. p. 29.

<sup>22</sup> BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

Apesar de concordarmos com Tardif, de que os saberes disciplinares “se encontram hoje integrados nas universidades, sob a forma de disciplinas, no interior das faculdades e de cursos distintos”,<sup>23</sup> é preciso salientar que os saberes disciplinares da História, no Brasil, existiam muito antes do estabelecimento de instituições de formação para o professor de História em nível superior (IES). No contexto brasileiro, portanto, a História se estabeleceu, inicialmente, enquanto um corpo de saber disciplinar socialmente constituído, selecionado, legitimado e organizado por outra instituição que não a universidade – o IHGB –, que influenciava a História escolar e a produção de materiais didáticos da época. É nesse sentido que Abud afirma que “a História disciplina não nasceu sozinha. Foi sua irmã gêmea a História acadêmica”.<sup>24</sup>

### O contexto dos livros didáticos brasileiros

Nessa seção, realizaremos não apenas uma apresentação dos livros didáticos brasileiros selecionados para a pesquisa, mas também de seus respectivos autores. Nosso objetivo é contextualizar, na medida do possível, suas biografias, situando-as histórica, educacional e historiograficamente. A seguir apresentamos um quadro resumido das obras e autores brasileiros selecionados.

**Quadro 01 - Livros didáticos brasileiros**

LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS	AUTORES
<b>Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária.</b> Editora Livraria Garnier, 1905.	<b>JOAQUIM MANUEL DE MACEDO</b>
<b>Lições de História do Brasil. Proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II.</b> Editora Garnier, 1886, 2ª edição.	<b>LUÍS DE QUEIRÓS MATTOSO MAIA</b>
<b>História do Brasil.</b> Editora Companhia Melhoramentos, s/d.	<b>JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO</b>
<b>História do Brasil.</b> Curso Superior. Editora Francisco Alves, 1914, 5ª Edição.	<b>JOÃO RIBEIRO</b>
<b>Ponto da História do Brasil.</b> Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920, 2ª Edição.	<b>PEDRO DO COUTTO</b>
<b>História do Brasil.</b> Para o Curso Médio – primeira e segunda séries. Companhia Editora Nacional, 1969, 22ª Edição.	<b>JOAQUIM SILVA</b>

<sup>23</sup> TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação de professores.** Petrópolis: Vozes, 2010. p. 38.

<sup>24</sup> ABUD, *Op. Cit.*, p. 29.

<b>Compêndio de História do Brasil.</b> Companhia Editora Nacional, 1972, 57ª Edição.	<b>ANTONIO JOSÉ BORGES HERMIDA</b>
<b>História do Brasil.</b> Para o curso colegial. Companhia Editora Nacional, 1965.	<b>ARMANDO SOUTO MAIOR</b>
<b>História da Sociedade Brasileira.</b> Editora Ao livro técnico, 1979.	<b>FRANCISCO RODRIGUES DE ALENCAR FILHO LÚCIA CARPI RAMALHO MARCUS VENICIO TOLEDO RIBEIRO</b>
<b>História do Brasil.</b> Editora Atual, 1987, 5ª Edição.	<b>LUIZ KOSHIBA DENISE MANZI FRAYZE PEREIRA</b>
<b>História do Brasil.</b> Editora Saraiva, 1997, 19ª Edição.	<b>JOANA NEVES ELZA NADAI</b>
<b>História do Brasil.</b> Editora Ática, 1987, 6ª Edição.	<b>NELSON PILETTI</b>
<b>História e consciência do Brasil.</b> Editora Saraiva, 1999, 7ª Edição.	<b>GILBERTO COTRIM</b>
<b>Vontade de saber História,</b> 8º ano. São Paulo: Editora FTD, 2015.	<b>MARCO CESAR PELLEGRINI ADRIANA MACHADO DIAS KEILA GRINBERG</b>

Dos sete primeiros autores referenciados, apenas um deles, Joaquim Silva, não pertencia ao quadro docente do Colégio Pedro II, o que demonstra a importância desta instituição para o cenário educacional entre a segunda metade do século XIX e início do século XX.<sup>25</sup> Segundo Elza Nadai,<sup>26</sup> o ensino de História foi introduzido oficialmente nos currículos da escola secundária brasileira com a fundação do Colégio Pedro II, em 1838. Até as primeiras décadas do período republicano, o Colégio Pedro II era considerado um dos principais colégios secundários brasileiros, constituindo-se como uma referência, inclusive curricular, para outras instituições educacionais. Conforme Vechia e Lorenz:

Através dos anos, os programas de ensino do Colégio [Pedro II] exerceram influências, ainda que de forma indireta, sobre as escolas secundárias existentes nos meados do século XIX e as que surgiram em número crescente até o final do Império e inclusive nos primeiros anos da República. [...] Os demais colégios eram incentivados a adequar os seus currículos e programas aos do Colégio Pedro II, principalmente a partir de 1854, quando os exames preparatórios passaram a ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição. A lógica exigia, portanto, a

<sup>25</sup> Isso quer dizer que quase a metade do total das obras selecionadas foi escrita por professores que atuaram no Colégio Pedro II.

<sup>26</sup> NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992/1993.

adoção ou emulação desses programas pelos colégios provinciais ou particulares.

No período republicano a influência do Colégio se fazia sentir de forma direta. Através do sistema de equiparação, os colégios públicos ou particulares que desejassem ter os privilégios do Colégio de Pedro II, deveriam adotar currículos e programas iguais ou semelhantes aos do mesmo e submeter-se à fiscalização do poder central. Pretendia-se, dessa forma, a melhoria da qualidade do ensino secundário pela padronização e funcionamento dos colégios em todo o país.<sup>27</sup>

A análise da biografia dos autores dos livros didáticos brasileiros selecionados para a pesquisa põe em evidência outra questão: Ela possibilita perceber uma mudança que se imprimiu, ao longo do tempo, no perfil dos autores de obras didáticas. Pode-se entender essa mudança a partir do lugar de legitimidade da produção histórica, acadêmica e escolar, que foi cambiando do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e seus congêneres – e do Colégio Pedro II para as universidades.<sup>28</sup> Autores como Armando Souto Maior, Luiz Koshiba, Nelson Piletti, Elza Nadai, Joana Neves e Keila Grinberg apresentavam-se/apresentam-se como professores pesquisadores, vinculados a universidades, responsáveis por formar novos historiadores e professores de História, o que demonstra um deslocamento no centro produtor/legitimador/institucional dos saberes disciplinares da História que, por consequência, influencia na produção de livros didáticos dessa disciplina curricular.

A partir, sobretudo, da década de 1970, as universidades brasileiras vão se tornando o principal centro institucional da produção do conhecimento histórico.<sup>29</sup> Isso se deve ao fato da criação e do fortalecimento, na referida década, das pós-

---

<sup>27</sup> VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl. **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira - 1850-1951**. Curitiba: Edição dos Organizadores, 1998. p. vii-viii.

<sup>28</sup> A pesquisadora Aryana Costa, em estudo sobre o papel do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) nos primeiros anos de formação do curso de história da USP, na década de 1930, demonstra que esse processo não foi automático, havendo um período ou um *regime de transição*, em que, inclusive, intelectuais vinculados ao instituto exerceram função docente nesse momento inicial de criação da universidade. De forma que, “a criação do curso de geografia e história na USP não significou de imediato uma diminuição no reconhecimento profissional e do papel que o instituto exercia na escrita da história de São Paulo e, portanto, ‘da história nacional’”. COSTA, Aryana. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 530-548, 2019. p. 545.

<sup>29</sup> Muitos historiadores, sobretudo a partir de 1980, passaram a ver os institutos históricos como símbolos de uma produção positivista, mais preocupados com efemérides do que com a efetiva produção de conhecimentos históricos.

graduações em História e em Educação no Brasil, além do fortalecimento de instituições de fomento à pesquisa como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Não podemos olvidar, ainda, do importante papel desempenhado pela associação Nacional de História (ANPUH) que, desde a década anterior, ao reunir professores universitários de todo o país em regulares reuniões e encontros acadêmicos, refletia e influenciava na (re)elaboração dos currículos dos cursos superiores de História.<sup>30</sup>

Foi possível perceber que diversos livros, dentre os mais antigos examinados, como o de Macedo,<sup>31</sup> de Maia,<sup>32</sup> de Coutto<sup>33</sup> e de Ribeiro,<sup>34</sup> traziam informações na capa ou no próprio título/subtítulo da obra, indicando o *lugar institucional* do escritor: *professor do Colégio Pedro II, professor do Gymnasio Nacional, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Membro da Academia Brasileira de Letras* e etc. Acreditamos que tal fato não seja apenas uma preocupação em indicar ao público leitor o lugar-institucional do autor, mas uma estratégia editorial para transmitir confiabilidade à obra – a partir do lugar de relevo daquelas instituições – perante seu público leitor e perante os órgãos públicos responsáveis pela avaliação, indicação e adoção do livro. Pedro do Coutto chega a afirmar, em seu prefácio, que o seu livro foi organizado segundo os “pontos do programma da cadeira de História do Brasil do Collegio Pedro II”.<sup>35</sup>

---

<sup>30</sup> NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus Henrique. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

<sup>31</sup> Segundo Gasparello, a primeira edição da obra de Macedo data de 1861. A edição examinada é de 1905. Ver: GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidades**: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004. p. 128-129.

<sup>32</sup> Conforme Gasparello, a primeira edição da obra de Maia foi publicada provavelmente em 1880 pela Editora Dias da Silva Júnior. A edição examinada data de 1886. Ver: *Ibidem*. p. 134

<sup>33</sup> De acordo com Gasparello, a primeira edição de *Pontos da História do Brasil*, de Pedro do Coutto, se deu em 1918. Examinamos a edição de 1920. Ver: *Ibidem*. p. 182.

<sup>34</sup> Segundo Marcelo de Souza Magalhães, a primeira edição do livro de Ribeiro é de 1900. Examinamos a edição de 1914. Ver: MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A construção de um cânone republicano: a escrita da história escolar na virada do século XIX para o XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1.

<sup>35</sup> COUTTO, Pedro do. **Ponto da História do Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.

Outro dado sugestivo do universo do manual didático é que o livro de Joaquim Manoel de Macedo foi complementado e atualizado por Olavo Bilac.<sup>36</sup> Era muito comum, no século XIX e até os primeiros anos do século XX, as editoras continuarem publicando livros de autores já falecidos, sobretudo se esses livros haviam tido grande aceitação e, portanto, haviam sido alvo de várias reedições. As editoras então contratavam intelectuais para complementar e atualizar a obra.

Foi possível perceber, ao analisar as obras em destaque, que o livro didático de História foi, ao longo do tempo, deixando de ser composto apenas de texto e sendo pensado, cada vez mais, em uma dimensão didática. Nesse sentido, novos elementos e recursos foram sendo incluídos nesses livros, tais como imagens, mapas, sugestões de atividades, dentre outros. Não obstante, mesmo nos livros escolares em que o *texto* prevalece, não podemos olvidar que exista ali uma dimensão didática estabelecida, dado que esse tipo de material é elaborado com o olhar voltado para o processo de ensino e aprendizagem.<sup>37</sup>

Partimos do pressuposto de que os autores de livros didáticos de História no Brasil, a partir do final da década de 1970, em termos gerais, passaram a escrever uma História didática que fugisse de narrativas factuais, descritivas, heroizantes e nacionalistas. Entendemos que esse contexto tenha se dado não só pela desconfiança que o nacionalismo engendrado pelo regime militar gerou nos intelectuais do período, como também pela própria crítica historiográfica realizada

---

<sup>36</sup> Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac nasceu no Rio de Janeiro em 1865 e faleceu em 1918. Foi poeta, inspetor de ensino e jornalista. Participou de campanhas cívicas, com destaque àquela em favor do serviço militar obrigatório. Ocupou alguns cargos políticos, como *oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio* (1891), *inspetor escolar do Distrito Federal*, *delegado em conferências diplomáticas e secretário do prefeito do Distrito Federal* (1907). Foi perseguido e preso no governo de Floriano Peixoto por conta de sua atividade como jornalista. Escreveu a letra do Hino à Bandeira. Ocupou a cadeira de número 15 da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac/biografia>. Acesso em 16/11/2015.

<sup>37</sup> Munakata assinala que o livro didático, além da função de 'depositário de conteúdos escolares', é também 'depositário de métodos de ensino'. Choppin e Bittencourt, ao apontarem as funções que os livros didáticos podem exercer, assinalam, também, a função instrumental, segundo a qual o livro didático passa a ser entendido como um instrumento pedagógico, um suporte de métodos e técnicas de aprendizagem, tendo em vista os exercícios, questionários, leituras complementares e sugestões de trabalho em equipe e/ou individual. Ver: MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016; CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004; BITTENCOURT, *Op. Cit.* 2004.

pela comunidade de historiadores que passaram a tecer fortes críticas a perspectivas positivistas de escrita da História.<sup>38</sup>

Os prefácios e apresentações das obras analisadas trazem elementos importantes que merecem ser discutidos, sobretudo porque deixam entrever as concepções de História e de ensino de História dos autores.<sup>39</sup> Joaquim Macedo, por exemplo, destaca no prefácio à sua obra as questões de “methodo”.<sup>40</sup> Apesar de o momento principal na metodologia de ensino de Macedo ser formado de perguntas e respostas, ele deixa estas últimas a cargo dos próprios alunos.<sup>41</sup> Contudo, acreditamos que o autor intencione que o aluno responda às perguntas sem transgressões, de acordo com sua explanação inicial e o quadro sinóptico.

Não obstante o caráter mnemônico do método utilizado por Macedo, do aluno ter que *reproduzir de cor na pedra e no papel*, o autor, ainda no referido prefácio, realça a importância do professor no processo educativo e sua preponderância no desenrolar do método. Apesar de a figura do professor ser realçada como a *alma do livro*, é difícil crermos que o autor esteja preconizando ou até mesmo incitando à transgressão do que foi dito através da livre interpretação por parte dos educadores. Ao contrário, eles deveriam seguir o prescrito, possibilitando a aplicação do método. Esse diálogo entre autores de livros didáticos e professores é caracterizado por Bittencourt como um “monólogo em

---

<sup>38</sup> Os livros didáticos de cada época reúnem estas tensas discussões e conflitos em torno de sua construção, desde os discursos legitimadores da disciplina de referência e suas instituições, passando pela formação profissional e intelectual do autor – e suas vinculações e aproximação com esses discursos legitimadores -, a questões econômicas suscitadas pelas editoras, como também as questões de ordem político-pedagógicas, referenciadas nas (re)definições curriculares ou de direcionamentos de certas políticas educacionais.

<sup>39</sup> O livro didático de História, para além de reunir conteúdos desta disciplina para situações de ensino, cumpre, antes de qualquer coisa, uma função de materialização da disciplina histórica escolar. Como afirma Maria Inês Stamatto, o livro didático de História é um dos elementos constituidores da disciplina História e, ao mesmo tempo, em uma perspectiva dialética, é constituído por ela. Ver: OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. *In*: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (org.). **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 12-19. Ver também: STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Legislação e Livro Didático de História. *In*: OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir (org.). **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 21-32.

<sup>40</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Garnier, 1905.

<sup>41</sup> Ao contrário de Joaquim Maria de Lacerda, em seu livro *Pequena História do Brasil por perguntas e respostas*, também do século XIX, cujas respostas já estão dadas. Ver: BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008b. p. 144.

que o autor buscava impedir formas diferenciadas e criativas de trabalhar com o texto que haviam produzido”.<sup>42</sup>

Rocha Pombo, em seu prefácio, segue uma perspectiva nacionalista e assinala que uma das principais funções de sua obra é “renovar a nossa bibliografia das escolas e dos lares, convencidos de que este é o esforço fundamental de tudo o que se tiver de fazer no sentido de levantar a alma da pátria”.<sup>43</sup>

Em longo prefácio, Coutto faz questão de deixar clara a sua posição política, se autodenominando como “radical republicano”. O autor já antecipa que, em relação a alguns temas, se distancia de interpretações que são correntes e hegemônicas, dentre elas a Guerra do Paraguai e o processo de abolição da escravidão. O autor questiona o papel histórico exercido pela princesa Isabel, defendendo que sua ação em relação à abolição da escravidão teria sido secundária, pois “ella [princesa Isabel] se viu sem forças para se oppôr á formidável pressão do povo brasileiro”;<sup>44</sup> Quanto à Guerra do Paraguai, o autor afirma que a mesma foi gestada e mantida pela política imperial e pela vontade pessoal de Pedro II. Cabe lembrar que a edição analisada do livro de Coutto é a de 1920. As edições analisadas dos livros de Silva, Borges Hermida e Souto Maior não possuem prefácio e/ou apresentação.<sup>45</sup>

Nos prefácios e apresentações dos livros didáticos selecionados a partir do final da década de 1970, começa a aparecer uma preocupação em afirmar um distanciamento da História oficial, que estava associada à figura de ‘grandes homens’ e excessiva memorização, para buscar uma aproximação com uma História social, sobretudo vinculada às relações de classes.

Na página que antecede ao prefácio do livro de Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro, há uma epígrafe do poema de Bertolt Brecht, intitulado “Perguntas de um operário que lê”. A enunciação de tal poema como epígrafe do livro é indicativa/sugestiva da concepção de História que os autores defendem: uma

---

<sup>42</sup> *Ibidem.* p. 185.

<sup>43</sup> ROCHA POMBO, José Francisco. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Melhoramentos, [19--].

<sup>44</sup> COUTTO, *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>45</sup> SILVA, Joaquim. **História do Brasil**: Para o Curso Médio: primeira e segunda séries. 22ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969; BORGES HERMIDA, Antônio José. **Compêndio de História do Brasil**. 57ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972; SOUTO MAIOR, Armando. **História do Brasil**: Para o curso colegial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

História construída pela coletividade e não pelas personalidades (“grandes homens”). Os autores assim iniciam o prefácio: “No poema de Brecht, são as maiorias ‘sem nome’ que fazem a História. Por isso, esta História da Sociedade Brasileira não pode ser considerada de nossa exclusiva autoria”.<sup>46</sup>

Na apresentação do livro de Koshiba e Pereira, publicado em 1979, são destacadas duas maneiras de organizar e orientar as análises históricas: a primeira seria apenas descrevendo os acontecimentos, como se os eventos e/ou fatos fossem por si mesmos autoexplicativos, enquanto a segunda estaria pautada pela interpretação desses eventos históricos. Os autores se posicionaram favoráveis a adotar a segunda perspectiva, apesar de reconhecerem que o ensino de História tem se orientado hegemonicamente pela primeira. Koshiba e Pereira se põem frontalmente contrários a primeira perspectiva descrita: “Este livro pretende ser uma contribuição para a renovação do ensino de História. Ele se enquadra numa tendência radicalmente contrária a perniciosa tradição, que transformou a História numa inútil galeria de supostos grandes homens...”. Para eles, “os fatos ou acontecimentos importam menos que o enfoque pelo qual os analisamos”. E o enfoque dado pelos autores, segundo consta na apresentação, é o das relações de classe:

Quanto ao processo intrínseco à História do Brasil, foi analisado do ponto de vista das relações de classes e não como produto da vontade e da ação de alguns poucos homens, mesmo os mais ilustres. Estes foram reduzidos à sua devida proporção, isto é, foram considerados representantes de uma classe ou grupo social.<sup>47</sup>

Já Nadai e Neves afirmam:

Nosso objetivo não foi discorrer sobre o passado isolado e desligado do presente, mas sobre a **sociedade brasileira**, entendida em suas multifaces e pluralidade de tempos históricos que convivem ora em harmonia, ora em conflito, ora em contradição, garantindo a especificidade do processo histórico brasileiro. Desta forma, a realidade passada é focalizada em seu dinamismo, suas contradições, seus avanços e recuos, pois

---

<sup>46</sup> ALENCAR FILHO, Francisco Rodrigues; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Toledo. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Ao livro técnico, 1979.

<sup>47</sup> KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi. **História do Brasil**. 5ª Edição. São Paulo: Atual, 1987.

procuramos garantir o tratamento dos assuntos de forma analítica, permitindo-lhe conhecer e compreender de maneira abrangente o sentido do seu movimento contínuo e do qual somos todos participantes interessados.<sup>48</sup>

Podemos apreender da citação acima uma concepção de história que busca fugir da linearidade temporal, entendendo, ou reconhecendo, a pluralidade de temporalidades que coexistem na sociedade brasileira, além de desmistificar a História enquanto fato acabado e inquestionável. Por sua vez, Piletti, em seu discurso de apresentação da obra,<sup>49</sup> destaca sua intenção de se afastar de uma História oficial. Apesar disso, a capa da referida edição é a fotografia de Getúlio Vargas rodeado de soldados, lembrando a velha História oficial, o que contrasta com sua intenção manifesta. Entretanto, destacamos que a capa de um livro é apenas um indício, que pode ou não sintetizar/resumir/caracterizar a obra como um todo, ou mesmo parte dela.

Para Cotrim, o estudo da História deve valorizar “mais reflexão e menos memorização” e destaca que procurou valorizar “novos temas de estudos históricos, como: o cotidiano, a visão dos vencidos, a situação da mulher, a mentalidade dos grupos sociais”. Aqui já começamos a perceber a influência da *Nova História* pautando a escrita didática do autor, ou pelo menos suas intenções, com novas temáticas e novas perspectivas.<sup>50</sup>

Pellegrini, Dias e Grinberg, por sua vez, assinalam que “o estudo da História nos ajuda a perceber as ligações existentes entre o passado e o presente” e que “nos permite conhecer o cotidiano dessas pessoas [“que viveram antes de nós”] e perceber como a ação delas foi importante para construir o mundo como ele é hoje”. Os referidos autores destacam as atuais questões relacionadas ao entendimento e ao respeito e direito à diversidade cultural:

---

<sup>48</sup> NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 19ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 3.

<sup>49</sup> Quais sejam: A. “aproximar-se da História real do povo brasileiro” (que é relegada pela História oficial) / B. Tratar de assuntos pouco abordados nos livros didáticos de História (como os negros e índios, a Pré-História brasileira etc.) / C. Estabelecer conexões entre o passado e o presente / D. Elevar o estudo da História para além do “mero acúmulo de informações” / E. Conceber o estudo da História como potencial para “transformação da realidade”. PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 6ª Edição. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>50</sup> COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1999.

A História nos auxilia a conhecer os grupos que formam as sociedades, os conflitos que ocorrem entre eles e os motivos de tais conflitos. Ela nos ajuda a tomar consciência da importância de nossa atuação política e a desenvolver um olhar mais crítico sobre o mundo. Assim, nos tornamos mais capazes de analisar desde uma afirmação feita por um colega até uma notícia veiculada pela televisão. [...] Ao estudarmos História, percebemos a importância do respeito à diversidade cultural e ao direito de cada um ser o que é, e entendemos como esse respeito é indispensável para o exercício da cidadania e para construirmos um mundo melhor.<sup>51</sup>

As reflexões tecidas até aqui nos permitem ter uma maior clareza em relação aos livros didáticos brasileiros selecionados para a pesquisa e seus autores, assim como as concepções de História e de ensino de História subjacentes às obras, possibilitando-nos realizar o devido processo de contextualização. A seguir, destacamos os livros didáticos paraguaios e seus autores, inseridos no seu devido contexto.

### **O contexto dos livros didáticos paraguaios.**

Assim como feito na seção anterior, realizaremos não apenas uma apresentação dos livros didáticos e autores paraguaios selecionados para a pesquisa, como também contextualizaremos os mesmos, situando-os histórica, educacional e historiograficamente. A seguir apresentamos um quadro resumido das obras e autores paraguaios selecionados.

**Quadro 02 - Livros didáticos paraguaios**

<b>LIVROS DIDÁTICOS PARAGUAIOS</b>	<b>AUTORES</b>
<b>Compêndio de Historia del Paraguay.</b> Asunción: Tipografía Quell & Cía, 1920.	<b>LEOPOLDO GÓMEZ DE TERÁN PRÓSPERO PEREIRA GAMBA</b>
<b>Breve resumen de la historia del Paraguay.</b> Madrid: Librería y Casa editorial, A. de Uribe y Ca. 1897.	<b>BLÁS GARAY</b>
<b>Historia del Paraguay.</b> 5ª edición. Asunción, s/d.	<b>ANTONIO TAVAROZZI</b>
<b>Apuntes de Historia del Paraguay y nociones de Historia General.</b> Asunción: La Colmena S. A., 1935.	<b>MIGUEL RIGUAL</b>
<b>El Paraguay y su historia.</b> Asunción: Alcora, 1963, 3ª edição.	<b>EMILIANO GOMEZ RIOS</b>
<b>Lecciones de Historia paraguaya.</b> Asunción:	<b>VICTOR NATALÍCIO VASCONCELLOS</b>

<sup>51</sup> PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de saber História, 8º ano.** São Paulo: Editora FTD, 2015.

Edición del Autor, 1970. 6ª Edición.	
<b>Compendio de Historia paraguaya.</b> Asunción: Carlos Schauman Editor, 1991.	<b>JÚLIO CÉSAR CHAVES</b>
<b>Manual de Historia paraguaya.</b> Asunción: Imprenta Comuneros S. R. L. s/d.	<b>LUIS GUILLERMO BENITEZ</b>
<b>Breve Historia del Paraguay.</b> Buenos Aires: EUDEBA editorial universitaria, 1965.	<b>EFRAIM CARDOZO</b>
<b>Estudios Sociales 2.</b> Asunción: Comuneros, s/d.	<b>IRMINA LEZCANO</b>
<b>Paraguay Ñane retá.</b> Estudios Sociales para el 3er. ciclo de la Educación. Asunción, 2004. (3º edición).	<b>PEDRO SACCAGGIO</b>
<b>Historia y Geografía.</b> 8º grado. Assunção: Editorial Don Bosco, 2009.	<b>MARY MONTE DE LÓPEZ MOREIRA</b>

Ao se pesquisar a biografia dos autores paraguaios, percebe-se que se destacam três instituições que exerceram inegável e inestimável contribuição cultural durante todo o século XX no Paraguai: *Colégio Nacional de la Capital*, *Universidad Nacional de Asunción* e *Instituto Historico Nacional*, que posteriormente passou-se a chamar *Academia Paraguaya de la Historia*.

Dos treze autores paraguaios, pelo menos oito deles tiveram vínculos com o Colégio Nacional, seja como aluno ou como professor. Garay, Chavez, Cardozo e Benítez figuram como egressos do Colégio Nacional, enquanto Terán, Gamba, Ríos e Vasconcellos tiveram vínculos como professores da instituição. Tal proporção vem demonstrar a relevância cultural e educacional do Colégio Nacional como formador de uma elite intelectual e política no Paraguai do Pós-Guerra da Tríplice Aliança.<sup>52</sup> Segundo Sckell:

Antecesora de la Universidad Nacional de Asunción (1889), este colegio [Colegio Nacional de la Capital] **se consolidó y desarrolló durante todo el siglo XX como una de las instituciones de educación pública más fructíferas de donde procedió toda la generación ilustrada de la post-guerra de la Triple Alianza y la reconstrucción del Estado paraguayo.** El nacimiento del Colegio respondió justamente al modelo de formación de élites instituido en la misma época durante toda la región.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> No Brasil, a historiografia hegemonizou o termo *Guerra do Paraguai* para o referido evento. No Paraguai, contudo, o mesmo evento ficou mais conhecido como *Guerra da Tríplice Aliança*. Ver: SALLES, André Mendes. A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas considerações. **Cadernos do Aplicação (UFRGS)**, v. 28, p. 29-41, 2015. Ver também: SALLES, André Mendes. **O conhecimento escolar Guerra do Paraguai em livros didáticos e na fala de professores de História de escolas da Educação Básica, no Brasil e no Paraguai.** 2017. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

<sup>53</sup> SCKELL, Jazmín Duarte. **Colegio Nacional de la Capital:** transformación de una institución emblemática de educación pública. Assunção, p. 1-26, 2015. p. 1. (Grifos nossos).

Fundado em 1877, o *Colégio Nacional da Capital* (CNC) foi, assim como o Colégio Pedro II no Brasil, um modelo educacional e curricular para outras instituições educativas do período no Paraguai. Para Sckell, o Colégio Nacional deve ser entendido “como el modelo educativo con el que inicia el sistema educativo paraguayo de la postguerra”.<sup>54</sup> Para o referido autor, o CNC foi, “desde su fundación, el arquetipo de modelo humanista de educación pública secundaria, en el cual se implementaban las reformas y planes a introducirse posteriormente en otras instituciones”.<sup>55</sup>

De sua fundação, em 1877, até meados da década de 1930, o Colégio Nacional da Capital manteve uma educação “enciclopédica y humanista”,<sup>56</sup> voltada para a formação de uma elite intelectual e política no Paraguai do Pós-Guerra, com um caráter “propedéutico y antesala de la universidad”.<sup>57</sup> Segundo Sckell, durante a década de 1930, “se interrumpe el proceso de vanguardia intelectual del CNC a través del decrecimiento de estudiantes, desbaratamiento del plantel docente, el control estricto en la dictadura morinigista y posterior enfrentamiento entre facciones por la guerra civil”.<sup>58</sup>

Outra instituição de grande relevância cultural e educacional no século XX no Paraguai foi a *Universidad Nacional de Asunción* (UNA), responsável por formar não apenas uma elite intelectual, mas também política do Paraguai do pós-guerra. Diversos egressos da referida instituição figuraram não apenas como os principais intelectuais da nação guarani ao longo do século, mas também assumiram diversas funções políticas, como ministérios, chancelarias, cargos no legislativo e, até mesmo, a presidência da república, como é o caso de Cecílio Báez.

A Universidade Nacional de Assunção foi fundada em 1889, no contexto de reconstrução do país no pós-guerra da Tríplice Aliança. Nela, a *Faculdade de Direito e Ciências Sociais* se destacou como o grande centro formador de uma elite

---

<sup>54</sup> *Ibidem.* p. 4.

<sup>55</sup> *Ibidem.* p. 3.

<sup>56</sup> *Ibidem.* p. 12.

<sup>57</sup> *Ibidem.* p. 3.

<sup>58</sup> *Ibidem.* p. 7.

intelectual assuncenha.<sup>59</sup> Dos treze autores dos manuais didáticos analisados, pelo menos cinco deles estabeleceram vínculos com a Universidade Nacional, seja como egressos e/ou como professores: Garay, Chavez, Cardozo, Benítez e Mary López. Destes, apenas os dois últimos obtiveram o licenciamento em História, tendo o restante realizado a formação em Direito.

É preciso levar em consideração que, tanto no Brasil quanto no Paraguai, a principal formação universitária que possibilitava reflexões em torno das questões relacionadas às Ciências Humanas e Sociais, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, era o Direito. Nesse sentido, os principais intelectuais que atuaram nesse período, tanto na pesquisa histórica quanto no periodismo, foram, em sua grande maioria, intelectuais formados nas Ciências Jurídicas.

No Brasil, o curso superior de História, responsável pela formação do historiador, só surgiu em meados da década de 1930. Tendo em vista que a Faculdade de Filosofia da UNA, local onde acontece a formação do profissional da História na instituição, só seria fundada em 1948, é provável que, antes desse período, não houvesse ainda no Paraguai uma instituição educacional de nível superior que possibilitasse a formação na área. Nesse sentido, é razoável que, na primeira metade do século XX, tanto no Brasil quanto no Paraguai, os principais pesquisadores da História tenham sido intelectuais formados na área jurídica. Tal fato talvez explique o porquê de apenas Benítez e Mary López, dos cinco citados anteriormente, terem a formação na área de História.

É importante que se destaque que a maioria dos estudantes da Universidade Nacional foi de egressos do Colégio Nacional. Para Liliana Brezzo,<sup>60</sup> estas duas instituições assumiram um papel de protagonismo no desenvolvimento da cultura paraguaia num momento de reconstrução do país no pós-guerra. Para a referida autora:

En efecto, en la penuria de la posguerra, un grupo de jóvenes paraguayos formado primero en el Colegio Nacional de Asunción,

---

<sup>59</sup> Apenas em 1948 seria criada a Faculdade de Filosofia da UNA. Disponível em: [http://www.una.py/images/stories/Universidad/ReseñaHistorica/CRONOLOGIA\\_UNA\\_03.06.2014.pdf](http://www.una.py/images/stories/Universidad/ReseñaHistorica/CRONOLOGIA_UNA_03.06.2014.pdf). Acesso em 04/06/2016.

<sup>60</sup> BREZZO, Liliane. ¿Aislamiento e independencia? algunos pasos recientes de la historiografía en Paraguay. *Diálogos*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 533-552, 2009.

a partir de 1877 y luego en la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional, fundada en 1889, fue asumiendo un rol decisivo en la cultura paraguaya. Entre los principales exponentes de la que sería llamada la Generación del 900, estaban Blas Garay (1873-1899), Juan O’Leary (1879-1969), Manuel Domínguez (1868-1935), Fulgencio Moreno (1872-1933), Arsenio López Decoud (1867-1945), Ignacio Pane (1879-1920), Eligio Ayala (1879-1930) y Manuel Gondra (1871-1927).<sup>61</sup>

Outra importante instituição cultural da época foi o *Instituto Histórico Nacional* (IHN), fundado em 1895. Blas Garay e Cecílio Báez figuram na lista dos fundadores. Não houve uma regularidade nos trabalhos desenvolvidos pelo referido Instituto, devido, talvez, a própria instabilidade política da época. Em 1937, é estabelecido o *Instituto Paraguayo de Investigaciones Históricas* (IPIH), considerado o herdeiro do primeiro. Assim como o IHN, o IPIH não pôde desenvolver atividades regulares devido a situação política do país. Em 1947, com a guerra civil, a maioria dos membros do Instituto foi para o exílio. Apenas em 1956, quando Julio César Chaves assumiu a presidência da instituição, é que a mesma pôde manter uma regularidade em seus trabalhos, inclusive com a publicação de um anuário intitulado “Historia Paraguaya”. Em 1966, o Instituto se transformou na *Academia Paraguaya de la Historia*.<sup>62</sup>

Dos treze autores, basicamente a metade deles foram ou são membros da *Academia Paraguaya de la Historia*: Garay, Chavez, Rios, Cardozo, Benítez e Mary López. Isso demonstra a importância que esta instituição teve e tem na vida intelectual do país, relacionada, sobretudo, ao conhecimento histórico. A *Academia Paraguaya de la Historia*, assim como suas precedentes, representaram, e ainda representam, um importante centro institucional e legitimador da produção do conhecimento histórico no Paraguai. No nosso entender, ao contrário do que aconteceu no Brasil, onde o IHGB foi perdendo legitimidade frente às universidades no que se refere à produção de conhecimentos históricos, a *Academia Paraguaya de la Historia* manteve-se, junto com as universidades do

---

<sup>61</sup> *Ibidem*. p. 537.

<sup>62</sup> Sobre a História da *Academia Paraguaya de la Historia*, desde o *Instituto Histórico Nacional*. Disponível em: <http://www.academiaparaguayadehistoria.org.py/nuestra-historia/>. Acesso em 04/06/2016.

país, como um dos principais *lócus* de produção do conhecimento histórico nacional.

Entre o final do século XIX e, sobretudo, as três primeiras décadas do século XX, o periodismo ocupou, no Paraguai, um espaço central, não apenas como *lócus* de divulgações e altercações de ideais políticos e ideológicos, mas também de disputas em torno das narrativas do passado. Não podemos olvidar que um dos principais embates –senão o principal – em torno das narrativas de uma História nacional, protagonizadas por Cecílio Báez e Juan O’Leary, se deu pela imprensa.

Segundo Brezzo, “numerosos fueron los diarios, semanarios y revistas aparecidos en Asunción de 1900 a 1935”. Para a autora, os periódicos, no referido momento histórico, “se convirtieron en foros principales de los intelectuales [...] y escaparates de los disensos políticos”.<sup>63</sup> Boa parte dos autores dos livros didáticos selecionados para pesquisa atuou como jornalista, destacando-se, neste ofício, Blás Garay, Julio César Chavez e Efraim Cardozo.

É importante destacar que muitos dos autores dos manuais selecionados exerceram intensa atividade política, seja através de participação em debates e discussões de cunho político-partidário através dos Partidos Liberal ou Colorado, seja assumindo cargos políticos importantes, como no âmbito legislativo e/ou mesmo como ministros de estado. Sobretudo no contexto da reconstrução do Paraguai no pós-guerra da Tríplice Aliança, os intelectuais paraguaios estavam, de uma maneira geral, envolvidos com as discussões políticas e geralmente assumiam posição no Partido Liberal ou no Partido Colorado.

A nossa percepção do período em tela é que a atividade intelectual no Paraguai não se dava em separado da atuação política ou mesmo partidária. Nesse sentido, a própria produção historiográfica, voltada para a escrita de uma História nacional, estaria fortemente permeada por embates e altercações de cunho político-ideológico.

Apesar de todas as instabilidades políticas, econômicas e sociais que marcaram o contexto do Paraguai no pós-guerra, a historiadora Liliana Brezzo

---

<sup>63</sup> BREZZO, Liliana. **El Paraguay a comienzos del siglo XX (1900-1930)**. Asunción: El Lector, 2011. p. 115-116.

destaca a efervescência cultural que se desenvolveu no país, sobretudo nas três primeiras décadas do século XX. Para a referida autora:

Si se observa con cuidado el ambiente social asunceno de comienzos del siglo XX llama la atención que, en contraste con la inestabilidad política, la efervescencia social y el marasmo económico, se estuviera ante un momento de notable actividad cultural que se hacía visible en la conformación de asociaciones con fines culturales y en publicaciones que abarcaban diferentes campos de estudio, desde la Literatura y la Historia hasta la Agronomía y la inmigración.<sup>64</sup>

Segundo o pesquisador brasileiro Eurico Fernandes,<sup>65</sup> o manual de Terán y Gamba, *Compêndio de Historia del Paraguay*, foi escrita em 1882. Contudo, encontramos registros em Watzlawik<sup>66</sup> e em Telesca<sup>67</sup> de que Terán e Gamba teriam escrito um manual anterior ao analisado neste trabalho, intitulado “Compendio de Geografía e Historia del Paraguay”, de 1879. A edição da obra de Terán e Gamba analisada neste trabalho é a décima sexta, e data de 1920.<sup>68</sup> Na contracapa há as seguintes informações: “corregida y aumentada por Héctor F. Decoud”<sup>69</sup> e “texto adoptado en todos los establecimientos del país”. As informações contidas na contracapa nos fazem realizar uma reflexão que gira em torno da importância do livro escolar para época, que foi “adotado em todos os estabelecimentos [educacionais] do país”.

---

<sup>64</sup> *Ibidem*. p. 114.

<sup>65</sup> FERNANDES, Eurico da Silva. **A "invenção" do Paraguai: História, projetos e intelectuais na construção da nação paraguaia (1870-1935)**. 2006. 218f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

<sup>66</sup> WATZLAWIK, Viviana Paglialunga de. **De la Autonomía a la Dependencia: La Educación en el Paraguay antes y después de la Guerra del 70**. Asunción: Servilibro, 2012.

<sup>67</sup> TELESCA, Ignacio. La reinención del Paraguay: La operación historiográfica de Blas Garay sobre las misiones jesuíticas. **Revista Paraguay desde la Ciencias Sociales**, n. 5, p. 1-17, 2014. Ver também: TELESCA, Ignacio. La República de los historiadores del Paraguay Pósbélico. In: ROMANACH, Alfredo Boccia. **Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia**, Assunção, v. 53, p. 123-136, 2013.

<sup>68</sup> Tal perspectiva corrobora com a nossa intenção de analisar livros didáticos que possuíssem inúmeras edições e que, nesse sentido, tivessem contribuído no processo de atribuição de sentido da *consciência histórica* de gerações de alunos e professores paraguaios.

<sup>69</sup> Assim como no caso brasileiro, também não era incomum no Paraguai do início do século XX, que editoras continuassem utilizando livros de autores já falecidos, sobretudo se esses livros haviam tido grande aceitação e, portanto, haviam sido alvo de várias reedições. As editoras então contratavam intelectuais para complementar e atualizar a obra.

Segundo Brezzo,<sup>70</sup> a obra *Breve resumen de la historia del Paraguay*, de Blás Garay, se constitui numa *síntese* e numa *versão melhorada* do *Compêndio Elemental de la historia del Paraguay*, do mesmo autor.<sup>71</sup> A edição analisada do livro de Garay foi a de 1897, ano da primeira edição, escrita ainda enquanto o autor estava na Espanha como secretário da legação paraguaia.

Para Brezzo, as produções de Blas Garay teriam inaugurado “propriamente la historiografía nacional paraguaya”.<sup>72</sup> A esse respeito, o professor Luiz Felipe Viel Moreira afirma:

Blas Garay cumplió un papel especial para toda la historiografía paraguaya porque sentó las bases del revisionismo histórico y de una interpretación nacionalista que enseguida entraría en escena y que se tornaría hegemónica durante la década de 1930. [...] Blas Garay habría abierto la puerta de la fuente de todos los mitos trabajados por el revisionismo.<sup>73</sup>

Como visto, as produções de Blás Garay, inclusive a obra que estamos analisando, tiveram fundamental importância para a historiografia paraguaia. Na visão de Brezzo, tiveram um papel inaugural nessa historiografia, não apenas por ser uma história escrita em *modelo erudito*, talvez a primeira, baseada em amplas e diversificadas fontes documentais e bibliográficas, mas também por criar leituras do passado, que seriam seguidas por historiadores futuros. O *mito da idade de ouro*, que passou a situar o governo de Carlos Antônio López como o ápice de desenvolvimento e bem-estar social, interrompido pela guerra, é um exemplo dessas leituras do passado que ganhou destaque na historiografia paraguaia. Nesse sentido, Moreira afirma:

Blas Garay articuló, por primera vez, en su *Breve Resumen de la Historia del Paraguay* (1897), dos mitos patrióticos con desigual influencia en el futuro. El mito de la edad de oro, comentado por Rivarola, prosperó y fue usado como bandera por el nacionalismo revisionista. Por el contrario, el mito de la patria indígena que

---

<sup>70</sup> BREZZO, *Op. Cit.*, p. 66

<sup>71</sup> Em nossa pesquisa de campo no Paraguai, tivemos acesso às duas obras e, num primeiro momento, ficamos indecisos se incluiríamos ambas as obras ou apenas uma delas. Entretanto, a partir da leitura de Brezzo, decidimos apenas incluir a primeira obra citada, por ela representar, nas palavras da autora, uma *versão melhorada* da segunda.

<sup>72</sup> BREZZO, *Op. Cit.*, p. 65.

<sup>73</sup> MOREIRA, Luiz Felipe Viel. La intelectualidad paraguaya durante la primera mitad del siglo XIX: un debate identitario. *Estudios Paraguayos*, Assunção, v. 28, p. 349-375, 2010. p. 355-356.

situaba el momento de la nación en el pasado guaraní no se concreto.<sup>74</sup>

Dito isso, é importante enfatizar que o livro de Garay se configura mais como um livro de síntese da História do país do que como um manual escolar, projetado para ser usado em sala de aula. Apesar de a obra de Garay não ter sido escrita com o objetivo de se tornar um manual, os usos que foram feitos dela fazem com que ela seja, ou se torne, uma obra que passa a fazer parte de uma cultura escolar. Moreira<sup>75</sup> afirma que pelo menos até a década de 1930 circularam com destaque nas escolas paraguaias os manuais de Terán e Gamba e o de Blás Garay.<sup>76</sup>

Não sabemos informar a data da primeira edição do livro de Antônio Tavarozzi.<sup>77</sup> A edição por nós analisada é a quinta. No entanto, também não sabemos a data de publicação da edição analisada, pois não consta a informação no próprio livro e não conseguimos identificar através de pesquisas o contexto no qual estava inserido o livro do Tavarozzi. Contudo, pelas próprias características do livro analisado, acreditamos que ele esteja circunscrito a primeira metade do século XX.

Tavarozzi, na “Intruducción” de sua *Historia de la Patria, lecciones e lecturas*, destaca que o livro foi “acomodado a las inteligencias de los niños” para que “pueda servir de texto escolar en las clases”.<sup>78</sup> Nesse sentido, percebemos um movimento do autor em expressar a intenção de escrever um livro voltado para a juventude, em um processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

Como em outros prólogos de livros selecionados para pesquisa, a questão da exaltação do patriotismo ganha destaque. Nesse sentido, afirma: “LA HISTORIA PATRIA debe ser estudiada no sólo con gusto, sino también con entusiasmo y con provecho por todo buen patriota”. E exaltando figuras consideradas exemplos de patriotismo e amor à pátria, Tavarozzi conclui: “Las figuras de Hernandarias, Fulgencio Yegros y Jose Diaz, por ejemplo, deben ser amadas y también imitadas,

---

<sup>74</sup> *Ibidem.* p. 359.

<sup>75</sup> MOREIRA, *Op. Cit.*, 2009.

<sup>76</sup> TERÁN, Leopoldo; GAMBA, Próspero. **Compendio de Historia del Paraguay**. Asunción: Tipografía Quell & Cía, 1920; GARAY, Blás. **Breve resumen de la historia del Paraguay**. Madrid: Librería y Casa editorial A. de Uribe y Ca., 1897.

<sup>77</sup> TAVAROZZI, Antonio. **Historia del Paraguay**. 5ª Edição. Asunción: [s. n.], [19--?].

<sup>78</sup> *Ibidem.*

para que nuestra Patria siga teniendo siempre varones fuertes y perfectos que la llenen de gloria y grandeza”.<sup>79</sup>

A edição analisada do livro de Miguel Rigual é a de 1935. É muito provável que estejamos trabalhando com a primeira edição da obra. Na contracapa consta a seguinte informação: “Adaptados estrictamente al programa de las escuelas Superiores [...] Vº Grado”.<sup>80</sup>

As obras de Vasconcellos<sup>81</sup> e Chaves têm sua primeira edição no ano de 1958. É muito provável que a primeira edição da obra de Rios<sup>82</sup> também date de 1958. Acreditamos que ter três importantes livros escolares de História do Paraguai publicados no mesmo ano não deva ser coincidência. Em 1954, assume o poder o General Alfredo Stroessner, que permanecerá até 1989. Segundo Paulo Renato da Silva (2013), o livro de Vasconcellos “é fruto da reforma educacional empreendida por Stroessner já em seu primeiro mandato (1954-1959)”. Nesse sentido, supomos que as obras de Chaves e de Rios devem também estar inseridas no contexto da reforma educacional empreendida por Stroessner.

Na contracapa do livro de Vasconcellos há a seguinte informação: “Responde al Programa del Primer Curso del Ciclo Básico. Texto aprobado por el Ministerio de Educación y Culto por Resolución nº 250 del 26 de diciembre de 1958”. Tal indicação nos informa que já havia no período em foco um processo de avaliação pelo Ministério de Educação e Cultura do Paraguai dos livros que seriam

---

<sup>79</sup> Aqui não sabemos se o autor faz referência a **José Díaz de Bedoya**, que fez parte da Legión Paraguaya, que lutou na Guerra do Paraguai contra López, ou **José Eduvigis Díaz**, que também lutou na Guerra do Paraguai, mas ao lado de López. Pela perspectiva adotada pelo autor, é possível que ele esteja se referindo ao primeiro. *Ibidem*.

<sup>80</sup> RIGUAL, Miguel. **Apuntes de Historia del Paraguay y nociones de Historia General**. Asunción: La Colmena S. A., 1935.

<sup>81</sup> Segundo Paulo Renato Silva, a primeira edição do livro *Lecciones de Historia paraguaya*, de Victor Natalício Vasconcelos, data de 1958. A edição analisada neste trabalho é a 6ª, de 1970. Nela consta um “Prólogo a la primera edición”, escrita por Emilio Uzcategui, escrito em novembro de 1958. Ver: SILVA, Paulo Renato. 'Lecciones de Historia Paraguaya': (re)leituras da História do Paraguai pelo stronismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]** Natal: ANPUH, 2013. p. 1-14.

<sup>82</sup> Encontramos no site da *Hathi Trust, digital library*, três registros de diferentes edições da obra de Rios no catálogo da *University of Texas*, em Austin, Estados Unidos. A primeira delas é de 1958, a segunda de 1961 e a terceira, que é a edição analisada por nós neste trabalho, de 1963. Supomos que a data provável da primeira edição da obra tenha sido 1958 e a da segunda de 1961. Disponível em:

<https://catalog.hathitrust.org/Search/Home?lookfor=RIOS%2C%20Emiliano%20Gomez&searchtype=all&ft=&setft=false>. Acesso em 09/06/2016.

utilizados nas escolas. Contudo, por se tratar do período da ditadura de Stroessner, seria necessário refletir sobre os critérios dessa avaliação.<sup>83</sup>

No Prólogo do livro de Vasconcellos, escrito por Emilio Uzcategui, aquele é apontado como *um dos homens da reforma*. Interessante perceber que sendo um dos homens da reforma educacional, seria muito difícil, diríamos improvável, que tivesse sua obra reprovada pelo MEC. Apontar tais questões não significa desmerecer as possíveis qualidades que a obra possa apresentar,<sup>84</sup> nem indicar que a mesma não estivesse amplamente adaptada “al Programa Oficial”, como apontou Uzcategui.<sup>85</sup>

Antes de iniciar o trato do conteúdo disciplinar propriamente dito, Vasconcellos expressa algumas recomendações aos alunos<sup>86</sup> e conselhos aos professores.<sup>87</sup> Em relação aos alunos, são doze recomendações, tanto de cunho cognitivo (relativas ao processo de aprendizagem em si), como de cunho comportamental (que vão desde apresentarem uma “atitude científica” a manterem “entereza de caráter”). O que particularmente nos chamou a atenção, dado o período de publicação da obra, foram as recomendações 4 e 5, que podem soar dissonantes tendo em vista a vigência do governo ditatorial de Stroessner:

- 4) Espíritu de tolerancia y respeto hacia la ideas de otros. Permitir y respetar la ideas de los demás.
- 5) Actitud crítica en asuntos controversiales. Buscar información en distintas fuentes para conocer los distintos enfoques a una misma situación.<sup>88</sup>

---

<sup>83</sup> VASCONCELLOS, Victor Natalício. **Lecciones de Historia paraguayana**. 6ª Edição. Asunción: Edición del Autor, 1970.

<sup>84</sup> Uzcategui aponta como algumas das qualidades do manual de Vasconcellos: 1. superação do ‘memorismo’, 2. uso de documentos históricos e 3. objetivo de formar os alunos como “investigadores históricos”.

<sup>85</sup> Primeiro porque seria difícil que, no período de Stroessner, um livro que estivesse fora dos padrões do *Programa Oficial* fosse aprovado para uso nas salas de aula; segundo porque, em sendo *um dos homens da reforma educacional*, seria improvável que a obra de Vasconcellos não estivesse estritamente de acordo e em consonância com este programa. Para Paulo Silva, “Em *Lecciones de Historia Paraguaya*, de Victor Natalicio Vasconcellos, existem vários mecanismos de legitimação do stonismo”. SILVA, *Op. Cit.* 2013. p. 4.

<sup>86</sup> As recomendações aos alunos são baseadas no “Resumen del Informe a los Padres”, da Universidade de Porto Rico, *Escuela Superior e Intermedia*.

<sup>87</sup> Os conselhos voltados aos professores são baseados no livro do brasileiro CARVALHO, Carlos Delgado. **La Historia, la Geografía e la Instrucción Cívica**. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1958.

<sup>88</sup> VASCONCELLOS, Victor Natalício. *Op. Cit.*, p. 7.

Quanto aos *consejos* que a obra de Vasconcellos apresenta aos professores, percebemos um caráter fortemente influenciado por uma perspectiva tradicional, em que se destacam a seguinte sequência: “prelección, lección, recitación y explicaciones complementarias”.<sup>89</sup> Nesse sentido, percebemos elementos mais progressistas em algumas *recomendaciones* dadas aos alunos e elementos mais tradicionais ligados aos *consejos* dados aos professores.

Julio César Chavez afirma que produziu seu *Compendio de Historia Paraguaya* “con el pensamiento puesto en la niñez y la juventud de la patria” e que o livro corresponde a uma síntese de trinta anos de pesquisas históricas realizadas por ele. A obra de Chavez, enquanto livro de síntese da História paraguaia, apesar de ter sido escrito para “niñez y la juventud”, voltado, portanto, para um processo de escolarização, ultrapassa suas intenções iniciais e passa a atingir um público maior, tanto de não especialistas na área histórica – mas que possuem curiosidade em saber mais sobre a História de seu país – como dos próprios especialistas da área – professores, mas sobretudo estudantes de História.<sup>90</sup>

Julio César Chavez deixa claro, tanto na “Introducción”, nas páginas 5 e 6, quanto nas “Notas”, das páginas 7 e 8, que seu compêndio está de acordo com o Programa Oficial de ensino. Na *Introdução*, diferencia um “livro” de um “texto”, afirmando que o primeiro pode ser escrito livremente enquanto o segundo deve seguir a um programa. Caracteriza o seu trabalho como um *texto*. Nas *Notas*, o autor demonstra como está organizado o seu compêndio, apontando os elementos didáticos que ele possui e associando a organização de tais elementos ao Programa Oficial.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> *Ibidem*. p. 8.

<sup>90</sup> Não é raro ver programas da disciplina História do Paraguai, ministrada em nível superior, que utilize, ou ao menos indique o livro *Compendio de Historia Paraguaya*, de Julio César Chavez. A referida obra foi escrita em 1958 e ainda hoje tem seu espaço no mercado editorial paraguaio, não mais voltado ao público escolar, mas para o público em geral e especializado, que pretende ter em mãos uma obra síntese da História do Paraguai. Em 2013 a editora Intercontinental lançou uma nova edição da obra de Chavez, o que demonstra sua importância no cenário editorial não apenas voltado ao universo escolar, mas a um público mais amplo no Paraguai. CHAVEZ, Júlío Cesar. **Compendio de Historia paraguaya**. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1991.

<sup>91</sup> Nas “Notas” Chavez destaca: 1. “Trabajos sobre el mapa”; 2. “Temas para trabajos o disertaciones del alumno”; 3. “Lecturas comentadas”; 4. “Plan de visitas”; 5. “Bibliografía para el profesor”. CHAVEZ, *Op. Cit.*

Na capa da terceira edição do livro de Rios, de 1963, há a informação de que a “Obra [está] ajustada a los programas oficiales del Bachillerato y Ciclo Básico”. O manual de Rios, assim como o de outros autores analisados, também está inscrito nas reformas educacionais do longo período de governo do General Stroessner (1954-1989). No *Prólogo*, o autor destaca a necessidade de obras didáticas de História Pátria escritas por autores paraguaios. Para ele, a inexistência desse material didático revela uma situação que é “la negación misma de nuestra nacionalidad”. E continua:

En efecto, es inconcebible que el Paraguay, un país que tiene una Historia tan brillante, nutrida y auténtica, carezca de un texto de enseñanza, donde pueda ordenar y orientar la inmensa y sagrada obra de formación del sentimiento patriótico nacional y la cultura cívica de su pueblo.<sup>92</sup>

Através do *Prólogo* escrito por Rios, percebemos de forma mais enfática uma questão recorrente nos livros didáticos de História do Paraguai analisados: o realce à nacionalidade e a percepção do ensino de História como instrumento de *formação do sentimento patriótico*. Não é de se estranhar, contudo, tal perspectiva, tendo em vista que desde 1936 até 1989 o Paraguai viverá seguidos governos ditatoriais, em que o revisionismo, sobretudo aquele desenvolvido por Juan O’Leary,<sup>93</sup> se converterá praticamente em versão oficial, numa História oficial do Estado.

Apesar de no Paraguai não se ter a quantidade de livros escolares que circulou e circula no Brasil, não podemos afirmar que eles não tenham sido escritos, em sua maioria, por autores paraguaios.<sup>94</sup> Rios afirma a falta de “un texto para la enseñanza de la Historia Patria, escrito por un autor paraguayo”. Muito provavelmente escreveu o referido *Prólogo* em 1958. Se levarmos em consideração que as obras de Garay não foram escritas propriamente para o

---

<sup>92</sup> RIOS, Emiliano Gomez. **El Paraguay y su historia**. 3ª Edição. Asunción: Alcora, 1963.

<sup>93</sup> O’Leary, Juan. **Nuestra Epopeya: Guerra del Paraguay**. Asunción: La Mundial, 1919; O’LEARY, Juan. **El Mariscal López**. Asunción: La Prensa, 1920.

<sup>94</sup> A própria lista de manuais didáticos selecionados para essa pesquisa mostra que, apesar de poucas, as obras foram em sua maioria escritas por autores paraguaios. Partimos da hipótese de que não se tenha desenvolvido no Paraguai, assim como aconteceu no Brasil, uma forte indústria editorial para o período em foco. A própria quantidade reduzida de alunos, em relação ao Brasil, pode explicar tal fato.

ensino secundário, talvez Rios tenha razão. Contudo, a partir da década de 1950 se intensifica a produção de manuais escolares de História, todas elas escritas por autores paraguaios: Rios, Chaves, Vasconcellos, Cardozo, Benítez, Lezcano, Mary López.

Não sabemos precisar a data da primeira edição do *Manual de Historia Paraguaya*, de Luis G. Benítez, mas sua produção está inscrita, segundo D'Alessandro Valdez, no período da ditadura de Stroessner. Segundo a referida autora, o manual de Benítez é um “texto que figura en numerosas bibliotecas escolares hasta el día de hoy”.<sup>95</sup> Nas “Palabras previas”, Benítez destaca que escreveu o seu manual “con el pesamiento puesto en la capacidad de captación y asimilación del niño de la edad mínima en que puede ingresar en el Ciclo Básico”.<sup>96</sup>

As reflexões tecidas até aqui nos permitem ter uma maior clareza em relação aos livros didáticos paraguaios selecionados para a pesquisa e seus autores, assim como as concepções de História e de ensino de História subjacentes às obras, possibilitando-nos realizar o devido processo de contextualização. O movimento realizado abre o caminho para que se possa refletir, em contraste, sobre as obras didáticas brasileiras e paraguaias situadas no longo recorte temporal escolhido.

### **Confrontando livros didáticos de História brasileiros e paraguaios: breve síntese**

Tanto em relação ao contexto brasileiro quanto paraguaio, os primeiros livros apropriados pelas escolas como livros escolares eram manuais de síntese da História nacional que passavam, a partir de então, a fazer parte de uma cultura escolar. Pela falta de oferta, em um primeiro momento, esses livros de síntese eram didatizados para uso no processo de ensino e aprendizagem. Os manuais de Garay, no Paraguai, e os de Bellegard e Abreu e Lima,<sup>97</sup> no Brasil, são exemplos de livros

---

<sup>95</sup>VALDEZ, Sandra D'Alessandro. Una mirada crítica al discurso de los textos escolares sobre el tronismo. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, p. 1-15. 2014.

<sup>96</sup> BENÍTEZ, Luis G. **Manual de Historia paraguaya**. Asunción: Imprenta Comuneros S. R. L. 1993. p. 8.

<sup>97</sup> Os manuais de Bellegard e Abreu e Lima não constam como livros selecionados nesta pesquisa, até porque foram escritos antes do evento Guerra do Paraguai e não tiveram edições posteriores ao

sínteses da História nacional dos países em foco e que passaram a ser apropriados pela escola e a fazer parte de uma cultura escolar.

Um elemento que marca e caracteriza um livro didático é o seu caráter intencional, quer dizer, ter sido escrito para o ensino de uma disciplina específica, a um público estudantil específico, crianças e jovens em sua maioria. Nesse sentido, o autor do livro didático escreve sua obra tendo em vista o processo de ensino e aprendizagem de uma disciplina específica e um público estudantil particular. Percebemos isso claramente ao ler as apresentações e prólogos dos livros brasileiros e paraguaios selecionados para esta pesquisa, como os de Macedo e Coutto, no Brasil, e de Tavarozzi e Chaves no Paraguai, por exemplo.

Ao ser escrito com uma intencionalidade, os livros didáticos geralmente contêm orientações de caráter disciplinar e pedagógico a professores e estudantes. Possuem também certa organização e lógica disciplinar, isto é, um modo específico de organizar o conhecimento disciplinar para situações de ensino. Em vários dos livros didáticos selecionados para esta pesquisa conseguimos identificar claramente tais características: Em Macedo, por exemplo, quando explicita aos professores as questões de “methodo”, ou em Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro quando especificam sua concepção de História, apontando que a mesma se aproxima de uma História construída a partir das coletividades e não das personalidades históricas, ou ainda em Cotrim, quando assinala para a superação de uma História como memorização e sinaliza tratar/trazer em sua obra novos temas e abordagens, como: *cotidiano, mentalidades, visão dos vencidos*, dentre outras. No caso paraguaio poderíamos citar Vasconcellos, que explicita recomendações aos alunos e conselhos aos professores na parte inicial de sua obra.

Outra característica particular das produções didáticas é a ligação que elas possuem com as políticas educacionais da época de sua produção, precisando em muitos casos de avaliação e aprovação por instâncias públicas que definem as diretrizes curriculares. Nesse sentido, muitas das obras analisadas trouxeram em

---

evento citado. Os autores foram mencionados apenas como referências de obras sínteses da História nacional que passaram a ser apropriadas pelas instituições escolares. ABREU E LIMA, José Ignacio. **Compêndio de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843; BELLEGARD, Henrique Luís de Niemeyer. **Resumo de História do Brasil até 1828**. Rio de Janeiro: Typ. Gueffier, 1831.

suas folhas de rosto informações sobre as avaliações a que foram submetidas e as aprovações que tiveram como garantia de qualidade. Tais características ficam explícitas em obras como as de Vasconcellos, que assinala que o seu livro foi aprovado pelo Ministério da Educação, ou a de Rios, quando aponta que sua obra está “ajustada a los programas oficiales del bachillerato y ciclo básico”,<sup>98</sup> ou ainda em Coutto, no caso brasileiro, que assinala que seu o livro foi elaborado/organizado segundo os “pontos do programma da cadeira de História do Brasil do Collegio Pedro II”.<sup>99</sup>

Outra característica presente nos livros didáticos analisados foi a perspectiva que apontava para um ensino voltado à formação de um sentimento patriótico nacional e da cultura cívica de seu povo. Neste caso particular, temos que ponderar que estas são algumas das funções sociais básicas do ensino da disciplina História na educação básica, sobretudo nos séculos XIX e primeira metade do XX. Nesse sentido, não é raro encontrarmos em livros escolares do período mencionado uma perspectiva de valorização do sentimento patriótico e o estímulo à cultura cívica de seu povo. Nos livros didáticos selecionados para esta pesquisa, identificamos autores que explicitaram esta relação, como Tavarozzi, que destaca a figura do “bom patriota”, inclusive citando exemplos de personagens paraguaios que deveriam ser seguidos como exemplos de patriotismo e amor à pátria. Rios, por sua vez, destacou que no Paraguai de sua época faltava “texto de enseñanza, donde pueda ordenar y orientar la inmensa y sagrada obra de formación del sentimiento patriótico nacional y la cultura cívica de su Pueblo”.<sup>100</sup> No caso brasileiro, conseguimos identificar tal perspectiva sobretudo em Rocha Pombo, que destacou como um dos objetivos do ensino de História “levantar a alma da pátria”.<sup>101</sup>

A análise do *corpus* documental selecionado demonstra a influência da historiografia na produção do conhecimento escolar da História, quer dizer, dos vínculos existentes entre os centros de produção do conhecimento histórico –

---

<sup>98</sup> VASCONCELOS, *Op. Cit.*

<sup>99</sup> COUTTO, *Op. Cit.*

<sup>100</sup> RIOS, *Op. Cit.*

<sup>101</sup> ROCHA POMBO, *Op. Cit.*

sejam eles institutos históricos ou universidades – e a produção de saberes escolares. Ademais, como visto tanto no caso brasileiro como no paraguaio, muitos autores de livros didáticos da disciplina pertenciam também aos centros de produção do conhecimento histórico em nível acadêmico, o que reverbera em suas produções didáticas da História.

Finalizamos este texto assinalando a importância de investimentos cada vez maiores em estudos históricos e/ou comparativos a respeito dos livros escolares. Partilhamos do entendimento de Goodson,<sup>102</sup> para quem o currículo e os conhecimentos por ele selecionados constituem-se em uma construção social. Nesse sentido, partimos da perspectiva de que o conhecimento histórico escolar, presente no currículo e nos livros didáticos, é socialmente construído, em cada contexto histórico, social, político, cultural e curricular de cada país e em cada momento específico.

## Referências Bibliográficas

### Documentação

#### Livros didáticos brasileiros:

ALENCAR FILHO, Francisco Rodrigues; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Toledo. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Ao livro técnico, 1979.

BORGES HERMIDA, Antônio José. **Compêndio de História do Brasil**. 57ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

COUTTO, Pedro do. **Ponto da História do Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi. **História do Brasil**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atual, 1987.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Garnier, 1905.

---

<sup>102</sup> GOODSON, Ivor. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAIA, Luis de Queirós Mattoso. **Lições de História do Brasil**. Proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1886.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 19ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de saber História, 8º ano**. São Paulo: Editora FTD, 2015.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

RIBEIRO, João. **História do Brasil: Curso Superior**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1914.

ROCHA POMBO, José Francisco. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Melhoramentos, [19--].

SILVA, Joaquim. **História do Brasil: Para o Curso Médio: primeira e segunda séries**. 22ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SOUTO MAIOR, Armando. **História do Brasil: Para o curso colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

**Livros didáticos paraguaios:**

BENÍTEZ, Luis G. **Manual de Historia paraguaya**. Asunción: Imprenta Comunerros S. R. L. 1993.

CARDOZO, Efraim. **Breve Historia del Paraguay**. Buenos Aires: EUDEBA editorial universitária, 1965.

CHAVEZ, Júlio Cesar. **Compendio de Historia paraguaya**. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1991.

GARAY, Blás. **Breve resumen de la historia del Paraguay**. Madrid: Librería y Casa editorial A. de Uribe y Ca., 1897.

LEZCANO, Irmina. **Estudios Sociales 2**. Asunción: Comunerros, [19--].

MOREIRA, Mary Monte de López *et al.* **Historia y Geografía: 8º grado**. Assunção: Editorial Don Bosco, 2009.

RIGUAL, Miguel. **Apuntes de Historia del Paraguay y nociones de Historia General**. Asunción: La Colmena S. A., 1935.

RIOS, Emiliano Gomez. **El Paraguay y su historia**. 3ª edição. Asunción: Alcora, 1963.

SACCAGGIO, Pedro *et al.* **Paraguay Ñane retá**: Estudios Sociales para el 3er. ciclo de la Educación. 3º edição. Asunción: [s. n.], 2004.

TAVAROZZI, Antonio. **Historia del Paraguay**. 5ª Edição. Asunción: [s. n.], [19--?].

TERÁN, L. G.; GAMBA, P. P. **Compendio de Historia del Paraguay**. Asunción: Tipografía Quell & Cía, 1920.

VASCONCELLOS, Victor Natalício. **Lecciones de Historia paraguaya**. 6ª Edição. Asunción: Edición del Autor, 1970.

### **Bibliografia**

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. *In*: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 28-41.

BATISTA NETO, José. Saberes pedagógicos e saberes disciplinares específicos: os desafios para o ensino da História. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 13., 2006, Recife. **Anais [...]** Recife: ENDIPE, 2006.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008a.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008b.

BREZZO, Liliane. ¿Aislamiento e independencia? algunos pasos recientes de la historiografía en Paraguay. **Diálogos**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 533-552, 2009.

BREZZO, Liliane. **El Paraguay a comienzos del siglo XX (1900-1930)**. Asunción: El Lector, 2011.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CARVALHO, Carlos Delgado. **La Historia, la Geografía y la Instrucción Cívica**. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1958.

CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense editora, 2011.

CHEVALLARD, Yves. **La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Buenos Aires: Aique, 1997.

CHOPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. **Revista Educación y Pedagogía**. Medellín, v. 13, n. 29-30, p. 209-229, 2001.

CHOPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009.

CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

COSTA, Aryana. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 530-548, 2019.

COSTA, Aryana. Apologia do ensino de História: a didática da História em Jörn Rüsen. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH, 13., 2008, Guarabira. **Anais [...]** Guarabira: ANPUH, 2008.

DOSSE, François. **A História**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FERNANDES, Eurico da Silva. **A "invenção" do Paraguai: História, projetos e intelectuais na construção da nação paraguaia (1870-1935)**. 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABRIEL, Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. *In*: MONTEIRO, Ana Maria Monteiro *et*

al. (org.). **Pesquisa em Ensino de História: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. p. 23-40.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira.** São Paulo: Iglu, 2004.

GOODSON, Yvor. **A construção social do currículo.** Lisboa: Editora EDUCA, 1997.

GOODSON, Yvor. **Currículo: Teoria e História.** Petrópolis: Vozes, 2012.

LOPES, Alice Casimiro. Conhecimento escolar em Química: processo de mediação didática da ciência. *Química Nova*, São Paulo, v. 20, p. 563-568, 1997.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A construção de um cânone republicano: a escrita da história escolar na virada do século XIX para o XX. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel. La intelectualidad paraguaya durante la primera mitad del siglo XIX: un debate identitario. **Estudios Paraguayos**, Assunção, v. 28, p. 349-375, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. *Hist. Educ.* (Online), Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992-1993.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus Henrique. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. *In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (org.). Livros didáticos de História: escolhas e utilizações.* Natal: EDUFRRN, 2009. p.12-19.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. *In: MALERBA, Jurandir (org.). A História escrita: teoria e história da historiografia.* São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

SALLES, André Mendes. A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas considerações. **Cadernos do Aplicação (UFRGS)**, v. 28, p. 29-41, 2015.

SALLES, André Mendes. **O conhecimento escolar Guerra do Paraguai em livros didáticos e na fala de professores de História de escolas da Educação Básica, no Brasil e no Paraguai.** 2017. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SCKELL, Jazmín Duarte. **Colegio Nacional de la Capital:** transformación de una institución emblemática de educación pública. Assunção, p. 1-26, 2015.

SILVA, Paulo Renato. 'Lecciones de Historia Paraguaya': (re)leituras da História do Paraguai pelo stonismo. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]** Natal: ANPUH, 2013

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Legislação e Livro Didático de História. *In:* OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir. (org.). **Livros didáticos de História:** escolhas e utilizações. Natal: EDUFRN, 2009. p. 21-32.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação de professores.** Petrópolis: Vozes, 2010.

TELESCA, Ignacio. La reinención del Paraguay: La operación historiográfica de Blas Garay sobre las misiones jesuíticas. **Revista Paraguay desde la Ciencias Sociales**, n. 5, p. 1-17, 2014.

TELESCA, Ignacio. La República de los historiadores del Paraguay Pósbélico. *In:* ROMANACH, Alfredo Boccia. **Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia**, Assunção, v. 53, p. 123-136, 2013.

VALDEZ, Sandra D'Alessandro. Una mirada crítica al discurso de los textos escolares sobre el stonismo. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, p. 1-15, 2014.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl. **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira:** 1850-1951. Curitiba: Edição dos Organizadores, 1998.

WATZLAWIK, Viviana Paglialunga de. **De la Autonomía a la Dependencia:** La Educación en el Paraguay antes y después de la Guerra del 70. Asunción: Servilibro, 2012.

Recebido: 16/04/2020  
Aprovado: 06/07/2020

## CUBA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: A REAPROXIMAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA GLOBAL E SISTÊMICA

Roberto Moll Neto<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo avalia o processo de reaproximação entre Cuba e Estados Unidos da América (EUA) através de uma perspectiva global baseada no conceito de Sistema Mundo Capitalista (SMC). Com isso, compreende que os EUA buscaram várias vezes reacomodar Cuba na periferia do SMC de acordo com seus interesses, mormente através de políticas agressivas como bloqueio econômico e ações para derrubar o governo socialista da ilha. Pro seu turno, após a Guerra Fria, os governos cubanos buscaram reajustar o país no SMC através de reformas econômicas, mas sem abandonar seu caráter socialista. Isso atraiu interesses da Europa, Venezuela, China e EUA, principalmente da comunidade cubano-estadunidense. Contudo, o bloqueio comercial afastou os EUA de Cuba e alienou os interesses cubano-estadunidenses em um momento de crescente participação de forças concorrentes, mais recentemente da China. Este cenário impôs aos EUA a necessidade de mudar a estratégia para reacomodar Cuba no SMC.

**Palavras-chave:** Cuba; Estados Unidos da América; Sistema Mundo Capitalista.

### CUBA AND UNITED STATES OF AMERICA: RAPPROCHEMENT IN A GLOBAL AND SYSTEMIC HISTORICAL PERSPECTIVE

**Abstract:** This paper evaluates the process of rapprochement between Cuba and the United States of America (USA) through a global perspective based on the World Capitalist System (WCS) concept. Considering this, it understands that the USA sought to refit Cuba's position on the periphery of the WCS according to its own interests, mainly through aggressive policies such as economic blockade and actions to overthrow the island's socialist government. For its part, after the Cold War, Cuban governments sought to design a new role for the country into the WCS through economic reforms, without abandoning their socialist character. This attracted interest from Europe, Venezuela, China and the USA, especially from the Cuban-American community. However, the embargo kept the USA away from Cuba and alienated Cuban-American interests at a time of increasing participation by competing forces, most recently China. This scenario has forced the USA to change its strategy to participate in the refit of Cuba into the SMC.

**Keywords:** Cuba; United States of America; World Capitalist System.

### Introdução

Na campanha presidencial estadunidense de 2008, Barack Obama afirmou que a política externa dos Estados Unidos da América (EUA) para Cuba era ineficiente e anacrônica. De acordo com o presidente estadunidense, era “hora de aplicar uma nova estratégia”.<sup>2</sup> Do outro lado do estreito da Flórida, Raúl Castro

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense. Email: [roberto.moll@gmail.com](mailto:roberto.moll@gmail.com)

<sup>2</sup> OBAMA *apud* SCHOR, Elana. US elections 2008: Obama urges thaw in US-Cuba relations. **The Guardian**, Londres, 23/05/2008. Disponível em:

sinalizou em diversos momentos que estava disposto a conversar com os representantes estadunidenses. Em 2012, o governo Raúl Castro (2008–2018) e o governo Barack Obama (2009–2017) deram início às negociações secretas que, em 17 de dezembro de 2014 (17D), culminaram com o anúncio de um conjunto de medidas para normalizar as relações entre EUA e Cuba.

De acordo com Mesa-Lago, o governo Raúl Castro buscou aproximar Cuba dos EUA para garantir a própria estabilidade diante da severa crise econômica e política da Venezuela, principal parceiro político e comercial naquele momento.<sup>3</sup> Nesse contexto, para Andrés Serbin, os governantes progressistas da América Latina pressionaram coletivamente Obama para incluir Cuba nos encontros e organismos multilaterais do continente.<sup>4</sup> A pressão dos países latino-americanos teria mostrado ao presidente estadunidense que a contínua intransigência na política externa para Cuba poderia minar a credibilidade dos EUA na região. De modo complementar, Ernesto Dominguez López argumentou que a reaproximação dos EUA com Cuba é parte de um ajuste geoestratégico para manter o controle estadunidense sobre o continente diante das transformações globais, com o objetivo de criar um sistema internacional mais estável, de acordo com seus interesses.<sup>5</sup>

A fim de explicar o processo de aproximação entre Cuba e EUA, este artigo busca trilhar o caminho de análise aberto por esses autores, mas com outras lentes. Nesse sentido, adota uma perspectiva histórica global baseada no conceito de Sistema Mundo Capitalista (SMC). Wallerstein definiu o SMC como o Sistema Mundo – uma zona espacial e temporal que abriga diversas unidades políticas e culturais como Estados, famílias, empresas, corporações, classes e identidades integradas por atividades e instituições que funcionam sob regras sistêmicas – na

---

<https://www.theguardian.com/world/2008/may/23/barackobama.uselections20081>. Acesso em 6/10/2017.

<sup>3</sup> MESA-LAGO, Carmelo. **Normalización de relaciones entre EEUU y Cuba**: causas, prioridades, progresos, obstáculos, efectos y peligros. Madrid: Real Instituto Elcano, 2015.

<sup>4</sup> SERBIN, Andrés. Onstage or backstage? Latin America and US-Cuban relations. *In*: HERSHBERG, Eric; LEOGRANDE, William M. **A new chapter in US-Cuba relations**: social, political, and economic implications. London: Palgrave Macmillan, 2016.

<sup>5</sup> LÓPEZ, Ernesto Dominguez. Factors determining dialogue: Cuba in the U.S. strategic plan for 21st century. *In*: CRAHAN, Margareth E.; MARIÑO, Soraya M. Castro. **Cuba-US relations**: normalization and its challenges. New York: Columbia University Press, 2016.

era da Economia-Mundo Capitalista, marcada pelo imperativo de acumulação perene de capital através da divisão desigual do trabalho entre Centros, Periferias e Semiperiferias e que necessita da constante expansão de fronteiras geográficas, psicológicas, intelectuais e científicas.<sup>6</sup> As corporações capitalistas, que estão entre os principais agentes globais do SMC, buscam construir o mercado global parcialmente livre e monopolizado para garantir a realização do lucro na relação entre os custos da produção e os preços de venda. Assim, conformam o Centro como espaços de quase-monopólio econômico com Estados-Nação fortes para estabelecer as regras e os limites de funcionamento do mercado. Os agentes econômicos pouco monopolizados ou não monopolizados conformam a Periferia como espaços de verdadeira competição econômica e, conseqüentemente, configuram Estados-Nação mais fracos com poucas capacidades para estabelecer regras e limites do funcionamento do mercado capitalista.<sup>7</sup>

Este arranjo conforma um SMC instável e conflituoso. Como aponta Arrighi, os Estados no Centro buscam exercer a hegemonia global para ditar o funcionamento do SMC.<sup>8</sup> Os Estados na Periferia disputam entre si para receber os processos produtivos típicos do Centro, oferecendo políticas de incentivo à instalação dos quase-monopólios defasados. Neste processo, os Estados da Periferia que conseguem ganhar certo protagonismo, se transformam em Semiperiferias. Os quase-monopólios instalados nessas regiões são capazes de exportar produtos para Periferia. E, são obrigados a importar produtos mais avançados do Centro. Portanto, estão a colocar pressão sobre a Periferia e receber pressão do Centro. Entretanto, estão em franca competição com outros Estados da Semiperiferia, uma vez que, a fim de promover “desenvolvimento econômico”, tendem a adotar medidas para proteger e atrair os quase-monopólios.<sup>9</sup> Como aponta Wallerstein, “rivalidade intercapitalista é o nome do jogo” no Centro, na Periferia e na Semiperiferia.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004. p. 17.

<sup>7</sup> *Ibidem*. p. 25-28.

<sup>8</sup> ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. p. 27-28.

<sup>9</sup> WALLERSTEIN, *Op. Cit.*, p. 29-31.

<sup>10</sup> *Ibidem*. p. 27.

A Guerra Hispano-Estadunidense (1898) refletiu a disputa inter-capitalista e semi-periférica entre a Espanha e os EUA. Por um lado, a partir de 1640, a Espanha, um antigo Centro do SMC, entrou em declínio rápido e ocupou um lugar na Semiperiferia.<sup>11</sup> Por outro lado, a partir da recessão de 1873, os EUA entraram em um longo processo de ascensão ao Centro, com crescente participação nos mercados globais em meio ao retrocesso da economia da Grã-Bretanha.<sup>12</sup> Em Cuba, a Guerra Hispano-Estadunidense impactou na competição entre elites coloniais tradicionais e as novas forças políticas e econômicas capitalistas amadurecidas, que buscaram se associar aos EUA. No bojo do conflito, a independência de Cuba, que se concretizou com a vitória dos EUA sobre a Espanha no Grande Caribe, significou um primeiro processo de atualização da ilha na periferia do SMC. A independência formal provocou a ruptura política da relação colonial tradicional entre Cuba e Espanha. Mas, colocou a ilha na órbita dos EUA, sem ruptura sistêmica. Para os EUA, a Bacia do Caribe, onde está a ilha de Cuba, é uma região importantíssima na consolidação da hegemonia como Centro global. É o caminho natural dos produtos e tropas para o restante do continente e, através do Canal do Panamá, para a Ásia. Após a vitória na guerra contra a Espanha, os governos dos EUA consolidaram o domínio político e econômico global a partir da região, inclusive como fiadores do fluxo de mercadorias, pessoas e capitais para a Ásia e a América. Simbolicamente, é a região que legitima e conforma o poderio global estadunidense.

A Revolução Cubana (1959) buscou tornar Cuba menos dependente dos EUA. Liberais, socialistas, comunistas e nacionalistas conseguiram derrubar o ditador Fulgêncio Batista, aliado de ocasião dos EUA na região. O governo revolucionário, capitaneado na prática por Fidel Castro, buscou reformar as condições em que a ilha estava inserida na Periferia do SMC, inicialmente sem romper com os EUA. Como aponta Chase-Dunn, a burguesia no SMC elaborou estratégias e perspectivas de democracia que, originalmente voltadas para o combate contra as forças políticas do Antigo Regime, se tornaram, eventualmente,

---

<sup>11</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III: the second era of great expansion of the capitalist World-Economy, 1730-1840s**. Nova Iorque: Academic Press, 1989. p. 107-108.

<sup>12</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 21.

armas nas mãos dos trabalhadores na luta para obter porções maiores da riqueza produzida, principalmente em momentos de crescimento econômico e de grande sucesso de acumulação de capital.<sup>13</sup> Neste sentido, como uma de suas medidas mais urgentes, o governo revolucionário instituiu a primeira lei de reforma agrária. Em meio à Guerra Fria, esta medida representou uma ameaça à segurança e aos fluxos comerciais capitalistas na Bacia do Caribe. E, do ponto de vista simbólico, representou uma ameaça ao modelo de relações Centro-Periferia no continente. Isso afetou diretamente os interesses de setores do capital estadunidense e motivou a ruptura dos EUA com Cuba, paradoxalmente como estratégia para manter a ilha sob sua órbita e seus desígnios, preservando a relação sistêmica de superexploração entre o Centro e a Periferia.

Como resposta, o governo cubano declarou o caráter socialista da revolução e buscou apoio na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Todavia, como lembra Chase-Dunn, os movimentos socialistas que chegaram ao poder nos países na Periferia e na Semiperiferia não estabeleceram um modo de produção socialista. Permaneceram no SMC. Na URSS, diante da mobilização militar e dos bloqueios comerciais dos Estados capitalistas contrarrevolucionários, o regime bolchevique construiu um Estado autoritário capaz de: limitar a fuga de capitais e, conseqüentemente, restringir a entrada de investimentos; empregar uma política de desenvolvimento nacional autárquico e substituição de importações, reduzindo as relações comerciais com o mundo, especialmente de commodities; e, de forma articulada, mobilizar uma grande massa de trabalhadores para acumulação de capital. Em outras palavras, a revolução constituiu um Estado autoritário e forte capaz de dirigir investimentos e trabalho com o objetivo de desenvolver uma economia industrial nacional competitiva para resistir às pressões capitalistas, empregando métodos coercitivos de extração de mais valia, com coletivização forçada da agricultura e do trabalho, e políticas de promoção de serviços sociais e redistribuição de renda. De forma mais evidente, no campo da defesa, o Estado soviético teve que promover a ampliação da exploração e do lucro para expandir os investimentos na produção de produtos e equipamentos militares a fim de

---

<sup>13</sup> CHASE-DUNN, Christopher K. Socialist States in the capitalist World-Economy. **Social problems**, v. 27, n. 05, 1980. p. 512.

garantir a sobrevivência da revolução. Logo, como aponta Chase-Dunn, o próprio SMC, constituído por uma economia mundo capitalista e um sistema de Estados capitalistas agressivos, determinou as necessidades sociais da produção na URSS.<sup>14</sup> A pressão econômica e militar dos EUA sobre Cuba após a revolução – e sobre outras experiências socialistas – produziu um quadro bastante semelhante. Ademais, no bojo da crise econômica global da década de 1970, os países no Centro tentaram expandir as relações comerciais com os países socialistas. Estes, por sua vez, se tornaram mais abertos aos investimentos capitalistas, ainda que de forma bastante controlada.<sup>15</sup> Dessa forma, os Estados socialistas não conformaram um Sistema-Mundo novo. Permaneceram no SMC como um bloco de países periféricos e semiperiféricos sob a liderança da URSS, que através do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) definiu preços e condições de comércio de commodities de forma menos exploratória. Sobretudo, a URSS usou os parceiros socialistas para jogar o jogo da competição no SMC.<sup>16</sup> Cuba continuou na periferia do SMC, na órbita da URSS.

A hipótese principal que sustenta esta abordagem é que a recente aproximação entre EUA e Cuba é o resultado visível de um processo mais longo, no qual a potência americana tentou por diversas vezes reacomodar a pequena ilha rebelde na periferia do SMC de acordo com seus interesses. O fim da URSS empurrou Cuba e EUA para um novo tipo de reaproximação. Desde 1960, os governos dos EUA recorreram a estratégias violentas e excludentes, com bloqueio econômico e tentativas de golpe de Estado, como meio de reacomodar Cuba na periferia do SMC, na órbita estadunidense. Com o fim da URSS, os governos Fidel Castro (1976–2008) e Raúl Castro se viram compelidos a operar mudanças na economia cubana com vistas a atrair parceiros comerciais e investimentos que provocaram uma atualização da ilha na periferia do SMC, paradoxalmente, com a premissa de salvar seu sistema socialista. Este processo moveu a ilha, que está a aproximadamente 150 quilômetros de Miami, para a órbita da Europa e da China, centros sistêmicos concorrentes dos EUA. E, para a parceria com a Venezuela, que,

---

<sup>14</sup> *Ibidem.* p. 515.

<sup>15</sup> *Ibidem.* p. 518.

<sup>16</sup> *Ibidem.* p. 518-521.

como aponta Jaime Preciado, emergiu no início do século XXI como uma semiperiferia anti-hegemônica, resistente a política ao poderio estadunidense.<sup>17</sup> Com isso, sob pressão geopolítica, principalmente diante da presença de competidores chineses e europeus no continente, o governo Obama buscou rever a relação entre EUA e Cuba no SMC.

A fim de apresentar uma análise mais detalhada sobre o esboço acima, este artigo apresenta um estudo sobre o processo de acomodação de Cuba na periferia do SMC, com base nos dados econômicos relativos às transações comerciais e investimentos diretos. Aqui, vale alertar que os dados sobre os investimentos diretos na ilha estão incompletos em virtude da indisponibilidade. O governo Raúl Castro divulgou esses dados de forma precária e irregular nos últimos anos. E os governos que articulam esses investimentos não divulgam a informação. De todo modo, este esforço busca compreender a trajetória recente de Cuba na periferia do SMC, avaliando a importância e o impacto de sua relação com os EUA e com os principais parceiros no Centro— Europa e China — e na Semiperiferia Anti-hegemônica — Venezuela.

### **O processo de acomodação de Cuba na periferia do Sistema Mundo Capitalista**

Entre 1959 e 2014, a política externa estadunidense, em conluio com agentes transnacionais, esteve encarregada de dirigir a expansão dos EUA sobre Cuba, através de mecanismos de interação política e militar e da expansão da informação e da cultura. Em 1962, o governo John Kennedy (1961–1963) impôs um bloqueio comercial sobre Cuba para exaurir a economia cubana. Apesar da retórica da Guerra Fria, este estratagema não se constituiu como um meio para a derrocada do socialismo ou para restaurar a democracia na ilha, mas sim para recolocar Cuba diretamente na órbita periférica dos EUA no SMC. Em comparação, no mesmo período, a política externa estadunidense não adotou a democracia como prioridade para outros países aliados já inseridos na periferia do SMC, como o Brasil e o Chile.

---

<sup>17</sup> PRECIADO, Jaime. América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. **Cadernos CRH**, v. 21, n. 53, 2008.

Em paralelo, mesmo governos diferentes, como as administrações de Richard Nixon (1979–1974), de orientação conservadora e anticomunista, e Jimmy Carter (1977–1981), de orientação progressista, buscaram abrir diálogo e estabelecer canais para recolocar Cuba diretamente na periferia dos EUA. O governo Nixon permitiu que subsidiárias de corporações estadunidenses sediadas em outros países estabelecessem relações econômicas na ilha. O governo Carter abriu negociação em torno de temas como compensações por propriedades expropriadas na revolução, limites marítimos pesqueiros, possibilidades comerciais, instalação de uma Seção de Interesse dos EUA em Havana e transações entre entidades financeiras estadunidenses e cubanas.<sup>18</sup>

Com o fim do bloco liderado pela URSS, Cuba perdeu entre 75% e 85% dos mercados que absorviam seus produtos. Além disso, perdeu fonte de crédito, assessoria técnica e intercâmbio tecnológico.<sup>19</sup> Os efeitos desse quadro econômico são conhecidos pela literatura: ampliação dos débitos na balança de pagamentos, endividamento, retração econômica, desemprego e crise de abastecimento. Diante das condições globais, Cuba teve que se reajustar na periférica do SMC. A reforma constitucional de 1992 é a pedra fundamental deste processo. Surgiu no bojo do conhecido programa intitulado “Período Especial em Tempos de Paz”, que desenhou o processo de transição para uma nova política econômica através de medidas de reestruturação voltadas para: o consumo de energia; o programa de substituição de importações; o aumento das exportações tradicionais; o programa de turismo; e as regras para atrair investimentos estrangeiros. De acordo com Marco Antônio da Silva, a reforma constitucional abriu caminho para: diminuição do monopólio estatal sobre o comércio exterior; estabelecimento de *joint ventures* com capital estrangeiro; descriminalização da posse de dólar; autorização para que cubanos e familiares residentes no exterior enviem remessas de divisas para o país; permissão para cubanos visitarem familiares no exterior; incentivo a atividades produtivas e de serviços; incentivo ao turismo; incentivo à comercialização e exportação de produtos de biotecnologia e farmacêutica;

---

<sup>18</sup> SANCHÉZ-PARODI, Ramón. **Cuba-USA: Diez tiempos de una relación**. México-DF: Ocean Sur, 2011. p. 185-186.

<sup>19</sup> SILVA, Marcos A. da. **Cuba e a eterna Guerra Fria: mudanças internas e política externa nos anos 1990**. Dourados: Editora UFGD, 2012. p. 184.

transferência da propriedade da terra para os trabalhadores agrícolas com a criação de Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC) na produção agrícola; abertura de mercados livres para produtos agropecuários e artesanais; estabelecimento de associações e empresas mistas com capital estrangeiro; criação de lei de zonas francas e parques industriais; saneamento das contas públicas; implantação de um novo sistema tributário; reestruturação do sistema bancário; e possibilidade de exercício de serviços privados para diversas profissões. Na prática, entre 1989–1993 Cuba passou por um período de retrocesso econômico, com constrição do consumo interno, controle de preços, desequilíbrio fiscal, desemprego e deterioração dos serviços públicos.<sup>20</sup>

Do outro lado do Estreito da Flórida, a Fundação Nacional Cubano-Americana (CANF), principal movimento da comunidade cubano-estadunidense contra o governo revolucionário, operou um forte *lobby* no Congresso dos EUA a fim de limitar as capacidades de Cuba no processo de acomodação na periferia do SMC. Assim, no final de 1992, o governo George H. W. Bush (1989–1993) promulgou a Lei Torricelli, oficialmente conhecida como Lei para Democracia Cubana, que reforçou as sanções sobre a ilha. O objetivo da lei, de acordo com seu próprio texto, era forçar a transição democrática em Cuba para promover crescimento econômico e ajudar toda a população. Dentre outras coisas, a lei estabeleceu: possibilidade de encerrar qualquer ajuda para países que comercializassem com Cuba; interdição de 180 dias dos portos dos EUA para navios que negociassem bens e/ou serviços na ilha; limites para as negociações em dólar de agentes financeiros dos EUA para Cuba. As sanções seriam suspensas e os Estados Unidos ofereceriam ajuda financeira a Cuba se eleições democráticas com a participação de partidos de oposição fossem organizadas e reconhecidas pela comunidade internacional e se a economia cubana se transformasse em uma economia de mercado. Em outras palavras, a Lei Torricelli definiu claramente que a suspensão do bloqueio dependia da readequação de Cuba na periferia do SMC de acordo com os interesses dos EUA. O governo William Clinton (1993–2001), do Partido Democrata e de viés neoliberal, voltou a negociar estratégias de realocação

---

<sup>20</sup> *Ibidem*. p. 189-190.

da ilha na periferia dos EUA, inclusive com mecanismos de interação entre políticos e militares de forma amistosa. Essa estratégia era coerente com a política econômica e a política externa de viés neoliberal, voltada para a promoção da abertura econômica e cooperação internacional, na qual os EUA assumem o papel de controlar e viabilizar o fluxo global de mercadorias, serviços e capitais.

Todavia, sob o *lobby* da CANF no Congresso, os congressistas estadunidenses Dan Burton e Jesse Helms, ambos conservadores do Partido Republicano, propuseram a Lei de Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana, conhecida extraoficialmente como Lei Helms-Burton. Entre outras coisas, a peça legislativa define que qualquer corporação internacional que negocie com Cuba estará sujeita a sanções nos EUA; opõe-se a qualquer possibilidade de inclusão de Cuba em instituições financeiras internacionais; autoriza o apoio dos Estados Unidos a grupos de defesa da democracia e direitos humanos em Cuba; e retira do Executivo e concede ao Congresso o poder de suspender ou continuar o bloqueio econômico sobre o país caribenho. Assim, a Lei Helms-Burton reforçou a tentativa de readequar Cuba na periferia do SMC, de acordo com os interesses dos EUA, uma vez que prevê novas sanções aos países e empresas que tentarem estabelecer relações econômicas com a ilha. O governo Clinton sancionou a Lei Helms-Burton sob a justificativa de que Cuba precisava adotar uma economia de mercado e a democracia, após um incidente em que dois jatos da Força Aérea Cubana atiraram em navios da organização cubano-estadunidense *Hermanos al Rescate*.

A partir de 1994, a despeito das Leis Torricelli e Helms-Burton, Cuba ofereceu aos outros centros do SMC a chance de atuar economicamente na ilha sem a forte concorrência estadunidense. Esse movimento possibilitou uma frágil recuperação de parte da capacidade econômica do país, que apresentou um crescimento médio de 3,2% entre 1997 e 2003.<sup>21</sup> Mais do que isso: para os governos de Cuba, concedeu capacidade política e econômica para controlar o ritmo e a profundidade do processo de reacomodação do país na periferia do SMC; assegurou a gerência sobre os mecanismos políticos e econômicos, inclusive sobre

---

<sup>21</sup> Todos os dados estatísticos sobre a economia cubana referenciados ao longo do artigo podem ser encontrados em: OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN. **Anuario Estadístico de Cuba 2016**. [S.l.]: ONEI, 2017. Disponível em: <http://www.one.cu/aec2016.htm>. Acesso em 12/08/2019.

os gastos com proteção social; e, na política externa, garantiu uma pequena capacidade de negociação e resistência em relação aos EUA, na medida em que a ampliação e a pluralidade de parceiros econômicos garantiram a sobrevivência da ilha e do governo socialista dentro do SMC.

Em 1995, com o objetivo de dar continuidade a acomodação na periferia do SMC, o governo Fidel Castro sancionou a Lei de Investimentos Estrangeiros, que estabeleceu as regras para: investimento estrangeiro na ilha através da fundação de empresas mistas, atração de empresas estrangeiras e contrato de associação econômica com estrangeiros com garantias de não expropriação, exceto em casos de interesse social e com pagamento de indenização; repatriação de dividendos com isenção de tributos; importação e exportação direta de bens; aquisição de propriedades privadas para escritório, moradia e exploração do turismo; imposto único sobre os lucros no valor de 30%; e a criação de zonas francas.<sup>22</sup>

Nos Estados Unidos, produtores agrícolas pressionaram o Congresso e o governo Clinton para rever a Lei Helms-Burton a fim de conquistar o mercado consumidor de alimentos e bebida na ilha. Como resultado, em 2000, o Congresso emendou a Lei Helms-Burton e, com a sanção do governo Clinton, permitiu a exportação de alimentos e bebidas para Cuba. Entretanto, o governo George W. Bush (2001–2009) retomou a velha estratégia de expansão dos fluxos culturais e informacionais articulado com mecanismos políticos e militares menos amistosos para trazer Cuba para dentro da periferia estadunidense. De acordo com Sánchez-Parodi, o governo George W. Bush, em aliança com o *lobby* da comunidade cubano-estadunidense antirrevolucionária, criou a “Comissão para Ajudar Cuba Livre”, para promover dissidência; intensificar transmissões; estrangular a economia; propagandear ameaça militar; e incrementar campanha internacional contra o regime. Donald Rumsfeld, Secretário de Defesa (2001–2006), e John Bolton, subsecretário de Estado (2001–2005), chegaram a cogitar uma invasão da ilha.<sup>23</sup>

Com novos parceiros comerciais, o governo cubano ampliou a capacidade de manutenção de preferências, principalmente na relação com os EUA. Assim, buscou controlar a acomodação de Cuba na periferia do SMC com a atualização

---

<sup>22</sup> SILVA, *Op. Cit.*, p. 192.

<sup>23</sup> SÁNCHEZ-PARODI, *Op. Cit.*, p. 218.

do modelo econômico e social socialista. Entre 2006 e 2016, o governo revolucionário, agora sob a batuta de Raúl Castro, promoveu mais um período de reformas na política econômica. O VI Encontro do PCC, em abril de 2011, definiu o marco deste processo no documento Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução. Citando Torres Pérez, Rizo assinala que o objetivo deste processo de reformas é “estabelecer um modelo econômico que garantisse a melhoria na produtividade, a eficiência e a competitividade necessária para continuar sustentando o atual sistema de benefícios sociais”.<sup>24</sup>

De acordo com Mesa-Lago, as reformas deste período podem ser separadas em três grupos: 1 - medidas administrativas com o objetivo de melhorar a gestão e promover eficiência; 2 - mudanças não estruturais; 3 - reformas estruturais destinadas a modificar as estruturas materiais e organizacionais da economia.<sup>25</sup> O primeiro grupo abriga medidas de combate à corrupção, abertura à crítica e regras para aperfeiçoamento da iniciativa individual. O segundo grupo comporta a liberalização da circulação de cidadãos cubanos nos hotéis e regiões hoteleiras; o acesso limitado à internet; a aquisição de aparelhos de telefonia celular; o aumento dos salários; a eliminação de gratuidades e subsídios; a liberação da venda livre de materiais de construção; uma legislação trabalhista para eliminar 500.000 empregos estatais e promover a incorporação de 1,8 milhões de trabalhadores no setor não estatal; a flexibilização do trabalho autônomo; o estímulo à criação de empresas privadas; novas normas aduaneiras para viabilizar a importação de bens; e uma nova política de crédito para trabalhadores autônomos, agricultores e empreendedores. Em especial, entre 2011 e 2016, essas medidas impulsionaram o crescimento do número de trabalhadores autônomos, de 150.000 para aproximadamente 500.000, e a expansão dos operários no setor não estatal, de 16,2% para 27%. O terceiro grupo inclui reformas para flexibilizar a produção e a propriedade privada das terras inativas; a revogação dos entraves ao consumo; e a

---

<sup>24</sup> TORRES PÉREZ *apud* RIZO, Jhany Marcelo Macedo. Nuevos vientos soplan en el malecón de la Habana: reformas económicas e cambio político en Cuba. **Temas de Nuestra América**, v. 34, n. 64, 2018, p. 57.

<sup>25</sup> MESA-LAGO, Carmelo. **Cuba en la era de Raúl Castro: reformas económicas y sus efectos**. Madrid: Colibri, 2012. p. 237.

criação de um mercado limitado de ativos para compra e venda de veículos e imóveis.<sup>26</sup>

Um dos principais indícios da reacomodação de Cuba na periferia do SMC é a retomada do fluxo de Investimentos Externos Diretos (IED) na ilha a partir do fim da URSS. Ao contrário dos dados acerca do comércio internacional, o governo cubano não disponibiliza os dados para a análise do IED. Todavia, de acordo com Pérez Villanueva, os IED estiveram em uma fase crescente e constante durante toda a década de 1990, mas entraram em uma fase decrescente a partir de 2003 e voltaram a uma nova fase ligeiramente ascendente entre 2011 e 2013. Mas, mais importante, na fase decrescente os negócios com investimento estrangeiro tiveram resultado satisfatório. Neste período, a maior parte dos investimentos se concentrou no setor de turismo, petróleo e agroindústria. Por outro lado, a menor parte dos investimentos foi direcionada para produção com valor agregado e, por conseguinte, para ocupação da mão de obra qualificada na ilha.<sup>27</sup>

Feinberg sumariza a política cubana para IED a partir da revolução em 5 fases temporais: nacionalização e expropriação nos anos 1960; liberalização e tentativas de atração nos anos 1990; retrocessos e cancelamentos na primeira metade dos anos 2000; atração de parceiros privilegiados (China, Brasil e Venezuela) na segunda metade dos anos 2000; e reformas e ambivalências a partir dos anos 2010.<sup>28</sup> Segundo ele, as diretrizes da reforma de 2011 não colocam os IEDs como mola fundamental para impulsionar o crescimento da economia na ilha, principalmente por pressão da ala mais ortodoxa do PCC, desconfiada do capital internacional. Como reflexo, controle, monitoramento e permissão estariam a permear a linguagem das diretrizes para os IEDs. Além disso, a Câmara de Comércio Cubana, submetida ao Ministério de Comércio Internacional e Investimento Externo, apresentou um portfólio pouco inovador para os IEDs, concentrado em áreas como turismo, exploração de petróleo, mineração, energia

---

<sup>26</sup> MESA-LAGO, *Op. Cit.*, p. 237-238; RIZO, *Op. Cit.*, p. 57-58; TORRES, Ricardo. El proceso de actualización del modelo económico y social de Cuba. **Pensamiento Propio**, v. 22, n. 45, 2017. p. 61.

<sup>27</sup> PÉREZ-VILLANUEVA, Omar Everleny. Foreign Direct Investment in Cuba: a necessity and a challenge. In: HERSHBERG, Eric; LEOGRANDE, William M. *Op. Cit.*, p. 144-145.

<sup>28</sup> FEINBERG, Richard E. **The new cuban economy**: what roles for foreign investment? Nova Iorque: Brookings, 2012. p. 5.

renovável e pequenas *joint ventures* comerciais. Para o autor, o portfólio era a confirmação material de que os IEDs em Cuba são planejados como um suplemento secundário no plano de desenvolvimento econômico.<sup>29</sup> Ainda de acordo com Feinberg, Cuba tem o potencial de atrair IEDs em três categorias relevantes para exploração: recursos naturais, através do turismo, portos, mineração e fontes de energia; mão de obra barata e qualificada, com profissionais que têm ensino superior de qualidade; posição comercial estratégica, a partir da importante localização geográfica do país na Bacia do Caribe e do próprio mercado interno, pequeno, mas atrativo.<sup>30</sup>

A partir de 2011, a nova fase de crescentes IEDs em Cuba correspondeu às diretrizes da reforma econômica, que tiveram início justamente naquele ano. De acordo com o planejado, os IEDs cumpririam um papel de indução econômica para alcançar diversos objetivos, tais como acesso à tecnologia avançada, melhoramentos na capacidade de gerenciamento da produção, aumento da produtividade, novos postos de emprego para mão de obra qualificada, substituição de importações e expansão e diversificação das exportações. Em 2013, o Conselho de Ministros aprovou uma nova lei de investimentos estrangeiros, e em 2014 o VI Congresso do PCC referendou e efetivou a nova legislação. De acordo com Pérez Villanueva, os princípios norteadores da nova legislação asseguravam que os investimentos estrangeiros: 1 - são elementos fundamentais para o crescimento econômico; 2 - devem ser promovidos em bases de amplo alcance e diversificação, priorizando a Zona de Desenvolvimento Especial de Mariel; 3 - devem ser direcionados para projetos abrangentes que desenvolvam laços de produtividade; 4 - devem ser orientados para incentivar as exportações, a substituição de importações e a eliminação de gargalos na cadeia produtiva, priorizando a modernização, a criação de infraestrutura e a mudança de tecnologia; 5 - precisam ser previamente autorizados para empresas com capital completamente estrangeiro, sobretudo no setor de infraestrutura; 6 - devem contribuir para mudança na matriz energética do país; 7 - devem respeitar a preponderância de participação cubana na extração de recursos naturais, serviços

---

<sup>29</sup> *Ibidem*. p. 10-11.

<sup>30</sup> *Ibidem*. p. 15.

públicos, desenvolvimento de biotecnologia, turismo e comércio atacadista; 8 - devem manter o sistema de contratação de mão de obra através do governo; 9 - podem ser orientados, em casos excepcionais, para o desenvolvimento de atividades legalmente administradas por atores econômicos não estatais.<sup>31</sup> A fim de superar a desconfiança dos investidores, o governo cubano estabeleceu um arcabouço legal para dar garantias, proteção e segurança para os investimentos através de métodos, regras de autorização, mecanismos de resolução de conflito e normas regulatórias. Entre outras coisas, este arcabouço garantiu aos investidores que os negócios não poderiam ser expropriados, salvo para utilidade pública ou interesse social justificado, de acordo com tratados internacionais e mediante indenização, e garantiu o direito de livre remessa de lucros em moedas conversíveis.<sup>32</sup>

As novas diretrizes para o investimento estrangeiro estabeleceram regras especiais para as Zonas de Desenvolvimento Especial, com o objetivo de ampliar as exportações, promover a substituição de importações, atrair projetos de alta tecnologia e estimular o surgimento de novas fontes de emprego. A reforma de 1995 instituiu as Zonas Francas Industriais (ZFI), a fim de atrair indústrias com mão de obra qualificada, incentivos fiscais e livre remessa de lucros. Essas indústrias funcionariam nos mesmos moldes das maquiladoras, presentes no México e na América Central, voltadas majoritariamente para a exportação, com a possibilidade de destinar, no máximo, 25% da produção para o mercado interno. Em 2004, o governo cubano reestruturou o projeto a fim de alavancar a produção manufatureira com alto valor agregado e obrigou o fechamento ou a realocação das empresas de serviços para fora das zonas francas. Assim, renomeou as ZFIs como Zonas de Desenvolvimento Especial (ZDE).<sup>33</sup> Em 2013, o governo cubano criou a Zona de Desenvolvimento Especial de Mariel (ZDEM) com o objetivo de desenvolver infraestrutura, criar um sistema de logística eficiente para importação e exportação e, acima de tudo, atrair investimentos e empresas estrangeiras capazes de dinamizar a empregabilidade e o incremento tecnológico na ilha. O

---

<sup>31</sup> PÉREZ-VILLANUEVA, *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>32</sup> *Ibidem.* p. 149.

<sup>33</sup> FEINBERG, *Op. Cit.*, p. 17

Porto de Mariel foi pensado como a pedra fundamental da ZDEM. Abriga um terminal moderno e em águas profundas, com capacidade receber navios Ultra-Post-Panamax, de grande calado e capacidade. Poucos portos no continente tem a mesma vantagem, incluindo os portos estadunidenses. Desse modo, o Porto de Mariel, aproveitando a posição estratégica de Cuba na Bacia do Caribe, se apresentou como um Porto Concentrador para o comércio de grande escala através do Canal do Panamá, que estava em reforma justamente para viabilizar o trânsito de navios Ultra Post-Panamax. Além disso, a região no entorno do Porto de Mariel passou a abrigar uma Zona Franca, a fim de atrair indústrias estrangeiras com condições favoráveis e toda a facilidade da estrutura portuária para importação e exportação de insumos e produtos.

Esse conjunto de transformações teve um impacto significativo sobre Cuba no SMC. A partir das Diretrizes da Política Econômica e Social de 2011, o componente econômico-comercial adquiriu importância fundamental na política externa cubana, com vistas a aprofundar e diversificar as relações e parcerias econômicas com o resto do mundo. Como decorrência, a ampliação dessas relações econômicas e comerciais exigiu que os excedentes da economia cubana fossem cada vez maiores, a fim de cumprir os compromissos com os parceiros internacionais, comprovando a tese de Chase-Dunn. A política externa cubana conseguiu alguns êxitos nos últimos anos, fundamentais para a continuidade do processo de transformação econômica: 1 - melhorou e consolidou relações com atores centrais; 2 - participou com frequência dos organismos regionais e internacionais; 3 - promoveu avanços nas relações financeiras externas; 4 - diversificou as relações internacionais com o objetivo de diminuir as dificuldades econômicas do país. Todavia, Romero ressalta que o governo cubano reconheceu que precisava restabelecer a confiabilidade do país diante da comunidade internacional para conseguir financiamento e incentivos para continuar o processo de transformação da política econômica e social. Nesse sentido, decidiu renegociar dívidas externas acumuladas e, em função disso, buscou ampliar a produtividade e incorporar mudanças nos mecanismos de gestão econômica e política,

promovendo maior autonomia empresarial e diversificação da estrutura da propriedade produtiva.<sup>34</sup>

No conjunto, as reformas, principalmente aquelas adotadas entre 1995 e 2016, são fundamentais para compreender a reacomodação de Cuba na periferia do SMC. Em 1995, no início da primeira fase de reformas, o fluxo de mercadorias com origem e destino em Cuba estava em US\$4,37 bilhões. Dez anos mais tarde, alcançou US\$9,76 bilhões. Isso significou um aumento de 123,21%. Nesse período, o fluxo de mercadorias cresceu todos os anos. No começo da segunda fase, no bojo das reformas em 2006, o fluxo de mercadorias que entraram e saíram de Cuba alcançou US\$12,42 bilhões. Pela primeira vez, Cuba retomou o patamar do valor de trocas comerciais do período anterior à queda da URSS, muito próximo dos US\$12,83 bilhões de 1990. Em 2013, o comércio exterior de mercadorias em Cuba chegou a US\$19,98 bilhões, o melhor registro na grande série entre 1985 e 2017.

Entretanto, o período entre 2006 e 2016 apresentou mais instabilidade e não teve crescimento constante. A coincidência entre a pujança do comércio de importação e exportação de Cuba e o fluxo de mercadorias globais é um forte indício da sinergia entre da ilha e o SMC, inclusive no que se refere aos efeitos negativos das crises econômicas sistêmicas em 2008 e 2013. Entre 2008 e 2009, os valores movimentados no comércio exterior em Cuba registraram uma queda acentuada de US\$17,89 bilhões para US\$11,76 bilhões, 34,24% de retração. Nos anos seguintes, o fluxo de mercadorias na ilha voltou a crescer. Mas, entre 2013 e 2014, os tais valores apresentaram uma nova queda, de US\$19,98 bilhões para US\$17,89 bilhões, 9,2% de retração. Diferente da crise de 2008, nos anos seguintes à crise de 2013 o fluxo de importação e exportação de Cuba apresentou sucessivos recuos e pouca capacidade de recuperação. Em 2016, alcançou apenas US\$12,58 bilhões, voltando ao mesmo patamar do início da segunda fase de reformas. Mesmo assim, significou uma diferença de 187,7% em relação ao começo das reformas.

Os principais produtos da pequena pauta de exportação cubana têm origem na indústria açucareira e na mineração, especialmente níquel e derivados. Em

---

<sup>34</sup> ROMERO, Antonio. La política exterior cubana y la actualización del modelo económico en un entorno cambiante. **Pensamiento Propio**, v. 22, n. 45, 2017. p. 84-85.

1990, ainda na órbita da URSS, as exportações cubanas atingiram US\$5,41 bilhões. Os produtos da indústria açucareira compreendiam 80,11% das exportações. Em 1991, ano em que a URSS ruiu, as exportações cubanas caíram para apenas US\$2,98 bilhões, uma queda acentuada de 44,96%. Entre 1995 e 2005, as exportações cubanas oscilaram entre US\$1,4 bilhões em 1995 e US\$2,3 bilhões em 2004. A partir desse ano, pela primeira vez desde 1991 as exportações cubanas ultrapassaram os US\$2 bilhões. Este processo apresentou outra transformação importante na economia cubana: o açúcar deu lugar ao níquel como principal produto na pauta de exportação. Em 2006, no mesmo ano em que Cuba inaugurou a segunda fase das reformas que contribuiriam para reajustar o país na periferia do SMC, a oscilação das exportações parou. Em 2007 as exportações de minério atingiram o maior patamar da história, com US\$2,14 bilhões, acompanhando o ápice global dos preços de *commodities*.

Entre 2006 e 2013, as exportações cubanas tiveram crescimento contínuo, exceto por 2009. Nesse ano, as exportações cubanas tiveram uma queda significativa de 21%, acompanhando a crise econômica do SMC. Mas, no ano seguinte, as exportações cubanas recuperaram o viés de alta, seguindo o movimento de recuperação das trocas globais. Em 2011, as exportações cubanas alcançaram valores na casa dos US\$5 bilhões, semelhantes àqueles observados entre 1985–1990. Entretanto, em 2013, mais uma vez, a crise econômica global atingiu a ilha. Em 2014, as exportações cubanas caíram para US\$4,85 bilhões, uma retração de 17,25% em comparação a 2011, melhor ano da série histórica de todo o período de reformas. O impacto da crise de 2013 sobre o mercado de *commodities* atingiu a economia cubana com força, principalmente porque estava calcada nas exportações de níquel. Com isso, nos anos seguintes, até 2016, as exportações cubanas mantiveram o viés de baixa e de retração continuada e, aparentemente, a pauta de exportação se tornou mais diversificada, sobretudo com a crescente importância de produtos químicos.

Petróleo e derivados e máquinas e equipamentos de transporte se revezaram no topo da pauta de importações cubana. Nos últimos cinco anos sob a órbita da URSS, o fluxo de importações na ilha movimentou entre US\$8,1 bilhões em 1989 e US\$7,4 bilhões em 1990. Com o fim da URSS, as importações caíram

para US\$4,23 bilhões, uma retração de 47,9% em relação a 1989. Entre 1990 e 1994, no período especial, as importações cubanas tiveram viés decadente, alcançando US\$2 bilhões nos dois últimos anos do período. Em 1995, as importações cubanas entram em um caminho de recuperação ascendente, que coincide com o início das reformas. Entre 1996 e 2016, as importações crescem de forma contínua, exceto em 2002, 2009 e 2014. Em 2002, o volume das importações cubanas somou US\$4,18 bilhões, ligeiramente inferior aos US\$4,79 bilhões do ano anterior, uma retração de 12,6%. Esse pequeno recuo coincide com a revisão das leis Torricelli e Helms-Burton. Em 2009, as importações somaram US\$8,9 bilhões, bastante inferior aos \$14,23 bilhões do ano anterior, uma queda acentuada de 37,4%, em sincronia com os efeitos globais da crise de 2008. Entre 2010 e 2013, as importações recuperaram o crescimento contínuo. Nesse último ano, a soma das importações inclusive superou os números de 2008, chegando a US\$14,7 bilhões. Em 2014, as importações voltaram a apresentar um viés de queda sob os efeitos da crise global de *commodities*, mostrando mais uma vez a inserção de Cuba na periferia do SMC. Nesse ano, a soma das importações chegou a US\$13,03 bilhões, uma retração de 11,3%. Sem recuperação, nos anos seguintes as importações caíram sucessivamente. Mesmo assim, desde 2006, no bojo do processo de reformas econômicas, a soma das importações em todos os anos superou os cinco anos anteriores ao fim da URSS. Em 2006, a soma das importações alcançou US\$9,49 bilhões. Dez anos mais tarde, mesmo em contínua queda desde 2014, as importações somaram US\$10,27 bilhões. Em todos os anos em tela, entre 1995 e 2016, a balança comercial cubana registrou déficits.

A Europa se apresentou como principal centro no processo de reacomodação de Cuba na periferia do SMC. Nos cinco anos que antecederam o fim da URSS, as trocas comerciais de Cuba com a Europa (excluindo o bloco soviético) variaram entre US\$2,52 bilhões em 1986 e US\$3,10 bilhões em 1989. Nesse último ano, corresponderam a aproximadamente 23% de todo comércio que entrava e saía da ilha. Entre 1991 e 1994, as trocas comerciais entre Cuba e Europa despencaram (sem levar em conta a Rússia), alcançando melhor desempenho com apenas US\$1,33 bilhões em 1992. Mesmo assim, nesse ano, tais trocas corresponderam a 32,5% de todas as mercadorias que entraram e saíram da ilha.

As medidas adotadas em 1992 e 1995 atraíram investimentos estrangeiros, principalmente do centro europeu. Segundo os dados de Silva, no final da década de 1990, 350 empresas mistas e 600 escritórios de representação de companhias comerciais estrangeiras operavam em Cuba. Essas empresas tinham origem e capital na seguinte proporção: 82 na Espanha, 70 no Canadá, 56 na Itália, 15 na Grã-Bretanha, 14 na França, 10 na Holanda e 8 no México. Atuavam em diversos setores da economia: 32% na indústria, 17% no turismo, 12% na extração de petróleo, 2% na extração de níquel, 13% na extração de outros minerais, 5% em serviços de transporte e comunicação e 19% em outros setores.<sup>35</sup> Ou seja, com o fim da URSS, a Europa assumiu o papel de principal parceiro de Cuba, mesmo com a retração das trocas entre as duas partes em números absolutos.

Entre 1996 e 2016, os valores das trocas comerciais entre Cuba e Europa cresceram anualmente, exceto pelos períodos de 2001–2002, 2007–2009, 2014 e 2016. Nos anos de 2001 e 2002, as trocas comerciais entre o velho continente e a ilha chegaram respectivamente a US\$2,27 bilhões e US\$1,97 bilhões. Esses números eram ligeiramente inferiores aos de 2000, momento em que os valores das trocas comerciais em alta desde 1995 chegaram a US\$2,37 bilhões. O viés de baixa nesse biênio coincide justamente com a inflexão das leis Torricelli e Helms-Burton. A partir de 2003, as trocas comerciais entre Cuba e Europa retomaram o viés de alta. E em 2006, mesmo ano em que as reformas em tela ganharam intensidade, as trocas de mercadorias entre Cuba e Europa ultrapassaram os patamares anteriores ao fim da URSS, marcando US\$3,58 bilhões. Mas, proporcionalmente, o comércio com a Europa representava 28,8% de todas as mercadorias que entravam e saíam da ilha. Em 2007, ocorreu uma pequena oscilação para baixo, e o valor das trocas comerciais marcou US\$3,19 bilhões, uma retração de 10,97%. Possivelmente trata-se um movimento de ajuste de expectativas ou um reflexo antecipado da crise econômica global.

No bojo da crise de 2008, a Europa deixou o posto de principal parceiro comercial de Cuba. Em 2009, as trocas entre Cuba e Europa sofreram uma queda acentuada de 32%, somando US\$2,47 bilhões. Esse movimento, junto aos outros

---

<sup>35</sup> SILVA, *Op. Cit.*, p. 193-194

dados econômicos para o mesmo período, é mais um indício da agudeza do processo de reacomodação da ilha na periferia do SMC, agora com fortes laços com a Europa e, conseqüentemente, de sua fragilidade diante das oscilações econômicas globais. Em 2010, as trocas de mercadorias entre Europa e Cuba tiveram novo viés de alta. Em 2011, em sintonia com as novas diretrizes econômicas, as trocas comerciais entre Cuba e a Europa alcançam US\$3,76 bilhões de dólares, ultrapassando, inclusive os números de 2006. Nos dois anos seguintes, o viés de alta se manteve. Em 2013, as trocas chegaram a US\$4,45 bilhões, o maior valor de toda a série histórica. Mas a crise que ganhou corpo no mesmo ano jogou-as para baixo, registrando US\$3,92 bilhões em 2014, uma retração de 11,9%, que não apresentou recuperação nos anos posteriores. Esses valores, mesmo em queda, ainda eram superiores a todos os anos antes de 2006.

Durante o governo de Hugo Chávez (1999–2013), a Venezuela se tornou um importante parceiro comercial de Cuba na América Latina. Entre 1999 e 2000, as transações comerciais entre Cuba e Venezuela saltaram de US\$464,7 milhões para US\$912,4 milhões, ou seja, um crescimento de 96,3% em apenas um ano. Mais ainda, em 1999 as trocas comerciais com a Venezuela, que antes correspondiam a 7,95%, passaram a 14,1% de tudo que entrava e saía da ilha. Diferente da relação com a URSS, a aproximação com a Venezuela nunca foi exclusiva. As reformas de 2006 tiveram impacto na diversificação dos parceiros comerciais de Cuba no SMC. Nesse sentido, em 2005, as trocas comerciais entre os dois países alcançaram US\$2,26 bilhões e no ano seguinte chegaram a US\$2,64 bilhões, com 16% de crescimento. Entretanto, significaram respectivamente um recuo de 23,2% para 21,2% no total de todas as trocas internacionais observadas na ilha.

Contudo, entre 2008 e 2016, a Venezuela passou a figurar como principal parceiro comercial de Cuba, assumindo o posto da Europa, que desacelerou as trocas comerciais com a ilha em 2008 e retraiu em 2009, em função da crise econômica global. Em 2008, as trocas com a Venezuela chegaram a US\$4,88 bilhões, 27,3% de todo comércio internacional de Cuba. Em 2009, o comércio entre Cuba e Venezuela também sentiu os efeitos da crise, mas, mesmo assim, movimentou US\$3,13 bilhões, 26,6% do total. A recuperação das trocas entre Cuba e Venezuela após a crise 2008 foi mais aguda do que com qualquer outro parceiro.

Em meio às novas transformações econômicas na ilha, entre 2010 e 2011 as trocas entre Cuba e Venezuela deram um salto de US\$6,01 bilhões para US\$8,17 bilhões, um incremento de 35,9%. No ano seguinte, atingiram o pico máximo da série histórica em US\$8,56 bilhões, 44,18% do total do comércio internacional de mercadorias na ilha. Esses números representavam um aumento de 3502,18% comparado com 1995, ano em que Cuba começou timidamente as reformas para se reajustar na periferia do SMC. 2012 também é o ano de pico dos gastos com importação de petróleo e derivados em Cuba, movimentando US\$ 6,47 bilhões, 46,9% de todos os gastos com produtos importados na ilha. O governo cubano buscou compensar o déficit na balança comercial e na balança de pagamentos com um superávit na balança de serviços, principalmente com a oferta de serviços médicos para a Venezuela.

Em 2014, as trocas entre Cuba e Venezuela sofreram com a crise política que se seguiu à morte de Hugo Chávez e a crise global do mercado de *commodities*, retraindo para US\$7,06 bilhões, 35,3% do total. Após sucessivas quedas, em 2016 as trocas comerciais entre Cuba e Venezuela movimentaram US\$2,22 bilhões, 17,6% do total de trocas comerciais internacionais, números inferiores a 2005, mesmo assim significativos, principalmente no que se refere às importações de petróleo. O impacto da retração da parceria com a Venezuela na economia de Cuba foi significativo e os seus efeitos ainda precisam de análise. Todavia, ainda que a Venezuela tenha desenvolvido uma parceria estratégica quase vital com Cuba, não teve a mesma centralidade que a URSS entre 1961 e 1992. Primeiro porque a relação entre Cuba e Venezuela não tem o mesmo grau de dependência e simbiose, uma vez que está circunscrita à lógica periferia-periferia. Segundo, e mais importante, porque Cuba também intensificou os laços com centros fortes do SMC e ampliou as parcerias na periferia. A própria relação com a Venezuela serviu como ímã para atrair outros parceiros na América Latina. Antes da crise de 2013, o Brasil apareceu como uma das principais fontes de investimento direto, sobretudo para a construção da Zona de Desenvolvimento do Porto de Mariel, com um aporte de US\$1 bilhão. Como acentuou Serbin, esse processo de aproximação com a América

Latina é um dos elementos indispensáveis para compreender a aproximação entre Cuba e EUA.<sup>36</sup>

Após a crise de 2013, a China surgiu como um parceiro promissor para Cuba. Em 1987, Cuba e China assinaram um acordo para estabelecer a Comissão Mista Intergovernamental para Relações Econômicas e Comerciais. No ano seguinte, as trocas comerciais entre os dois países saltaram de US\$ 186,2 milhões para US\$401,8 milhões, um incremento de 115,7%. Depois de alcançarem 601,8 milhões em 1990, oscilaram entre US\$425 milhões, para 1991, e US\$247,8, para 1994. Em 1999, no contexto de diferentes reformas das economias socialistas na China e em Cuba, o comércio entre ambos passou a ser realizado em moeda livremente conversível e crédito. Desde então, o fluxo de mercadorias entre os dois países experimentou altas permanentes. Este ciclo comercial ascendente coincide com a crescente importância da mineração na economia e na pauta de exportação da ilha. É justamente em 1999 que o minério passa a disputar a dianteira da pauta de exportação com o açúcar. Nesse contexto, a empresa Cuba Níquel e o consórcio Minmetals, chinês, assinaram um convênio para produção e venda de 4.000 toneladas de sinter, com base níquel, a cada ano entre 2005 e 2009. Em 2006, incrementaram o convênio para 10.000 toneladas de sinter a cada ano até 2009. Em 2007, o fluxo de mercadorias entre os dois países movimentou US\$2,44 bilhões, que corresponderam a 17,7% de todo o comércio internacional cubano. As exportações cubanas de minério atingiram o maior patamar da história e a China se consolidou como terceiro principal parceiro comercial de Cuba.

Entretanto, a crise econômica global de 2008 também causou impacto negativo sobre o fluxo de mercadorias entre Cuba e China. Em 2009, as trocas entre os dois países caíram para US\$1,68 bilhões. Mesmo assim, o comércio com a China passou a representar 14,2% do total das trocas de mercadorias na ilha. Nos anos seguintes, o comércio entre os dois países voltou a crescer e, em 2011, alcançou novamente a casa dos US\$2 bilhões. Mas, em 2012, caiu abruptamente para US\$1,69 bilhões, apenas 8,72% das transações comerciais na ilha. Essa oscilação estava inserida no ajuste da demanda da China por *commodities*, um dos

---

<sup>36</sup> SERBIN, Andrés. *Op. Cit.*

elementos que precipitou a crise global no ano seguinte. Mas, diferente do padrão observado na relação com a Europa e com a Venezuela, o comércio entre Cuba e China voltou a crescer após a crise de 2013 e atingiu o ápice histórico em 2015, alcançando US\$2,59 bilhões, 17,26% de todo o comércio internacional na ilha.

Como aponta Vázquez, o IED é uma das facetas de maior importância na relação entre China e Cuba. Em 2004, os dois países assinaram um Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, que destina investimentos chineses para as áreas de saúde, educação, turismo, ferrovias, portos e exploração de petróleo. Além disso, dois outros convênios prometeram destinar US\$200 milhões para ampliar as telecomunicações e US\$150 para desenvolver a produção eletrônica, especialmente de televisores, através de uma parceria entre as empresas Haier, chinesa, e o Grupo de Eletrônica de Cuba.<sup>37</sup> Os IED de chineses na ilha aumentaram significativamente, de US\$33,6 milhões em 2005 para US\$146,4 em 2011. Durante toda essa série há apenas um único momento de retração de IED, de US\$85,3 milhões em 2009 para US\$70 milhões em 2010. Entretanto, os IED mais do que duplicaram no ano seguinte. Em 2012, os IED de chineses na ilha declinaram ligeiramente para US\$135,7 milhões e, em 2013, caíram para US\$111,3 milhões, provavelmente como reflexo da crise dos *commodities*.<sup>38</sup> Infelizmente, não existem dados disponíveis para avaliar o comportamento dos IED após a crise de 2013.

O governo Obama mudou os rumos da política externa dos EUA para Cuba em um cenário em que atores políticos e econômicos nos centros, como a Europa e a China e, e na periferia, como a Venezuela, se aproximaram da ilha, estimulados pelas reformas econômicas, e marcaram presença no território caribenho. Do outro lado do estreito da Flórida, principalmente na comunidade cubano-estadunidense, também aumentou o interesse pela realocação de Cuba na órbita dos EUA, devido às transformações econômicas na ilha. Mas, mais especificamente, após as crises econômicas de 2008 e 2013 inaugura-se um momento de incertezas em que Europa e Venezuela demonstraram uma capacidade reduzida para garantir

---

<sup>37</sup> VÁZQUEZ, Julio A. Diaz. 50 aniversario de las relaciones Cuba-China. **Igadi na rede**, Pontevedra, 04/07/2010. Disponível em: [http://www.igadi.org/china/2010/xr\\_50\\_aniversario\\_de\\_las\\_relaciones\\_cuba\\_china.htm](http://www.igadi.org/china/2010/xr_50_aniversario_de_las_relaciones_cuba_china.htm). Acesso em 03/08/2019.

<sup>38</sup> BERNAL, Richard. **Chinese Foreign Investment in the caribbean**. Kingston: Inter-American Development Bank, 2016.

transações comerciais e investimentos em Cuba. Por um lado, esse quadro apresentou uma oportunidade política e econômica para o governo dos EUA e para diversos setores do capital estadunidense, na medida em que Cuba precisou encontrar novos parceiros, principalmente para suprir as necessidades energéticas, tecnológicas e alimentares, sob o risco de entrar em um novo período especial. Por outro lado, esse quadro impôs uma necessidade estratégica ao governo dos EUA, devido à crescente presença de outros centros competidores, especialmente a China, em uma região geopolítica e geoeconômica importante. Ainda na perspectiva geoestratégica, vale ressaltar aqui, embora não seja o escopo desta pesquisa, que os governos da Rússia e de Cuba assinaram um acordo em julho de 2014 para reabertura de uma base militar de inteligência (Lourdes SIGINT). O acordo, negado posteriormente, aconteceu meses após o início da guerra civil no leste da Ucrânia, que levou definitivamente os EUA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para a fronteira com a Rússia.

Em 17 de dezembro de 2014, o governo Barack Obama detalhou as primeiras medidas para o processo de reaproximação entre EUA e Cuba. Evidentemente preocupado com as questões geoestratégicas da região, Obama afirmou que “a política dos EUA para Cuba afastou os EUA de parceiros regionais e internacionais, restringindo a nossa capacidade de influenciar resultados em todo hemisfério ocidental [o continente americano]” e “o colapso de Cuba não serve aos interesses dos EUA ou ao povo cubano”.<sup>39</sup> De acordo com o presidente, o conjunto de disposições tinha como objetivo “acabar com a abordagem ultrapassada e promover de forma mais eficaz uma mudança em Cuba que seja consistente com o apoio dos EUA ao povo cubano e alinhada com os interesses da segurança nacional dos EUA”.<sup>40</sup>

No mesmo dia, em um discurso televisionado nos dois países, Obama declarou que a política tradicional estadunidense para a ilha estava “desatualizada” e havia “falhado”. De acordo com o presidente, os EUA adotaram “políticas que

---

<sup>39</sup> THE WHITE HOUSE. FACT SHEET: Charting a New Course on Cuba. In: **The White House: President Barack Obama**. Washington, 17/12/2014. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/12/17/fact-sheet-charting-new-course-cuba>. Acesso em 6/10/2017.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

visavam isolar a ilha, impedindo as mais básicas viagens e comércio” e essa estratégia produziu “pouco efeito além de fornecer ao governo cubano uma justificativa para restrições a seu povo”. A nova abordagem pretendia “criar mais oportunidades para o povo americano e cubano”.<sup>41</sup> O presidente estadunidense também buscou controlar os críticos, afirmando que “os EUA querem ser parceiros para tornar as vidas dos cubanos comuns um pouco mais fáceis, mais livres, mais prósperas”.<sup>42</sup> Por fim, revelou que o modelo para Cuba não era a China ou o Vietnã, mas Miami. Para Obama, Miami era a capital da América Latina e, ao mesmo tempo, “uma cidade profundamente estadunidense”, definida como “um lugar que nos lembra que os ideais importam mais do que a cor da nossa pele”.<sup>43</sup>

A prerrogativa para suspender o bloqueio econômico sobre Cuba é do Congresso dos EUA. Mesmo assim, as medidas que o governo Obama propôs abriram caminho, no bojo das transformações econômicas na ilha, para reacomodar Cuba na periferia do SMC, retomando os laços com os EUA. A fim de ampliar os fluxos culturais e de informação, o governo Obama propôs restabelecer uma embaixada em Havana e realizar intercâmbios e visitas de alto nível entre oficiais dos dois governos e autorizar licenças para viagens de jornalistas, pesquisadores, líderes religiosos, esportistas, artistas, educadores e qualquer cidadão com o objetivo de promover projetos humanitários e exportação, importação ou transmissão de materiais de informação. Com vistas a expandir os mecanismos de interação política e militar, o governo Obama preconizou: trabalhar com Cuba em assuntos de interesse mútuo e que promovam os interesses nacionais dos Estados Unidos, tais como migração, combate a narcóticos, proteção ambiental e tráfico de pessoas, entre outras questões; iniciar discussões com os governos de Cuba e do México para discutir a fronteira marítima não resolvida no Golfo do México; retirar Cuba da lista de Estados patrocinadores do terrorismo; e discutir a participação de Cuba na Cúpula das Américas de 2015 no Panamá.

---

<sup>41</sup> THE WHITE HOUSE. Statement by the President on Cuba Policy Changes. In: **The White House: President Barack Obama**. Washington, 17/12/2014. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/12/17/statement-president-cuba-policy-changes>. Acesso em 6/10/2017.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

De forma mais significativa, as medidas de aproximação poderiam promover a expansão da troca de bens em larga escala dentro da lógica centro-periferia e de acordo com as transformações econômicas da ilha e os interesses da comunidade cubano-estadunidense. Em outras palavras, as medidas de aproximação permitiram a realização do capital através da exportação de capitais e de bens de capital para realização de lucro sobre o mercado e a mão de obra qualificada cubana, reacomodada na competição periférica. Nesse sentido, a administração Obama decidiu aumentar os limites de remessas de dólares de US\$500 para US\$2000 por trimestre para doações gerais, que funcionariam como investimentos através dos cubanos para fomentar projetos humanitários e desenvolvimento de empresas privadas, sem precisar de licenças específicas. A realização desses pequenos investimentos travestidos de remessas de dólares na ilha pode ser articulada a outras três propostas da administração Obama: permissão para instituições estadunidenses abrirem contas em instituições financeiras cubanas; autorização de exportação de materiais de construção e bens de capital para uso dos empresários cubanos do setor privado e para pequenos agricultores no setor agrícola; e anuência para a exportação comercial de dispositivos de comunicação, *software*, aplicações, *hardware* e serviços comerciais de telecomunicações e internet.

## **Conclusão**

Este artigo buscou examinar o processo de aproximação entre EUA e Cuba através de uma perspectiva histórica global e sistêmica. Nesse sentido, foi possível verificar que o processo de aproximação entre EUA e Cuba nunca cessou. Desde 1960, os EUA tomaram medidas agressivas, como o bloqueio econômico e tentativas de derrubar o governo socialista, a fim de realocar Cuba à sua periferia. Portanto, essas medidas não devem ser compreendidas como mera punição, tentativas de substituição de regime ou forma de vencer a URSS na Guerra Fria. A estratégia agressiva não deu certo.

A pesquisa subjacente a este artigo observou que a aproximação entre EUA e Cuba está inserida no processo de reacomodação da ilha na periferia do SMC após três décadas de dependência em relação à URSS. Nesse movimento no SMC,

Cuba promoveu reformas econômicas que atraíram interesses nos centros do sistema, como Europa, China e EUA, e na periferia, como a Venezuela. Após duas crises sistêmicas, 2008 e 2013, o processo de aproximação econômica de Cuba com a Europa e com a Venezuela arrefeceu. Mas sobre o processo de aproximação econômica com a China não se pode dizer o mesmo. Este processo de reacomodação de Cuba na periferia do SMC atraiu a Europa e a China, centros concorrentes, e a Venezuela, uma semiperiferia anti-hegemônica, para uma ilha a 150 quilômetros de distância dos EUA. Entretanto, do outro lado do estreito da Flórida, os grupos interessados em rever a relação entre Cuba e EUA no SMC estavam atados ao bloqueio comercial. Diante desse quadro global, o governo Obama tentou mudar a histórica estratégia de aproximação entre EUA e Cuba.

## Referências Bibliográficas

### Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

BERNAL, Richard. **Chinese Foreign Investment in the caribbean**. Kingston: Inter-American Development Bank, 2016.

CHASE-DUNN, Christopher K. Socialist States in the capitalista World-Economy. **Social problems**, v. 27, n. 05, p.505-525, 1980.

FEINBERG, Richard E. **The new cuban economy: what roles for foreign investment?**. Nova Iorque: Brookings, 2012.

LÓPEZ, Ernesto Dominguez. Factors determining dialogue: Cuba in the U.S. strategic plan for 21st century. *In*: CRAHAN, Margareth E.; MARIÑO, Soraya M. Castro. **Cuba-US relations: normalization and its challenges**. New York: Columbia University Press, 2016. p. 83-105.

MESA-LAGO, Carmelo. **Cuba en la era de Raúl Castro: reformas económicas y sus efectos**. Madrid: Colibri, 2012.

MESA-LAGO, Carmelo. **Normalización de relaciones entre EEUU y Cuba: causas, prioridades, progresos, obstáculos, efectos y peligros**. Madrid: Real Instituto Elcano, 2015.

OBAMA: Cuba policy to be based on 'libertad'. **CNN**, Miami, 23/05/2008. Disponível em:

[http://edition.cnn.com/2008/POLITICS/05/23/obama.cuban.americans/index.html?eref=rss\\_us](http://edition.cnn.com/2008/POLITICS/05/23/obama.cuban.americans/index.html?eref=rss_us). Acesso em 06/10/2017.

OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN. **Anuario Estadístico de Cuba 2016**. [S.l.]: ONEI, 2017. Disponível em: <http://www.one.cu/aec2016.htm>. Acesso em 12/08/2019.

PÉREZ-VILLANUEVA, Omar Everleny. Foreign Direct Investment in Cuba: a necessity and a challenge. *In*: HERSHBERG, Eric; LEOGRANDE, William M. **A new chapter in US-Cuba relations: social, political, and economic implications**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 143-160.

PRECIADO, Jaime. América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. **Cadernos CRH**, v. 21, n. 53, p. 253-268, 2008.

RIZO, Jhany Marcelo Macedo. Nuevos vientos soplan en el malecon de la Habana: reformas económicas y cambio político en Cuba. **Temas de Nuestra América**, v.34, n.64, p. 43-65, 2018.

ROMERO, Antonio. La política exterior cubana y la actualización del modelo económico en un entorno cambiante. **Pensamiento Propio**, v. 22, n. 45, p. 81-110, 2017.

SANCHÉZ-PARODI, Ramón. **Cuba-USA: Diez tiempos de una relacion**. México-DF: Ocean Sur, 2011.

SCHOR, Elana. US elections 2008: Obama urges thaw in US-Cuba relations. **The Guardian**, London, 23/05/2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/may/23/barackobama.uselections20081>. Acesso em 06/10/2017.

SERBIN, Andrés. Onstage or backstage? Latin America and US-Cuban relations. *In*: HERSHBERG, Eric; LEOGRANDE, William M. **A new chapter in US-Cuba relations: social, political, and economic implications**. London: Palgrave Macmillan, 2016, p. 179-190.

SILVA, Marcos A. da. **Cuba e a eterna Guerra Fria: mudanças internas e política externa nos anos 1990**. Dourados: Editora UFGD, 2012.

THE WHITE HOUSE. FACT SHEET: Charting a New Course on Cuba. *In*: **The White House: President Barack Obama**. Washington, 17/12/2014. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/12/17/fact-sheet-charting-new-course-cuba>. Acesso em 06/10/2017.

THE WHITE HOUSE. Statement by the President on Cuba Policy Changes. *In*: **The White House: President Barack Obama**. Washington, 17/10/2014. Disponível em:

<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/12/17/statement-president-cuba-policy-changes>. Acesso em 06/10/2017.

TORRES, Ricardo. El proceso de actualización del modelo económico y social de Cuba. **Pensamiento Propio**, v. 22, n. 45, p. 57-80, 2017.

US-CUBA: A New Public Survey Supports Policy Change. In: **Atlantic Council**. [S.l.], 10/02/2014. Disponível em:  
<http://www.atlanticcouncil.org/publications/reports/us-cuba-a-new-public-survey-supports-policy-change>. Acesso em 06/10/2017.

VÁZQUEZ, Julio A. Diaz. 50 aniversario de las relaciones Cuba-China. **Igadi na rede**, Pontevedra, 04/07/2010. Disponível em:  
[http://www.igadi.org/china/2010/xr\\_50\\_aniversario\\_de\\_las\\_relaciones\\_cuba\\_china.htm](http://www.igadi.org/china/2010/xr_50_aniversario_de_las_relaciones_cuba_china.htm). Acesso em 03/08/2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III: the second era of great expansion of the capitalist World-Economy, 1730-1840s**. Nova Iorque: Academic Press, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Recebido: 12/12/2019  
Aprovado: 13/06/2020

